



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 058 - QUINTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO SOLENE CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 16 DO CORRENTE, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A HOMENAGEAR A MEMÓRIA DO GOVERNADOR MÁRIO COVAS, DO ESTADO DE SÃO PAULO, FALECIDO EM 6 DE MARÇO DE 2001.

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 16 DO CORRENTE, QUARTA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL E DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO CONGRESSO NACIONAL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 49ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE MAIO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 121, de 2001, (nº 407/2001, na origem), de 2 do corrente, submetendo à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luís Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. À Comissão de Assuntos Sociais. ... 08789

Nº 122, de 2001 (nº 416/2001, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Ronaldo Porto Macedo Júnior, para exercer o cargo de Conselheiro

do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de João Bosco Leopoldino da Fonseca. À Comissão de Assuntos Econômicos. 08794

1.2.2 – Parecer

Nº 294, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 281, de 2000 (nº 2.102/2000, na origem), do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento

parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1. **(Projeto de Resolução nº 18, de 2001)**.....

08855

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 18, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente.....

08894

1.2.4 – Ofício

Nº 186/2001, de 9 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.144, de 2001.....

08894

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, que denomina “Aeroporto Omar Fontana” o Aeroporto Internacional de São Paulo – Aeroporto de Congonhas -, localizado na cidade de São Paulo-SP. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.

08894

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que permite às agências de viagem a adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

08895

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2001, de autoria do Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre notação identificadora em braile nos documentos de pessoas portadoras de deficiência visual. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.....

08896

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 234, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001.....

08897

Nº 235, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001.....

08898

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 120, de 2001 (nº 411/2001, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real correspon-

dentes ao 1º trimestre de 2001, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. À Comissão de Assuntos Econômicos.

08898

Término de prazo, ontem, sem recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

08899

Término de prazo, ontem, sem recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2001 (nº 57/99, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberlândia – Tenente Coronel Aviador César Bombonato” o aeroporto da cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ..

08899

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recursos, por um décimo dos membros do Senado, para que os Avisos nºs 25, 59 e 88, de 2000, cujos pareceres foram lidos na sessão do último dia 7, continuem sua tramitação.

08899

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.146-1, em 4 de maio de 2001 e publicada no dia 7 do mesmo mês e ano, que cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

08899

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MAURO MIRANDA – Posicionamento contrário à iniciativa de privatização da Centrais Elétricas de Goiás – Celg.....

08900

SENADOR GERALDO MELO – Análise da situação do Senado Federal em relação à opinião pública brasileira.....

08903

SENADOR ALBERTO SILVA – Proposta de reconstrução imediata de 12 mil quilômetros de rodovias em todo o País.

08907

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro da realização hoje, em Palmas/TO, de seminário sobre esportes com a presença do Secretário Nacional do Esporte, Sr. Lars Grael.

08910

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Realização, hoje, da segunda reunião da Comis-

são Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais – ONGs..... 08911

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Anúncio da entrega nesta tarde, pelos partidos de oposição e lideranças políticas, do requerimento contendo as assinaturas necessárias à instalação da CPI da Corrupção. 08911

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 236, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão. 08912

Nº 237, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Secretário de Obras do Distrito Federal às informações que menciona. À Mesa para decisão..... 08912

Nº 238, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando à Petrobras às informações que menciona. À Mesa para decisão. 08913

1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 19, de 2001, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos. À Comissão de Assuntos Econômicos. 08913

1.2.11 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 9, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que democratiza o processo legislativo por meio de alteração nos artigos 14, 60, 65, 66 e 150, modificando a sistemática de promulgação de projetos de lei e de emendas à Constituição e criando o instituto do referendo de ofício a partir de requerimento de grupo de Deputados Federais ou de Senadores. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 08916

Nº 10, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que concede imunidade tributária, pelo prazo de 15 (quinze) anos, às lâmpadas fluorescentes, às lâmpadas de sódio e aos insumos destinados a sua fabricação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 08922

1.2.12 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 559/2001, de 8 do corrente, solicitando providências no sentido de que sejam retificados os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751/94, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e dá

outras providências, em virtude da verificação de erro manifesto no texto encaminhado ao Senado, em 8 de setembro de 1997. **Aprovada a retificação.** À Comissão Diretora para redação final. 08924

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (**Parecer nº 295, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À sanção..... 08924

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 239, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 18, de 2001, advindo da aprovação da Mensagem nº 281, de 2000, que propõe ao Senado seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1. Será votado após a Ordem do Dia. 08926

1.2.14 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Anúncio da entrega ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Jader Barbalho, do requerimento para criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Corrupção, com número suficiente de assinaturas..... 08926

1.2.15 – Leitura de pareceres

Nº 296, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 3, de 2001 (nº 2.028/2000, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2001. 08927

Nº 297, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 106, de 2001 (nº 312/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2001. 08930

Nº 298, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato, de parentes deste até o segundo grau..... 08933

Nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para

facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público. 08934

Nº 300, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178/97, na Casa de origem), que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional..... 08937

Nº 301, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429/2000, na Casa de origem), que institui o "Dia da Televisão"..... 08938

Nº 302, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. 08939

1.2.16 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente. 08940

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 9, de 2000, e 8 de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 08940

1.2.17 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico. À Comissão de Educação, em decisão terminativa. 08940

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos). (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000) (Votação nominal) A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 2, oportunidade em que teve sua discussão

encerrada e a sua votação, em 1º turno, fixada para esta data. **Aprovada em primeiro turno** (Votação nominal), tendo usado da palavra o Sr. Nabor Júnior, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Antonio Carlos Valadares, Sebastião Rocha, Casildo Maldaner, Roberto Freire, Francelino Pereira, Lúcio Alcântara, José Fogaça, Antero Paes de Barros, Álvaro Dias, a Sra. Marina Silva, os Srs. Ademir Andrade, Hugo Napoleão, Amir Lando, Paulo Souto, Iris Rezende, Tião Viana, Maguito Vilela, Eduardo Suplicy, Renan Calheiros, Lauro Campos, Sérgio Machado e Romero Jucá, ficando prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, que tramitava em conjunto. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima quinta-feira, dia 17, para o segundo turno regimental..... 08942

Item 2 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Jefferson Peres, que modifica o § 6 do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos). **Prejudicada**, em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, com a qual tramitava em conjunto. Ao Arquivo. 08963

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera a alínea d do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares). **Apreciação transferida para a sessão da próxima terça-feira, dia 15.** 08963

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 232, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Parecer nº 292, de 2001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Arlindo Porto, sobre a Mensagem nº 114, de 2001 (nº 345/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (Escolha de Autoridade). **Apreciação transferida para a sessão da próxima terça-feira, dia 15.** 08963

Item 5 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 233, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Parecer nº 293, de 2001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Tasso Rosado, sobre a Mensagem nº 115, de 2001 (nº 346/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Eduardo Henrique Ellery Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (Escolha de Autoridade). **Apreciação transferida para a sessão da próxima terça-feira, dia 15.** 08963

Item 6

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (casos em que ocorre inelegibilidade). **Aprovado.** À Câmara dos Deputados. 08963

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2000 (nº 299/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pioneira Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 08964

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2000 (**Parecer nº 303, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 08964

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000 (nº 303/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sul Fluminense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 08964

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000 (**Parecer nº 304, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 08965

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000 (nº 484/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 08965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000 (**Parecer nº 305, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 08966

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2000 (nº 489/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 08966

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2000 (**Parecer nº 306, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 08967

Item 11

Requerimento nº 198, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, de 1999, que tramitam em conjunto, seja ouvida além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, a de Assuntos Sociais. **Aprovado.** Os projetos vão à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, retornam à Comissão de Educação. 08967

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 239, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** O Projeto de Resolução nº 18, de 2001, constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. 08967

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – Satisfação com o resultado do processo eleitoral interno ocorrido no âmbito do Ministério Público Federal, que constituirá lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República, para escolha do novo Procurador-Geral da República. 08968

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Recebimento de publicações relativas ao Seminário Internacional “Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, realizado em Belém/PA, no período de 16 a 20 de outubro do ano passado. 08968

1.3.3 – Questionamento à Mesa

Do Senador José Eduardo Dutra, com a intenção de que seja convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se ainda hoje à noite ou amanhã, destinada à leitura do requerimento que cria a CPI Mista da Corrupção; tendo o Presidente Jader Barbalho declarado a impossibilidade de atender à solicitação, em virtude da necessidade de conferência prévia, pela Câmara dos Deputados, das assinaturas do referido requerimento. 08970

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia designada. 08971

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JADER BARBALHO, EM 9-5-01****3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2001, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001. 08974

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

Termo de Reunião, em 2 de maio de 2001. . 09002

5 – EMENDAS

Nºs 68 a 72, adicionadas à Medida Provisória nº 2.143-32, de 2001. 09003

6 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 155 e 156, de 2001. 09017

7 – PORTARIAS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nºs 27 e 28, de 2001. 09019

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 874 a 891, de 2001. 09021

9 – EXTRATO DE CONVÊNIO

Nº 2, de 2001. 09039

10 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 49ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de maio de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares
Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Por-
to – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra –
Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner
– Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduar-
do Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Matusa-
lém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo
Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson
Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – He-
loísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen de – Jader
Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza –
Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra –
José Fogaça – José Roberto Arruda – Juvêncio da
Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lú-
cio Alcântara – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito
Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marlu-
ce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Moza-
rildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Nilo Teixeira Cam-
pos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto –
Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan
Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Rober-
to Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado –
Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral –
Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moza-
rildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 121, DE 2001 (Nº 407/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea
f, da Constituição Federal, combinado com o parágra-
fo único do art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de
1999, submeto à apreciação de Vossa Excelência a
escolha, que desejo fazer, do Senhor Luís Carlos
Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos,
ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância
Sanitária.

O Senhor Luís Carlos Wanderley Lima é pessoa
de reconhecida competência para o desempenho
dessa elevada função, como se depreende do anexo
curriculum vitae.

Brasília, 2 de maio de 2001. – **Fernando Henri-
que Cardoso**.

EM. Nº 41/GM

Em 25 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada conside-
ração de Vossa Excelência a indicação do Doutor
Luís Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido
por três anos ao cargo de Diretor da Agência Nacional
de Vigilância Sanitária, de acordo com o parágrafo
único, do art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de
1999, para aprovação prévia do Senado Federal, nos
termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **José Serra**, Ministro de
Estado da Saúde.

Curriculum Vitae

Luis Carlos Wanderley Lima

DADOS PESSOAIS

NOME: Luis Carlos Wanderley Lima

FILIAÇÃO: José Ferreira Lima
Marluce Wanderley Lima

NACIONALIDADE: Brasileiro

NATURALIDADE: Rio de Janeiro

DATA DE NASCIMENTO: 10 de Janeiro de 1951

ENDEREÇO: Rua Voluntário da Pátria, 114 BL A Aptº 308
Botafogo-RJ

TELEFONE: (21) 539-5275

PROFISSÃO: Médico

CREMERJ: 52 31351-8

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2580950-0 IFP-RJ

CPF: 545 176 487-53

TÍTULO DE ELEITOR: 38596403/96 6ª ZONA SEÇÃO 101

QUITAÇÃO MILITAR: 1ª CSM 1ª RM CDI Nº 540 223

FORMAÇÃO PRÉ UNIVERSITÁRIA

1º GRAU: Colégio Pedro II
de 1963 a 1966

2º GRAU: Colégio Pedro II
de 1967 a 1969

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

- Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1973 a 1978.
- Internato em Doenças Infecciosas e Parasitárias no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina na Universidade do Rio de Janeiro 1978.

GRAU UNIVERSITÁRIO

- Médico conferido pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 06 de dezembro de 1978 e registrado na Reitoria da UFRJ sob o nº 4525 Fls 44v Livro 3.

FORMAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO

- Residência em Saúde Pública e Medicina Social – Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ de 1979 a 1980

Ano I 1979 Curso Básico de Saúde Pública

Ano II 1980 Curso de Especialização em Epidemiologia

- Curso de Extensão na Universidade de Brasília (UNB) sobre o Programa Ampliado de Imunização, ministrado pelo Departamento de Medicina Geral e Comunitária – Janeiro de 1982.
- Curso de Especialização em Administração Pública para o Setor Saúde (CEPAS) ministrado pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV) através do Programa de Estudos Avançados em Administração Pública para o Setor Saúde PROASA – Julho 1983 a Julho 1984.

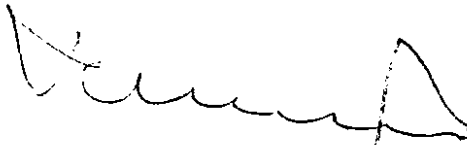
CURSOS, CARGOS E FUNÇÕES

- **Aprovado no concurso para Médico Sanitarista da Fundação Hospitalar do Distrito Federal – Outubro de 1980.**
- **Chefe do Centro de Saúde nº 09 da Administração Regional de Saúde da Ceilândia FHDF/GDF – Março de 1981 a Junho de 1982.**
- **Médico Sanitarista do Centro Psiquiátrico Pedro II (CPP II), órgão da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) do Ministério da Saúde – Junho de 1982.**
- **Chefe do Núcleo de Planejamento do Centro Psiquiátrico Pedro II da DINSAM/MS 1984/1985.**
- **Membro da Coordenação do Curso de Especialização em Administração, Planejamento de Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ / MS – Janeiro de 1984 a Agosto de 1985.**
- **Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras – Código LT/DAS 101.2 – Secretária Nacional de Vigilância Sanitária – Maio de 1985 a Abril de 1987.**
- **Membro da Coordenação Estadual de Sangue da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e co – autor do Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados do Rio de Janeiro PROESAH – Setembro de 1987 a Outubro de 1989.**
- **Assistente Técnico da Direção II do Centro de Vigilância Sanitária da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – Novembro de 1988 a Abril de 1990.**
- **Diretor Técnico de Divisão do Centro de Vigilância Sanitária da Secretária de Estado de Saúde de São Paulo – Maio de 1990 a Fevereiro de 1991.**
- **Coordenador dos Cursos de Especialização em Vigilância Sanitária realizados na Universidade de Taubaté (1991) e na Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo – 1992.**
- **Gerente de Projetos Especiais, Código LT – DAS 101.4 da Secretária de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – Janeiro de 1993 a Agosto de 1993.**
- **Coordenador do Curso de Especialização em Vigilância Sanitária realizado na Escola Nacional de Saúde Pública de 1994 a 1996.**
- **Eleito Chefe do Departamento de Formação Profissional para o Sistema de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, órgão da FIOCRUZ / MS – Portaria nº 1823 – Outubro de 1984**

- **Diretor do Departamento de Controle e Fiscalização da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – Setembro de 1998 a Abril de 1999.**
- **Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na área de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Relações Internacionais / MS – Abril de 1999 a Abril de 2001, conforme publicado em D.O.U - Decreto de 23 de Abril de 1999.**
- **Coordenador Nacional alterno do SGT-11 Saúde Mercosul.**
- **SUS Seu Modelo Assistencial e a Formação de Recursos Humanos em Vigilância Sanitária publicado no livro: A Formação de Nível Médio em Saúde: Desafios e Perspectivas – Editora FIOCRUZ 1995.**

TRABALHOS PUBLICADOS

- **Sintomas Respiratórios e Testes Espirográficos (População Sadia e não Fumantes de duas Áreas com Graus Diferentes de Poluição Atmosférica do Rio de Janeiro) na Revista da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária 17-33-1979.**
- **Co-autor do trabalho Colônia Juliano Moreira o Resgate de um compromisso com a Dignidade Humana Publicado na Revista de Administração Pública (RAP) nº 2 ABR/JUN 85 volume 19 pag. 78-91 ISSN 0034-7612.**
- **SUS, seu modelo assistencial e a formação de recursos humanos em Vigilância Sanitária publicado no livro: A Formação de Nível Médio em saúde: desafios e perspectivas, Editora Fiocruz 1995.**



Luis Carlos Wanderley Lima

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**MENSAGEM Nº 122, DE 2001
(Nº 416/2001, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Ronaldo Porto Macedo Junior, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de João Bosco Leopoldino da Fonseca.

O indicado é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo currículo.

Brasília, 8 de maio de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 00108– MJ

Brasília, 24 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa mensagem indicando o nome do Senhor Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de João Bosco Leopoldino da Fonseca.

Respeitosamente. – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça.

MEMORIAL

Ronaldo Porto Macedo Júnior

São Paulo, março de 2001.

1 - Informações gerais

1.1 - Dados Pessoais

Nome: **RONALDO PORTO MACEDO JUNIOR**

Filiação: Ronaldo Porto Macedo e Helena Nelson Macedo

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado (com Ana Cristina Braga Martes)

Filho: Francisco Martes Porto Macedo (01/03/94)

Data de Nascimento: 13/12/62

Local: São Paulo – SP

RG: 11.781.201 Órgão Expedidor: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - Expedido em 03/agosto/1977

CPF: 073.900.728-90

Passaporte: CE 789113

End. p/Correspondência : Rua Escócia, 178,
Jardim Europa,
São Paulo - SP
CEP 01450-000
Tel: 011-3819-8094
Fax: 011-3819-9572
e-mail: rpmacedo@uol.com.br

1.2 - Formação escolar e acadêmica

- **1994-1996** - "Visiting Scholar" junto a Harvard Law School, onde concluiu seu programa de doutoramento sobre teoria contratual e contratos de consumo.

- **1993** - ingresso no programa de doutoramento junto ao departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

- **1993** - ingresso no programa de doutoramento junto ao departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Disciplinas Cursadas:

Disciplina: Aspectos Fundamentais do Direito Civil: Contratos

Professor: Álvaro Vilaça Azevedo

Instituição: Faculdade de Direito da USP Vilaça

Conceito: A

Disciplina: Kant e o Estado de Direito: O problema da conciliação da liberdade com a legalidade

Professor: Cláudio de Cicco

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Conceito: A

Disciplina: Direito e Poder: Uma reflexão jusfilosófica

Professores: Tércio Sampaio Ferraz Jr. e Celso Lafer

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Conceito: A

Disciplina: Sociologia do Direito: Direito e Mudança Social.

Professor: José Eduardo Campos de Oliveira Faria

Instituição: Faculdade de Direito da USP Dalmo

Conceito: A

Disciplina: Filosofia do Direito

Professores: Tércio Sampaio Ferraz Jr.

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Conceito: A

Disciplina: Direito Econômico

Professores: Eros Roberto Grau

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Conceito: A

Disciplina: Direitos Humanos Fundamentais

Professores: Dalmo de Abreu Dallari

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Conceito: A

Disciplina: Filosofia Política e do Direito

Professor: Rolf Nelson Kuntz

Instituição: Faculdade de Filosofia da USP

Conceito: A

- **1987** - Conclusão dos créditos do curso de Mestrado em Filosofia, na Universidade de São Paulo.

Disciplinas Cursadas:

Disciplina: História da Filosofia Antiga (O significado da Ética em Aristóteles) - 1986

Professor: Gérard Lebrun

Instituição: Faculdade de Filosofia da USP

Disciplina: Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência (Hume e ceticismo) - 1987

Professor: Osvaldo Porchat Pereira

Instituição: Faculdade de Filosofia da USP

Disciplina: Epistemologia (Problemas de Teoria da Ciência) - 1987

Professor: Gérard Lebrun

Instituição: Faculdade de Filosofia da USP

Disciplina: Estudos de Problemas Brasileiros - 1987

Professor: Franklin de Matos

Instituição: Faculdade de Filosofia da USP

Disciplina: Legalidade e Moralidade na Construção da Ordem Social Burguesa - 1987

Professor: Sérgio Adorno

Instituição: Faculdade de Sociologia da USP

- **1986** - Ingresso no curso de Mestrado em filosofia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor José Arthur Giannotti.

- **1982 - 1987** - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.
- **1981** - Faculdade de Língua e Literatura Inglesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (classificado em 1º no vestibular). Completou o 1º ano do curso e depois trancou matrícula.
- **1981-1985** – Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- **1976-1980** - Colégio Santa Cruz (7ª e 8ª séries do 1º grau e 1º ao 3º ano do 2º Grau).
- **1970-1975** - Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1ª a 6ª séries do 1º Grau).

1.3 Títulos

1998 - Aprovação no concurso para professor de Sociologia na Fundação Getúlio Vargas - SP (aguardando contratação).
Classificação: 2º lugar.

Candidatos inscritos: 21

Candidatos aprovados: 04.

Banca do Concurso: Professores Maria Cecília Spina Forjaz (FGV-SP) (presidente); Argelina Cheibub Figueiredo (UNICAMP); Rubens César Keinert (FGV-SP), Maria Rita Garcia Loureiro Durand (FGV-SP); Robert Norman Vivian Cajado Nicol (FGV-SP).

- **1997** - Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo onde apresentou a tese "**Sociologia Jurídica e Teoria do Direito: A teoria relacional e a experiência contratual**", obtendo a menção "Dez com distinção". Trabalho publicado sob o título **Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor**, Max Limonad, São Paulo, 1998.

Banca Examinadora: Professores José Eduardo Faria (orientador); Alberto do Amaral Jr. (FD-USP); Fábio Nusdeo (FD-USP); Gabriel Cohn (Ciência Política - USP); Celso Fernandes Campilongo (FD-PUC-SP).

Resumo do trabalho:

Trata-se de um trabalho de teoria geral do direito e de sociologia jurídica. Nele são analisadas as mudanças no direito contratual em geral. Para tanto, procura identificar os três âmbitos dentro dos quais a crise do paradigma contratual clássico e neoclássico se colocam, a saber, a inclusão de novos valores de bem-estar e justiça distributiva no Direito Social, as mudanças nas práticas de racionalidade jurídica subjacentes ao moderno direito contratual e, finalmente, as mudanças na estruturação da produção e distribuição de bens. Ele propõe um modelo teórico dos contratos relacionais, especialmente no tocante as suas características, princípios reguladores e estruturação dogmática. Em seguida, procura explorar os desafios e as novas perspectivas introduzidas pela abordagem relacional para o direito do consumidor, especialmente para um direito contratual do consumidor de cunho welfarista. Neste intuito, analisa o caso particular de contratação relacional de consumo, a saber, os contratos de previdência privada.

- **1993** - Obtenção do título de **mestre em Filosofia** junto à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, apresentando a dissertação "Carl Schmitt e a fundamentação do Direito. A formação do decisionismo institucionalista schmittiano entre os anos 1920-1940." Trabalho orientado pelo professor José Arthur Giannotti.

Banca Examinadora: Professores José Arthur Giannotti (orientador); Rolf Kuntz (Filosofia USP) e José Eduardo Faria (FD-USP)

Resumo do trabalho:

O trabalho tem como objetivo analisar as características essenciais do pensamento jurídico de Carl Schmitt entre os anos de 1922 a 1934. A tese afirma que o pensamento propriamente decisionista de Schmitt dos anos 20' se transformou, sem se tornar contraditório, ao receber a influência do pensamento jurídico institucionalista, em particular das obras de Maurice Hauriou e Santi Romano. Em outras palavras, é possível falar na existência de um "institucionalismo" no pensamento de Schmitt a partir dos anos 30'. O trabalho conclui que Schmitt realiza um esforço coerente de compatibilização do "pluralismo institucionalista" dos anos 30' com o "monismo decisionista" dos anos

20' em sua formulação da teoria da ordem concreta ("konkrete Ordnungsdenken"), desenvolvida especialmente em seu ensaio, ainda pouco conhecido, "Sobre os três tipos de pensamento jurídico", de 1933. Para Schmitt, a decisão soberana será entendida como o fundamento para a instauração de uma ordem jurídica, na qual se institui uma normalidade. Este momento de exceção, contudo, constitui um dos aspectos necessários e intrínsecos de sua teoria jurídica (Ao contrário de H. Kelsen).

- **1992** - Especialização em Direito do Consumidor Europeu no Cours d'été en droit européen, realizado na Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Centre de Droit de la Consommation (Bélgica), durante os dias 15 a 31 de julho. O curso foi coordenado pelo Professor Thierry Bourgoigni.

Resumo do curso:

Curso de atualização em Direito Comunitário Europeu voltado para a área da Defesa do Consumidor. O curso de caráter marcadamente interdisciplinar contou com aulas de juristas, economistas, filósofos e cientistas sociais especialistas em direito do consumidor, dentre os quais: Ewoud Hondius, Norbert Reich, Geraint Howells, Thierry Bourgoigni, Thomas Wilhelmsson, Jean Calais-Auloy.

- **1987** - Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo
- **1985** - Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo

2 - Atividades Docentes e Acadêmicas

2.1 - Atividades Docentes

- **2000** - Professor de Direito de Aperfeiçoamento em Direito e Processo do Consumidor na Escola Paulista da Advocacia, presidida pela Professora Ada Pellegrini Grinover, onde ministrou aula sobre "Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sujeitos e objeto" (25/04/00).

- **2000** - Professor palestrante do Curso patrocinado pelo COGEAE – PUC-SP sobre “A Noção de Justiça na História da Filosofia”, ministrando a aula “A Moral e o Direito em Kant”, realizado na sede do COGEAE-PUC, no dia 31 de maio de 2000.
- **2000** - Professor de Filosofia do Direito e Direito do Consumidor na Escola Superior do Ministério Público no “IV Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos”, realizado durante todo o ano de 2000, onde ministrou as seguintes aulas: “Aspectos Sociais e filosóficos da defesa dos interesses transindividuais. Evolução legislativa” (em conjunto com a Professora Maria Tereza Sadek (11/04/00); “O conceito de direito social como idéia reguladora subjacente à tutela dos interesses difusos e sociais. A origem do conceito. Uma reatualização do jusnaturalismo antigo?”; “A idéia de justiça no jusnaturalismo antigo (Aristóteles). O conceito de justiça na Ética à Nicômaco e na Política” (11/05/00); “A crise do jusnaturalismo antigo e o nascimento do jusnaturalismo moderno. A Teoria do Direito em Hobbes e Locke. A concepção liberal de justiça”; O positivismo jurídico e a positivação do direito. A ascensão do conceito de justiça social e o jusnaturalismo antigo. Justiça Social, Justiça Distributiva e os Direitos Sociais”(16/05/00); “Questões Relevantes de Direito do Consumidor”(29/06/00)
- **2000 (desde esta data)** - Professor de Direito Ambiental no curso de Pós-Graduação “latu sensu” na UNICASTELO – Universidade Camilo Castelo Branco.
- **2000** - Professor do Curso de Especialização em Direito Mobiliário na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- **1999** - Professor de Direito do Consumidor na Escola Superior do Ministério Público no “III Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos”, realizado durante todo o ano de 1999.
- **1998** - Professor de Direito do Consumidor na Escola Superior do Ministério Público no “I Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos do Núcleo Regional de Presidente Prudente do

centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional”, realizado durante todo o ano de 1999.

- **1999 (desde esta data)** - Professor efetivo da **School of Global Law** - ligado à Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), São Paulo.

Onde ministrou os cursos:

Teoria Contratual Moderna (julho de 1999 e agosto de 2000)

Resumo do curso:

O paradigma do direito contratual moderno tem sofrido modificações sensíveis nos últimos anos, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970. O objetivo do curso é descrever e analisar estas mudanças, identificando a passagem da doutrina liberal clássica para o pensamento neoclássico e mais recentemente, para a sua crise. Na parte final se buscará definir uma nova principiologia para o direito contratual moderno e sua relevância para a análise de questões contratuais concretas, a partir do estudo de alguns casos exemplares.

Introdução ao Direito Contratual Americano (1º semestre de 1999)

Resumo do curso:

Uma exposição introdutória e panorâmica sobre o funcionamento do sistema contratual americano contemplando os seguintes itens: 1. Origens históricas (O formalismo contratual) Langdell, Williston e Corbin; 2. O UCC. Principais institutos; 3. Tendências atuais (Law & Economics, Relational Contract Theory, Transaction Cost Analysis, A Visão Neoclássica, etc.).

- **1998/1999/2000 (desde esta data)** - Professor de Sociologia Jurídica e Direito do Consumidor na Curso de Pós-Graduação em Direito Sanitário organizado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo junto ao CEPEDISA (Centro de Pesquisa em Direito Sanitário)

- **1997/2000 (desde esta data)** - Professor de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito na Faculdade de Direito do Instituição Toledo de Ensino (ITE) - Bauru.
- **1998** - Professor de Direito do Consumidor na Escola Paulista da Advocacia, presidida pela Professora Ada Pellegrini Grinover.
- **1998** - Professor de Direito do Consumidor na Escola Paulista do Ministério Público no "II Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos", realizado durante todo o ano de 1998.
- **1997** - Professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Guarulhos. Até aquela data.
- **1996/1998** - Professor do Programa Especial de Treinamento da CAPES (PET-CAPES) na área de Direito junto à USP, onde ministrou curso sobre "Teoria Geral do Direito - O Direito Contratual".

Resumo do Curso:

Neste curso foram estudados, através de seminários semanais, os seguintes trabalhos: 1)- O pós-modernismo, de David Harvey; 2)- The Second Industrial Divide, de Michael Piore e Charles Sabel, Harvard University Press; 3)- Contract as Promise, de Charles Fried, Harvard University; 4)- The New Social Contract, de Ian Macneil, Yale University Press.

- **1997** - Professor de Direito do Consumidor na Escola Paulista do Ministério Público no "I Curso de Especialização em Direitos Difusos e Coletivos", realizado durante todo o ano de 1997.
- **1993/1994** - Ingresso como professor de Sociologia Jurídica na Faculdade de Direito de Universidade São Judas Tadeu - SP, onde lecionei até 1994 (atualmente licenciado).
- **1993** - Monitor da disciplina História do Direito e do Pensamento Jurídico na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Professor José Reinaldo Lima Lopes).

- **1992/1993** - Professor do Programa Especial de Treinamento da CAPES (PET-CAPES) na área de Direito junto à USP, onde ministrou curso sobre "O Liberalismo Jurídico de Friedrich Hayek".

Resumo do curso:

*Neste curso foram feitos seminários de leitura sobre os três volumes do livro **Direito, Legislação e Liberdade, Visão, 1985, de Friedrich Hayek**. A finalidade era compreender os pressupostos filosóficos de uma concepção liberal radical e coerente do pensamento jurídico liberal. Ao final do curso os alunos apresentaram monografias sobre o tema.*

- **1981** - Monitor da cadeira de Teoria Geral do Estado (ministrada pelo professor Dalmo de Abreu Dallari), durante o primeiro semestre do curso de Direito, na Universidade de São Paulo.

2.2 - Atividades de Pesquisa e Formação, Prêmios e Bolsas Recebidas

- **2000** – Vencedor do Prêmio **Ada Pellegrini Grinover** de melhor obra de direito do consumidor publicada no biênio 1998/2000 em razão do livro "Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor", conferido durante o 5º Congresso Nacional de Direito do Consumidor (Belo Horizonte).
- **2000** – Integrante do Núcleo Direito e Democracia, vinculado ao projeto temático **FAPESP-CEBRAP** "Moral, Política e Direito: uma investigação a partir da obra de Jürgen Habermas", coordenado pelos professores Ricardo Ribeiro Terra (USP) e Marcos Nobre (UNICAMP).

Resumo do programa

O projeto pretende, a partir da reflexão habermasiana, articular ordens de problemas da moral, da política e do direito, não obstante a preeminência da perspectiva filosófica. A investigação aqui proposta

se põe não apenas como uma investigação sobre a obra de Jürgen Habermas, mas também como uma investigação a partir da reflexão habermasiana, o que equivale a dizer que os escritos de Habermas são tomados como um estoque de problemas que, acreditamos, são dignos não apenas de uma reconstrução, mas também de desenvolvimento e avaliação. O Projeto Temático se subdivide claramente em dois sub-projetos, mas a estruturação da investigação é única para ambos: 1) relação do pensamento habermasiano com a tradição filosófica; 2) reconstrução interna da obra de Habermas, pondo em relevo a importância de sua inserção no desenvolvimento da "teoria crítica da sociedade"; 3) desdobramentos da reflexão habermasiana nos campos do direito, da política e da moral.

Durante o ano de 2000 foram realizados seminários sobre os seguintes temas e textos: Kant – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*; Jürgen Habermas, "Tanner Lectures I" (in *Facticidade e Validade*); Jürgen Habermas, "Técnica e ciência como 'ideologia'"; Ronaldo Porto Macedo Júnior, *Contratos relacionais e defesa do consumidor*; Marcos Nobre, *A dialética negativa de Theodor W. Adorno*; Leonel Pessoa, "A teoria da interpretação jurídica de Emilio Betti: da teoria do direito à teoria hermenêutica"; textos do Workshop "Civil Societies in Democratization Processes"; Sérgio Costa, "Agora vai? Teoria social, cosmopolitismo e as sociedades pós-nacionais"; Niklas Luhmann "Autopoiesis, accion y entendimiento comunicativo". Jürgen Habermas, *O pensamento pos-metafísico*; Jürgen Habermas, "Tanner Lectures"; Claus Offe, *Problemas estruturais do capitalismo, último capítulo*; Jürgen Habermas, *The inclusion of other*, cap. 10, etc; Ronald Dworkin, *Taking Rights Seriously*; *Principio y Norma en la Elaboracion Jurisprudencial del Derecho Privado*, Joseph Esser; *Form and Substance in Private Law Adjudication*, de Duncan Kennedy, etc.

- **1999** - Admitido para o programa de Visiting Scholar junto a **Yale Law School** para o programa de pós-doutoramento no período de setembro de 2000 a agosto de 2001.

- **1994-1996** - "Visiting Scholar" junto a **Harvard Law School**, onde concluiu programa de doutoramento sobre teoria contratual e contratos de consumo e trabalhou sob a orientação do professor Roberto Mangabeira Unger.

Principais cursos realizados no período de 01/09/94 A 30/08/96 na Harvard Law School:

1994

Outono de 1994

1)- *Freqüentei curso sobre Contracts na Harvard Law School, ministrado pelo professor Scott Brewer. Neste curso, oferecido durante o outono, pude aprofundar minha pesquisa sobre a teoria contratual americana e, em particular, constatar as razões do movimento teórico que permite a passagem do formalismo jurídico para o realismo jurídico e, posteriormente, o pós-realismo jurídico, inclusive os Critical Legal Studies. O estudo sistemático dos julgados mais significativos ("leading cases"), procurou apresentar os principais elementos que contrapõem uma abordagem clássica a uma abordagem romântica, tanto no âmbito do Common Law, como no âmbito do conjunto de leis (Statutory Law), em particular o UCC (Uniform Commercial Code) e Second Restatement on Contracts.*

2)- *Além deste curso, realizei discussões com meu orientador Roberto Unger acerca do roteiro de pesquisa a ser seguido, bem como para discussão de um artigo inédito de sua autoria ("Democratic Experimentalism: Programmatic Path to the Left Now: an Argument and a Manifesto").*

1995

Inverno de 1995

3)- *Durante o período de 01/01/95 até 01/02/95 (Inverno) acompanhei um curso sobre Contracts and Organizations, ministrado pelo professor David Charny. Tal curso teve como objetivo discutir alguns casos recentes, muitos deles problemáticos (Hard Cases) ou paradigmáticos, relativos às orientações do direito americano no tocante às relações contratuais.*

Primavera de 1995

4)- Alternative Pluralisms, com o professor Roberto Unger. Este curso visa discutir as oportunidades para inovação institucional da economia de mercado e da democracia. Neste sentido, ele oferece subsídios para a compreensão das novas formas de relacionamento entre mercado e direito privado, em particular, o direito contratual.

5)- Jurisprudence, com o professor Sargentlich - Este curso visa apresentar o processo de formalização e idealização do direito, tomando como pontos de referência básicos o moderno positivismo jurídico (especialmente H.L.Hart) e sua crítica elaborada pelos realistas americanos (especialmente Fuller, Hart & Sacks, Dworkin) e pela correntes críticas contemporâneas (especialmente os Critical legal Studies, Unger, Duncan Kennedy, D. Trubek, Morton Horwitz, etc.).

6)- Theories About Law, com o Professor Sargentlich, é um curso organizado na forma de seminário pequeno e aprofunda a análise das principais correntes do pensamento jurídico americano no século XX. Neste sentido, ele complementa o curso sobre Jurisprudence, tanto em seus propósitos quanto no proveito para a minha pesquisa. A Bibliografia do curso demonstrou a profunda identidade temática e de autores com o meu projeto de pesquisa (Rawls, Dworkin, Hart, Os Realistas Americanos, Fried, Hayek, Unger, Kennedy, Pound, Fuller, Llewellyn, Trubek, Steiner, Dalton, Horwitz, etc.).

7)- Firms, Workers and Government, ministrado pelos professores David Charny e Roberto Unger, trata das novas formas de organização da produção, das relações de trabalho e de governo, analisando o seu impacto no direito privado e público (em cuja interface o direito do consumidor se encontra). De certo modo, pode ser dito que tal curso desenvolve com maiores detalhes empíricos a linha de pesquisa apresentada por Unger em seu Alternative Pluralisms num registro mais abstrato e teórico.

Julho de 1995

8)- Durante o mês de julho de 1995 acompanhei um curso condensado (PILS - Harvard Law School) que ministrou sobre Jurisprudence. Neste tive a oportunidade de discutir seu recente livro "What should legal analysis become?".

Outono de 1995

09)- Contracts III, ministrado pelo Professor Todd Rakoff, uma das grandes autoridades em direito contratual e direito do consumidor em Harvard e nos Estados Unidos. Neste curso tive a oportunidade de examinar com maior profundidade a teoria contratual americana e o sistema contratual americano tal como interpretado pelos tribunais;

10)- Contract Theory, ministrado pelo professor Oliver Hart (no Departamento de Economia da Harvard University). Este curso tratou de importantes aspectos da análise econômica das relações contratuais, em especial, a "transaction cost analysis";

11)- Bankruptcy Policy: Consumer Issues, ministrado por E. Warren. Este curso de introdução orientou-me no conhecimento geral do sistema de direito falimentar americano e suas importantes consequências para o consumidor.

12)- Economic Analysis of Law, ministrado por Steven Shavell. Este curso apresentou-me a uma das correntes mais importantes do moderno direito americano.

1996

Primavera de 1996

13)- Jurisprudence, com o professor Roberto Mangabeira Unger - Este curso retoma os temas básicos já desenvolvidos durante curso de mesmo nome ministrado pelo professor Sargentlich visando apresentar o processo de formalização e idealização do direito, tomando como pontos de referência básicos o moderno positivismo jurídico e sua crítica elaborada pelos realistas americanos e pela correntes críticas contemporâneas. O enfoque desenvolvido neste curso, ministrado pelo meu orientador de pesquisa, é algo diverso daquele desenvolvido por Sargentlich, na medida em que preocupa-se com a elaboração de uma visão programática da teoria do direito.

14)- Race, Nations and Nationalism, ministrado pelos professores Roberto Mangabeira Unger e Cornel West, da Harvard Divinity School.

Neste curso são analisados os aspectos fundamentais das relações de raça e etnia no âmbito do direito americano, inclusive as experiências em andamento com a "Affirmative Action" "Equal Opportunity Act".

15)- American Legal Thought, ministrado pelo professor Duncan Kennedy, um dos expoentes do assim chamado Critical Legal Studies Movement, referência teórica importante para minha pesquisa. Professor Kennedy é autor de importantes trabalhos na área de direito contratual, os quais foram objeto de discussão no decorrer do curso..

16)- Durante meu período de estudos mantive contatos com o Ministério Público americano e National Consumer Law Inc. no sentido de tomar conhecimento do funcionamento concreto da defesa contratual do consumidor, o que forneceu novos e importantes elementos para a elaboração da tese. Participei durante alguns meses durante o ano de 1995 de seminários internos junto à Divisão de Proteção do Consumidor no escritório do Attorney General do Estado de Massachusetts.

- **1995/1996** - Bolsista da CAPES para programa de Doutorado (projeto aprovado em primeiro lugar).

- **1995/1996** - Obtenção de bolsa de estudos do CNPq para a realização de programa de doutorado sanduíche. Houve desistência da bolsa em razão da aceitação da bolsa da CAPES para o mesmo período.

- **1994/1995** - Bolsista do "Fulbright Foundation" (órgão ligado ao Senado Norte-americano) para programa de Doutorado (projeto aprovado em primeiro lugar).

- **1994/1995** - Obtenção de bolsa de estudos do CAPES para a realização de programa de doutorado sanduíche. Houve desistência da bolsa em razão da aceitação da bolsa da "Fulbright Foundation" para o mesmo período.

- **1994/1995** - Obtenção de bolsa de estudos do CNPq para a realização de programa de doutorado sanduíche. Houve desistência da bolsa em razão da aceitação da bolsa da "Fulbright Foundation" para o mesmo período.

- **1995/1996** - A partir de Maio de 1995 participação em encontros semanais (Estágio) com membros da Divisão de Proteção ao Consumidor e Antitruste do Ministério Público do Estado de Massachusetts.

- Participação em pesquisa realizada pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) sobre as transformações do Poder Judiciário (Uma introdução ao Estudo da Justiça), coordenada pelos professores Maria Teresa Sadek e Bolivar Lamounier.

- **1986/1988** - Aprovação no concurso para bolsista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no Programa de Formação de Quadros Profissionais. Trata-se de uma experiência de trabalho interdisciplinar, voltada para as áreas de Filosofia e Ciências Humanas coordenada pelo Professor José Arthur Giannotti.

Banca Examinadora do concurso: Professores: José Arthur Giannotti, Ruth Correia Leite Cardoso, Guillermo O'Donnell, Paul Singer.

Trata-se de uma experiência de trabalho interdisciplinar, voltada para as áreas de Filosofia e Ciências Humanas. A duração prevista é de dois anos. As atividades desenvolvidas como bolsista foram, basicamente, as seguintes:

Participação em conferências realizadas no CEBRAP nas áreas de Economia, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciência Política e História, proferidas por pesquisadores visitantes ou do próprio Centro.

- **1986** - Seminários sobre "Economia Política Clássica", coordenado pelo Prof. Paul Singer.

- Seminários sobre "Kant - Prolegômenos à toda metafísica futura", coordenado pelo Prof. José Arthur Giannotti.

- Seminário sobre "Hegel - Prefácio à Fenomenologia do Espírito", coordenado pelo Prof. José Arthur Giannotti.

- **1987** - Seminário sobre Karl Marx (1º capítulo do Capital), coordenado pelo Prof. José Arthur Giannotti.

- Seminários sobre M. Weber "Economia e Sociedade" e "Objetividade nas Ciências Sociais", coordenados pelo Prof. José Arthur Giannotti.

- Seminários sobre Émile Durkheim "A divisão social do trabalho ", "As regras do método sociológico" e "As formas elementares da vida religiosa", coordenados pelo Prof. José Arthur Giannotti.
- Curso de "Lógica", composto de 9 seminários, coordenados pelo Prof. Luiz Henrique Lopes dos Santos (FFLCH/USP).
- Seminário sobre J. Habermas (Teoria da Ação Comunicativa) coordenador pelo Prof. José Arthur Giannotti.

Ao final do período como bolsista, foi apresentado a tese Michel Foucault e a crítica do Poder, perante a banca formada pelos professores José Arthur Giannotti (Filosofia - USP) e José Augusto Guilhon Albuquerque (Ciência Política - USP).

- **1982-1985** - Aprovação no concurso para bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET), financiado pela CAPES, no programa de estudos de Sociologia e Filosofia do Direito. Este foi um projeto experimental do Ministério da Educação, desenvolvido em diversas áreas do ensino superior. A experiência na área de Direito teve sua turma pioneira em 1980.

Banca do Concurso: Professores Tércio Sampaio Ferraz Jr. e José Eduardo Faria.

As atividades desenvolvidas no PET foram, basicamente, as seguintes:

- **1982** - Curso (seminários e aulas expositivas) de leitura da "Teoria Pura do Direito", de H. Kelsen, ministrado pelo Prof. Tércio Sampaio Ferraz Jr.
- Curso de Sociologia Jurídica, ministrado pelo Prof. José Eduardo Faria (seminários e aulas teóricas).
- **1983** - Pesquisa sobre ensino jurídico, orientada por José Eduardo Faria.
- Curso (expositivo) de História da Filosofia do Direito, ministrado pelo Prof. Renato Cirrel Czerna.
- **1984** - Curso sobre Direito Urbanístico, ministrado pelo Prof. Alaôr Caffé Alves.
- Pesquisa sobre Direito e Autoritarismo orientada pelo Prof. José Eduardo Faria.
- **1985** - Estudo sobre Filosofia da Linguagem (Frege, Russell e Wittgenstein) sob a orientação de José Eduardo Faria, José Arthur Giannotti e Luiz Henrique Lopes dos Santos.

Neste projeto foram realizados vários seminários com a participação de professores visitantes, tais como: Norberto Bobbio (Itália), N. Luhmann (Alemanha), Claus Offe (Alemanha), Wolf Paul (Alemanha), Luís Alberto Warat (Argentina), Wienfried Hassemer (Alemanha).

- **1984-1985** - Bolsa de Iniciação Científica do CNPq, sob a orientação do Professor José Afonso da Silva, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, período no qual realizou o trabalho de pesquisa "Direito e autoritarismo: o uso de decreto-lei em matéria tributária".

- **1983** - Estágio no Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, de 12/01 a 11/02, sob a orientação do professor Joaquim Arruda Falcão.

- **1983** - Estágio de Direito na Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal de São Paulo, durante os meses de janeiro e fevereiro.

2.3 - Atividades Profissionais Não-Docentes

- **1999** - Promotor Titular da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da cidade de São Paulo. Até a presente data.

- **1998/2000** - Integrante da Diretoria de Assuntos Institucionais da Associação Paulista do Ministério Público.

- **1996/set - 1997/maio** - Promotor de Justiça designado para trabalhar no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor do Estado de São Paulo (CENACON), então coordenado pelo Dr. José Geraldo Brito Filomeno.

- **1992** - Promotor de Justiça em São Paulo, onde atuou nas seguintes áreas: Promotoria Cível (Incapazes e Deficientes); Mandados de Segurança, Registros Públicos, Criminal Central.

- **1989** - ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, onde foi Promotor titular nas cidades de Santa Fé do Sul, Caraguatatuba, Suzano e São Paulo.

- **1987-1989** - Colaborador semanal do jornal Folha de S. Paulo, na coluna Resenhas (livros, artigos, teses), incluída no Caderno de Política deste jornal.

3 - Consultoria Científica

- Consultor "ad hoc" da diretoria científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, nas áreas de Direito, Sociologia e Filosofia do Direito. Desde 1999.

- Consultor "ad hoc" da diretoria científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, nas áreas de Direito, Sociologia e Filosofia do Direito. Desde 1999.

4 - Conselho Editorial de Revistas Científicas, participação em organizações científicas e/ou de pesquisa e comissões de estudo e pesquisa

- **2000** - Membro da Comissão Julgadora do Concurso BRASILCON de Monografias (categoria estudante).

- **2000** - Membro do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro - IBDS,

- **1999** - Consultor "ad hoc" da Revista Brasileira de Ciências Sociais, nas áreas de Direito, Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito. Desde 1999.

- **1999** - Membro do Grupo de Trabalho sobre Reforma Legal Instituído pelo Ministro da Justiça, Dr. José Carlos Dias.

- **1999** - Representante do Ministério Público na Comissão formada pela APAMAGIS (Associação dos Magistrados do Estado de São Paulo), APMP (Associação Paulista do Ministério Público) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para a elaboração de propostas para a REFORMA DO JUDICIÁRIO. Trabalho final da comissão

publicado em maio de 1999 sob o título: "Propostas de Reforma do Poder Judiciário", edições APMP.

- **1998/2000** - Membro do Conselho Diretor da Revista de Direito do Consumidor, editada pelo BRASILCON (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor), editada pela Revista dos Tribunais. Atualmente no número 32 (novembro de 1999). Reeleito para a gestão **2001/2002**

- Diretor de Comunicação do BRASILCON (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor) para o biênio **1998/2000**. Reeleito para a gestão **2001/2002**

- Membro do Instituto Brasileiro de Política Criminal (IBCRIM). Desde 1996.

- Membro da Latin American Studies Association. Desde 1997.

- Membro da Brasla. Sub-grupo de Sociologia do Direito ligado à LASA. Desde 1997.

- Membro da Law and Society Association. Desde 1999.

- Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Sanitário organizada pelo CEPEDISA (Centro de Pesquisa em Direito Sanitário). Desde 1999.

- 1997-1999 - Presidente do Instituto de Estudos "Direito e Cidadania", do qual é sócio fundador desde 1995.

- Membro do Grupo de Teoria Política do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Desde 1994.(coordenador Professor Cláudio Vouga - USP).

- Membro da Sociedade Brasileira de Direito Público. Desde 1999.

- Membro do Seminário Latino Americano de Teoria Constitucional e Direito (SELA) organizado pela Yale Law School, Universidad de Buenos Aires e Universidad de Chile. Desde 1997.

- Membro do Centro de Estudos e Pesquisa Judiciários (presidido pelo Professor Kazuo Watanabe), SP. Desde 1999.
- Membro do Conselho Diretor e de Modernização da Biblioteca do Ministério Público de São Paulo. Desde 1998.
- Membro da Harvard Law School Association e Harvard Law School Association of Brazil, desde 1997.
- Membro da National Geographic Society, desde 2000.
- Consultor Jurídico do trabalho "Um projeto para o Brasil – A proposta da Força Sindical" Geração Editorial, São Paulo, 1993.

5 - Livros publicados

- **2001** - Publicação do livro Carl Schmitt e a Fundamentação do Direito, Max Limonad, no prelo. (livro acompanhado de tradução revista pelo autor do texto "Sobre as três espécies de pensamento jurídico", de Carl Schmitt.

Resumo da obra:

Versão modificada e atualizada de dissertação de mestrado sobre o pensamento de Carl Schmitt, acompanhada de tradução, revista pelo autor, do texto: "Sobre os três tipos de pensamento jurídico", de Carl Schmitt.

- **2001** - Publicação do artigo "Propostas para a reformulação da lei que criou o Fundo de Reparação de Interesses Difusos Lesados" no livro Ação Civil Pública. Lei 7.347/1985 - 15 anos, Editora Revista dos Tribunais, Coordenador Édis Milaré.
- **2001** - Publicação do livro Proposta de revalorização do critério de merecimento nos concursos de promoção e remoção no Ministério Público, obra coletiva elaborada por Renato Nascimento Fabbrini, Antônio Augusto Mello de Camargo Ferraz, Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Paulo Roberto Dias Júnior, Ricardo Augusto

Montemor e Ronaldo Porto Macedo Júnior, Edições APMP, São Paulo, (57 páginas).

Resumo do livro:

Dois objetivos fundamentais orientaram esse trabalho: 1º.) o de prever, de forma lógica e sistemática, tudo aquilo que signifique “merecimento” de um Promotor de Justiça, com a coragem de sugerir um sistema que atribua “valor” às qualidades previstas; 2º.) o de tornar viável e factível o sistema – apenas aparentemente complexo – pois, embora encaminhe soluções inovadoras, todo o trabalho teve como pressupostos a desnecessidade de qualquer alteração legislativa e a preocupação de apresentar propostas que não apenas contemplassem os princípios norteadores da reforma necessária, mas também incorporassem sugestões detalhadas de um modelo passível de concreta implementação. Dentre as inovações previstas no trabalho, cabe citar: a) a previsão da justificativa pessoal pelos próprios candidatos; b) a apresentação de curriculum; c) a apresentação de projeto de ação no cargo disputado; d) entrevista facultativa com os Conselheiros; e) a criação de sistema de dados sobre a atuação funcional e institucional; f) o aprimoramento do banco de dados da Corregedoria-Geral do Ministério Público; g) a introdução do critério de antigüidade mista; h) a ampliação e a sistematização dos itens de avaliação; i) a criação de um sistema de pontuação; j) mudança no procedimento do concurso, com uma fase de “pré-qualificação”.

- **2001** - Publicação do artigo “A Moral e o Direito em Kant”, no livro A Noção de Justiça na História da Filosofia, Editora Atlas, Coordenador Maria Constança Peres Pizarra (no prelo).

- **2000** - Publicação do artigo “A proteção dos usuários de serviços públicos – A perspectiva do Direito do Consumidor” no livro Direito Administrativo Econômico, Malheiros, Coordenador Carlos Ari Sundfeld.

Resumo do artigo:

O ensaio analisa de maneira exploratória as questões e problemas que estão envolvidos na proteção dos usuários do serviços publico a partir da perspectiva do direito do consumidor. O artigo trata das seguintes questões: 1 – Aplicabilidade do CDC aos serviços públicos; 2 – O mercado de serviços e as agências reguladoras; 3 – A nova principiologia do CDC e os serviços públicos e 4 – O welfarismo e a defesa do usuário-consumidor.

- **1999** - Publicação do livro **Ministério Público II: democracia**, Atlas, José Marcelo Menezes Vigliar e Ronaldo Porto Macedo Jr (organizadores), 263 págs.

Resumo do livro:

O debate sobre a construção de instituições publicas no Brasil vem gradativamente ganhando impulso. O Ministério Público, instituição ainda pouco conhecida pelo grande público e muitas vezes incompreensivelmente negligenciada pelo publico especializado, especialmente cientistas sociais e até bacharéis em direito, vem ganhando visibilidade. Basta comparar a atenção dedicada ao MP pela mídia de hoje com aquela de dez anos atras para perceber que esta instituição ganhou imensa visibilidade social graças ao seu envolvimento em grandes temas da vida nacional, como a democracia, acesso à justiça, meio ambiente, defesa do patrimônio público, etc. Este livro tem o objetivo de contribuir para o aprofundamento do debate acerca da construção e aperfeiçoamento deste importante instrumento de defesa da democracia e cidadania no Brasil. Dentro de uma perspectiva interdisciplinar dos autores com a "engenharia institucional" adequada ao bom funcionamento do Ministério Público. Nele, os autores, membros do Ministério Público brasileiro ou europeu e associados do IEDC, elegeram a democracia e a cidadania como os objetos mais específicos para seus trabalhos. Tal preocupação se traduz em três planos de abordagem distintos mas complementares do tema da Democracia e Ministério Público: 1)- O Direito comparado e a importância do Ministério Público como instrumento para a defesa da democracia; 2)- A democracia e organização interna do Ministério Público; 3)- Instrumentos legais para a implementação da democracia e defesa da cidadania.

Neste livro foram publicados os seguintes ensaios do autor:

1)- Ministério Público Brasileiro: Um novo ator político:

Resumo do artigo:

O Ministério Público brasileiro vem ganhando notável destaque na mídia em razão de seu papel na defesa de uma imensa gama de interesses de natureza coletiva. Diariamente a mídia noticia novas ações de grande impacto na sociedade e no cenário político. Por este motivo, o Ministério Público tornou-se hoje um novo e importante ator político. O Ministério Público brasileiro é dos únicos do mundo ao qual se conferiu poderes e atribuições para atuar diretamente na defesa do consumidor, do meio ambiente, no controle e defesa dos direitos constitucionais do cidadão, na defesa da criança e do adolescente, na prevenção de acidentes do trabalho, na defesa do patrimônio público, na defesa do idoso, na defesa do deficiente e tutelando outros direitos difusos e coletivos, o que não encontra paralelo em nenhum país ocidental. O objetivo do presente texto é explicar a formação do perfil institucional do Ministério Público no direito brasileiro e apresentar os motivos pelos quais foi possível construir-se este modelo no Brasil, em contraste com o modelo adotado em outros países, em especial nos países latino-americanos. Propõe-se, ainda, a mostrar os riscos e desafios que a politização de sua atuação pode trazer para a Justiça no Brasil.

2)- A Vinculatividade dos planos de atuação do Ministério Público

Resumo do artigo:

O ensaio demonstra a importância dos Planos de Atuação Funcional do Ministério Público como mecanismo de racionalização funcional e aumento de eficiência. Ele formula as seguintes conclusões: 1)- O Promotor de Justiça sempre atua segundo algum critério de prioridade, mesmo quando se nega a defini-lo racionalmente e com clareza; 2)- O Ministério Público somente será capaz de bem desempenhar o seu novo perfil institucional se souber escolher e fazer valer as prioridades por ele escolhidas; 3) - Os Planos de Atuação Institucional (PAI), enquanto mecanismos disponíveis para a eleição de prioridades, têm o seu caráter vinculante previsto em diversos diplomas legais, inclusive a LOEMP de São Paulo; 4) - Os PAI não violam a

independência funcional e liberdade de convicção do Promotor de Justiça; 5) - A inclusão de uma meta como prioritária nos PAI deve ter um caráter vinculante, obrigando o Promotor de justiça a tomar medidas para o conhecimento e solução dos problemas identificados, sem, contudo, vincular a forma e convicção pessoal que orientam a sua atuação; 6)- A não-inclusão de uma meta num PAI pode se constituir em elemento autorizador a que o promotor não confira prioridade a eventual representação ou notícia que chegue a seu conhecimento.

3)- O Quarto Poder e o Terceiro Setor. O Ministério Público e as organizações não-governamentais sem fins lucrativos - Estratégias para o Futuro.

Resumo do artigo:

Nos últimos anos, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1998, vem se tornando comum a utilização da expressão "Quarto Poder" para designar o Ministério Público brasileiro. Tal expressão, se não expressa com rigor técnico do constitucionalismo brasileiro a sua novo status jurídico e político, serve ao menos para salientar o seu novo papel e posição perante os três poderes tradicionais da república. A designação, assim, se justifica em vista do alto grau de autonomia desta instituição perante os demais poderes e sua independência, inclusive para mover ações e tomar medidas contra membros do poder legislativo, executivo e judiciário e ainda atuar diretamente na tutela dos interesses transindividuais (interesses difusos e coletivos) de evidente natureza social e com inevitáveis repercussões na gestão das políticas públicas. Tal condição torna o Ministério Público brasileiro uma instituição "sui generis" em relação aos seus similares em outros países, especialmente seus vizinhos latino americanos vocacionados quase que exclusivamente para o desempenho de funções de persecução criminal. Eis o motivo pelo qual o Ministério Público constitui-se numa importante novidade política e institucional no Brasil. Também o Terceiro Setor surge como uma designação nova e, em muitos aspectos problemática, de uma importante novidade institucional na formulação, planejamento e execução de políticas públicas de natureza social. Este novo "setor" de natureza jurídica privada, mas com evidente compromisso com finalidades públicas e sociais encarna com perfeição o sentido

moderno da ascensão do Direito Social. Este novo setor na verdade não se constitui apenas como uma estrutura híbrida entre o público e o privado, nas constitui-se em nova identidade, com dinâmica, estrutura e aspectos novos. Em que medida o Ministério Público relaciona-se com o Terceiro Setor? Haverá hoje um relacionamento efetivo entre ambos? Poderia e deveria haver algum tipo de relacionamento mais direto? O artigo pretende apresentar algumas conclusões provisórias sobre esta articulação possível, nem sempre existente, mas provavelmente necessária.

- **1999** - Publicação do artigo "Globalização e Direito do Consumidor" no livro **Direito Global** (Carlos Ari Sundfeld e Oscar Vilhena Vieira (org), Editora Max Limonad, São Paulo, 1999, 309 págs.

Resumo do artigo:

Pode-se afirmar que a globalização apresenta novos e importantes desafios para o direito do consumidor. Tais desafios passam pelo acompanhamento das mudanças profundas experimentadas pela estrutura produtiva dominante, pelos mercados de consumo, pelos novos processos de exclusão social e econômica provocados pelo dualismo do capitalismo moderno e seus impactos no saber jurídico contemporâneo. O desafio maior constitui-se em não aceitar a idéia de globalização como um processo homogêneo e imposto por uma lógica histórica necessária, mas antes como um novo momento do capitalismo moderno, que oferece novas perspectivas para arranjos institucionais alternativos. É nesse momento que resta confiar na capacidade de imaginação institucional e legal dos juristas brasileiros no sentido de desenhar instrumentos legais eficazes para a defesa do consumidor de velhas e novas ameaças. À medida que a sociedade de consumo de serviços apresenta novos problemas ela demanda soluções inovadoras. A existência de agências reguladoras fortes, a uniformização do direito no Mercosul e uma nova compreensão da natureza do processo de contratação moderno constituem capítulos do desafio consumerista atual. Dentro do repertório aberto de alternativas que se apresentam hoje, cabe pensar quais delas serão mais adaptadas à realidade brasileira, dentro do contexto global.

- **1998** - Publicação do livro **Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor**, Editora Max Limonad, São Paulo, págs. 397.

Versão modificada e atualizada de tese de doutoramento sobre **"Sociologia Jurídica e Teoria do Direito: A teoria relacional e a experiência contratual"**.

Resumo do livro:

Trata-se de um trabalho de teoria geral do direito e de sociologia jurídica. Nele são analisadas as mudanças no direito contratual em geral. Para tanto, procura identificar os três âmbitos dentro dos quais a crise do paradigma contratual clássico e neoclássico se colocam, a saber, a inclusão de novos valores de bem-estar e justiça distributiva no Direito Social, as mudanças nas práticas de racionalidade jurídica subjacentes ao moderno direito contratual e, finalmente, as mudanças na estruturação da produção e distribuição de bens. Ele propõe um modelo teórico dos contratos relacionais, especialmente no tocante as suas características, princípios reguladores e estruturação dogmática. Em seguida, procura explorar os desafios e as novas perspectivas introduzidas pela abordagem relacional para o direito do consumidor, especialmente para um direito contratual do consumidor de cunho welfarista. Neste intuito, analisa o caso particular de contratação relacional de consumo, a saber, os contratos de previdência privada.

- **1997** - Publicação do livro (colaborador), juntamente com José Geraldo Brito Filomeno Dora Bussab Castelo, **"Promotorias de Justiça do Consumidor: Atuação Prática"**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1997, 513 págs. .

Resumo da obra:

Trata-se de manual de orientação profissional na área de defesa do consumidor. Contém compilação de legislação necessário ao desempenho da atuação na área de consumidor, estudos e pareceres especializados, bem como súmulas de entendimento sobre os principais temas enfrentados pelo promotores de justiça.

- **1992** - Publicação do artigo "A Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro", no livro Ministério Público: Instituição e Processo, Antônio Augusto Camargo Ferraz (coordenador) São Paulo, Atlas, 1997. 2ª edição de 1999.

5.1 - resenhas dos livros publicados

- **2000** - "Ministério Público II", resenha de Renato Nascimento Fabbrini ao livro Ministério Público II: Democracia, publicado na revista da APMP, janeiro de 2000.
- **1999** - "O Contrato sob o Direito Social", resenha de Alberto do Amaral Jr. ao livro Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, de Ronaldo Porto Macedo Jr., publicado na revista Novos Estudos CEBRAP, vol. 54, julho de 1999, pags. 179-183.
- **1999** - "Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor", resenha ao livro de mesmo nome, de Ronaldo Porto Macedo Jr., publicado na revista APMP, ano III, n. 27, jun/jul, 1999, pags. 34/35.
- **1997** - Resenha de Aristides Junqueira Alvarenga, ao livro Ministério Público: Instituição e Processo, publicado na Revista da APMP, agosto de 1997.
- **1997** - Resenha de Aristides Junqueira Alvarenga, ao livro Ministério Público: Instituição e Processo, publicado no Boletim do IEDC, n. 3, novembro/dezembro, 1997.

6 - Artigos, ensaios e trabalhos acadêmicos

6.1 - No Exterior

- **2001** - publicação do artigo "Mercado de intercambio y forma contractual" in livro organizado por Christian Courtis, Teoria Critica y Derecho Privado, a ser publicado na Argentina.

Resumo do artigo:

O texto, que desenvolve algumas teses já desenvolvidas no capítulo III do livro Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, apresenta uma descrição das transformações ocorridas no direito contratual moderno e mostra a íntima conexão existente entre as formas de organização da produção, as práticas contratuais e a teoria contratual que lhes corresponde ou é coetânea. Uma primeira homologia entre estas três esferas pode ser encontrada entre a produção manufatureira, os contratos descontínuos e a teoria contratual clássica. Uma segunda pode ser identificada entre a produção de massa, os contratos abertos (na verdade uma mitigação dos contratos descontínuos) e a teoria contratual neoclássica. Por fim, há também uma homologia típico-ideal entre a especialização flexível, os contratos relacionais e a teoria contratual relacional. Este texto procura apontar para as raízes econômicas das transformações nas práticas contratuais e nas regras de julgamento a ele pressupostas. A sua intenção básica não se constitui na descrição das características dos contratos relacionais, mas sim, a explicação do fundamento econômico de seu surgimento e sua articulação com as transformações da vida material que lhes dão suporte e significado.

- **2001** - Publicação do artigo "Relational Contracts in Brazilian Law" na Social & Legal Studies - An International Journal, London, no prelo.

Resumo do artigo:

O paradigma contratual neo-clássico que domina o direito brasileiro tem se demonstrado cada vez mais limitado e problemático para descrever e regular os contratos relacionais ou de longa duração, cada vez mais frequentes em setores produtivos pós-fordistas. O artigo discute os elementos para uma teoria contratual relacional capaz de fornecer novos tipos descritivos e princípios normativos para o direito contratual, como os princípios da solidariedade, cooperação, participação e equilíbrio

- **1999** - Publicação do artigo "Privacidad, Mercado y Información" Revista Jurídica de la Universidad de Palermo, año 4, número especial 1, 1999.

Resumo do artigo:

A maneira como a nova imprensa brasileira vem transformando temas da vida privada em mercadoria de consumo, o debate sobre o sigilo bancário como garantia constitucional à privacidade e a comercialização de informações sobre consumidores obtidas a partir de dados cadastrais tem trazido à tona uma nova forma de articulação dos temas da privacidade, da informação e do mercado. O presente texto procura mostrar como o conceito operativo mais frequentemente utilizado pela dogmática jurídica no tratamento do direito à privacidade e intimidade reporta-se à idéia de liberdade negativa. Ocorre, contudo, que tal conceito, forjado por uma influente linhagem do pensamento liberal, não apresenta critérios claros e medidas consistentes sobre os limites da liberdade de cada um e, conseqüentemente, sobre os limites mínimos da privacidade que deve ser garantida a cada indivíduo. O conceito de liberdade positiva, i.e., liberdade enquanto autonomia, serve de elemento para a fixação de uma nova medida do direito à privacidade, sem, contudo, resolver o problema, na medida em que, no limite, a liberdade positiva significa a liberdade para obedecer. O artigo conclui pela necessidade da utilização de critérios pragmáticos (e não ideais e principiológicos) de mensuração da privacidade, a partir do conceito de normalidade. A privacidade normal seria aquela definida não por critérios transcendentais ou ideais, mas sim a partir das regras de julgamento social acerca do que é o limite provisório, adequado e reflexionante da medida do público e do privado. É a partir destas regras que se poderá estabelecer um sistema de regulação da informação no mercado e seus efeitos tendo-se em vista o direito à privacidade.

6.2 - No Brasil

- **2000** - Publicação de artigo "O Ministério Público 500 anos depois do descobrimento" in Cadernos de Direito e Cidadania – nº II, IEDC.
- **2000** - Publicação de artigo "O Ministério Público 500 anos depois do descobrimento" in Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.%

Resumo do artigo:

O artigo procura apresentar uma breve história da evolução institucional do Ministério Público para concluir que trata-se de uma instituição que não tem seu lugar ou relevância naturais. Assim como crescem, as instituições perdem importância, relevância ou eficácia. Este Ministério Público de hoje não tem assegurado um futuro evolutivo, de expansão ou "aperfeiçoamento". É certo, contudo, que as instituições têm uma certa inércia que lhes garante certa permanência. Mesmo num cenário de decadência, é difícil imaginar que o Ministério Público volte a ser o que era a 500 anos atrás. A sua eventual decadência poderá ser gerada pelo surgimento de novas instituições (estatais ou não-governamentais), mais modernas e aptas a atender as demandas de seu tempo. Em outras palavras, e esta a segunda lição e reter, uma instituição decai não apenas por seu enrijecimento e burocratização, mas também pelo surgimento de novas instituições que lhes tomam o lugar, desempenhando novas e antigas funções com maior eficácia e adequação. A história do Ministério Público nestes 500 anos é um exemplo disto. Os riscos que hoje corre, também.

- **2000** - Publicação de artigo "Globalização e o Direito do Consumidor", in Revista Diálogos e Debates da Escola Paulista da Magistratura, Ano 1, no. 1, setembro de 2000.

- **2000** - Publicação do artigo "Direito à informação nos contratos relacionais de consumo", Revista de Direito do Consumidor, no. 35, julho-setembro de 2000.

- **1999** - Publicação de artigo "Contratos Relacionais no Brasil", in Revista da Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da USP, vol. 1, ano 1, dezembro 1999.

Resumo do artigo:

O paradigma contratual neo-clássico que domina o direito brasileiro tem se demonstrado cada vez mais limitado e problemático para descrever e regular os contratos relacionais ou de longa duração, cada vez mais frequentes em setores produtivos pós-fordistas. O artigo discute os elementos para uma teoria contratual relacional capaz de fornecer novos tipos descritivos e princípios normativos para o direito

contratual, como os princípios da solidariedade, cooperação, participação e equilíbrio

- **1999** - Publicação de artigo "Globalização e o Direito do Consumidor", in Revista de Direito do Consumidor, n. 32, julho/setembro, RT, 1999, outubro/dezembro de 1999.

- **2000** - Publicação de artigo "Globalização e o Direito do Consumidor", in Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ano 07, no. 14, julho/dezembro de 1999.

- **1999** - Publicação de artigo "O Quarto Poder e o Terceiro Setor – O Ministério Público e as organizações não-governamentais sem fins lucrativos – Estratégias para o futuro, In Revista da Escola Superior do Ministério Público, ano 4, no. 22, dezembro de 1999.

- **1999** - Publicação de artigo "A Vinculatividade dos planos de atuação do Ministério Público", in Revista da APMP, n. 29, outubro/novembro, 1999.

- **1999** - Publicação de artigo "Importância estratégica do merecimento e o fim da lista tríplice", em parceria com Antônio Augusto Mello de Camargo Ferraz, in Revista da APMP, n. 29, outubro/novembro, 1999.

Resumo do artigo:

Uma das grandes preocupações da moderna teoria da administração (pública ou privada) consiste na formulação de mecanismos institucionais visando o estímulo à produtividade e eficiência. Esta preocupação está presente tanto nos programas de reengenharia da empresa privada, como na intenção da agenda da reforma do estado. O debate recente sobre a administração pública não tem fugido desta preocupação. Cada vez mais, o desafio da moderna burocracia constitui-se em formular estratégias para o estímulo à produtividade, inovação, criatividade e flexibilidade na prestação do serviço a que se destina. Este debate envolve a elaboração de inúmeras estratégias e mecanismos que vão desde a possibilidade de demissão do servidor funcionalmente ineficiente, flexibilização do sistema remuneratório,

ampliação da confiança na justiça e transparência dos mecanismos de ascensão profissional, monitoramento de qualidade, treinamento, etc. Neste artigo discute-se, de maneira introdutória e preliminar, apenas um dos mecanismos possíveis para o estímulo à produtividade dentro do Ministério Público, a saber o sistema de promoção e remoção por merecimento.

- **1999** - Publicação de artigo "Privacidade, Mercado e Informação", in Revista de Direito do Consumidor, n. 31, julho/setembro, RT, 1999, também publicado em Boletim da Escola Paulista do Ministério Público, agosto de 1999.

Resumo do artigo:

A maneira como a nova imprensa brasileira vem transformando temas da vida privada em mercadoria de consumo, o debate sobre o sigilo bancário como garantia constitucional à privacidade e a comercialização de informações sobre consumidores obtidas a partir de dados cadastrais tem trazido à tona uma nova forma de articulação dos temas da privacidade, da informação e do mercado. O presente texto procura mostrar como o conceito operativo mais frequentemente utilizado pela dogmática jurídica no tratamento do direito à privacidade e intimidade reporta-se à idéia de liberdade negativa. Ocorre, contudo, que tal conceito, forjado por uma influente linhagem do pensamento liberal, não apresenta critérios claros e medidas consistentes sobre os limites da liberdade de cada um e, conseqüentemente, sobre os limites mínimos da privacidade que deve ser garantida a cada indivíduo. O conceito de liberdade positiva, i.e., liberdade enquanto autonomia, serve de elemento para a fixação de uma nova medida do direito à privacidade, sem, contudo, resolver o problema, na medida em que, no limite, a liberdade positiva significa a liberdade para obedecer. O artigo conclui pela necessidade da utilização de critérios pragmáticos (e não ideais e principiológicos) de mensuração da privacidade, a partir do conceito de normalidade. A privacidade normal seria aquela definida não por critérios transcendentais ou ideais, mas sim a partir das regras de julgamento social acerca do que é o limite provisório, adequado e reflexionante da medida do público e do privado. É a partir destas regras que se poderá estabelecer um sistema de regulação da informação no mercado e seus efeitos tendo-se em vista o direito à privacidade.

- **1998** - Publicação de artigo "Os contratos previdenciários, a informação adequada e os riscos do consumidor", in Revista da APMP, n. 23, outubro/novembro, 1998.
- **1998** - Publicação de artigo "Relação de Consumo sem contratação de consumo direta. Quando o empresário paga a conta", in Revista de Direito do Consumidor, n. 27, julho setembro, RT, 1998.

Resumo do artigo:

Neste trabalho argumento que o conceito de relação de consumo não pode ser definido em termos estritamente formais e dogmáticos, uma vez que envolve a consideração da natureza econômica da troca e seu significado concreto nas relações de produção. Nele concluo que: 1)- A relação de consumo ensejadora da proteção jurídica do CDC se configura independentemente da existência de uma contratação direta de consumo; 2)- Haverá relação de consumo sempre que o contrato entre empresas para fornecimento de bens ou serviços que atinjam consumidores finais trabalhadores vulneráveis e não envolva a aquisição de insumos ou bens de produção; 3)- Os conceitos de bens de produção, insumos e bens de consumo dependem da função econômica desempenhada pelos serviços e bens reconhecidos como tais; 4)- Os planos de saúde e de previdência privada pagos integralmente pelo empregador em favor de seus funcionários estão submetidos ao CDC naquilo em que afetarem os interesses dos consumidores.

- **1998** - Publicação de artigo (tese) "Os contratos previdenciários, a informação adequada e os riscos do consumidor", in Revista de Direito do Consumidor, n. 26, abril/junho, RT, 1998.

Resumo do artigo:

Neste trabalho procuro argumentar que os princípios do dever de informar adequadamente aplicam-se aos contratos previdenciários. A suas conclusões são as seguintes: 1. O princípio da informação adequada nos contratos relacionais de consumo (como a previdência privada) envolvem o dever de informar não apenas no momento da

celebração contratual, mas durante todo período da performance ou execução contratual; 2. O artigo 6º, III do Código de Defesa do Consumidor refere-se não apenas aos riscos de produtos e serviços à saúde e incolumidade física do consumidor, mas também aos riscos do capital e do investimento envolvidos em relações de consumo; 3. É dever do fornecedor dos contratos previdenciários manter o consumidor adequada e permanentemente informado sobre todos os riscos de investimento a que está sujeito; 4. Os riscos de investimento nos contratos previdenciários são diretamente afetados pela forma como são geridos os planos previdenciários; 5. É dever do fornecedor nos contratos previdenciários de manter dentro da normalidade os riscos de investimento do consumidor nos contratos previdenciários, devendo ser "riscos razoáveis", durante todo o período em que persista a relação contratual; 6. Configura prática abusiva a imposição de riscos exagerados que desrespeitem as legítimas expectativas pretéritas e presentes do consumidor nos contratos previdenciários; 7. Com a finalidade de resguardar os interesses dos consumidores nos contratos previdenciários, figura-se recomendável a adoção do princípio do administrador prudente, de modo a responsabilizar civilmente a administração dos fundos pela realização de investimentos e exposição do consumidor a riscos exagerados em relação às suas expectativas razoáveis com relação ao serviço contratado.

- **1998** - Publicação de artigo (tese) "O Ministério Público brasileiro: um novo ator político" no Livro de Teses do 12º Congresso Ministério Público e Democracia, realizado em Fortaleza, Ceará, 26 a 29 de maio de 1998, Ed. Parque Gráfico do Tribunal de Justiça do Ceará, 1998.

- **1998** - Publicação de artigo "Mudanças dos Contratos no âmbito do Direito Social" na Revista de Direito do Consumidor, n. 25, janeiro/março, RT, 1998.

Resumo do artigo:

Este artigo toma por base as idéias de François Ewald (L'État Providence, Grasset, 1986) para elaborar uma exposição das características fundamentais da racionalidade jurídica do Direito Social (A sua racionalidade reflexionante). A partir desta caracterização são analisados as principais características dos novos paradigmas do

direito contratual moderno e a crise do paradigma liberal. Neste aspecto, desenvolve alguns pontos já abordados no livro Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor.

1998 - Publicação de artigo "Os contratos previdenciários, a informação adequada e os riscos do consumidor", in Revista AJURIS, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, volumes 186 a 191, Porto Alegre, RS, 1998.

- **1997** - Publicação de artigo "Contrato Previdenciário como contrato relacional" na Revista de Direito do Consumidor, n. 22, abril/junho, 1997, RT, São Paulo.

Resumo do artigo:

O tema da previdência privada vem ganhando enorme destaque dentre as preocupações do jurista e também do homem comum, especialmente em dias de "Reforma da Previdência". O que procurarei enfatizar neste artigo são os limites da teoria contratual neoclássica tradicional para a compreensão deste tipo de relação contratual. A importância do tema dos fundos de pensão tem chamado a atenção de juristas e economistas por pelo menos três grandes razões igualmente importantes. Em primeiro lugar, o interesse é despertado em razão dos volumes de recursos concentrados nestes fundos e o seu papel estratégico como mecanismo alavancador e estimulador do crescimento econômico, em particular em países em desenvolvimento. Em segundo lugar, devido à enorme importância social que têm hoje e terão no futuro, caso seja mantida a tendência mundial de privatização do sistema de seguridade social. Isto faz com que um contingente de pessoas já significativo, que se tornará cada vez maior com o aumento do número de aposentados em relação a população economicamente ativa, venha a se tornar ainda maior em futuro próximo. Em terceiro lugar, por causada existência de um considerável número de consumidores que são lesados em seus direitos e frustrados em suas expectativas em razão da má gestão ou fraude na administração dos fundos. A importância dos fundos é tamanha que os problemas e dificuldades relacionados a sua administração, controle e responsabilidade têm se tornado um dos temas mais presentes nos debates políticos e econômicos em curso tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. Dentre os

principais problemas em relação ao tema destacam-se: 1)- a interferência de critérios políticos na administração dos fundos comprometendo a sua eficiência e rentabilidade; 2)- a existência de interesses conflituais entre o administradores dos fundos e seus participantes, em particular entre os grupos econômicos que são os fiadores do plano de pensão e seus administradores; 3)- as deficiências do mercado como mecanismo eficaz de controle e monitoramento do bom funcionamento dos fundos de pensão; 4)- a responsabilidade social presente nos fundos de pensão que não permite que sejam eles administrados como fundos de investimentos quaisquer; 5)- a inexistência de legislação que estabeleça limites e critérios não apenas para coibir a administração fraudulenta e criminosa, como também para evitar a administração que importe em riscos excessivos, o uso do poder econômico concentrado nos conselhos de administração para tráfico de influência, o fornecimento de informação privilegiada e a alocação de investimentos em setores e/ou outras empresas em troca de favores ou vantagens que beneficiem os administradores em detrimento dos sócios. Em poucas palavras, poder-se-ia resumir os problemas envolvidos na administração dos fundos de pensão nas seguintes questões: 1)- Como deve ser feito o controle dos fundos e sua administração? Quem deve exercer tal controle? O artigo procura dar algumas respostas a estas questões.

- 1997 - Artigo "Constituição, Soberania e Ditadura em Schmitt" Revista LUA NOVA, n. 42 editada pelo CEDEC, 1997.

Resumo do artigo:

*Para Carl Schmitt, o decisionismo jurídico se define pelo reconhecimento da pressuposição da existência de uma decisão soberana fundadora de uma ordem jurídica: "Para o jurista de tipo decisionista, a fonte de todo o "direito", isto é de todas as normas e os ordenamentos sucessivos, não é o comando enquanto comando, mas a autoridade ou soberania de uma **decisão** final, que vem tomada junto com o comando". O artigo analisa o significado desta decisão e sua relação com o ocasionalismo romântico. Politicamente o decisionismo jurídico imbrica-se intimamente, no interior do pensamento schmittiano, com uma concepção de Estado forte, de uma democracia-ditatorial de tipo totalitário, fundada na igualdade*

(igualdade de estirpe), de modo a manter a unidade e hierarquia de poderes políticos e do próprio direito no âmbito da sociedade. Na concepção política schmittiana não há mais lugar para um equilíbrio pluralista. A unidade deve ser mantida pela hierarquia e pelo comando e tem como pré-requisito a unidade de estirpe. O decisionismo jurídico analítico e formal dos anos 1920, formado a partir de uma dupla matriz hobbesiana e ocasionalista romântica, ganha conteúdos bem definidos e conservadores a partir dos anos 1930. Por um lado, estes conteúdos estarão baseados na crítica católica conservadora de Donoso Cortès, Bonald e De Maistre na crise de decisão provocada pelo eterno diálogo liberal e a conseqüente defesa da ditadura como forma de sua superação. Por outro lado, os novos conteúdos estarão fundados no institucionalismo ("konkrete Ordnungsdenken"), também conservador, que confere ao Exército e à burocracia estatal um papel preponderante na estruturação e hierarquização da nova ordem.

- **1995** - Publicação do artigo "O case system e o ensino jurídico americano", no número 1º da Revista do Instituto de Estudos de "Direito e Cidadania", São Paulo.

- **1994** - Publicação do artigo "O Decisionismo de Carl Schmitt", publicado no número 32, 1994, da Revista LUA NOVA, editada pelo CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

Resumo do artigo:

*Passados mais de 45 anos do final da Segunda Guerra Mundial, inicia-se a redescoberta de um dos mais provocantes, instigantes e perturbadores pensadores políticos do século, o "**Kronjurist**" da Alemanha nazista, Carl Schmitt. O nome deste pensador está condenado a associar-se à rubrica "decisionismo" jurídico, teoria segundo a qual o fundamento último do direito é uma decisão política do soberano. Uma apresentação cuidadosa do decisionismo jurídico deve mostrar como o pensamento de Carl Schmitt dos anos 20' (período em que formula as bases do decisionismo) modifica-se, sem se tornar contraditória, com a assimilação, nos anos 30' do "institucionalismo jurídico" de autores como Maurice Hauriou e Santi Romano. A partir dos anos 30' Schmitt explicita o sentido próprio do decisionismo fundado no "pensamento da ordem concreta", ou seja, o decisionismo institucionalista.*

- **1992** - Participação em pesquisa realizada pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) sobre as transformações do Poder Judiciário, coordenada pela professora Maria Teresa Sadek e elaboração do texto "A Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro", publicado em revista do mesmo instituto em 1995. Texto também republicado em Ministério Público: Instituição e Processo, São Paulo, Atlas, 1997. 2ª edição de 1999.

Resumo do artigo:

O Ministério Público brasileiro apresenta uma série de peculiaridades em relação aos diversos Ministérios Públicos de todo o mundo. Tais peculiaridades se explicam pelas origens histórico-institucionais diferenciadas que tal instituição teve nos países ocidentais. Explica-se, ademais, pelos diversos modelos de engenharia institucional adotados pelos aparelhos judiciais destes mesmos países. Não obstante, se é possível falar numa instituição chamada Ministério Público que descreve uma família de instituições semelhantes entre si, é porque algo as une quanto à finalidade, espírito institucional e atribuições. Quais seriam estes traços de identidade? Afinal, o que é e o que faz o Promotor de Justiça? Por trás da resposta a esta pergunta aparentemente simples esconde-se uma gradual evolução político institucional de uma das peças mais importantes do Aparelho Judicial Brasileiro. Afinal, por que tanta falta de clareza quanto à identidade do Promotor de Justiça? No plano do senso comum sabe-se que o Promotor de Justiça promove a persecução penal. Mas e no cível, o que faz ele? Ainda no senso comum pensa-se sempre que o Promotor é membro do Poder Judiciário. Tal pensamento, que do ponto de vista formal está incorreto (porquanto o Ministério Público hoje ocupe uma posição "sui generis" no interior do Poder Executivo), está também a indicar e esconder certas questões essenciais relacionadas à identidade do Promotor de Justiça. A imagem do Ministério Público americano, sempre presente no inconsciente da população em geral, associa a atuação do Promotor de Justiça à atividade de persecução criminal. O Promotor americano age ora como detetive, ora como acusador, acumulando as funções que no Brasil são exercidas pelo Promotor de Justiça e pelo Delegado de Polícia. Esta imagem "americanizada" do sistema judicial brasileiro dá origem a falsas imagens do Ministério Público no Brasil. Se compararmos com o

Ministério Público de outros países veremos as mesmas perplexidades. O Ministério Público brasileiro é dos únicos do mundo ao qual se conferiu poderes e atribuições para a atuação importante e direta na defesa do consumidor. O seu papel é também fundamental em áreas como a proteção do meio ambiente, controle e defesa dos direitos constitucionais do cidadão e defesa da criança e adolescente, o que não encontra paralelo senão em alguns poucos Ministérios Públicos do mundo. Qual é a razão para tanta falta de uniformidade entre as atribuições do Ministério Público do mundo e comparados, por exemplo, com as atribuições dos outros atores do Aparelho Judicial como o advogado e o juiz? O objetivo do texto é evidenciar o papel e a natureza da intervenção do Ministério Público no direito brasileiro, e o seu lugar no âmbito do Aparelho Judicial Brasileiro. Pretendi, também mostrar os problemas básicos para a montagem de uma engenharia institucional adequada ao Ministério Público brasileiro.

- **1991** - Publicação do artigo "Foucault: o poder e o direito" na Revista de Sociologia da U.S.P., Revista TEMPO SOCIAL, ano II, nº 3.

Resumo do artigo:

A idéia de crise do direito que pode ser encontrada em grande parte da literatura jurídica contemporânea está baseada numa questão mais profunda, relacionada à crise dos conceitos clássicos de racionalidade e Representação. Este artigo procura mostrar como a análise foucaultiana da crise da racionalidade legal liberal explica o advento de novas formas de racionalidade jurídica, baseadas nos conceitos de Norma e Normalidade, no, assim chamado, Direito Social. Deste modo são analisados os principais conceitos envolvidos na arqueologia do conhecimento jurídico e genealogia dos poderes legais na Sociedade do Bem Estar Social. Por fim, o ensaio confere particular atenção ao conceito de soberania e a crítica foucaultiana à noção de bio-poder desenvolvida em "La Volonté de Savoir".

6.3 - Artigos e entrevistas na Imprensa

- **1997** – “Direitos do Consumidor – Contratos de Longo prazo”. Entrevista sobre o livro Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, Revista Consumidor Moderno, no. 37, ano 06, agosto de 2000, pags. 68-72.
- **1997** - “A Defesa do Consumidor, Imprensa e o Consumidor Pobre”, in Boletim e site *Observatório da Imprensa*, setembro.

7- Participação em reuniões científicas, palestras e seminários.

7.1 - No Exterior

7.1.1 - Confirmados para o ano de 2001.

- **2001** - Apresentação do paper “**The Brazilian Prosecution Service: The internal politics and external (ir)rationality**”, no XXIII Meeting of the Latin American Studies Association (LASA), September 6-8, 2001, Marriot Wardman Park Hotel, Washington DC.
- **2001** – Participação no Seminário de Teoría Constitucional y Política (SELA) 2001 organizado e patrocinado pela YALE LAW SCHOOL, a se realizar entre os dias 7-10 de junho em Iquique, Chile, sobre o tema “Fundamental Rights”.
- **2001** – Apresentação de paper “The Brazilian Prosecution Service: Exchanges Between Micro and Macro Politics” no Meeting da Law and Society Association, a se realizar entre 4 e 7 de julho em Budapest, Hungria.

7.1.2 - Já realizados

- **2001** - Apresentação dos papers “**New challenges in Brazilian Consumer Law**; “**Relational Consumer Contracts. New challenges for consumer law**” (Principal paper) na - 8th International Consumer Law Conference – Auckland, New Zealand, April, 2001.

- **2000** - Participação no Seminário Latinoamericano sobre Democracia e Teoria Jurídica SELA sobre o tema "Rule of Law", organizado e patrocinado pela YALE LAW SCHOOL realizado entre os dias 8 e 11 de junho em Pinamar (Argentina).

- **2000** - Apresentação do paper "The Judiciary Reform in Brazil", no meeting of the Latin American Studies Association (LASA), realizado nos dias 16-19 de março de 2000 na cidade de Miami, Florida (EUA), 2000." IN: <http://www.pitt.edu/~lasa/Lasacongresspapers.htm>

- **1999** - Apresentação da palestra "La defensa del consumidor y el Mercosur", no II Congreso Internacional de la Asociación de Derecho Público del Mercosur", organizado pelas Asociación de Derecho Público del Mercosur, La Asociación Argentina de Derecho Administrativo, la Universidad de Belgrano e Universidad Notarial Argentina, realizado en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires no dias 14, 15 e 16 de abril de 1999.

Resumo da palestra:

Nesta palestra foram apresentados os principais problemas que atualmente envolvem a defesa do consumidor e o Mercosul a partir da perspectiva brasileira. Neste intuito, examinei os problemas envolvidos no conteúdo do artigo 50 do Tratado de Montevidéu e os riscos implícitos na homologação do Protocolo sobre Relações de Consumo, especialmente no que tange à revogação implícita do artigo 26 do CDC.

- **1999** – Participação no "Symposium Honouring the Scholarship of Ian Roderick Macneil – John Henry Wigmore Professor of Law Northwestern University School of Law": RELATIONAL CONTRACT THEORY: UNANSWERED QUESTIONS, ocorrido no dia 29 de janeiro de 1999 na cidade de Chicago, Illinois (EUA), 1999.

- **1998** - Apresentação da palestra "The Brazilian Attorney General Office and the Third Sector", no meeting of the Latin American Studies Association (LASA), ocorrido nos dias 23, 24, 25 e 26 de setembro de 1998 na cidade de Chicago, Illinois (EUA), 1998."

- **1998** - Participação como palestrante no Seminário Latinoamericano sobre Democracia e Teoria Jurídica, organizado e patrocinado pela YALE LAW SCHOOL realizado entre os dias 6 a 9 de agosto de 1998 na cidade de Mar del Plata (ARGENTINA), onde apresentou o "paper": "Privacy, Information and the Market".
- **1998** - Participação como palestrante na XXVIII Annual Congress da Canadian Association for Latin American and Caribbean Studies (CALACS) realizada entre os dias 19 e 22 de março de 1998 na cidade de Vancouver, BC (CANADA), onde apresentou o paper: "The Brazilian Public Prosecution Service: A new political player".
- **1997** - Apresentação da palestra "Relational Contracts in Brazilian Law" no meeting of the Latin American Studies Association (LASA), Continental Plaza Hotel, Guadalajara, Mexico, April 17-19, 1997."
- **1995** - Maio de 1995 - Participação no V Congresso Internacional de Direito do Consumidor, realizado em Toronto, Canadá.
- **1995** - Participação no Seminário "Interdisciplinary Perspectives on the Human Rights Movement", organizado pelo Professor Henry Steiner realizado na Harvard University, Cambridge (MA) - EUA, realizado em 11 de março de 1995.

7.2 - No Brasil

7.2.1 - Internacionais

- **2000** - Participação do International Workshop "Civil Society in Democratization Processes", realizado no CEBRAP, em São Paulo entre os dias 28 e 29 de setembro de 2000.
- **2000** - Participação como palestrante do 2º Congresso Interamericano de Direito do Consumidor, apresentando o trabalho "Contratos Relacionais e seus críticos revisitados", realizado em São Paulo entre os dias 11 e 14 de setembro de 2000.

- **2000** - Participação como relator do 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental – Agricultura e Meio Ambiente, realizado em São Paulo entre os dias 4 e 7 de junho de 2000.
- **1999** - Participação como debatedor na mesa redonda “A pesquisa e a legislação de Segurança Sanitária na Proteção do Consumidor”, no 5º Seminário Internacional de Direito Sanitário ocorrido entre 3-7 de outubro de 1999, no Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, coordenado pelos professores Dalmo de Abreu Dallari e Sueli Gandolfi Dallari.
- **1999** - Participação como debatedor na mesa redonda “Perspectivas do Direito Ambiental”, no Seminário Internacional de Direito Ambiental Urbano – Recuperação Ambiental Urbana e Parcelamento do Solo: Um desafio democrático”, organizado pelo IEDC, APMP e APAMAGIS ocorrido Memorial da América Latina, no dia 17 de novembro de 1998.
- **1998** - Participação como convidado no 1º Congresso Inter-Americano de Direito do Consumidor, 3º Congresso Ibero-Latinoamericano de Direito do Consumidor e 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, realizado entre 8 e 11 de março de 1998 na cidade de Gramado (RS), onde apresentou e teve aprovada a tese “Os Contratos Previdenciários, a informação adequada e os riscos do consumidor”.
- **1997** - Participação no 2º Congresso Internacional de Direito Ambiental organizado pelo Instituto “O Direito por um planeta verde”, realizado em São Paulo, de 3 a 6 de junho de 1997.
- **1993** - Participação do “Seminário Internacional: Meio Ambiente e Consumidor: em busca de uma agenda comum”, realizado em São Paulo, no dia 1º de junho de 1993 pela Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

7.2.2 - Nacionais

- **2000** – Participação do XXIV Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais,

onde expôs o trabalho "A Reforma do Judiciário no Brasil" ocorrido em Petrópolis, RJ, entre os dias 23 e 27 de outubro de 2000.

- **2000** – Palestra sobre "O Ministério Público e a tutela ambiental" no Curso "A problemática Ambiental no Município de São Paulo", organizado pela Prefeitura de São Paulo – DECONT, ocorrido no dia 16 de outubro de 2000.
- **2000** – Palestra sobre "Contratos Relacionais e o Direito do Consumidor" realizada no Centro de Estudos e Debates do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, ocorrido no dia 28 de março de 2000.
- **2000** - Participação como palestrante do 5º Congresso Brasileiro e 3º Congresso Mineiro de Direito do Consumidor, apresentou o trabalho "Direito à informação nos contratos relacionais de consumo", realizado em Belo Horizonte, entre os dias 2 e 5 de maio de 2000.
- **2000** - Participação como palestrante do 1º Simpósio Nacional de Direito Bancário – A proteção judicial do consumidor de credito bancário, onde apresentou o trabalho "Contratos Relacionais no Direito Bancário", realizado em São Paulo, entre os dias 06 e 07 de julho de 2000 (palestra gravada e retransmitida em rede nacional pela Globo TV a Cabo).
- **2000** – Palestra sobre "Globalização e Direito do Consumidor" na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ocorrida em Brasília, DF (trabalho posteriormente publicado na Revista da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no. 14, 2000).
- **2000** - Participação como debatedor do Seminário "2000 – Ano da cidadania – Os Direitos do Consumidor rumo ao 3º milênio – III", painel Liberdade de Expressão nos Meios Eletrônicos, realizado pela Ordem dos Advogados de São Paulo, entre os dias 13 a 11 de abril de 2000, na cidade de São Paulo.
- **2000** - Participação como palestrante da VI Conferencia Estadual dos Advogados do Estado de Alagoas "A Evolução do Direito ao

longo dos 500 anos, onde proferiu palestra sobre "O Ministério Público e o Advogado", realizado em Maceió, entre os dias 12 e 14 de abril de 2000.

- **2000** - Participação como palestrante do Seminário de Direito Civil, Processual Civil e Acidente do Trabalho, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, realizado em Goiânia entre os dias 08 e 09 de junho de 2000, onde apresentou a palestra: "Aspectos Processuais da Ação Civil Pública. Tutela coletiva e políticas públicas".
- **2000** - Participação no I Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito do Seguro realizado entre os dias 18 e 19 de setembro de 2000 em São Paulo.
- **1999** - Palestra sobre "Transformações da Natureza dos Serviços e os Desafios para o Direito", no XVII Curso BRASILCON de Direito do Consumidor, realizado entre os dias 17 a 19 de agosto de 1999, no salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Resumo da palestra:

Nesta palestra (cujo texto está sendo finalizado para publicação) tratei basicamente das seguintes questões: 1 – O tema dos serviços deve ser visto dentro do âmbito da globalização; 2 – Há um imenso crescimento do mercado de serviços em comparação com os demais setores econômica; 3 – Mercado de serviços tem características mais relacionais do que o mercado de consumo de bens; 4 – Tais características implicam em novos desafios e dificuldades para uma dogmática jurídica tradicional, baseada numa concepção liberal clássica de racionalidade e em contratos descontínuos. Por tais motivos, assume particular importância o reconhecimento de uma nova teoria contratual, capaz de dar conta destas novas situações. 5 – Disto decorre também a nova importância das agências regulatórias como instrumentos necessários à garantia do equilíbrio de direitos e garantias do consumidor no curso de relações contratuais duradouras. 6 – Por fim, a mudança dos paradigmas no direito dos Seguros para o paradigma da Sociedade Seguradora aponta para uma nova forma de Solidariedade conforme bem assinala Pierre Rosanvallon ("La nouvelle question sociale").

- **1999** - Palestra sobre "O movimento consumerista no mundo: Diferenças, significados e perspectivas e o direito comparado e os novos princípios do Código de Defesa do Consumidor", 21/10/99, na Escola Superior do Ministério Público, São Paulo.
- **1999** - Participação no "3º Congresso de Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo e 4º Encontro Anual dos Grupos Especiais de Promotores do Meio Ambiente", realizado nos dias 3-5 de novembro de 1999 em Ubatuba, São Paulo.
- **1999** - Palestra sobre "Novos Aspectos e desafios da proteção contratual do consumidor" em seminário sobre "O Ministério Público na Defesa do Consumidor e da Ordem Tributaria", ocorrido na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília, DF, no dia 29/09/99.
- **1999** - Palestra sobre "A Posição do Ministério Público frente aos problemas do Meio Ambiente na cidade de São Paulo", na reunião da Câmara de Habitação e Urbanismo, órgão de estudos da Federação do Comercio do Estado de São Paulo, no dia 27/09/99, São Paulo, SP.
- **1999** - Participação como debatedor no Seminário "Jornada de Direito Civil", (organizado pelo professor Antônio Junqueira Azevedo), na Escola Superior do Ministério Público, em palestra sobre o tema "Estrutura e Função do contrato na sociedade contemporânea", ocorrido no dia 09 de setembro.
- **1999** - Participação no 13º Congresso Nacional do Ministério Público, ocorrido em Curitiba, no período de 26 a 29 de outubro de 1999, onde apresentou e teve aprovado seguinte trabalho: "Proposta de racionalização da intervenção do Ministério Público no cível a partir do conceito de interesse social", trabalho publicado nos Anais do Congresso.

Resumo do trabalho:

O Ministério Público deve racionalizar a forma de intervenção na questões cíveis. A Constituição Federal de 1988 conferiu novo perfil institucional ao Ministério Público, o qual deve ser levado em

consideração no momento em que se avalia a hipótese de intervenção na forma do artigo 82, III do CPC. O Ministério Público somente deverá atuar quando existir interesse social ou individual indisponível que justifique sua intervenção (art. 127 da CF). Em face destas considerações conclui-se pela seguinte proposta de alteração legislativa no artigo 82 do CPC de modo a substituindo a expressão interesse público, pela expressão interesse social utilizada pelo texto constitucional, determinar que caberia ao Ministério Público o juízo sobre a existência do interesse social a justificar sua intervenção e criar mecanismo que delegasse a órgão da administração superior do Ministério Público o poder de estabelecer súmulas normativas sobre as hipóteses de intervenção do Parquet, o que permitiria a existência de um parâmetro uniforme para a intervenção e mesmo para o controle da ocorrência da hipótese de intervenção pelas partes no processo e pelo próprio Judiciário.

- **1999** - Palestra "A proteção dos usuários de serviços públicos", no curso sobre O Novo Direito Administrativo Econômico organizado pela Sociedade Brasileira de Direito Público, ocorrido em São Paulo, no dia 10 de setembro.
- **1999** - Palestra sobre "A importância do Direito do Consumidor nas Novas Relações Jurídicas", na IX Semana Jurídica, organizada pelo Centro Acadêmico XXVII de Novembro do Curso de Direito da Universidade Paulista (UNIP)- Unidade Vergueiro, no dia 30/08/99.
- **1999** - Palestra sobre "O Direito do Consumidor e a Previdência Complementar" no Seminário sobre Fundos de Pensão - O Direito do Participante Num Ambiente de Mudanças, organizado pela Fundação Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, ocorrido entre os dias 24 e 25 de junho de 1999 em Florianópolis, SC.
- **1999** - Palestra sobre "Globalização e Realidade Brasileira" no Curso "A Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil", organizado pelo Centro de Estudos e Pesquisa dos Direitos Humanos de São Paulo, ocorrido na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 26/04/99.

Resumo da palestra:

Hoje em dia, não apenas a palavra globalização virou lugar-comum como também esta constatação trivializou-se nos meios acadêmicos e na mídia. Isso, contudo, não nos exime de ao falar do tema da globalização e direito do consumidor definir tal conceito. Para os propósitos deste artigo poder-se-ia definir provisória e preliminarmente globalização como um processo de natureza econômica e política marcado pelas seguintes características: a) ampliação do comércio internacional e formação de um mercado global assentado numa estrutura de produção pós-fordista (ou pós-industrial); b) homogeneização de padrões culturais e de consumo; c) enfraquecimento da idéia de Estado-nação em benefício dos agentes econômicos do novo mercado global; d) formação de blocos comerciais. Estas características devem ser entendidas com cautelas. Isso porque a globalização é processo contraditório, seletivo e que oferece perspectivas diferenciadas para cada país. Nesse sentido, constitui-se um erro acreditar que a globalização é resultante exclusiva de forças de mercado, negligenciando o imenso papel desempenhado pelo Estado no estímulo e regulação da atividade produtiva e do próprio mercado de consumo. Por esse mesmo motivo, a crença na idéia de que a globalização promove uma redução pacífica e inevitável da soberania dos Estados nacionais é bastante questionável. Por fim, igualmente falso é crer que a globalização constitui um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador, ignorando o forte dualismo econômico e a exclusão econômico-social ao qual está relacionada. Dentro desta perspectiva, a implementação dos Direitos Humanos, especialmente os chamados Direitos Sociais (ou Direitos Humanos de Terceira Geração), implicam no enfrentamento de alternativas institucionais frente à globalização.

- **1999** - Palestra sobre "Globalização e Direito do Consumidor" no Seminário Direito Global e o Brasil, organizado pela School of Global Law e Sociedade Brasileira de Direito Público, ocorrido em São Paulo, SP, no dia 20/03/99.

- **1999** - Palestra sobre "Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, a convite da Associação Mineira do Ministério Público e Promotoria de justiça de Defesa do Cidadão, ocorrido em Belo Horizonte no dia 17 de dezembro de 1998.

- **1998** - Palestra sobre "Seguros de Responsabilidade Civil" no Seminário sobre Seguros organizado pelo Institute for International Research, ocorrido em São Paulo, no dia 03/12/98.
- **1998** - Participação como palestrante no II Congresso Mineiro de Direito do Consumidor, "A proteção da parte fraca e o acesso aos direitos", ocorrido em Belo Horizonte de 08 a 11 de setembro de 1998.
- **1998** - Participação como debatedor do curso "O Poder Judiciário na Sociedade Complexa", ministrado pelo professor Celso Campilongo na Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, no dia 24/08/98.
- **1998** - Palestra sobre "Direito do Consumidor" no I Curso de Capacitação de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos, São José dos Campos, SP, no dia 30/09/98.
- **1998** - Apresentação da palestra sobre "Direito Contratual Americano" no dia 18 de agosto, no 4º Curso Intensivo de Introdução ao Direito Norte-Americano, organizada pela Associação Brasil-Estados-Unidos de Direito, ocorrida na sede da Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo.
- **1998** - palestra sobre "Responsabilidade Civil do Produtor" no Curso de Especialização (Pós-Graduação *latu sensu*), da Escola Superior da Advocacia, ocorrido em São Paulo, SP, no dia 12/03/98.
- **1998** - Palestra sobre "Direito à integridade física e psíquica, moral e intelectual. Dano à integridade da pessoa natural", no Curso de Especialização em Direito de Família, coordenado pelas professoras Carmem Lúcia de Camargo Penteado e Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery, no Centro de Extensão Universitária, São Paulo, no dia 30/03/98.
- **1998** - Palestra sobre "Racionalização e nova forma de atuação do Ministério Público na área cível" ocorrida no Grupo de Estudos do Ministério Público "Amaro Alves de Almeida Filho", ocorrida em São Caetano, SP, no dia 26/03/98.

- **1997** - Palestra sobre o tema "O perfil constitucional do Ministério Público e sua atuação como fiscal da lei", na sede Regional do Grupo de Estudos do Ministério Público de Bauru, em agosto.

Resumo da palestra:

Nesta palestra procurou-se apontar para o anacronismo existente na manutenção de diversas atribuições cíveis tradicionais, incompatíveis com o seu atual perfil constitucional. A efetiva implementação do novo perfil institucional do Ministério Público demanda uma revisão de suas áreas de intervenção, bem com a racionalização de sua forma de atuar, o que envolve a criação de mecanismos de elaboração de prioridades (Planos de Atuação), seletividade na atuação (sumulas, interpretação das normas infra-constitucionais a partir do disposto no artigo 127 da CF) e existência de vontade política institucional.

- **1997** - Participação no XI Curso Brasilcon de Direito do Consumidor, apresentando trabalho sobre "Convênios Médicos", realizado no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em junho.

Resumo da palestra:

Nesta palestra procurou-se mostrar os novos desafios que os contratos relacionais de consumo, como os planos de saúde, representam para a defesa do consumidor. Esta nova realidade representa desafios de ordem prática, demandando um papel mais ativo do estado, especialmente das agências regulatórias, e teóricos, na medida em que a principiologia do direito privado tradicional demonstra-se insuficiente e inadequada para os novos problemas emergentes.

- **1997** - Palestra sobre o tema "Convênios Médicos e Planos de Saúde", na sede Regional do Centro de Estudos do Ministério Público de São Paulo, na cidade de Franca em junho.

- **1997** - Apresentação da palestra sobre "Direito Contratual Americano" no dia 3 de junho, no 3º Curso Intensivo de Introdução ao Direito Norte-Americano, organizada pela Associação Brasil-Estados-

Unidos de Direito, ocorrida na sede da Procuradoria Geral de Justiça de São Paulo.

- **1997** - Participação como congressista do 2º Congresso Internacional de Direito Ambiental, organizado pelo Instituto "O Direito por um Planeta Verde", ocorrido de 3 a 6 de junho de 1997 na cidade de São Paulo.

- **1997** - Curso sobre "Aspectos do Código de Defesa do Consumidor" realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), ocorrido em São Paulo no período de 20/05/97 a 22/05/97.

Resumo do curso:

Curso de treinamento no qual foram apresentados os principais conceitos, instrumentos e dificuldades envolvidas na implementação da defesa do consumidor a partir da promulgação do Código de Defesa do Consumidor.

- **1997** - Participação no II Congresso do Ministério Público do Estado de São Paulo, ocorrido no Hotel Meliá, em São Paulo, no período de 28 a 31 de maio de 1997, onde apresentou e teve aprovadas os seguintes trabalhos:

1)- "A Vinculatividade dos Planos de Atuação do Ministério Público"
2)- "Relação de Consumo sem contratação de consumo direta. Quando o empresário paga a conta.", trabalhos publicados nos Anais do Congresso.

- **1997** - Curso sobre "Aspectos do Código de Defesa do Consumidor" realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), ocorrido em São Paulo no período de 25/02/97 a 27/02/97.

- **1996** - Novembro - palestra sobre "O papel do Procon no SNCD" (25/11/96) no seminário O Novo Procon, realizado em Belo Horizonte nos dias 25,26 e 26 de novembro de 1996.

- **1996** - Participação no II Congresso do Ministério Público do Estado da Região Nordeste", realizado em Fortaleza, Ceará, no período de 28 a 31 de maio de 1997, onde apresentou e teve aprovado o seguinte

trabalho: "A Destinação dos Recursos do Fundo de Reparação dos Interesses Difusos", trabalho publicado pela APMP, 1997.

Resumo do trabalho:

A despeito da lei nº 7.347/85 prever a criação dos fundos de reparação de bens difusos lesados, até hoje poucos são os estados que regulamentaram tal fundo. A regulamentação do fundo estadual de que trata o artigo 13 da LACP deve incluir as finalidades de recuperação de bens, promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo especificamente relacionados com a natureza da infração ou do dano causado, e de custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo.

- **1996** - Palestra sobre "Contratos de Previdência Privada e Defesa do Consumidor" apresentada na Escola Paulista do Ministério Público de São Paulo, no Seminário Relações Contratuais no Código do Consumidor, no dia 08/11/96.
- **1996** - Outubro - palestra sobre "Teoria Contratual Relacional" apresentada na II Semana de Direito Privado organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto (São Paulo - USP), ocorrido no dia 18/10/96.

Resumo da palestra:

Apresentação da origem e significado da teoria contratual relacional e seus impactos na teoria do direito. O tema foi amplamente desenvolvido em meu livro Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor.

- **1996** - Curso sobre "Aspectos do Código de Defesa do Consumidor" realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), ocorrido em São Paulo em outubro.
- **1996** - setembro - Participação no IX Curso Brasilcon de Direito do Consumidor, Contratos de Consumo - perspectivas para uma nova dogmática, apresentando trabalho sobre contratos previdenciários,

realizado no Rio de Janeiro (UERJ) entre os dias 25 a 27 de setembro.

- **1994** - Participação do Seminário "O Judiciário no Brasil Hoje" realizado no Hotel Ca D'Doro em São Paulo no dia 13 de abril e organizado pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo).

- **1994** - Participação no II Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor. O contrato no ano 2000, realizado em Brasília, de 8 a 11 de março pelo BRASILCON.

- **1993** - 07 de maio. Proferiu a palestra "O Decisionismo Jurídico de Carl Schmitt" no grupo de Teoria Política do Instituto de Estudos Avançados da USP.

- **1995** - Participação do 15º Encontro Nacional de Defesa do Consumidor e 11º Encontro Estadual de Defesa do Consumidor, realizado em São Paulo entre os dias 13 a 14/12/95.

- **1993** - Participação no Ciclo de Estudos Institucionais, organizado pela Escola Paulista do Ministério Público, ocorrido nos dias 09/03; 06/04; 03/05 e 13/05/93.

- **1992** - Participação do Curso sobre "Direitos do Consumidor e as Promotorias de Justiça de Proteção do Consumidor", organizado pela Escola Paulista do Ministério Público, entre os dias 10 e 11 de dezembro de 1992.

- **1992** - Participação no seminário "Mecanismos de implementação do Direito Ambiental: Estudo de Impacto Ambiental e Implementação" (Mechanisms to implement Environmental Law: Environmental Impact Assessment and Enforcement), conduzido e organizado pelo "Environmental Law Institute" (Washington D.C.), durante os dias de 14 a 18 de setembro.

- **1984** - VIII Encontro Anual da ANPOCS: Grupo de Trabalho "Direito e Sociedade", realizado em Águas de São Pedro, São Paulo, out.

- **1983** - VII Encontro Anual da ANPOCS, apresentando o trabalho "A crise do ensino de Direito e os projetos de reforma do ensino", Águas de São Pedro, São Paulo, out.
- **1983** - Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, promovido pela OAB do Brasil, realizado em São Paulo, agosto.
- **1982** - VI Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho "Direito e Sociedade", realizado em Friburgo, RJ, out.
- **1982** - Participação na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em São Paulo, abril.

7.3 - Resenhas de livros

- **1996** - Resenha do livro Welfarism in Contract Law, edited by Roger Brownsword, Geraint Howells e Thomas Wilhelmsson, Dartmouth Publishing Company, Great Britain, 1994, in Revista de Direito do Consumidor, vol. 18, abril/junho, 1996, págs. 359/360.
- **1993** - Resenha do livro Direito e Economia na Democratização Brasileira, de José Eduardo Faria, Ed. Malheiros, S.Paulo, 1993, Jornal da Tarde, 04 de junho de 1993.
- **1992** - Resenha do livro Critical Studies in Private Law - A treatise on need-rational principles in modern law, de Thomas Wilhelmsson, Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 1992, in Revista de Direito do Consumidor, vol. 03, setembro/dezembro, 1992, págs. 244/246.
- **1987-1989** - Colaborador semanal do jornal Folha de S. Paulo, na coluna Resenhas (livros, artigos, teses), incluída na seção de Política deste jornal.

7.4 - Traduções

- **1996** - "Regulação de cláusulas contratuais", de Thomas Wilhelmsson, in Revista de Direito do Consumidor, vol. 18, abril/junho, 1996. (do inglês)

8 - Participação em bancas, comissões examinadoras de qualificação, mestrado, doutorado e ingresso na carreira acadêmica

8.1 – Membro Titular de Bancas para concurso de ingresso na carreira acadêmica

8.1.1 - Universidade de São Bernardo do Campo

- 06 e 07/01/00 - Membro Titular de Banca Examinadora de Concurso de Títulos e Provas para ingresso no Corpo Docente da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (Autarquia Municipal), no cargo de Professor Titular da Disciplina Sociologia (Geral e Jurídica).
- 13 e 14/01/00 - Membro Titular de Banca Examinadora de Concurso de Títulos e Provas para ingresso no Corpo Docente da Faculdade de Filosofia de São Bernardo do Campo (Autarquia Municipal), no cargo de Professor Titular da Disciplina Filosofia.

8.1.2 - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

- 20 a 22/10/99 - Membro Titular de Banca de concurso para provimento de cargo de Professor Assistente Doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
- Instituição: Departamento de Direito do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

8.2 Membro Titular de Banca Examinadora de Doutorado

- 20/12/99 - Defesa de Tese - Doutorado

Candidato: Alberto Ribeiro de Barros

Título: "Direito e Poder em Jean Bodin: O conceito de soberania na formação do Estado Moderno".

Professor Orientador: Rolf Nelson Kuntz

Instituição: Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- 26/11/99 - Defesa de Tese - Doutorado

Candidato: João Virgílio Tagliavini

Título: "O Ensino de Filosofia do Direito - Uma proposta teórico-metodológica".

Professor Orientador: Paolo Nosella

Instituição: Departamento de Pedagogia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos

8.3 - Membro Titular de Banca Examinadora de Qualificação para Doutorado

- 09/03/98 - Defesa de Tese - Exame de Qualificação para Doutorado

Candidato: João Virgílio Tagliavini

Título: "O Ensino de Filosofia do Direito - Uma proposta teórico-metodológica".

Professor Orientador: Paolo Nosella

Instituição: Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos

8.3 - Membro Titular de Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão do Programa de Bolsistas do CEBRAP

- 22/03/99 - Defesa de Tese de conclusão de programa

Candidato: Jean Paul C. Veiga da Rocha

Título: "Lei, Regulamento e Separação de Poderes: A capacidade normativa de conjunturas das autoridades monetárias".

Professor Orientador: Argelina Figueiredo

Instituição: Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAP).

9 - Orientação de teses, dissertações e trabalhos.

Orientações realizadas com trabalhos defendidos e aprovados.

9.1 - Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (mestrado "latu sensu")

9.1.1 - 1997 - Núcleo São Paulo – total: 08

- orientado: Adolfo Braga Neto
monografia: "Algumas considerações sobre o termo de ajustamento de conduta nas relações de consumo de interesses metaindividuais"
- orientado: Alexandre Gaetano Nicola Liquidato
monografia: "O orçamento no direito do consumidor brasileiro"
- orientado: Ana Laura Valarelli Gutierrez Araújo
monografia: "A proteção do consumidor e os impostos diretos"
- orientado: Ariovaldo Félix de Melo
monografia: "Crimes contra a economia popular"
- orientado: Cyntia Akemi
monografia: "O Mercosul e a proteção do consumidor"
- orientado: Fábio Mauro de Medeiros
monografia: "A aplicação de regras de direitos do consumidor e mecanismos de aprimoramento dos serviços públicos"
- orientado: Olavo Lázaro Munhoz Soares Filho
monografia: "Reflexos da Lei 9.099/95 nos crimes contra as relações de consumo"
- orientado: Sônia Maria Pampolin
monografia: "O Código de Proteção do Consumidor como instrumento de melhoria da qualidade dos produtos e serviços"

9.1.2 - 1998 - Núcleo São Paulo - total: 07

- orientado: Luiz Aguinaldo de Mattos Vaz
monografia: "A descon sideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor"

- orientado: Janete Maria Zucchi Lopes
monografia: "Teoria da Desconsideração e sua previsão legal no Código de Defesa do Consumidor"
- orientado: Marco Antônio Marcondes Pereira
monografia: "A responsabilidade das instituições superiores de ensino em razão da qualidade"
- orientado: Mário Sérgio Maschietto
monografia: "Do dano moral coletivo decorrente da publicidade abusiva discriminatória no Código de Defesa do Consumidor"
- orientado: Sebastião Vanderlei Pinheiro
monografia: "A relação contratual de consumo após o Código de Defesa do Consumidor - principais inovações"
- orientado: Vagner dos Santos Queiroz
monografia: "Tutela jurídica dos cadastros de dados pessoais"
- orientado: Cinthia Chiavone Gruber
monografia: "Contratos de Massa: cláusulas abusivas nos contratos de adesão e a legitimidade do Ministério Público para o controle abstrato"

9.1.3 - 1999 - Núcleo Regional Presidente Prudente – total: 04

- orientandos:

1. Jayme Cortez Júnior
2. Owem Miuki Fujiki
3. Sílvia Duarte de Oliveira
4. Zely Fernanda de Toledo Penachi Machado

9.1.4 - 1999 - Núcleo Regional de São Paulo – total: 16

1. Carlos Roberto Rodrigues de Oliveira
2. Daniel Andriani
3. Emerson José Oliveira Machado
4. Gabriel Felipe de Souza
5. Gisele Durazzo Zacarelli

6. Jaime Ferreira da Silva
7. Jean Carlo Tagliassachi
8. Magaly Aparecida Francisco
9. Márcio José Assis César
10. Maurício Roberto Lee Barbosa
11. Renata Saad Mira
12. Roberto Basile Júnior
13. Rodrigo Carlos Nogueira
14. Rosângela Medina Bafi de Toledo
15. Samanta Romano
16. Valeria Mazzochi da Silva

9.2 - Curso de Mestrado em Direito Sanitário organizado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1999

- orientando: 01

monografia: "Alimentos Transgênicos. Aspectos legais, morais e científicos e a defesa do consumidor"

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PARECER Nº 294, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 281, de 2000, (nº 2102/2000, na origem) do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1.

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatorio

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural – 1, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total desse projeto foi estimado em até US\$400 milhões, a serem desembolsados em quatro anos, sendo US\$200 milhões provenientes de financiamentos do BIRD, e os restantes US\$200 milhões aportados como contrapartida nacional proveniente do orçamento do Banco da Terra/Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos Estados e dos beneficiários.

Consta, ainda, que a Comissão de Financiamento Externo – COFIEIX identificou esse programa como passível de obtenção de financiamento externo,

decisão essa homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, mediante a Recomendação nº 487, de 16-12-1998.

Como enfatizado nos documentos que acompanham essa Mensagem, encaminhados ao Senado Federal, o projeto a ser financiado deverá beneficiar 50.000 famílias em 14 estados – 9 do Nordeste, 3 do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo.

Esse empréstimo externo apresentará as seguintes características financeiras:

devedor: República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

valor: EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros);

prazo: 120 (cento e vinte) meses;

desembolso: quatro anos;

juros: exigidos semestralmente, em 15-6 e 15-12 de cada ano, incidentes sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso, a uma taxa variável igual à LIBOR semestral para EURO (4,90625% a.a. para o dia 27-7-2000), acrescida de um **spread** fixo, a ser determinado pelo BIRD um dia antes da data da assinatura do contrato;

cláusulas de conversão de juros:

– a taxa de juros poderá ser convertida, a pedido do devedor, para uma taxa fixa a ser determinada pelo BIRD na data de conversão;

– mediante o pagamento de um prêmio, poderá ser estabelecido um teto (cap), ou um teto e um piso simultaneamente (colar), para a taxa de juros variável, os quais serão fixados na data de conversão;

– a escolha por qualquer das opções acima obriga o devedor ao pagamento de uma taxa de transação a ser definida na data da conversão;

cláusula de conversão do principal: a moeda do contrato' poderá ser convertida, a pedido do devedor, para outra moeda aprovada pelo BIRD, mediante o pagamento de uma taxa de transação a ser definida na data da conversão;

comissão de compromisso: limitada a 0,85% ao ano, até o quarto aniversário e a 0,75% ao ano a partir do quinto ano, incidentes sobre o saldo não desembolsado, pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

comissão à vista: limitada a 1% (um por cento) do valor do empréstimo, sacados da conta de empréstimo após a assinatura do contrato;

amortização do principal: em onze parcelas semestrais, iguais e consecutivas, em 15-6 e 15-12 de cada ano, vencendo-se a primeira 60 meses após o desembolso.

II – Voto do Relator

Essas operações de crédito externo estão sujeitas às condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, às quais cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado no Parecer STN/COREF/DIREF Nº 434, de 1º de Dezembro de 2000.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 2673, de 14 de Dezembro de 2000, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas das minutas contratuais, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem

do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos que o projeto referido está plenamente amparado no Plano Plurianual da União para o quadriênio 2000-2003.

Ademais, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal, constantes no referido parecer da STN, os recursos alocados no Orçamento Geral da União para 2000 seriam suficientes para a cobertura do ingresso de recursos externos e para a contrapartida nacional. Portanto, suficientes para a execução, naquele exercício, do projeto em questão. Caberá, assim, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário adotar as medidas necessárias para a inclusão, nos respectivos orçamentos anuais, de todos os recursos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais pertinentes.

Não é de mais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Expediente FIRCE/CONAC – II – 2000/784, de 4 de agosto de 2000, tendo sido, ademais, revalidado por mais 90 dias o credenciamento dessa operação de crédito, mediante o Expediente FIRCE/CREDE – 100/01111, de 11 de dezembro de 2000.

Ressalte-se por fim que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custo efetivo equivalente a 7,46% ao ano, levando aquela Secretaria a concluir que a referida estimativa de custo constitui um indicativo aceitável no tocante às condições financeiras da operação pretendida.

Mais ainda, como destacado no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito deverá ser realizada nos termos de uma nova modalidade de financiamento com a qual o Banco Mundial vem operando, o denominado "Empréstimo em Margem Fixa". Essa modalidade de financiamento permite que o tomador de recursos do Banco adote uma estratégia de redução de exposição ao risco e de redução dos custos financeiros, na medida em que oferece a possibilidade de serem adotadas conversões de moedas e/ou de taxas de juros ao longo do empréstimo.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 281, de 2000, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2001

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR 218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros,) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR 218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

III – valor: EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros);

IV – prazo: 120 (cento e vinte) meses;

V – desembolso: quatro anos;

VI – juros: exigidos semestralmente, em 15-6 e 15-12 de cada ano, incidentes sobre o saldo devedor de principal, incorridos após cada desembolso, a uma taxa variável igual à Libor semestral para EURO (4,90625% a. a. para o dia 27-7-2000), acrescida de um **spread** fixo, a ser determinado pelo Bird um dia antes da data da assinatura do contrato;

VII – cláusulas de conversão de juros:

a) a taxa de juros poderá ser convertida, a pedido do devedor, para uma taxa fixa a ser determinada pelo Bird na data de conversão;

b) mediante o pagamento de um prêmio, poderá ser estabelecido um teto (cap), ou um teto e um piso simultaneamente (colar), para a taxa de juros variável, os quais serão fixados na data de conversão;

c) a escolha por qualquer das opções acima obriga o devedor ao pagamento de uma taxa de transação a ser definida na data da conversão.

VIII – cláusula de conversão do principal: a moeda do contrato poderá ser convertida, a pedido do devedor, para outra moeda aprovada pelo BIRD, mediante o pagamento de uma taxa de transação a ser definida na data da conversão;

IX – comissão de compromisso: limitada a 0,85% ao ano, até o quarto aniversário e a 0,75% ao ano a partir do quinto ano, incidentes sobre o saldo não desembolsado, pagável semestralmente, juntamente com as parcelas de juros;

X – comissão à vista: limitada a 1% (um por cento) do valor do empréstimo, sacados da conta de empréstimo após a assinatura do contrato;

XI – amortização do principal: em onze parcelas semestrais, iguais e consecutivas, em 15-6 e 15-12 de cada ano, vencendo-se a primeira 60 meses após o desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura dos contratos.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Gilberto Mestrinho** – **Paulo Hartung** – **Jefferson Peres** – **João Alberto Souza** – **Waldeck Ornelas** – **Bello Parga** – **Paulo Souto** – **Romero Jucá** – **Eduardo Suplicy** – **Freitas Neto** – **Carlos Bezerra** – **Geraldo Melo** – **José Alencar** – **Wellington Roberto**.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2001

SENADO FEDERAL

Secretaria Geral da Mesa

MSF N.º 281 / 2000
Fls. 129

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requereiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário o seguinte pedido de informações:

1 _ Não se encontram disponibilizadas, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, informações que nos permitam avaliar as ações governamentais relacionadas ao financiamento de agricultores sem-terra, com vista à aquisição de terras, diretamente do proprietário. Sabe-se, tão-somente, que essa nova opção de acesso à terra, enquanto modalidade do processo de reforma agrária, entrou em efetividade em 1997 como um projeto piloto denominado Cédula da Terra. Qual o montante de recursos previstos, sua fonte de captação e o mecanismo operacional adotado nesse programa piloto? Que critérios foram utilizados para a definição dos estados e agricultores a serem beneficiados? Quais os encargos financeiros incidentes nessas concessões de crédito, o subsídio implícito, se existente, e os eventos e atividades econômicas passíveis de financiamento nesse projeto? Qual a atual situação financeira desse projeto?

2 _ Sabe-se, ainda, que esse projeto piloto acha-se, hoje, substituído pelo Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, 1ª fase, a ser implantada por intermédio de financiamento a ser obtido junto ao Banco Mundial, ora submetido à apreciação do Senado Federal. De forma seme-

lhante, e a despeito do encaminhamento do pleito de autorização a esta Casa, não se encontram disponíveis informações que permitam uma clara e um pertinente entendimento do alcance e das transformações passíveis de obtenção com a implementação desse novo projeto. Que razões levaram a adoção desse novo projeto, quando, ainda, tudo indica, não foram esauridas as ações no âmbito do projeto piloto? Qual a extensão e a abrangência das atividades a serem cobertas nesse projeto? Que critérios foram usados para a definição dos estados e das famílias a serem beneficiados? Os financiamentos concedidos no âmbito desse projeto estarão restritos à aquisição de propriedades rurais? Como se relaciona e interage essa modalidade de implantação da reforma agrária com a proveniente das desapropriações por interesse social? É prevista a extensão desse projeto para outros estados? Em que ocasião, com que previsão de recursos e quais atividades produtivas e que estados são previstos como passíveis de financiamento? Quais os custos e os benefícios econômicos e sociais desse projeto, uma vez que essas informações são também exigidas e previstas nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução nº 96, de 1989?

3 _ Sob que pressupostos e em que direção foi definida a modelagem desse projeto, nessa sua „fase? Serão privilegiadas, tão-somente, as aquisições de propriedades rurais, ou serão essas conjugadas com ações de financiamento nas áreas de infra-estrutura, assistência técnica e de comercialização dos produtos obtidos nesses assentamentos? Qual o objetivo funda-

mental pretendido com essa modalidade de assentamento rural: maximização do número de assentamentos ou sua consolidação em áreas estratégicas?

Justificação

O Presidente da República encaminhou para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento _ BIRD.

Os recursos advindos dessa operação de crédito serão destinados, conforme mencionado na mensagem presidencial, ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural _ 1, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária _ Incra.

Todavia, não se encontram disponíveis, tanto no Congresso Nacional, quanto nessa mensagem que encaminhou o pleito à apreciação desta Casa, informações que nos permitam avaliar adequadamente o alcance deste Programa. Como se sabe, um programa executado de maneira parcial, equivocada ou erroneamente, pode não ser suficiente para dinamizar seus efeitos sociais e econômicos, nem mesmo contribuir para o combate à pobreza rural. Ao contrário, pode trazer a necessidade de novas intervenções por parte do setor público, sobretudo quando o mesmo encontra-se sob total responsabilidade do Poder Executivo. A ação legislativa, nessa hora, está restrita tão-somente, à avaliação das condições financeiras do empréstimo pretendido pelo projeto em referência. E, mesmo no âmbito dessa competência, instruído de forma parcial e em desacordo com o que determina a

Resolução nº 96, de 1989, que trata do controle do processo de endividamento da União. Nos termos do inciso II do art. 4º da Resolução nº 96, de 1989, os pleitos da União para a contratação de operações de crédito externo devem ser encaminhados ao Senado Federal instruídos, entre outras exigências, com informações e análises sobre os custos e os benefícios econômicos e sociais do projeto a ser financiado pela operação de crédito.

O Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, consoante o disposto na Constituição Federal acerca de sua competência na área financeira e de fiscalização, necessita de informações relativas a esse programa de combate à pobreza rural, ainda que restritas a sua primeira fase, sem que, para tal, recorra àquelas veiculadas na imprensa, nem sempre confiáveis.

Ciente da necessidade, oportunidade e pertinência de informações sobre o Projeto de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural _ 1, respaldado, ainda, pelos arts. 215 e 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, é que requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário este pedido de informações, entendendo, ademais, que fica a tramitação dessa matéria, que se pretende esclarecer, interrompida até que as informações ora requeridas sejam recebidas e incorporadas ao processo em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2001. _ Senador **Carlos Bezerra**

(À Mesa para decisão.)

Publicado no Diário do Senado Federal de 7 - 4 - 2001

OFÍCIO/MDA/Nº 066/01

Brasília, 19 de abril de 2001

Excelentíssimo Senhor

Carlos Wilson

Primeiro Secretário do Senado Federal

70160-900 Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Tomei conhecimento de apresentação do Requerimento de Informações nº 185/2001 do Senado Federal com as seguintes questões que apresso-me a responder de modo a permitir que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal possa considerar a aprovação de acordo de empréstimo com o Banco Mundial para o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural:

1 – Afirma que “não se encontram disponibilizados na Comissão de Assuntos Econômicos informações que nos permitam avaliar as ações governamentais relacionadas ao financiamento de agricultores sem terra, com vistas à aquisição de terras, diretamente do proprietário. Sabe-se, tão-somente, essa nova opção de acesso à terra, enquanto modalidade do processo de reforma agrária, entrou em efetividade em 1997 como um projeto piloto denominado Cédula da Terra”.

.....

2 – “Sabe-se que esse projeto piloto acha-se hoje substituído pelo Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, 1ª fase, a ser implantado por intermédio de financiamento a ser obtido junto ao Banco Mundial, ora submetido à apreciação do Senado Federal. De forma semelhante e a despeito do encaminhamento do pleito de autorização a esta casa, não se encontram disponíveis informações que permitam uma clara e pertinente entendimento do alcance e transformações passíveis de obtenção com a implementação desse novo projeto, quando, ainda, tudo indica não foram exauridas as ações no âmbito do projeto piloto?

.....”

3 – “sob que pressupostos e em que direção foi definida a modelagem desse projeto, nessa sua fase? Serão privilegiadas, tão-somente, as aquisições de propriedades rurais, ou serão conjugadas com ações de

financiamento nas áreas de infra-estrutura, assistência técnica e comercialização dos produtos obtidos nesses assentamentos? Qual o objetivo fundamental pretendido com essa modalidade de assentamento rural maximização do número de assentados ou sua consolidação em áreas estratégicas?”

Inicialmente cabe assinalar que por motivos alheios a este Ministério, o parecer competente da PGFN, não se fez acompanhar dos documentos de avaliação que, por força da Resolução nº 96, devem acompanhar os pedidos de autorização.

Para sanar essa deficiência, junta-se (Anexo II) o documento de avaliação, o qual responde às questões enumeradas em 1, 2 e parcialmente o item 3. Com o fim de complementar e detalhar; ainda mais, as informações sobre o novo Projeto, juntamos também (Anexo III) o Plano Nacional de Implementação do Projeto, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Permito-me ainda resumir abaixo as principais informações neles contidas:

1. Projeto Cédula da Terra

a) O Projeto Cédula da Terra está sendo executado em 5 Estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Sua execução é descentralizada, tendo sido assinado um convênio entre o Incra e cada um dos Estados participantes. São os Estados, através de suas Unidades Técnicas, que elegem os projetos a serem financiados e monitoram a execução pelas Associações dos Sub-projetos financiados.

b) São as próprias Associações Comunitárias que seleciona, os sem-terra que participam do Projeto. Entretanto, os candidatos devem preencher vários requisitos que são verificados pelas Unidades Técnicas dos Estados antes da aprovação da proposta de financiamento. Entre estes requisitos estão: ter sido trabalhador rural por pelo menos 5 anos, não ser proprietário de terras nem assentado em algum programa de reforma agrária, ser de baixa renda, não ser funcionário público ou ter um cônjuge funcionário público.

c) Os recursos para a aquisição de terras são repassados às Associações sob a forma de empréstimo. O financiamento pode cobrir o custo da terra propriamente dita, as benfeitorias existentes no imóvel, os custos cartoriais e, caso necessário, os trabalhos de topografia. Tratam-se de recursos nacionais aportados como contrapartida do Acordo de Empréstimo

4047-BR firmado com o Banco Mundial. Inicialmente, estes recursos provinham do orçamento do Incra. Desde a criação do Fundo de Terras – Banco da Terra, estes recursos provêm do Banco da Terra.

d) Estes empréstimos seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução/BACEN nº 2.728/2000) para os financiamentos do Banco da Terra: prazo de 20 anos, com 3 (três) anos de carência; 6% (seis por cento) de juros ao ano, sem correção monetária; rebata de 30 (trinta,) ou 50% (cinquenta por cento) sobre os encargos financeiros, desde que os beneficiários não atrasem os pagamentos. Os contratos celebrados antes desta resolução estão sendo aditados para adequarem-se a estas normas.

e) Os recursos para financiamento da Ajuda Inicial de Instalação e dos Sub-projetos de Investimento Comunitário não são reembolsáveis. Podem ser financiados com estes recursos os investimentos comunitários em infra-estrutura (moradias, eletrificação, abastecimento de água, estradas, cercas, galpões, etc) e projetos produtivos (plantações, instalações e máquinas para agricultura e pecuária, para processamento e armazenamento da produção, etc). Tratam-se de recursos provenientes do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (fonte 148). As comunidades devem assegurar pelo menos 10% (dez por cento) dos custos do projeto, podendo este aporte ser feito em mão de obra, material ou em dinheiro.

f) Os recursos para custeio das despesas administrativas, monitoramento e avaliação do Projeto também provêm do Acordo de Empréstimo 4047-BR. Os Estados assumem parte dos custos de monitoramento e administração do Projeto no Estado.

g) Na página seguinte, apresenta-se a tabela com um resumo da situação física e financeira do Projeto até o final do último ano.

2. O Projeto de Crédito Fundiário

a) O Projeto de Cédula da Terra se encontra em execução nos cinco Estados e tem seu término previsto para junho de 2001. A implantação do Projeto de Crédito Fundiário, por sua vez, necessita ainda da aprovação do Acordo de Empréstimo pelo Senado Federal e de alguns trâmites administrativos e legais. Entretanto, o Plano Nacional de Implantação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural já foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 7 de março de 2001 (Anexo III).

b) A principal razão que levou à elaboração do novo Projeto é a existência de uma demanda muito

grande, tanto nos Estados que estão implementando o Projeto Cédula da Terra quanto em outros Estados. Esta demanda vem sendo expressada tanto pelos Governos Estaduais quanto pelas organizações sindicais dos Trabalhadores Rurais (ver Anexo IV).

c) Foi por esta razão que a área de abrangência do novo Projeto foi consideravelmente ampliada, para contemplar todos os nove Estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo e os três Estados do Sul. Não é necessário alongar-se na justificativa da escolha do Nordeste como área prioritária em um programa que tem por objetivo o combate à pobreza. A atuação nos demais cinco Estados é considerada como uma experiência-piloto, pois participarão com apenas 20% (vinte por cento) das metas e dos recursos do Projeto.

d) No Anexo 2 são apresentadas várias das razões que levaram à elaboração do novo Projeto. É importante ressaltar que o Projeto é objeto de um rigoroso estudo de avaliação pela Unicamp, que já realizou um estudo preliminar em 1999 e foi objeto de vários outros estudos de menor porte e de seminários de avaliação realizados entre 1988 e 2000. As sugestões destes estudos e seminários foram consideradas na elaboração do novo Projeto (ver Anexo II, item III). Entre as conclusões destes estudos podemos citar:

- O projeto criou um método ágil e efetivo para o assentamento de famílias sem terra, pois deve ultrapassar as metas inicialmente estabelecidas de 15.000 famílias;
- A auto-seleção dos beneficiários está funcionando bem e traz bons resultados;
- A qualidade da terra é, em geral, adequada, representativa das condições predominantes em cada Estado. Em regra geral, as propriedades mostram um bom potencial produtivo;
- A implementação dos projetos através das associações comunitárias tem sido bem sucedida;
- Os projetos demonstram a expectativa de viabilidade financeira e econômica, como demonstram várias simulações realizadas a partir as pesquisas de campo citadas anteriormente;
- A aquisição dos imóveis pelas associações não teve impactos sobre os preços da terra nos mercados locais e tem resultado em preços médios por hectare em geral baixos quando comparados aos indicadores

de preço de terras e aos custos das terras desapropriadas;

e) Como no Projeto Cédula da Terra, as famílias participantes do Projeto serão selecionadas pelas próprias associações comunitárias que apresentam suas propostas de financiamento e deverão preencher os requisitos definidos pelo Projeto (ver Anexo III).

f) As atividades a serem financiadas no novo projeto são parecidas com as contempladas pelo Projeto Cédula da Terra:

- Através de empréstimo com recursos do Fundo de Terras – Banco da Terra: aquisição dos imóveis, custos cartoriais e de topografia;

- Através de financiamento não reembolsável: Ajuda de Custo Inicial (de até R\$2.400,00), os Sub-projetos de Investimentos Comunitários (infra-estrutura e projetos produtivos) e a contratação de Assistência Técnica por parte das próprias associações;

- Através de repasses para os Estados ou para Projetos de Cooperação Técnica internacional: Custos de avaliação, monitoramento e administração do Projeto (recursos provenientes em parte do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial e, em parte, dos Estados);

g) O Projeto reserva para a Assistência Técnica às famílias recursos substanciais. Além dos recursos repassados diretamente às associações para contratação de assistência técnica (até 8% do valor dos investimentos com unitários), o Projeto destina 3% do valor total dos recursos oriundos do Acordo de Empréstimo para ações de Assistência Técnica às comunidades.

h) Este Projeto não se superpõe a outros programas de Reforma Agrária, pois somente podem ser adquiridos imóveis que não são suscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Em outras palavras, o projeto somente poderá contemplar propriedades de menos de 15 módulos rurais ou, eventualmente, propriedades produtivas com área superior a este limite. Por outro lado, este Projeto foi submetido aos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos três níveis nacional, estadual e municipal), cuja principal atribuição é justamente de articular as diferentes políticas de desenvolvimento rural e reforma agrária.

i) A extensão para outros Estados está prevista nas Fases II e III do Projeto. A Fase II pode ser antecipada para ter início no 3º ano do Projeto, dependendo dos resultados alcançados nos dois primeiros anos.

j) Os recursos para o Projeto estão previstos no Orçamento Geral da União de 2001, conforme tabela abaixo:

RECURSOS DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO:				
	NE	SE	SUL	TOTAL
Natureza 3.3.90.39.00	10.880.000	840.000	1.280.000	13.000.000
Natureza 4.4.90.51.00	57.120.000	4.760.000	5.120.000	67.000.000
TOTAL	68.000.000	5.600.000	6.400.000	80.000.000
RECURSOS DO BANCO DA TERRA:				80.000.000

k) Os benefícios econômicos deste projeto foram objeto de uma avaliação ex-ante, cujas principais conclusões estão resumidas no Anexo II Parte II. Em resumo, o projeto deve resultar em uma melhoria da renda das famílias beneficiárias e numa economia de custos na implantação de projetos de reforma agrária. Entre os benefícios sociais, dois foram destacados pelo estudo preliminar de avaliação da Cédula da Terra realizado pela UNICAMP: o aumento do capital social nas áreas de atuação do Projeto e a melhoria substancial nas condições de moradia e de vida das famílias beneficiadas.

l) Para permitir a consolidação rápida dos assentamentos e a sua integração à economia rural e aos mercados, várias ações estão previstas:

- As propostas de financiamento devem indicar claramente o tipo de orientação produtiva definida pela comunidade e conter uma avaliação do potencial econômico do assentamento, bem como dos apoios necessários ao seu desenvolvimento. Desta forma a viabilidade econômica dos projetos está presente desde o início da tramitação das projetos.

- As famílias beneficiárias do Projeto de Crédito Fundiário podem solicitar financiamentos ao PRONAF da mesma forma que os beneficiários das outras políticas de reforma agrária. Este financiamento permite complementar os investimentos realizados com recursos diretos do Projeto e contribuir para a consolidação dos assentamento.

• Graças aos esforços de integração entre as diversas políticas do MDA e à atuação do CNDRSS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), as famílias beneficiadas pelo Projeto poderão também ser contempladas pelas outras políticas desenvolvidas pelo MDA, tais como a criação das agências regionais de crédito, as políticas de inserção no mercado e nas cadeias produtivas, as agências regionais de comercialização, etc.

m) Nos Planos Estaduais de Implantação do Projeto, os Estados devem eleger áreas prioritárias de atuação, definir, para cada área suas metas e sua estratégia de atuação, bem como a articulação do Projeto com outras ações ou programas existentes em cada área. Por estas razões, o Projeto visa tanto a ampliação da do número de famílias e da área incorporados à Reforma Agrária quanto a consolidação dos assentamentos e da agricultura familiar nas suas áreas prioritárias de atuação.

Atenciosamente, **Raul Belens Jungmann Pinto**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

ANEXO II

AVALIAÇÃO DO NOVO PROGRAMA BIRD LAND-BASED POVERTY ALLEVIATION PROJECT (Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza)

PARTE I

AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM A REFORMA AGRÁRIA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA (Projeto Cédula da Terra)

I – Antecedentes

Vinte e um por cento da população brasileira vivem no meio rural. Tomando-se R\$65,00 **per capita** mensais como a linha de pobreza e com base nos resultados da pesquisa de domicílios (PNAD) de 1996, estima-se que 52% da população rural são pobres. Quarenta e oito por cento de todos os pobres brasileiros (16,5 milhões de pessoas) vivem no meio rural. Desta população de pobres, (69%) vivem no Nordeste, vindo a seguir o Sudeste (16%), o Sul (9%) e o Centro-Oeste (4%). Os chefes das famílias rurais pobres têm níveis extremamente baixos de escolaridade (52% com menos de um ano de escolaridade e outros 30% com até quatro anos). Trabalham princi-

palmente por conta-própria ou como trabalhadores informais; não têm migrado e, tipicamente, têm mantido o emprego ou ocupação por um longo período de tempo¹.

O Censo Agropecuário de 1996 mostra que há uma população de 4,5 milhões de unidades familiares com áreas de terras insuficientes para a sua subsistência (Quadro I). Mais da metade é constituída de minifundiários. Ainda que estes dados não permitam estabelecer uma relação direta, pode-se deduzir que a quase totalidade dos 16,5 milhões de pobres rurais é encontrada entre os 4,5 milhões de unidades familiares que não possuem ou possuem pouca terra.

¹A área rural da região Norte não fez parte da pesquisa.

Quadro 1: Número de unidades familiares rurais no Brasil, por tipo de condição

Número de unidades	Pequenos proprietários	Arrendatários	Parceiros	Possessores/ocupantes	Trabalhadores	Total
Norte	217.036	2.726	5.236	69.354	53.999	348.351
Nordeste	1.201.739	150.441	180.116	472.289	344.720	2.349.305
Centro-Oeste	98.873	4.801	2.014	14.023	97.247	216.958
Sudeste	448.138	23.499	32.148	73.867	291.314	828.966
Sul	488.696	46.776	48.254	58.088	130.415	772.231
Total	2.454.484	228.243	267.768	647.621	917.695	4.515.811

Uma estratégia adequada para abordar o problema da pobreza rural tem de incluir vários elementos direcionados a diferentes grupos da população rural. Primeiro, torna-se inevitável, e mesmo desejável, o aumento da migração rural-urbana em razão da alta incidência de pobreza, do número absoluto muito elevado de pequenos imóveis rurais e do potencial relativamente baixo de crescimento da produção agrícola em áreas não irrigadas do Nordeste. O aumento das oportunidades de educação e treinamento para os pobres do meio rural torna-se uma das mais importantes variáveis de política na medida em que facilita a sua absorção em outros setores da economia. Uma preocupação importante dos formuladores de políticas é manter a migração rural-urbana em níveis administráveis. Segundo, o setor comercial da agricultura pode absorver mão-de-obra assalariada, favorecendo aqueles com pelo menos o nível de educação básica. Uma maior expansão da agricultura irrigada no Nordeste certamente criará novas oportunidades de emprego. Terceiro, investimentos produtivos podem aumentar significativamente o nível de bem-estar e de condições de vida daqueles que permanecerem na agricultura. Provisão de investimentos físicos e de serviços para os pequenos produtores rurais, como

por exemplo aqueles que permitem intensificar o uso da terra mediante pequenos projetos de irrigação ou de acesso à terra através de uma reforma agrária baseada em iniciativas comunitárias, poderá aumentar a produtividade da mão-de-obra, a renda e reduzir as pressões migratórias. Estes investimentos e serviços podem ser eficientes mas, em razão de sua pequena escala, tipicamente não são capazes de contribuir significativamente para o crescimento global da economia. Quarto, há um grupo de pobres rurais que não são capazes de se beneficiarem de oportunidades na agricultura comercial, da intensificação de pequena escala ou mesmo da migração. Pertencem a este grupo as pessoas mais idosas, viúvas, chefes de família e pequenos agricultores, cujas propriedades se localizam em áreas com recursos naturais muito pobres. Este grupo está preso a uma condição de extrema pobreza, sem um futuro viável na agricultura e enfrenta barreiras consideráveis para encontrar empregos não agrícolas. Para este grupo, torna-se crítico que se disponha de uma rede de proteção social, a fim de garantir um padrão de vida básico decente.

A reforma agrária pode fazer uma contribuição muito importante na estratégia de redução da pobreza rural. A uma taxa anual de assentamento de 100.000 famílias – que tem sido observada recentemente – a reforma agrária poderá, em cinco anos, beneficiar 2,5 milhões de famílias, ou 15% dos pobres rurais brasileiros (pressupondo 5 pessoas por família). Considerando que a reforma agrária cria uma fonte sustentável de renda para os beneficiários, o seu custo é comparativamente mais baixo do que parâmetros relacionados com estratégias alternativas. O custo de uma casa simples, dispondo de serviços públicos básicos, em uma cidade de porte médio no Nordeste é, tipicamente, da ordem de R\$8.000 a R\$10.000. O investimento necessário para a criação de um emprego industrial tem sido da ordem de R\$30.000. Estes custos se comparam com o de aproximadamente R\$10.000 do programa de reforma agrária Cédula da Terra.

Em razão de sua natureza produtiva e economicamente viável, a reforma agrária é também atrativa quando comparada com a alternativa de investimentos mais pesados em uma rede de proteção social. Se, por hipótese, o custo de aproximadamente R\$10.000 for convertido em uma renda perpétua de apoio (usando uma taxa de desconto de 16%), a renda resultante seria insuficiente para alcançar os mesmos níveis esperados de renda sob o programa de reforma agrária. No projeto proposto (Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural), um mesmo dispêndio fiscal irá permitir que a mai-

oria das famílias beneficiárias alcance um nível de renda acima da linha de pobreza.

O Brasil tem uma das maiores desigualdades na distribuição de propriedade da terra no mundo (Deininger e Squire, 1996). O acesso limitado e a extrema desigualdade na distribuição da propriedade da terra são fatores centrais na geração da pobreza rural no Brasil. Além disso, estudos levados a efeito no Nordeste do Brasil – e confirmados pelos censos agrícolas de 1995/96 – têm demonstrado que a propriedades familiares são mais eficientes e intensivas em uso de mão-de-obra do que as grandes propriedades, demonstrando, portanto, que a distribuição concentrada da terra limita a produtividade agrícola e o emprego. Esta constatação é coerente com estudos realizados em outras economias com excedente de mão-de-obra rural, que mostram ganhos significativos de eficiência nas propriedades familiares comparadas com as grandes. O acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores é freqüentemente limitado pela ausência de títulos legalmente inquestionáveis de propriedade, criando, com isso, uma tendenciosidade adicional em favor dos grandes proprietários. O arrendamento e a parceria são arranjos difundidos, mas, com a falta de segurança de posse e sem o acesso ao crédito, não produzem os mesmos benefícios advindos da propriedade da terra.

As mudanças econômicas ocorridas nos anos recentes fizeram com que a reforma agrária se transformasse em um investimento que pode reduzir a pobreza rural e as desigualdades a um custo fiscal relativamente modesto, ao mesmo tempo em que aumento a eficiência da economia agrícola. Muitas das distorções que historicamente contribuíram para a concentração da propriedade da terra foram amenizadas nos anos recentes. Os subsídios embutidos no crédito agrícola foram reduzidos drasticamente e a inflação atinge os seus níveis mais baixos. O imposto territorial rural (ITR) foi modificado com o objetivo de aumentar significativamente a taxa de terras improdutivas. Estas mudanças alteraram a atratividade financeira da propriedade da terra com objetivos não-produtivos, e, conseqüentemente, aumentou a oferta de terras e reduziu o seu preço. Particularmente no Nordeste, grandes tratos de terra estão sendo colocados à venda pelos seus proprietários a baixos preços, assim como pelos bancos que tomaram posse de terras, que serviram como garantia, em razão da inadimplência dos tomadores de crédito rural. Com sistemas de produção intensivos em uso de mão-de-obra (parcialmente para produção de produ-

tos de subsistência e parcialmente para produção orientada para o mercado), pequenos produtores podem aumentar significativamente a produção nas terras, conseqüentemente, podem tanto aumentar a renda familiar como pagar o custo da terra. No sul do Brasil, os preços da terra e salários mais altos, criam condições econômicas um tanto diferentes, embora, ainda assim, exista uma disponibilidade significativa de áreas nas quais a reforma agrária pode aumentar tanto a eficiência como a renda familiar.

A reforma agrária no Brasil tem sido, historicamente, centrada em abordagens em que o governo administra, através da desapropriação com o pagamento de indenização. Estas abordagens têm tido sucesso limitado em razão de longas demoras, altos custos, possibilidades de abusos e conflitos políticos. Além disso, o pagamento da terra desapropriada e dos investimentos complementares por parte dos assentados (como exige a lei) quase nunca ocorre. Entretanto, a velocidade e a efetividade do processo de desapropriação aumentou consideravelmente nos últimos anos. A administração do presidente Cardoso acelerou acentuadamente o ritmo da reforma agrária no Brasil. De 1995 a fins de 1999 cerca de 372.500 famílias foram assentadas, excedendo em muito o total de assentados nas três administrações desde 1985.

Os desafios associados com a abordagem tradicional de se implantar a reforma agrária levaram o governo federal a explorar abordagens complementares para melhorar o acesso à propriedade da terra. O Incra, por exemplo, lançou leilões públicos para a compra de terra, com o objetivo de reduzir os custos de aquisição e apressar a criação de novos assentamentos. O Projeto Casulo, por outro lado, já beneficiou 1.300 famílias no Norte e no Nordeste, proporcionando terras, em áreas peri-urbanas, para fins de produção agrícola comercial. Finalmente, o governo conduziu um projeto piloto, adotando a abordagem de iniciativa comunitária para a reforma agrária – primeiro sob os auspícios do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará e, mais recentemente sob o abrigo do Projeto Cédula da Terra – segundo a qual os beneficiários negociam a compra da terra diretamente com os proprietários. Ao criar novas opções para o acesso à propriedade da terra através do crédito fundiário, a reforma agrária de iniciativa das comunidades aumenta o menu de opções disponíveis para a política agrária e o escopo da reforma agrária, permitindo, se bem implementada, beneficiar milhares de famílias no meio rural.

II. A experiência com a implantação da reforma agrária de iniciativa comunitária.

A abordagem da reforma agrária de iniciativa comunitária foi inicialmente experimentada sob o abrigo do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará, financiado pelo Banco Mundial (Empréstimo 3918-BR) com um custo total de R\$4,1 milhões para o financiamento da compra da terra e R\$3,9 milhões para os investimentos complementares. As famílias obtiveram financiamento para a compra da terra com um prazo total de 15 anos, incluindo carência de 5 anos, e taxa de juros definida pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 1%. Este financiamento foi feito com recursos fornecidos pelo governo do Estado do Ceará. Os investimentos complementares foram financiados pelo Banco Mundial, em um esquema de doação compartilhada (**matching grants**), segundo o qual os beneficiários contribuíram com pelo menos 10% do custo total dos investimentos. Esta contribuição poderia ser sob a forma de dinheiro ou mão-de-obra ou materiais possuídos pelos beneficiários. No projeto piloto, 44 associações comunitárias, com um total de 688 famílias, adquiriram um total de 23.377 hectares, a um custo médio por família de R\$6.083 e um custo de R\$179 por hectare. Os investimentos complementares médios foram da ordem de R\$5.574 por família. O custo total médio por família foi de R\$11.657.

Dados estes resultados promissores da abordagem da reforma agrária de iniciativa das comunidades sob o abrigo do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará (tanto em termos de eficiência administrativa como de custo), levaram o Governo Brasileiro a fazer, pela primeira vez, um pedido ao Banco Mundial para o financiamento direto de um projeto de reforma agrária, que se materializou no Projeto Cédula da Terra (Reforma Agrária e Combate à Pobreza Rural, Empréstimo 4147-BR), que, também com as características de um projeto piloto, foi implementado em cinco Estados do Nordeste (Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Minas Gerais). O projeto Cédula da Terra combina a abordagem de iniciativa comunitária para a compra da terra com um mecanismo de doação compartilhada para o financiamento dos investimentos complementares, com o objetivo de aumentar a produtividade da terra e a renda dos pequenos proprietários/produtores beneficiados.

O projeto piloto Cédula da Terra combina também elementos dos exitosos Projetos de Combate à Pobreza Rural no Nordeste do Brasil com o componente inovador da abordagem iniciativa comunitária para a compra da terra por parte dos trabalhadores

sem terra ou pequenos minifundiários pobres. Cinco Estados fizeram parte da área do projeto: Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Minas Gerais. Segundo o desenho do projeto, famílias se organizam para formar uma associação comunitária com o objetivo de identificar imóveis rurais potenciais e adequados para compra e a seguir negociar com os proprietários dispostos a vender. Após terem sido considerados legais e "limpos" os títulos de propriedade dos imóveis – tarefa executada pelos Órgãos Estaduais de Terras – estas associações tornam-se elegíveis para receber o financiamento da compra da terra, com fundos de contrapartida providos pelo Governo Federal. Os termos do financiamento foram inicialmente assim definidos: 10 anos de prazo, incluindo 3 anos de carência e TJLP. É de responsabilidade das associações beneficiárias determinar internamente, entre as famílias participantes, a alocação da terra entre os diferentes usos bem como as obrigações dos pagamentos do empréstimo contraído para a compra da terra.

O custo total do projeto piloto é de US\$150 milhões, dos quais US\$45 milhões correspondem à contribuição do Governo Federal para o financiamento da compra da terra (Quadro 2). Uma vez adquirida a terra, as associações comunitárias tornam-se elegíveis para apresentar propostas para os investimentos complementares a serem financiados, sob a forma de doação compartilhada, com recursos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Banco Mundial e contribuição dos beneficiários, esta da ordem de pelo menos 10% do custo dos referidos investimentos (materiais, mão-de-obra ou dinheiro). São também financiados pelo projeto piloto a assistência técnica e apoio às associações beneficiárias e a realização de estudos detalhados de avaliação de impacto do projeto, com o objetivo de extrair lições importantes relacionadas com o ritmo de execução, de focalização dos beneficiários e da eficiência de custo da nova abordagem para a implantação da reforma agrária, baseada em iniciativas das comunidades beneficiárias.

Quadro 2: Componentes e custos correspondentes do Projeto Cédula da Terra

Componente	Categoria	Custo indicativo (US\$ milhões)	% do total
A) Compra de terra (para 15.000 famílias pobres)	Físico (terra)	45,0	30,0
B) Subprojetos comunitários (pequenas doações para as comunidades financiarem os investimentos, assistência técnica e capital inicial)	Físico (obras civis, bens e materiais)	84,3	56,2
C) Apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento comunitário (assistência técnica e treinamento no nível Estadual)	Desenvolvimento institucional	3,9	2,6
D) Administração do projeto, supervisão e acompanhamento (nível estadual)	Administração do projeto	10,1	6,7
E) Avaliação de Impacto e disseminação (nível Governo Federal)	Outra	6,7	4,5
Total		150,0	100,0

O projeto piloto teve o objetivo de assentar cerca de 15.000 famílias em um período de 3 anos, contados a partir da efetividade do empréstimo (que ocorreu em 12 de setembro de 1997). Um balanço das ações realizadas até 31 de dezembro de 2000 mostra que o projeto havia assentado 12.299 famílias, numa área total de 322.000ha, ganhando destaque os resultados na Bahia, no Ceará e no Maranhão (Quadro 3). O custo médio da terra por família foi de R\$4.825 e de R\$184 por hectare. Com relação ao componente B do projeto, o financiamento de investimentos comunitários e a ajuda de custo inicial, há uma disponibilidade média de R\$6.256 para cada família assentada.

Quadro 3: Projeto Cédula da Terra, Resumo da Implementação até 31 de dezembro de 2000

ESTADOS	Nº de Famílias	Aquisição de Imóveis				Investimentos Comunitários	
		Área total (ha)	ha / fam.	Valor do financiamento (R\$)	R\$ / ha	R\$ / fam.	Valor total (R\$)
MARANHÃO	2.832	76.359	26,9	9.052.697	118,55	3.197	20.866.178
CEARA	2.957	115.982	39,2	16.088.495	138,72	5.441	23.424.707
PERNAMBUCO	1.731	31.022	17,9	12.551.305	404,59	7.251	8.626.788
BAHIA	3.354	65.512	19,5	14.785.364	225,69	4.408	14.204.491
MINAS GERAIS	1.425	33.602	23,5	5.862.597	204,23	4.816	9.926.715
TOTAIS	12.299	322.477	26,2	59.340.459	184,61	4.825	77.048.878

Fonte: NEAD, INCRA

III. Avaliação do Projeto Cédula da Terra (Empréstimo 4147-BR)

Avaliações extensivas realizadas e a supervisão do projeto feita pelo Banco Mundial revelam que o mecanismo baseado em iniciativas comunitárias funciona como uma abordagem alternativa e complementar para agilizar o acesso à terra aos pobres rurais. Avaliação profunda e completa é um componente integral do projeto piloto, o que permite que lições sejam apreendidas e refletidas nos ajustes no projeto sendo implementado e no desenho do projeto proposto. De fato, muitas lições apreendidas foram incorporadas, tanto no Cédula da Terra como no desenho do projeto proposto. A avaliação está sendo feita em três níveis (ver Quadro 4, que apresenta uma lista dos estudos já completados e dos em andamento):

1. O projeto piloto inclui um rigoroso estudo de avaliação comparando os impactos econômicos e físicos entre a nova abordagem (iniciativa comunitária) e a abordagem tradicional da reforma agrária. Este estudo – que está sendo conduzido pela Universidade de Campinas (UNICAMP) – incluiu um estudo preliminar realizado em fins de 1998/começo de 1999, conduzido a partir de visitas a mais da metade dos imóveis adquiridos através do projeto, com aplicação de questionários muito detalhados a uma amostra repre-

sentativa dos 222 imóveis até então adquiridos sob o abrigo da nova abordagem. Os resultados oriundos deste estudo preliminar são aplicáveis ao agregado (isto é, ao conjunto dos cinco Estados participantes). Um esforço de expansão da amostra será conduzido nos últimos meses de 2000, de tal forma a permitir que os resultados possam ser desagregados por Estado. Paralelamente ao estudo que está sendo conduzido e descrito acima, a UNICAMP retirou uma amostra de 3.413 unidades familiares da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) de 1997, que compartilha características da população alvo do projeto piloto (isto é, chefe da unidade familiar > 18 anos e < 60 anos, trabalhador rural, com renda familiar < R\$240 mensais). Os dados foram então analisados e comparados com os dados dos beneficiários do Cédula da Terra com o objetivo de avaliar a efetividade do mecanismo de auto-seleção na focalização dos beneficiários. O novo projeto proposto incorporará a continuação deste estudo rigoroso de avaliação de impacto nos atuais Estados e a sua expansão aos novos a serem incluídos no projeto.

2. Segundo, foram contratados vários estudos menores e realizados vários seminários em 1998 e em 1999 com objetivo de avaliar, tanto aspectos específicos do projeto piloto, como os impactos do projeto através de estudos de casos (Quadro 4). A maioria dos estudos foi completa e forma a base para os ajustes incorporados no projeto proposto. Estes estudos e seminários incluíram, entre outros:

- Estudos de casos detalhados de subprojetos em diferentes regiões do Ceará e da Bahia. Estes estudos de casos incluíram uma avaliação qualitativa da implementação do projeto e um modelo quantitativo dos sistemas produtivos adotados ou com probabilidade de serem adotados nas áreas selecionadas.

- Análise do funcionamento das associações comunitárias para a implementação do projeto e outros aspectos sociais.

- Análise da estrutura financeira dos empréstimos para a compra de terras e as medidas necessárias para aumentar a probabilidade de pagamento dos referidos empréstimos nas datas do vencimento.

- Análise do impacto potencial da reforma agrária de iniciativa comunitária sobre os mercados e os preços de terra.

- Análise da população alvo total da reforma agrária no Brasil.

- Três seminários foram realizados com o objetivo de discutir a implementação do Cédula da Terra:

- Em novembro de 1998, o Ministério do Desenvolvimento Agrário patrocinou – em conjunto com o Governo do Estado do Ceará, do Banco do Nordeste e do ILCA – um seminário intitulado "Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável", em Fortaleza, Ceará, com ampla participação de ONGs, várias agências governamentais e do Banco Mundial.

- Em agosto de 1999, o Banco Mundial patrocinou um **workshop**, com a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de representativas ONGs do Nordeste, agências de igrejas, pessoal das Unidades Técnicas dos Projetos de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e do Banco Mundial, com o objetivo de explorar meios e maneiras de alavancar maior participação por parte de certos grupos (federais, estaduais – FETAGs – e ONGs) na implementação dos PCPRs e do Cédula da Terra.

- Em dezembro de 1999 foi realizado um seminário, patrocinado pelos estados participantes e pelo Banco Mundial, para rever e discutir os resultados preliminares do estudo da UNICAMP sobre o Cédula da Terra. O estudo examinou o processo de seleção dos beneficiários, as características dos assentamentos da Cédula da Terra e a viabilidade econômica e financeira dos assentamentos.

Quadro 4: Estudos de Avaliação, Cédula da Terra

Quadro 4: Estudos de Avaliação, Cédula da Terra

Estudos concluídos	Autor(es)
1. Opções de Políticas de Reforma Agrária	Baumgardner et al (1998)
2. Preços de Terras Agrícolas e Impacto do Cédula da Terra	Reydon e Plata (1998)
3. Relações sociais nos Assentamentos de Reforma Agrária	Martins de Carvalho (1998)
4. Perfil socio-econômico dos beneficiários do Cédula da Terra	Souza Filho et al (1999)
5. Demanda por reforma agrária no Brasil	Davio (1999)
6. Reforma Agrária e Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Gomes et al (1999)
7. Opções financeiras para a Reforma Agrária	Troster (1998)
8. Avaliação do Cédula da Terra na Bahia	Garcia Filho et al (1998)
9. Dimensões Sociais do Projeto	Navarro (1998)
10. Estudos de caso do piloto de reforma agrária no PCPR-Ceará	Davilio (1998)
Estudos em andamento	
1. Assistência Técnica para os projetos de assentamento	Lopes
2. Pequena agricultura no Brasil	DIPE/ST/PEA
3. Impactos regionais da reforma agrária	REDDES

3. A supervisão bastante intensiva do projeto piloto tem ajudado na avaliação da implementação e a extrair lições para aplicação imediata de ajustes ao projeto. Lições importantes foram apreendidas através da supervisão, seminários nacionais e internacionais, estudos e **workshops**. O projeto é parte do "Compacto para Desenvolvimento Rural" do Banco Mundial e tem recebido esforço de supervisão bem acima da média de outros projetos. Cerca de 82 semanas-técnico foram empregadas na supervisão do projeto em um período de 27 meses, bem acima da média de outros projetos. Mais de 70% das semanas dedicadas à supervisão foram proporcionadas por pessoal técnico dos Escritórios do Banco Mundial de Brasília e de Recife. Além da supervisão formal a partir da sede do Banco Mundial em Washington, o pessoal técnico dos escritórios de Recife e Brasília fizeram cerca de 30 visitas aos estados participantes desde o início da gestação do projeto. O diretor da Diretoria do Banco Mundial para o Brasil, o vice-presidente regional para a América Latina e Caribe e pessoal técnico do Banco Mundial trabalhando com outros países (inclusive da região da África) visitaram o projeto. Tem havido um grande número de seminários envolvendo as Unidades Técnicas Estaduais e as associações comunitárias em cada um dos estados participantes, o último dos quais no estado de Pernambuco, com a participação de pelo menos 50 associações comunitárias. Adicionalmente, o projeto tem sido avaliado por consultores privados e universidades. O resultado de todas estas atividades tem sido a extração de lições que foram ou serão incorporadas no atual projeto e no desenho deste que está sendo proposto. Em razão do grande interesse no Banco e entre governos estrangeiros, o projeto tem recebido visitas freqüentes. Isto, juntamente com a presença do Banco através do Escritório de Recife, tem levado a um esforço de supervisão muito mais intensivo do que normalmente se dedica aos projetos financiados pelo Banco.

4. Adicionalmente, dois pedidos para a investigação do projeto piloto, submetidos ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, em dezembro de 1998 e novamente em setembro de 1999, proporcionaram mais uma oportunidade para rever o que se havia alcançado e avaliar a experiência com a implementação do projeto. O Painel de Inspeção examinou os dois pedidos, visitou vários subprojetos no campo e, em maio de 1999 e novamente em dezembro de 1999, concluiu por não recomendar a investigação do projeto.

IV – Resultados da avaliação

Os resultados dos vários estudos de avaliação realizados, assim como das supervisões do Banco Mundial, revelam que o projeto Cédula da Terra está alcançando seus objetivos em termos de agilização do processo de acesso à terra aos pobres rurais. A avaliação confirma que a nova abordagem (iniciativa comunitária) está funcionando, produzindo resultados efetivos no campo. Dada a natureza inovadora do projeto piloto, a avaliação mostra resultados tão favoráveis quanto poderiam ser esperados neste estágio, ensejando forte apoio para a continuação e expansão da nova abordagem. Como se detalha a seguir, a qualidade da terra adquirida pelos beneficiários é adequada, os preços da terra são menores do que nas abordagens tradicionais, a auto-seleção é bastante satisfatória e os imóveis adquiridos mostram expectativas favoráveis para garantir a viabilidade econômica e financeira. Igualmente importante, os beneficiários – com poucas exceções – deverão ser capazes de gerar receitas suficientes para permitir o pagamento dos débitos contraídos e de aumentar, tanto a renda como as condições de vida. A seguir, são resumidas a avaliação do progresso da implementação do projeto e as modificações introduzidas na Cédula da Terra e as incorporadas no projeto proposto:

1. O projeto criou um método ágil e efetivo para o assentamento de famílias rurais sem terra: A mensagem central de muitas organizações e dos próprios beneficiários é que a população algo deseja acesso à terra de maneira rápida, participativa e menos conflitiva, mesmo sabendo que a terra será paga. Prova disso é que há uma grande demanda para a compra de terra, que excedeu 40.000 famílias ao final do primeiro ano de implementação do projeto. A abordagem de iniciativa comunitária agiliza o assentamento das famílias rurais sem terra, levando-se, tipicamente, menos de 90 dias entre a identificação dos imóveis e a sua efetiva aquisição (dependendo da disponibilidade de recursos para o financiamento). Toma-se importante colocar este resultado no contexto da imensa demanda por acesso à terra: cerca de 28 mil famílias negociaram a compra de um total de mais de 800 mil hectares e atualmente se encontram à espera de aprovação e disponibilidade de recursos para a concretização dos empréstimos que permitam a compra. Dadas a demanda existente e a comprovada eficiência da nova abordagem em agilizar as compras por parte dos beneficiários, seria incompreensível deixar de avançar com ela.

2. Auto-seleção dos pobres rurais sem terra está funcionando bem: Os resultados das avaliações preliminares apresentados em Buainain et al (1999a, 1999b) demonstram claramente que o projeto está atraindo famílias com um perfil social e econômico do público alvo que se pretende beneficiar (isto é, famílias pobres do meio rural). A renda familiar mensal média encontrada foi de R\$92, ou seja, cerca de 73% do valor de um salário mínimo. Cerca de metade desta renda é gerada fora das propriedades rurais. Aproximadamente 32% dos beneficiários são analfabetos, enquanto outros 47% não completaram mais do que o quarto ano primário. Análise discriminante dos dados revelam que os beneficiários da Cédula da Terra têm propriedade com menor volume de ativos, maior densidade da unidade familiar e moradia de pior qualidade, quando comparados com os do grupo de controle de unidades familiares com padrões socioeconômico similares (Buainain, 1999b). Na medida em que a inclusão de beneficiários não-pobres é mínima, não se justificaria modificar o mecanismo de auto-seleção, introduzindo um mais estruturado. A maioria dos beneficiários é constituída de ex-arrendatários (ou rendeiros) ou parceiros, muitas vezes nos mesmos imóveis que compraram com o financiamento do projeto. Praticamente todos eles tiveram algum tipo de experiência com a produção agrícola, sendo que 90% trabalhavam no setor agrícola quando se tornaram beneficiários do projeto. Ao requer uma ativa participação dos beneficiários tem-se um mecanismo de auto-seleção desejável, na medida em que leva a selecionar os "pobres empreendedores", que tendem a ser melhor sucedidos como produtores rurais do que os pobres rurais médios.

3. A maioria dos assentamentos do projeto é de pequeno tamanho, menor do que o dos assentamentos da reforma agrária tradicional: Tem-se observado que os grupos devem ter um tamanho mínimo de 10 famílias e um máximo de 30 a 35 para que se tenha um desempenho ótimo. As associações comunitárias participantes do projeto têm um tamanho que tende a situar-se entre 15 a 30 famílias. Grupos com menos de 10 participantes provavelmente teriam dificuldades até mesmo para a formação do quadro diretivo da associação (uma condição de elegibilidade para o acesso ao crédito para a compra); além disso, teriam acesso a um volume menor de recursos para o financiamento de certos investimentos complementares, seja pelo custo mais elevado, como a eletrificação rural, seja porque não poderia ser justificado o financiamento de investimentos que ficariam subutilizados,

como o caso de um trator. Para grupos com mais de 50 famílias, a experiência demonstra que a administração de uma propriedade rural por um grupo tão grande pode tornar-se difícil e que a tendência, demonstrada nos assentamentos oriundos da reforma agrária tradicional, nos quais 100, 200 ou mais famílias são assentadas, é a de que, no final, são formados sub-grupos menores, de aproximadamente 50 famílias, as quais tendem a criar suas próprias associações.

- O projeto proposto continuará ser visto (como o foi o Cédula da Terra) como um instrumento complementar para proporcionar o acesso à propriedade da terra aos pobres do meio rural. Enquanto inovador em muitos aspectos, e diferente em outros quando comparado com as abordagens tradicionais da reforma agrária, estas linhas complementares de ação, através do tempo, deverão encontrar tanto o seu próprio ritmo e espaço e como utilizar formas de maximizar os benefícios do programa federal de reforma agrária.

4. A qualidade da terra é, em geral adequada e representativa das condições predominantes em cada estado: A maioria das terras adquiridas mostra bom potencial produtivo, incluindo adequada disponibilidade de água ou potencial para irrigação. De fato, os beneficiários freqüentemente têm excelentes opções de escolha para a compra de imóveis (Veja Box 2). Por exemplo, há casos típicos, que incluem imóveis com plantios de banana, coco e cacau, que estavam subutilizados pelos antigos proprietários em razão da grande necessidade de mão-de-obra (e de sua supervisão), mas que podem rapidamente se transformarem em produtivos e lucrativos novamente. Este resultado é, de fato, bastante significativo, dadas a baixa qualidade das terras no Nordeste e a tendência da reforma agrária, no passado, concentrar-se em terras de baixa qualidade. Buainain et al (1999b) analisaram a geografia predominante em cada estado, comparando-a com as características das terras adquiridas através do projeto e encontraram que os subprojetos do Cédula da Terra são bem distribuídos entre as meso-regiões no estado, com baixos níveis de concentração em qualquer uma delas (Quadro 5). Algumas terras de boa qualidade (por exemplo, Oeste Baiano, na Bahia, Serra do Ibiapaba e Serra do Cariri, ambas no Ceará) não tiveram imóveis adquiridos através do projeto, muito provavelmente em razão do custo da terra em rela-

ção aos limites impostos pelo projeto. Coerente com as condições agroclimáticas agroclimáticas globais na região, algumas áreas são sujeitas a secas periódicas e requerem acesso à água ou investimentos em irrigação para garantir produção sustentável.

Quadro 5: Distribuição percentual dos projetos do Cédula da Terra, segundo meso e microrregiões dos estados participantes.

Quadro 5: Distribuição percentual dos projetos do Cédula da Terra, segundo meso e microrregiões dos estados participantes

Estados	Meso-regiões com projetos	Microrregiões com projetos	Projetos estaduais (% do total)
Bahia	71	38	24
Ceará	86	55	34
Pernambuco	100	58	17
Maranhão	100	48	13
Minas Gerais	60	43	12

5. Os preços da terra são muito favoráveis: Os preços das terras adquiridas através do projeto são cerca de 22% mais baixos por hectare e 28% mais baixos por família do que o valor presente dos preços iniciais nos processos de desapropriação do INCRA no Nordeste. Há também uma tendência geral de decréscimo nos preços das terras em razão das mudanças introduzidas pelo governo federal (por exemplo, aumento do ITR). No projeto piloto, a terra tem sido adquirida a um preço médio de R\$193 por hectare e R\$4.759 por família. O custo nominal das terras desapropriadas no Nordeste, em 1998, foi de R\$311 por hectare e R\$8.229 por família. Desde que parte da indenização, resultante da desapropriação, é paga em TDAs a taxas de juros abaixo das do mercado, os valores nominais da desapropriação precisam ser ajustados, calculando-se o seu valor presente a fim de torná-los comparáveis com os pagamentos à vista quando as terras são adquiridas através do projeto. Utilizando-se uma taxa estimada de juros de médio e longo prazos da ordem de 16%, o custo da terra desapropriada no Nordeste em 1998 foi de R\$249 por hectare e R\$6.578 por família. Relevante notar que, em muitos casos, os proprietários das terras desapropriadas mais tarde obtêm compensações adicionais através de ações judiciais, que podem aumentar o custo final das terras desapropriadas em até 3 vezes o montante inicial da indenização.

6. Implementação do projeto através de associações comunitárias tem sido globalmente bem sucedida: O sucesso das associações comunitárias na

mobilização de seus membros, na seleção das terras a adquirir, no desenho de subprojeto produtivo e na implementação é verdadeiramente notável, face as limitações que enfrentam. Buainain (1999a), utilizando a análise anteriormente mencionada do mecanismo de auto-seleção, encontrou que o beneficiário médio "... além de ter um baixo nível de renda, tem um baixo nível educacional, não tem experiência com a tecnologia moderna, tem acesso limitado à informação em geral e à técnica, tem pequena experiência em conduzir um negócio, todas consoantes com as características do pobre rural do Nordeste e combinam para colocar obstáculos substanciais no caminho dos beneficiários do projeto no curso de sua implementação. Embora muitas associações beneficiárias tenham sido formadas há vários anos e são bem organizadas, outras foram formadas muito recentemente. A experiência tem demonstrado que estas associações mais recentes podem carecer de um conjunto de princípios acordados para orientar as relações inter-pessoais entre os grupos formados e um entendimento das políticas públicas e noções básicas de planejamento, que são necessários para tornar sustentáveis os assentamentos. O desafio chave é proporcionar apoio a estas associações, ao mesmo tempo encorajando e dando suporte à sua autonomia. Estas questões foram discutidas em profundidade com os estados participantes e com o NEAD, e foram adotadas recomendações para o treinamento apropriado dos assentados para eficientemente implementar e iniciar a atividade do assentamento, criando as fundações para a sua sustentabilidade. Este modelo para a geração de capital humano e social será também uma característica do projeto proposto.

O desenho do projeto coloca os beneficiários "no assento do motorista" e seu sucesso depende inteiramente de sua participação, através das associações comunitárias, em todos os estágios do ciclo do projeto. A experiência até o presente tem sido muito positiva nas comunidades, com as associações (muitas delas preexistente ao projeto) mostrando forte interesse, iniciativa e participação ativa. Ao mesmo tempo, o projeto também previu a criação de Conselho Consultivo em cada estado, composto de representantes do governo e da sociedade civil organizada, incluindo igrejas, sindicatos (de proprietários e trabalhadores) e outras ONG. Em contraste com as ativas associações comunitárias de base, o desempenho dos conselhos consultivos ficou aquém das expectativas. O governo está revendo as funções, a

composição e os procedimentos dos conselhos com o objetivo de aumentar a sua eficiência.

- O projeto proposto incluirá um esforço especial da parte dos estados no sentido de proporcionar assistência às associações comunitárias na fase de identificação de subprojetos. Antes da aprovação dos subprojetos, membros da Unidade Técnica Estadual discutirão a proposta de subprojeto com toda a associação, a fim de garantir que a proposta representa o resultado de um efetivo processo de tomada de decisões dentro da associação e que todos os membros entendem clara e inteiramente as obrigações que estão assumindo ao participarem do projeto.

7. Os subprojetos demonstram a expectativa de viabilidade financeira e econômica: Simulações, baseadas em imóveis efetivamente comprados e nas condições enfrentadas pelos beneficiários, demonstram que a grande maioria dos sistemas de produção sob o abrigo do projeto tem a capacidade de gerar rendas suficientes para levar as famílias a transpor o estágio de pobreza e fazê-las capazes de pagar o financiamento para a compra da terra (Buainain et al 1999). Nas regiões com condições agro-climáticas mais favoráveis, os retornos financeiros têm grande probabilidade de exceder as estimativas feitas quando da avaliação do projeto (Box 1). No sertão semi-árido, as estimativas financeiras feitas **priori** provavelmente serão alcançadas em muitos casos, onde for disponível acesso adequado à água (ver número 2 acima). Quando o projeto foi preparado, a TJLP foi selecionada pelo governo e aplicada ao financiamento das compras de terras sob o abrigo do projeto piloto. O prazo de pagamento, como então definido, foi de 10 anos, com até 3 anos de carência. Os estudos feitos pelo NEAD indicaram que, na maioria das regiões, como o litoral da Bahia e do Ceará, a probabilidade de pagamento por parte dos beneficiários era muito alta, com termos e condições então estipuladas. Nas regiões com maiores vantagens, entretanto principalmente no semi-árido, sujeito a secas periódicas, algumas famílias poderão ter dificuldades em cumprir com a obrigação de pagamento do empréstimo. Além disso, uma aumento temporário, mas significativo, na TJLP no contexto da recente crise econômica aumentou o custo do empréstimo para a aquisição da terra a um nível tal que em algumas das áreas menos favorecidas o pagamento dos empréstimos torna-se duvidoso.

- A TJLP não é mais usada para definir os encargos financeiros dos empréstimos, tendo sido substituída pelos termos e condições do Banco da Terra, segundo os quais é cobrada uma taxa real fixa de 4% ao ano e um prazo de pagamento de 20 anos. Estes novos encargos e termos serão aplicados retroativamente aos empréstimos concedidos sob o abrigo do Cédula da Terra antes do final do período de carência de 3 anos.

- Para o projeto proposto os beneficiários receberão empréstimos para a compra da terra com um prazo de 20 anos para pagamento, com uma taxa fixa de juros. Sob estas condições, a viabilidade financeira e econômica em todas as áreas será muito provável de se materializar.

Box 1: Viabilidade Financeira de Imóveis Representativos dos projetos do Cédula da Terra

Costa Norte da Bahia. Sistemas típicos de produção incluem coco, frutas e pecuária; renda familiar líquida esperada de R\$3.000 após quatro e R\$5.000 após dez anos. Sem dúvidas, os beneficiários terão capacidade de pagar os empréstimos contraídos para a compra da terra.

Região Cacaueira da Bahia. Renda líquida familiar anual deverá variar de R\$2.500 a R\$2.800 no sétimo ano e de R\$3.700 a R\$4.000 no ano 10, dependendo das condições climáticas. Os resultados financeiros esperados são similares no extremo sul da Bahia, ou marginalmente melhores, daqueles da região a cacaueira.

Região semi-árida da Bahia. Os sistemas de produção são semelhantes àqueles da região semi-árida do Ceará (feijão, milho, mandioca e pecuária) embora o acesso à irrigação seja muito melhor. A renda familiar líquida devem alcançar R\$4.000 em anos de chuvas normais, em quanto que no período de secas, deverá ser substancialmente menores, fazendo com que o pagamento dos empréstimo se torne questionável. Daí a importância de se considerar o potencial de irrigação quando do processo de decidir sobre a compra de imóveis.

Região semi-árida do Ceará. Esta é a área mais difícil, tipicamente com culturas de subsistência (feijão, milho e mandioca), algum tipo de pecuária (caprinos e gado) e algumas lavouras de alto valor em áreas relativamente pequenas com irrigação. Sob condições normais de chuvas, a renda líquida familiar po-

derá atingir R\$1.300 no ano 4 e alcançando até R\$2.000 no ano 10, mas parte substancial desta renda será sob a forma de auto-consumo. Sob condições de seca, será extremamente incerto o pagamento dos empréstimos, enquanto que nas áreas com irrigação, nos anos de seca, espera-se uma renda familiar líquida variando de R\$888 a R\$2.000. A irrigação, em anos normais, poderá gerar rendas familiares líquidas da ordem de R\$1.600 a R\$3.400.

Maranhão. Produção de gado, feijão, arroz, milho e mandioca (possivelmente usando tração animal) poderá ser traduzida em rendas familiares líquidas de aproximadamente R\$2.000 no ano 4, alcançando R\$3.500 no ano 10.

Zona da Mata de Pernambuco. Com bases em dados de imóvel adquirido através do Cédula da Terra – que encontrava-se abandonada antes da aquisição – espera-se uma renda familiar líquida da ordem de R\$5.500 no ano 4.

8. Dada a probabilidade de sucesso econômico da grande maioria dos subprojetos, o pagamento dos empréstimos também parece provável; entretanto, medidas estão sendo tomadas para reduzir os riscos de inadimplência: Os próprios beneficiários estão otimistas e entusiasmados com relação ao pagamento dos débitos contraídos com o empréstimo para a compra das terras (Box 2). A substituição da TJLP por uma taxa fixa de 4% ao ano e a extensão do prazo de pagamento para 20 anos somente aumentam a já grande probabilidade de pagamento por parte dos beneficiários.

- Com o projeto proposto, os empréstimos para a compra da terra serão também concedidos e estruturados de modo mais próximo de uma operação bancária comercial, com o fornecimento de extratos periódicos. O experimento piloto no projeto proposto (com riscos comerciais inteiramente assumidos pelos agentes financeiros) procurará estabelecer um modelo segundo o qual os agentes financeiros terão incentivos mais fortes para, efetivamente, cobrar os débitos contraídos pelos beneficiários.

Box 2: Vozes dos beneficiários do Cédula da Terra

Se nós tivermos de começar a pagar agora, já temos o dinheiro para fazer isso. Aqui, todo mundo está trabalhando dia e noite. Ninguém descansa. Se sempre tivemos a coragem de trabalhar para outros, imagine agora que a terra é nossa!!! Aqui, todo mun-

do agora tem alguma coisa para comer e algum dinheiro para pagar o empréstimo que fizemos. Todo mundo tem a sua própria banana, já produzindo, sua mandioca. Eles têm milho, feijão e arroz; muitos estão também plantando melancia. Tudo o que produzimos, precisamos transportar somente 6 quilômetros, onde vendemos".

– Sr. Manoel Xavier Filho, fazenda Belmonte, Bacabal, Maranhão

"O que importa pra gente é que agora temos a terra para passar para os nossos filhos. Agora, além da terra, temos também gado, temos leite para as crianças; temos porcos para comer e vender. Antes, não tínhamos nada. Para começar a pagar o empréstimo, alguns membros da associação já tem algum dinheiro separado para o primeiro pagamento. Já que a nossa atividade principal será a pecuária, vamos poder pagar o empréstimo com a produção de gado. Como diz aqui um membro da associação, "os bezerros pertencem ao banco".

Sr. Edilson, comunidade de Maria Izabel, Gravatá Pernambuco

"A terra foi cara porque já estava produzindo. Tem 390 hectares de pasto e outros 100 hectares estão sendo preparados para o plantio de lavouras. Tem muita água, cercas e estradas. Pronta para produzir. Imagine se tivéssemos comprado uma fazenda sem benfeitorias – pobres como somos – como é que poderíamos trabalhar a fazenda? Nunca!. Teríamos que vender tudo, inclusive a terra, para pagar o banco. Nós e os representantes do sindicato de trabalhadores rurais examinamos cada centímetro desta fazenda, antes de comprar. Nossa associação sempre sonhou comprar esta terra. Nós já calculamos o valor das benfeitorias e acreditamos que, se nós tivéssemos que fazer estas benfeitorias por nós mesmos, nós precisaríamos gastar o dobro ou triplo do que pagamos pela terra".

Sr. José Mário Miranda, Boa Vista do Acaí, Balsas, Maranhão

"Tudo melhorou. Antes, nós vivíamos em barracas em terras invadidas ou pagando renda nas terras dos outros. Nós só trabalhávamos dois ou três dias por semana. As crianças estavam sempre doentes. Nós vivíamos com fome. Hoje, quase dois anos depois que compramos nossa terra, tudo está melhor. É como se estivessemos ido para o paraíso! Agora, veja, nos temos esta bela casa, há trabalho para toda a família. Temos uma escola, aqui em frente. E temos

comida todos os dias. Aqui, todo mundo está trabalhando. A noite, temos uma escola que funciona com bateria do trator que fornece luz. De manhã, nós temos que empurrar o trator porque a bateria está fraca, mas é o nosso trator! A escola foi construída pela comunidade, O município paga a professora. Nossas vidas melhoram muito“.

Sr^a Josinete de Jesus, fazenda Itariri, Conde, Bahia.

9. As Unidades Técnicas e as organizações da sociedade civil desempenham papel muito importante ao apoiar as associações comunitárias na identificação e negociação de oportunidades para a compra de terras: A falta de informação e certa tendência para a compra de terras que já cultivavam como rendeiros ou parceiros, têm inibido ou limitado muitas associações beneficiárias a procurarem e compararem uma gama maior de imóveis disponíveis para venda e negociarem mais ativamente o preço de compra com os antigos proprietários. Frequentemente agências estaduais procuram ajudar as associações no processo de identificação e negociação, tratando com isso de assegurar que a terra a ser comprada seja de boa qualidade e que o preço seja coerente com as condições de mercado. Em outros casos, ONGs, igrejas e outras organizações têm proporcionado apoio muito útil nos processos de identificação e negociação. Buainain et al. (1999a) encontraram que o papel das agências estaduais na supervisão e mediação e compra de terras tem sido adequado e necessário e recomendaram que este papel deva ser reforçado. Espera-se que, ao longo do tempo, uma vez fortalecida a capacidade local, seja diminuído o papel das agências estaduais no processo de negociação. O projeto proposto inclua diversas modificações com o objetivo de proporcionar apoio adicional às associações beneficiárias nos processos de seleção e negociação da compra de terras:

- As associações beneficiárias podem contratar assistência técnica para a preparação das propostas de subprojetos. Inclui assistência para a identificação/seleção das terras e negociação. Podem ser utilizados até 8% do montante dos empréstimos concedidos para a compra de terra e o valor será liberado quando da compra da terra. Os pedidos de financiamento deverão incluir informações sobre outras propriedades que foram visitadas e consideradas para compra pelos beneficiários.

- Cada estado participante apresentará um plano de ação para uma campanha de divulgação de maior alcance e acentuará a mobilização de ONGs, bancos e outros grupos para que proporcionem informação e prestem assistência às associações beneficiárias, através de seminários, programas de treinamento e outros meios.

- O anterior incluirá, em particular, um mecanismo de disseminação periódica e regular de informações sobre imóveis disponíveis para venda, por estado e por região. O desenvolvimento de tais planos de ação será uma condição de desembolso para cada estado.

10. Assistência técnica, em conjunção com a compra da terra e atividades produtivas subsequentes, é crucial para a concretização e sustentação dos benefícios. No projeto piloto, as associações comunitárias têm acesso à assistência técnica para seus subprojetos específicos de investimento. Têm variado, tanto a cobertura como a qualidade da assistência técnica mais ampla, segundo a disponibilidade e qualidade dos serviços da extensão pública (EMATER) ou das várias instituições privadas. Estudos e observações realizados durante o primeiro ano de implantação do projeto piloto indicam que a assistência técnica pública (oficial) tem sido aquém das expectativas, tanto no que se refere à qualidade como à oportunidade (momento em que a assistência é requerida). O projeto requer financiamento da assistência para a preparação das propostas de subprojetos de investimento e para a sua implementação. Entretanto, as comunidades necessitam também de assistência mais efetiva e eficiente para o planejamento das atividades produtivas, ou seja, para a produção de lavouras, seu processamento, armazenamento e comercialização.

- Várias alternativas foram discutidas com as Unidades Técnicas Estaduais para o aperfeiçoamento da assistência técnica a ser proporcionada às famílias beneficiárias, especialmente nos três primeiros anos de assentamento. O montante de recursos alocados para financiar a compra de assistência técnica por parte dos beneficiários aumentou durante o processo de compra das terras e planejamento subsequente da produção para cobrir os três primeiros anos após a instalação nos imóveis adquiridos,

com o objetivo de assegurar aumentos de produtividade e de renda.

- Com o propósito de assegurar a suficiência e a qualidade da assistência técnica para as associações comunitárias, o projeto proposto inclui a opção de as comunidades utilizarem até 8% do montante para a compra das terras para a contratação da assistência, dos quais até 4% para a preparação dos subprojetos e o restante para assistência a ser prestada durante a implementação dos planos produtivos, cobrindo os três primeiros anos. Adicionalmente, as associações comunitárias continuarão tendo a liberdade de contratar a sua própria assistência para subprojetos específicos de investimentos, como ocorre no âmbito do Cédula da Terra.

11. Em alguns estados tem ocorrido atrasos significativos e desnecessários para a aprovação das propostas de subprojetos de investimentos, após as terras já terem sido adquiridas: Gargalos burocráticos e redução do ritmo de transferência de recursos por parte do governo federal prejudicaram a implementação dos investimentos complementares nos imóveis adquiridos. Tais atrasos reduziram o ritmo de estabelecimento de operações agrícolas produtivas no primeiro ano (crítico) e precisam ser evitados. A experiência, ao longo de muitos anos, com a reforma agrária, demonstra que, a fim de evitar a emigração e manter as famílias em suas terras, é necessário que as famílias, após assentadas, comecem a produzir imediatamente.

- Com o projeto piloto foi introduzido um mecanismo através do qual, imediatamente após a aquisição dos imóveis, a Unidade Técnica Estadual calcula o montante de investimentos comunitários (respeitado o limite máximo de subsídios que as famílias têm direito) mais a ajuda inicial para instalação (R\$1.300,00 por família). A Unidade Técnica, a seguir, autoriza o Banco do Brasil a minutar um único contrato com as associações beneficiárias, mas os recursos para os investimentos complementares ficam bloqueados na conta bancária da associação e são liberados somente após a Unidade Técnica tenha aprovado os subprojetos. Este mecanismo simplificado permite as famílias beneficiárias usarem imediatamente os recursos disponíveis para a sua instalação no imóvel adquirido. A garantia de que os

recursos para os investimentos complementares estarão disponíveis tão logo as terras sejam adquiridas, portanto, sem a necessidade de que os beneficiários trabalhem fora como assalariados enquanto aguardam a liberação dos recursos, estimulará os beneficiários a se instalarem e começarem a explorar o imóvel o mais rapidamente possível.

- Com o projeto proposto, os procedimentos simplificados acima descritos serão usados desde o início. Adicionalmente, a assistência técnica disponível para a preparação dos subprojetos prestará, o mais cedo possível, apoio às associações para a definição e preparação dos investimentos complementares necessários, agilizando, assim, a sua implementação tão logo as terras sejam adquiridas.

12. A estrutura de controle e o sistema de informação têm sido adequados para um piloto em constante adaptações: O ritmo com que o projeto piloto tem sido implementado atribui um alto nível de importância a dados confiáveis para avaliar o alcance dos objetivos do projeto e determinar a demanda de atividades de seguimento e acompanhamento. Os dados com o detalhamento dos progressos alcançados com a implementação tão disponíveis gratuitamente através da **homepage** do Incra na internet (<http://www.incra.gov.br>).² O **site** permite também obter cópias (**download**) dos estudos de avaliação e de outras matérias relacionadas com o Cédula da Terra.

- O NEAD tem trabalhado no sentido de aperfeiçoar o escopo do MIS do projeto piloto (e do Banco da Terra). O atual MIS proporciona dados sobre todas as fases da aquisição de terras, incluindo detalhes sobre os imóveis adquiridos (por exemplo: tipo e localização da terra, famílias beneficiadas, custo esperado da terra, potencial produtivo), arranjos finais da compra da terra e investimentos complementares financiados através do projeto.

- Como condição de efetividade do empréstimo para o projeto proposto, o governo deverá estabelecer o MIS, como um instrumento chave para o monitoramento, em tempo real, da implementação de todos os subprojetos.

V. Resumo

Em um período de tempo relativamente curto, o mecanismo de reforma agrária de iniciativa comunitária, sob o abrigo do projeto piloto, provou ser ágil e eficiente do ponto de vista de custo em aumentar o acesso à terra por parte dos pobres rurais. As modificações ao projeto, baseadas nas avaliações e nas supervisões anteriormente mencionadas, podem ser assim resumidas:

- Somente imóveis não sujeitas à desapropriação serão consideradas como elegíveis para compra com o financiamento do projeto.
- Os termos e condições dos empréstimos para o financiamento da compra das terras foram revisados e a taxa de juros foi fixada em 4% e um prazo de pagamento de 20 anos.
- Os procedimentos para a liberação dos recursos foi simplificados de tal forma que os recursos para o financiamento dos investimentos complementares serão liberados imediatamente após as terras tenham sido adquiridas.
- A assistência técnica das Unidades Técnicas Estaduais para as associações comunitárias será fortalecida durante a fase de identificação dos imóveis e subsequente negociação.
- Será destacada a atenção para a disponibilidade de água nas regiões sujeitas a secas nos estados participantes.
- Será expandida a campanha de informação com o objetivo de ampliar o entendimento dos conceitos e mecanismos da abordagem da reforma agrária de iniciativa comunitária.

² Ver também <http://www.nead.gov.br>, que fornece muitas informações sobre o Cédula da Terra, principalmente estudos e pesquisas realizados, e outras matérias interessantes sobre a reforma agrária, tanto no Brasil como no exterior (NT).

PARTE II ANÁLISE ECONÔMICA

Foram elaboradas análises econômicas e financeiras detalhadas para avaliar os efeitos quantitativos do projeto proposto em termos (a) dos ganhos globais de eficiência sob a forma do aumento agregado da

produção agrícola, e (b) do efeito renda para os beneficiários. As análises basearam-se principalmente em cinco modelos representativos de propriedades familiares a serem criadas através do projeto proposto, levando em conta as diferentes regiões geográficas nos estados participantes. As análises proporcionam tanto a justificativa econômica para o projeto proposto como a base para o monitoramento quantitativo dos impactos. Três dos cinco modelos foram atualizados das análises feitas para o Projeto Piloto de Reforma Agrária e Combate à Pobreza Rural (Semi-árida, Meio Norte e Zona da Mata) uma vez que estes modelos são representativos para os estados do Nordeste que farão parte do projeto proposto. Adicionalmente, foram preparados dois novos modelos para representar condições substancialmente diferentes do Sul, onde a abordagem será experimentada no âmbito do projeto.

Os resultados dos modelos indicam que a produtividade agrícola das unidades familiares e que os fluxos de caixa projetados serão satisfatórios para pagar os empréstimos para a compra da terra e para alcançar aumentos significativos e de longo prazo da renda familiar (ver Seção A). De fato, há casos de unidades familiares que já poupam com vistas ao pagamento dos débitos, que começa ser feito ao término dos três de cêntima. Fora da região do semi-árido (ou seja, Meio Norte e Zona da Mata) a renda familiar líquida esperada, a médio prazo, será da ordem de R\$4.300 a R\$5.000, quase 4 vezes a renda na situação pré-projeto. Estes níveis de renda satisfariam completamente as expectativas com relação aos retornos e à viabilidade. No caso do semi-árido, a situação é mais complicada. Espera-se que a maioria das famílias irão alcançar um nível de renda familiar líquida anual de aproximadamente R\$4.000 nos anos normais. Entretanto, as secas periódicas podem colocar em risco o processo de capitalização nestas áreas. O projeto proposto, portanto, considera prazos mais longos para o pagamento das dívidas com o objetivo de proporcionar uma margem mais ampla de segurança e assegurar a viabilidade das propriedades na região do semi-árido.

A situação econômica no Sul é significativamente diferente, o custo de uma propriedade familiar tem probabilidade de ser da ordem de R\$10.000 ou mais alto do que os R\$4.500 encontrados no Nordeste. O custo de oportunidade, também, da mão-de-obra familiar é pelo menos 2 vezes mais alto do que no Nordeste. Os modelos de unidades familiares para o Sul indicam rendas familiares líquidas anuais de médio

prazo de cerca de R\$8.000, aproximando-se dos R\$12.000 a R\$14.000 ao final do décimo ano do período de projeção. São necessários sistemas de produção mais sofisticados para alcançar viabilidade econômica e financeira sob tais condições. Enquanto os beneficiários em geral são menos pobres do que os do Nordeste, o custo fiscal por família beneficiária é significativamente maior. Entretanto, as condições regionais variam grandemente dentro da região Sul.

Os modelos de produção foram a seguir validados pelos resultados independentes das simulações feitas em quatro estados – Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco – englobando regiões climaticamente diferenciadas daqueles estados¹. As simulações analisam o escopo para o crescimento da renda das unidades familiares após a aquisição da terra e a capacidade de pagamento (do empréstimo) das unidades com base na produção potencial das terras adquiridas. Foram feitas projeções de renda calculadas para as unidades familiares para um período de 10 anos, incorporando uma gama de possibilidades de produção (tanto as existentes como potenciais). Em termos globais, os resultados das simulações confirmam os modelos da avaliação econômica e da viabilidade financeira das novas propriedades familiares (Seção C).

A. Resumo da análise custo-benefício

Dependendo da região geográfica, os modelos de produção produzem uma Taxa Interna Econômica de Retorno (TIER) entre 24% e 58%, comparada a um custo de financiamento de médio prazo do governo estimado em 16% (com base na taxa de desconto de mercado do TDA's, com 5 a 10 anos de maturação, antes do surgimento da recente crise financeira). A TIER global estimada foi de 35%. O valor presente líquido total gerado pelo projeto alcança R\$415 milhões.

As principais pressuposições incorporadas nas análises foram:

a) Os preços da terra não serão afetados pelo projeto dada sua pequena escala em comparação com a quantidade de terras disponíveis para venda no mercado.

b) Não foram considerados os efeitos multiplicadores na economia local.

c) O custo de oportunidade da mão-de-obra familiar é igual à renda da mão-de-obra familiar na situação sem o projeto, da ordem de R\$1.400 por ano.

d) Os beneficiários têm acesso ao programa de crédito (Pronaf) do governo federal da mesma forma que outros beneficiários da reforma agrária.

Os retornos econômicos do projeto são muito robustos (Quadro 1) para uma gama de cenários alternativos, incluindo as seguintes:

a) Se os beneficiários pagaram preços inflados para a terra, os retornos econômicos não seriam afetados. Entretanto, o projeto produziria uma transferência indesejada de recursos para os antigos proprietários das terras vendidas.

¹ Estas simulações, embora não realizadas diretamente com assentamentos do Cédula da Terra, incorporam dois parâmetros usando dados reais do Cédula: área total da propriedade familiar (em ha) e mão-de-obra familiar. Além disso, as simulações enfatizam o cerne das atividades produtivas previstos para o Cédula da Terra. Com isso, as simulações descrevem condições representativas das terras compradas pelos beneficiários sob o projeto e, conseqüentemente, servem para corroborar independentemente os resultados dos modelos de produção atualizados.

b) Um insucesso total (isto é, produção, a despeito dos investimentos, não excede os níveis pré-projeto; abandono do imóvel adquirido após os três anos de carência e venda do imóvel pelo mesmo preço de compra) para 33% dos imóveis reduziria a TIER para 19%. O insucesso de 50% dos imóveis reduziria a TIER para 11%.

c) Se a renda familiar na situação pré-projeto foi subestimada em 67%, o aumento no custo de oportunidade da mão-de-obra reduziria a TIER para 24%. Entretanto, os beneficiários com um nível de renda, na situação pré-projeto tão alta sofreriam uma redução de renda nos primeiros anos do projeto, demonstrando o mecanismo de focalização embutido no projeto em favor das famílias com rendas mais baixas.

d) Os modelos são baseados em sistemas de produção relativamente simples, enfatizando a lavouras de subsistência e uma área muito pequena para culturas de maior valor. Em um cenário alternativo, alguns destes produtos de mais alto valor foram eliminados dos modelos; mesmos estes modelos mais simples resultaram em TIER de 25%.

Quadro 1: Resumo dos resultados, modelos das unidades familiares, Cédula da Terra

Resultados por família (R\$)	Semi-árido	Mat. Norte	Mat. PR - Norte	PR - Sudoeste	Média total projeto
Taxa econômica de retorno	24%	39%	53%	58%	37%
VPL econômica/família R\$	4.758	12.229	11.135	28.592	9.558
Renda familiar comparada com ano base					
Ano 1	116%	187%	313%	313%	255%
Ano 6	244%	389%	359%	294%	283%
Ano 15	433%	668%	613%	443%	534%
Implementação pressuposta (número de famílias)					
Ano 1	8.333	3.500	3.500	667	667
Ano 2	8.333	3.500	3.500	667	667
Ano 3	8.333	3.500	3.500	667	667
Total	25.000	10.500	10.500	2.000	50.000
VPL (R\$ milhões)	107,3	111,5	101,5	49,7	415,7

B. Análise da renda agrícola

Espera-se que a renda familiar anual das famílias participantes aumente de R\$1.400 para R\$3.000 a R\$8.000 nos anos em que deverá ser feito o pagamento dos empréstimos feitos para a aquisição das terras e dos créditos tomados para financiamento dos investimentos iniciais (incluindo consumo de produtos de subsistência). A análise dos vários cenários alternativos confirma a robustez da viabilidade financeira das unidades produtivas criadas através do projeto.

Os modelos mostram que os investimentos nas unidades familiares, nos primeiros dois anos, são críticos para o atingimento do aumento esperado da renda nos anos subsequentes. Isso significa que os resultados dos modelos e a viabilidade financeira são sensíveis à disponibilidade de crédito e à produção agrícola nos primeiros anos. Se o crédito (PRONAP, por exemplo) não é disponibilizado ou se a seca ocorre nos anos iniciais, as famílias não poderão realizar os investimentos necessários para produzir mais do que o necessário para a subsistência. Caso as famílias tenham conseguido administrar os primeiros anos críticos e tenham sido capazes de investir na produção de gado e/ou produtos de valor mais alto, as suas rendas são relativamente robustas. Taxas de juros mais altas ou déficit na disponibilidade de crédito seriam toleráveis.

Os modelos mostram investimentos significativos pelas famílias a partir dos ganhos (gerados pela produção) poupados. Investimentos adicionais (não mostrados nos modelos) são facilmente perceptíveis no incremento da área plantada com culturas de valor mais alto, em investimentos no processamento e comercialização e levariam a um nível de renda mais alto no longo prazo. Dado que investimentos adicionais requereriam habilidades administrativas significativas por parte dos beneficiários, não foram incluídos nos modelos.

C. Simulações dos sistemas de produção: evidências corroborantes

Foram simulados sistemas de produção familiares para os estados participantes da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco (Quadro 2). As estimativas foram feitas para renda familiar líquida dos pagamentos dos serviços da dívida, após o período de três anos de carência. As rendas líquidas familiares são apresentadas para três dos 10 anos utilizados nas simulações: ano 4 (quando começam os serviços das dívidas), ano 7 e ano 10. Para as simulações do semi-árido (Bahia e Ceará, por exemplo) os resultados são apresentados para anos normais e de seca. No caso do Maranhão, os resultados são apresentados para produção com e sem fração animal.

Quadro 2: Descrição da simulação e mix de produção, Cédula da Terra, estados participantes

Região/sistemas de produção	Estado	Mix de produção
Costa Norte	Bahia	Coco/laranja, uva, gado, feijão, milho
Cacaueira	Bahia	Cacau ou café, gado
Nordeste semi-árido	Bahia	Gado, mandioca, feijão, milho
Sertão Cearense (com irrigação)	Ceará	Feijão, algodão, gado/caprinos
Pecuária extensiva	Maranhão	Gado, mandioca, feijão, milho
Zona da Mata	Pernambuco	Coco, inhame, gado, mandioca, feijão, milho

As simulações para áreas fora do semi-árido mostram perspectivas de renda familiar líquida anual de meio prazo de R\$3.600 a R\$5.400, que se compara com a renda pré-projeto de R\$1.400. Na Costa Norte da Bahia, usando coco ou laranja como a principal cultura de mercado, as rendas líquidas anuais das famílias foram aproximadamente o dobro da renda pré-projeto no ano 4, alcançando quase 4 vezes aquela renda no ano 10. O caso escolhido em Pernambuco mostra um grande potencial e, de fato, é baseado numa plantação recuperada de coco em uma fazenda comprada através do Cédula da Terra. O sistema simulado em Pernambuco se beneficiou de significativo investimento prévio, que é uma pressuposição bastante forte para a maioria das terras compradas através do projeto. Ainda assim, os resultados positivos mostram claramente o potencial produtivo para algumas das propriedades mais promissoras adquiridas pelos beneficiários.

Estado	Região/sistema de produção	Renda familiar anual líquida (deduzidos pagamentos dos débitos) em Reais		
		Ano 4	Ano 7	Ano 10
Bahia	Costa Norte (coco, laranja)	6.200	18.090	20.000
	Costa Norte (laranja)	2.617	2.751	5.180
	Cacaueira (cacau)	1.125	2.837	3.985
	Cacaueira (café)	594	2.447	3.688
	Nordeste semi-árido (normal)	2.455	3.679	3.908
Ceará	Nordeste semi-árido (seca)	276	365	667
	Sertão coarctado (normal)	2.268	3.232	3.394
	Sertão coarctado (seca)	888	1.931	1.993
Maranhão	Pecuária (com tração animal)	1.970	2.343	3.031
	Pecuária (sem tração animal)	1.970	2.063	1.927
Pernambuco	Zona da Mata	5.436	15.985	24.215

No semi-árido a situação é mais complicada. A maioria das famílias alcançariam uma renda anual de cerca de R\$3.000 a R\$4.000 em anos normais. Seca na região semi-árida representa risco temporário de pressão no sentido de reduzir as rendas das unidades familiares, o que leva a destacar a importância de investimentos em irrigação e cuidadosa avaliação do potencial de acesso à água e de irrigação nas novas propostas de compra de terras naquela região.

D. Resumo das economias de custos na abordagem da reforma agrária de iniciativa comunitária

A fonte de economias de custos no projeto proposto são: (a) preços mais baixos da terra, como resultado de negociações entre vendedores dispostos a vender os imóveis e os compradores; (b) custos de investimentos mais baixos devido ao desenho comandado pela demanda das comunidades e sua participação na implementação dos investimentos; e (c) o pagamento a ser feito pelos beneficiários dos empréstimos para a aquisição dos imóveis.

Os custos por família estimados para o projeto proposto são comparados com os custos típicos da reforma agrária convencional no Nordeste. As estimativas de custo para o projeto convencional se referem a dispêndios concretos. Os custos administrativos para a reforma agrária convencional podem servir como o limite inferior uma vez que (a) os custos do Incra que não podem ser, sem ambigüidade, alocados ao programa de reforma, foram excluídos e (b) os custos de desapropriação das terras são estimados a partir da indenização determinada pelo Incra; estes valores são freqüentemente disputados na justiça, resultando algumas vezes em pagamentos em montantes múltiplos, anos mais tarde, da indenização inicialmente estipulada. As receitas incrementais de impostos do governo federal não são também consideradas na comparação em nenhuma das alternativas. Os custos das duas abordagens são apresentadas a seguir em duas formas: (a) o valor presente líquido dos diferentes componentes do projeto, levando em conta os pagamentos dos débitos feitos pelos beneficiários (descontado a uma taxa real de 16%); e (b) custos totais que são custos não-descontados durante os anos

iniciais do projeto, sem considerar os pagamentos feitos pelos beneficiários. Para ambas as medidas, a abordagem da reforma agrária de iniciativa comunitária mostra economias de custo da ordem de 40%.

Uma comparação completa custo-benefício (não apenas uma comparação de custos como a mostrada acima) produz resultados ainda mais favoráveis para a nova abordagem. Os benefícios derivados da nova abordagem serão muito provavelmente maiores do que aqueles da abordagem tradicional em razão de (a) menores atrasos; (b) melhor seleção dos beneficiários e (c) estão sendo proporcionados recursos suficientes para investimentos em infraestrutura.

As principais pressuposições feitas para a comparação de custos são:

a) os custos da desapropriação excluem montantes adicionais eventualmente determinados pela Justiça para o pagamento das indenizações.

b) a taxa de inadimplência dos beneficiários no pagamento dos empréstimos para a compra das terras foi estipulada em 5%.

c) estimativas feitas a partir de dados oriundos do projeto piloto até o presente.

Quadro 4: Comparação de custos, abordagens tradicional e de iniciativa das comunidades (todos os valores em R\$ por família)

Nordeste	Administração	Terra (incluindo beneficiários)	Indenização para instalação inicial	Infra-estrutura	Total
VPL custos					
Tradicional	1.930	6.578	2.331	2.407	13.246
Iniciativa com.	441	3.521	1.300	3.238	8.519
Economias	77%	46%	44%	-35%	36%
Custos totais					
Tradicional	2.941	8.229	2.980	3.193	17.343
Iniciativa com.	478	4.847	1.300	3.758	10.383
Economias	84%	41%	56%	-18%	40%

E. Impacto fiscal

O projeto proposto reduziria o custo líquido orçamentário por família participando no programa de reforma agrária em cerca de 40%. Portanto, espera-se que o projeto permita o governo alcançar suas metas com economia líquida de recursos orçamentários vis-à-vis os montantes que deveriam ser gastos caso o governo tentasse obter as mesmas metas através do processo tradicional da desapropriação e compra direta. Se o objetivo do projeto for o de beneficiar 16.700 famílias por ano (como proposto), as economias resultantes seriam da ordem de R\$116 milhões por ano. Se os dispêndios do governo com a reforma agrária forem do mesmo nível daqueles de 1997 (R\$2,3 bilhões) e se todos estes dispêndios forem feitos a um custo por família igual ao do projeto proposto, o governo seria capaz de beneficiar cerca de 221.500 famílias por ano, ou aproximadamente 1 milhão de famílias em quatro anos e meio.



Ministério do Desenvolvimento Agrário

Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (Projeto 7073-BR)

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO (2.001-2.004)

**(Aprovado pelo CNDRS
em 07 de março de 2001)**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
1. ANTECEDENTES.....	4
2. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO PROJETO.....	5
2.1. A COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.....	5
2.2. A PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS, MUNICÍPIOS E SOCIEDADE CIVIL.....	5
2.3. A AUTONOMIA DOS GRUPOS BENEFICIÁRIOS.....	7
2.4. 2 VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DOS PROJETOS.....	7
2.5. CAMPANHA DE DISSEMINAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7
2.6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PERMANENTES	8
3. OBJETIVO, ABRANGÊNCIA, METAS E PRAZO DO PROJETO A NÍVEL NACIONAL.....	9
3.1. OBJETIVO DO PROJETO.....	9
3.2. ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO.....	9
3.3. METAS	9
3.4. PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO	9
3.5. OS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO.....	10
4. COMPONENTES BÁSICOS DO PROJETO	10
4.1. FINANCIAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE TERRAS (REEMBOLSÁVEL)	10
4.2. FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS COMUNITÁRIOS COMPLEMENTARES	11
4.3. RECURSOS DESTINADOS AOS EXECUTORES A NÍVEL ESTADUAL E NACIONAL.....	12
4.3.1. <i>Difusão do projeto, assistência técnica e capacitação dos beneficiários</i>	12
4.3.2. <i>Fortalecimento institucional</i>	12
4.3.3. <i>Divulgação, disseminação, avaliação de impactos e estudos</i>	12
5. ORÇAMENTO E RECURSOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS.....	13

APRESENTAÇÃO

A descentralização de políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal tem encontrado, regra geral, resistências as mais variadas, cujas razões alegadas vão desde questões de natureza jurídicas e institucionais ou mesmo políticas, como é o caso do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No caso do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, sua concepção e formato ajudam a superar parte das resistências tradicionais a uma efetiva descentralização. Com efeito, o Governo Federal, ao se responsabilizar pelo financiamento das aquisições de terras e, também, pela operação de crédito com o Banco Mundial, cria as condições para a negociação da participação dos Estados e dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural na condução do Projeto.

Outra característica singular é a de que os grupos organizados em Associações terão ampla autonomia para a auto-seleção dos participantes, a escolha e negociação das terras, cabendo aos governos estaduais prover o necessário e indispensável apoio técnico. Como se trata de negociar terras não desapropriáveis, fica claro e delimitado o campo de atuação do Projeto, como complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Por outro lado, a participação dos Conselhos Estaduais abre uma possibilidade objetiva de que outras ações de intervenção fundiária, sejam do Estado ou do INCRA, venham a ser coordenadas e articuladas nesse nível.

O Projeto será implementado através da ação dos Estados, com a participação das comunidades de trabalhadores sem terra ou de minifundiários e das organizações sindicais de trabalhadores rurais. O maior poder de decisão está no nível estadual, onde deverão ser determinadas as metas e as formas de atuação do Projeto no Estado, bem com a sua articulação com as outras políticas de desenvolvimento e reforma agrária. Para tanto, caberá aos Estados elaborar Planos Estaduais de Implementação, com duração de três anos, que serão submetidos à aprovação do respectivo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, para posterior consolidação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O Plano Nacional de Implementação do Projeto fixa os objetivos, as metas e a estratégia geral de execução do Projeto e está organizado da seguinte forma:

- ✓ o Item 1 contém uma apresentação dos antecedentes do Projeto e das diversas etapas de sua elaboração;
- ✓ o Item 2 define os objetivos e as metas do Projeto;
- ✓ o Item 3 apresenta os componentes básicos do Projeto;
- ✓ o Item 4 propõe uma estratégia global de execução do Projeto, que deverá ser adequada à realidade e às condições de cada Estado;
- ✓ no Item 5 são definidos os recursos orçamentários necessários à sua implementação;

1. ANTECEDENTES

Há vários anos debate-se no Brasil as diferentes visões sobre o tema da reforma agrária, seu alcance e abrangência. Após a promulgação da Constituição de 1988, a questão da abrangência, em certa medida, foi definida. Ao caracterizar que as áreas produtivas não seriam desapropriáveis, a Constituição seguiu o que dispunha a Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra) e adicionou uma outra categoria de imóveis rurais imunes à desapropriação: aqueles com área inferior a 15 módulos.

Muitas experiências de aquisição de terras através do mecanismo de compra e venda foram realizadas tanto pelo INCRA como pelos Estados, já previstos, inclusive pelo próprio Estatuto da Terra. Tais experiências terminavam por reproduzir o modelo básico da reforma agrária: a incorporação de terras ao patrimônio público para futura redistribuição. Em verdade, a utilização de diferentes instrumentos para a promoção e execução da reforma agrária se compatibiliza com a idéia de ampliação do seu alcance. Com relação à abrangência, ela pode ser ampliada graças às formas de transferência de terras através do mecanismo da negociação. A transferência diretamente aos grupos interessados introduz uma nova modalidade, que pode incorporar virtualidades aos mecanismos tradicionais, desde que adotados os contrapesos essenciais: transparência e participação.

O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza surge como uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com apoio do Banco Mundial, e que vem contando, desde a sua origem, com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que reivindicava, há longos anos, um programa de Crédito Fundiário complementar aos programas tradicionais de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar.

Várias reuniões entre MDA, CONTAG e Banco Mundial permitiram traçar as linhas gerais do novo Projeto. Houve, em seguida, uma série de seminários e reuniões destinadas a detalhar as normas do Projeto, que culminaram com a elaboração, em novembro de 2000, de uma versão preliminar do Manual de Operações. Além do MDA, da CONTAG e do Banco Mundial, estes seminários contaram também com a participação de vários dos Estados para o qual o Projeto é destinado.

A linha básica deste projeto é o acesso à terra através do financiamento da aquisição de imóveis por associações de trabalhadores sem terra ou minifundistas, que recebem, também, um financiamento não reembolsável para investimentos comunitários.

A estratégia de implantação está baseada na ação dos Estados e das comunidades, que detêm o maior poder de decisão. O atual projeto avança na descentralização e assegura uma participação ampla dos movimentos sociais organizados em sua execução. Com este intuito atribuiu-se um grande poder de decisão aos Conselhos de Desenvolvimento Rural, desde o nível municipal até o nacional.

2. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO PROJETO

2.1. A complementaridade com outros Programas de Desenvolvimento Agrário

O Projeto de Crédito Fundiário é complementar aos outros programas de Reforma Agrária executados pelo Governo Federal ou pelos Governos Estaduais. Através do financiamento da compra de terras e do apoio a projetos comunitários, o Projeto permite a incorporação, ao Programa Nacional de Reforma Agrária, de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos, em particular propriedades inferiores a 15 módulos fiscais ou propriedades produtivas.

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficientes para um processo de desapropriação, representam cerca de 40 milhões de ha. A estas áreas deve-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos de assentamento viáveis.

Por outro lado, os beneficiários do Projeto são parte integrante da Reforma Agrária e têm, como os beneficiários dos demais programas, acesso às políticas de financiamento e de apoio previstos nos programas do MDA.

Esta complementaridade se dá, em particular, através da discussão e da aprovação, no âmbito dos **Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural**, da programação das diferentes ações fundiárias no Estado. Cabe também ao CEDR assegurar a articulação do Projeto com os demais programas de desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, em particular em matéria de crédito, assistência técnica, extensão rural, capacitação e desenvolvimento da irrigação.

A descentralização do Projeto e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir, por outro lado, para uma maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular em matéria de infraestrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

Deste esforço de articulação e de compatibilização dos programas deve resultar a definição de uma política integrada de desenvolvimento agrário para o Estado.

2.2. A participação de Estados, Municípios e Sociedade Civil

A execução do Projeto se dá de forma descentralizada, através da assinatura de convênios de parceria com os Estados participantes. Os Estados não são meramente executores do Projeto, pois é na esfera estadual que se elabora e aprova o Plano Estadual de Implementação do Projeto, no qual são definidos os objetivos específicos, as diretrizes básicas, as metas, as regiões prioritárias, o público meta e a estratégia de ação do Projeto no Estado. É também na esfera estadual que se avaliam e se aprovam as propostas de financiamento elaboradas pelos beneficiários potenciais, conforme estipulado no Manual de Operações.

Os **Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural** são a principal instância decisória do Projeto, pois a eles compete aprovar os Planos Estaduais de Implementação do Projeto, bem como aprovar cada proposta de financiamento e cada operação de compra e venda. Cabe também aos Conselhos Estaduais assegurar a articulação deste Projeto com as outras políticas de desenvolvimento agrário e combate à pobreza no Estado. Os Conselhos deverão, enfim,

avaliar e acompanhar a execução do Projeto, bem como participar e discutir as avaliações de impacto que serão contratadas em cada Estado.

Para dar agilidade ao Projeto e assegurar, ao mesmo tempo, rigor à análise das Propostas de Financiamento, é recomendado que os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural instituíam, em seu seio, uma Câmara Técnica de Política Fundiária, à qual poderão agregar-se técnicos, pesquisadores e especialistas com competência no tema. Esta Câmara Técnica deverá trabalhar em articulação com as Câmaras de Crédito e de Extensão, Pesquisa e Capacitação, de forma a viabilizar o acesso dos beneficiários do Projeto às linhas de financiamento e ao apoio técnico de que necessitam para consolidar seus projetos.

Considerando que os processos de criação e instalação dos Conselhos Estaduais seguem ritmos diferentes em cada Estado e buscando assegurar agilidade na implantação do Projeto, os Estados poderão, na ausência deste Conselho, instituir uma instância colegiada provisória para preencher suas funções. Esta instância deverá estar adequada às orientações e normas definidas no Decreto 3.508, de 14 de junho de 2000, que criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e em seu Regimento Interno. Ela deve, em particular, contar com a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e de outras organizações da sociedade civil, bem como dos outros setores governamentais envolvidos na execução do projeto.

Para apoiar o seu trabalho, uma **Unidade Técnica Estadual**, órgão executor do Projeto no Estado, assegura a tramitação e monitora a execução das propostas de financiamento. Os Estados podem também contar com a participação dos **Órgãos Estaduais de Terras**, notadamente para a verificação da elegibilidade dos imóveis selecionados para aquisição pelos beneficiários e dos preços inicialmente acordados entre as partes (beneficiários e vendedores).

O Projeto apoia-se, também, nos **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR)**, que verificam a elegibilidade dos beneficiários e opinam sobre todas as propostas iniciais de financiamento, constituindo, assim, a primeira instância consultiva e de monitoramento do projeto. Mas, cabe também a este Conselho, em sua esfera de competência, assegurar a articulação do Projeto com outras políticas locais, bem como assegurar que os beneficiários do Projeto sejam incluídos nestas políticas.

A nível nacional, compete ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)** estabelecer as diretrizes globais e as metas anuais do Projeto, contidas no Plano Nacional de Implementação do Projeto, bem como assegurar a harmonia entre este Plano e os Planos Estaduais e avaliar a execução do Projeto como um todo.

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)**, que teve participação decisiva na concepção e na elaboração do Projeto, é parceira na sua gestão e execução. Poderão vir a associar-se ao Projeto outras organizações da sociedade civil interessadas. Há também a possibilidade, caso previsto nos convênios com os Estados participantes, de participação direta das organizações sindicais nas Unidades Técnicas executoras do Projeto.

Procura-se, assim, em toda a concepção e operacionalização do Projeto, garantir a descentralização, a participação dos trabalhadores e suas organizações e uma maior integração com outros instrumentos de política de desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento local no meio rural.

2.3. A autonomia dos grupos beneficiários

O Projeto apoia-se, em primeiro lugar, na participação e na autonomia dos principais beneficiários do Projeto: **os trabalhadores sem terra ou minifundiários e suas associações comunitárias**. Estas associações são constituídas livremente entre os trabalhadores, em um processo de auto-seleção dos beneficiários potenciais do Projeto.

São estas associações que escolhem os imóveis que pretendem adquirir, que negociam seu preço e elaboram as propostas de financiamento. Da mesma forma, são as associações que determinam o destino dos recursos não reembolsáveis disponibilizados pelo Projeto, que definem e executam os projetos de investimentos comunitários e produtivos, que escolhem os prestadores de assistência técnica, etc.

As formas de organização da associação e da produção, a divisão eventual do imóvel adquirido, bem como a forma de repartir entre os associados os ônus e os benefícios do Projeto, são também de inteira responsabilidade da associação beneficiária.

2.4. A viabilidade técnica e econômica dos projetos

Além de contribuir para o fortalecimento dos grupos locais e para o desenvolvimento do capital social, esta forma de atuação aumenta as chances de sucesso na implantação e no desenvolvimento do assentamento.

Com efeito, a escolha do imóvel e a negociação do seu preço pelos beneficiários - mediada eventualmente pelo órgão executor - asseguram a aquisição de áreas mais produtivas ou mais adequadas aos projetos dos beneficiários, próximas das suas comunidades de origem, com infraestrutura produtiva etc.

A elaboração de uma Proposta de Financiamento contribui, também, desde o início do projeto, para que seja levada em conta a viabilidade técnica e econômica do assentamento, tanto por parte dos beneficiários quanto dos órgãos de apoio ou executores do Projeto.

2.5. Campanha de disseminação e divulgação

Cada Estado participante do Projeto deve realizar, em consonância com o Plano Estadual de Implantação do Projeto, um amplo esforço de informação e capacitação dos diferentes agentes que podem contribuir na implementação do projeto, bem como dos beneficiários potenciais do programa.

A elaboração deste plano de difusão do Projeto deve contar com a participação efetiva da CONTAG e das organizações sindicais nos Estados, bem como de outras organizações da sociedade civil envolvidas no Projeto. Para orientar a elaboração deste plano de difusão por parte dos Estados, caberá à Unidade Técnica elaborar um Termo de Referência comum, com a participação destas organizações.

A execução das ações de divulgação do projeto deve também levar em conta a participação destas organizações, que têm um papel ativo na divulgação do Projeto, bem como na mobilização e na informação dos beneficiários potenciais.

A campanha de disseminação e divulgação deve apoiar-se em meios de comunicação adequados (folhetos, cartilhas, difusão dos manuais, realização de reuniões e cursos, rádio, entre outros), visando:

- assegurar um amplo e profundo domínio dos objetivos e das regras do Projeto por parte de todas as pessoas e instituições envolvidas na sua implantação, em particular as lideranças do movimento sindical de trabalhadores rurais e os técnicos dos órgãos governamentais ou não governamentais envolvidos;
- assegurar informação ampla do público-meta do Projeto sobre a sua existência e suas regras básicas;
- assegurar, à população interessada em ser beneficiada pelo Projeto, informações mais profundas e detalhadas sobre suas regras, em particular sobre as condições de financiamento, o processo de negociação do preço da terra, os investimentos comunitários e os aspectos legais.

Cabe lembrar que os beneficiários do Projeto podem também contribuir em sua divulgação. Para tanto, os órgãos encarregados devem assegurar aos beneficiários a mais ampla e precisa informação sobre o seu projeto (montante de financiamento, valor estimado das parcelas no momento da assinatura do contrato, volume disponível para investimentos comunitários, projetos comunitários indicados, formas de obter informações sobre a tramitação do projeto).

2.6. Monitoramento e avaliação permanentes

Para o gerenciamento e o monitoramento do Projeto, a Unidade Técnica Nacional dispõe de um Sistema de Informações Gerenciais informatizado que deve assegurar a automação do gerenciamento do Projeto, o monitoramento das transações de terras e a disponibilização, para o público interessado, de informações sobre as metas e a execução do Projeto.

Desta forma, o sistema assegura transparência ao Projeto em todas as etapas e em todas as instâncias de execução, desde a apresentação das propostas iniciais pelos beneficiários até a execução financeira, a nível nacional.

Periodicamente, em cada Estado e a nível nacional, o Projeto deve ser objeto de estudos de avaliação externa e independente. Estes estudos têm por objetivo avaliar a execução do Projeto, do ponto de vista físico, financeiro e institucional, avaliar os impactos sociais, financeiros, econômicos e ambientais do Projeto e propor as adequações sugeridas por estas avaliações.

O processo de avaliação deverá assegurar a participação efetiva do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e das demais organizações da sociedade civil, inclusive na fase de formulação de metodologia.

A metodologia desenvolvida deve permitir a utilização dos dados coletados por parte destas organizações, bem como garantir a homogeneidade e a uniformidade na coleta e no tratamento dos dados, de forma a permitir a comparação entre os diferentes Estados participantes e avaliações de âmbito nacional.

Para este fim, as instituições contratadas em cada Estado e a nível nacional devem ser idôneas e ter capacidade técnica para realizar os estudos dentro dos moldes metodológicos definidos nacionalmente. Os relatórios dos estudos de avaliação em cada Estado serão apreciados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural. Os relatórios dos estudos nacionais de avaliação são submetidos ao CNDRS. Tão logo aprovados pelos respectivos Conselhos e pelo Banco Mundial, estes relatórios deverão ser divulgados o mais amplamente possível.

3. OBJETIVO, ABRANGÊNCIA, METAS E PRAZO DO PROJETO A NÍVEL NACIONAL

3.1. Objetivo do Projeto

O objetivo central do Projeto é contribuir para a redução da pobreza rural no Nordeste e em Estados do Sudeste e do Sul do Brasil, mediante o aumento da renda de cerca de 50 mil famílias de trabalhadores rurais.

3.2. Área de atuação do Projeto

Este Projeto deverá contemplar 14 Estados: todos os Estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão); dois Estados do Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) e os três Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

3.3. Metas

Pretende-se assentar, ao longo dos três anos de implementação do Projeto, cerca de 50 mil famílias no conjunto das áreas atingidas, distribuídas regionalmente da seguinte forma:

Tabela 1: Metas do Projeto de Crédito Fundiário de acordo com as regiões

	Nordeste	Sudeste	Sul	TOTAL
2001	8.000	1.000	1.000	10.000
2002	16.000	2.000	2.000	20.000
2003	12.000	1.500	1.500	15.000
2004	4.000	500	500	5.000
TOTAL	40.000	5.000	5.000	50.000

As metas para o ano de 2001 estão dimensionadas em conformidade com os recursos disponíveis para o Projeto no Orçamento Geral da União.

A distribuição destas metas entre os Estados será resultado da elaboração dos Planos Estaduais de Implementação do Projeto e da compatibilização destas metas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.4. Prazo previsto de execução

Este primeiro Projeto deverá ser implantado em um período de até 36 (trinta e seis meses), conforme previsto no Acordo de Empréstimo 7073-BR.

Novos acordos de empréstimo estão previstos e dependerão do desempenho da avaliação da implementação e dos impactos do atual Projeto.

3.5. Os beneficiários do Projeto

O Projeto foi concebido para beneficiar as camadas mais pobres de trabalhadores rurais. Podem ser beneficiados trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc) e proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar.

Para participar do Projeto, estes trabalhadores devem preencher os seguintes requisitos:

- Estar organizados em associação legalmente constituída;
- Ter renda familiar anual inferior a R\$ 4.300 (quatro mil e trezentos reais)¹ e patrimônio familiar inferior a R\$ 8.000 (oito mil reais), não considerada a casa de moradia da família;
- Tenham no mínimo 5 anos de experiência com a exploração agropecuária;
- Não ter sido beneficiários de quaisquer outros programas de reforma agrária (federal, estadual, municipal) e não ter sido, nos últimos três anos, proprietário de imóvel com área superior à de uma propriedade familiar;
- Não sejam funcionários públicos (federal, estadual, municipal);

4. COMPONENTES BÁSICOS DO PROJETO

O Projeto, que tem um custo total da ordem de US\$400 milhões, 94,5 % dos quais são repassados diretamente aos beneficiários.

4.1. Financiamento para a aquisição de terras (reembolsável)

O financiamento da aquisição de terras pelas comunidades e famílias beneficiárias é um dos componentes básicos deste Projeto. Este financiamento é reembolsável pelos beneficiários. Os recursos destinados para este fim corresponderão a 40% do custo total do Projeto e serão inteiramente providos pelo Governo Federal, servindo como contrapartida aos recursos proporcionados pelo Empréstimo do Banco Mundial.

Poderá ser financiada a compra dos imóveis escolhidos pelos beneficiários e que, entre outros requisitos:

- não sejam passíveis de desapropriação, isto é, com área inferior a 15 módulos fiscais, ou com área superior a 15 módulos mas considerados produtivos;
- cujos proprietários possuam título legal e legítimo de propriedade e de posse e sobre o quais não incidam gravames que possam impedir sua a transferência legal;
- não se situem em reservas indígenas ou em áreas protegidas por legislação ambiental ou não confinem com as referidas áreas;
- tenham preços condizentes com os de mercado e apresentem condições que permitam o seu uso sustentável, sejam elas existentes ou que possam ser implantadas com o apoio ou o financiamento do Projeto;

¹ Este valor corresponde a cerca de US 200,00 (duzentos dólares) mensais, à taxa de câmbio vigente em outubro de 2000.

As condições do financiamento são as definidas em resolução do Conselho Monetário Nacional (Resolução BACEN nº 2.728/2000):

- Prazo de amortização de até vinte anos, sendo três de carência, com possibilidade de adoção de parcelas progressivas de amortização do saldo devedor, caso o projeto o justifique (adequação do fluxo de caixa aos prazos de retorno dos investimentos);
- Financiamento de até 100% (cem por cento) dos valor do imóvel e das benfeitorias existentes, bem como dos custos e taxas de escrituração e registro em cartório e, caso necessário, dos custos de topografia;
- Juros fixos de até 6% ao ano, sem correção monetária;
- Rebate aplicável sobre os encargos financeiros e exclusivamente quando os pagamentos forem efetuados até os respectivos vencimentos; em razão do público alvo do Projeto, constituído por trabalhadores sem terra ou minifundistas de baixa renda, aplicar-se-á neste Projeto, o montante máximo de rebate permitido por esta resolução, a saber, 50% (cinquenta por cento);
- Garantia hipotecária ou alienação fiduciária do próprio imóvel financiado.

4.2. Financiamento de investimentos comunitários complementares

O segundo componente básico do Projeto é o financiamento – não reembolsável – de projetos comunitários complementares (produtivos, infra-estrutura e sociais) apresentados pelos beneficiários e considerados necessários e prioritários ao aumento da renda e à melhoria das suas condições de vida. Os recursos destinados a este componente e provenientes do Empréstimo do Banco Mundial corresponderão a 49% do custo total do Projeto. Os beneficiários, organizados sob a forma de associações comunitárias, deverão assegurar uma contrapartida de pelo menos 10% destes investimentos.

Além do financiamento de projetos comunitários, os beneficiários dispõem, neste componente, de:

- até R\$ 2.400 por família, destinados ao Apoio Inicial à Instalação;
A destinação deste montante é definida pelos beneficiários, mas deve, necessariamente, estar associada à implantação de projetos comunitários, à construção de moradias, à implantação de culturas ou de infra-estruturas produtivas, a atividades organizativas ou de capacitação ou ao planejamento geral do projeto e da produção;
- de uma quantia destinada à contratação de assistência técnica, por parte das próprias associações, correspondente a até 8% do valor total do financiamento atribuído à associação.

É importante assinalar que o montante total dos financiamentos recebidos por família (somatória dos montantes destinados à aquisição de terras, à ajuda inicial e aos investimentos comunitários) não pode exceder o teto de financiamento de R\$15.000 (quinze mil reais), nos Estados da Região Sul e Sudeste e R\$ 12.000 (doze mil reais) nos Estados do Nordeste. Em casos excepcionais, desde que justificados e aprovados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, este teto de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) pode ser ultrapassado, nunca podendo exceder R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Não se inclui, nestes tetos, o montante de 8% sobre o financiamento da terra ao qual os beneficiários têm direito para contratação de assistência técnica.

4.3. Recursos destinados aos executores a nível estadual e nacional

4.3.1. Difusão do projeto, assistência técnica e capacitação dos beneficiários

Os recursos destinados a este componente, também provenientes do Empréstimo do Banco Mundial, corresponderão a 3% do custo total do Projeto.

4.3.2. Fortalecimento institucional

Os recursos reservados para este componente – destinados ao gerenciamento, ao monitoramento do Projeto – serão parcialmente financiados com recursos do Empréstimo do Banco Mundial e corresponderão a 6,1% do custo total do Projeto.

Os gastos efetuados pelos Estados poderão ser custeados com recursos do Projeto segundo porcentagens que variam de acordo com o tipo de gasto efetuado:

- 100%, em caso de contratação de consultorias (pessoa física ou jurídica);
- 50% de contrapartida em caso de gastos com monitoramento e supervisão;
- 20% no que diz respeito aos gastos administrativos gerais (custos incrementais da implantação do Projeto);

4.3.3. Divulgação, disseminação, avaliação de impactos e estudos

Uma quantia correspondendo a até 1,9% do custo total do Projeto pode ser destinada à divulgação, à disseminação e à avaliação de impactos do Projeto, bem como a outros estudos. Estas ações são financiadas com recursos do Empréstimo do Banco Mundial. Neste montante estão também incluídos os custos de coordenação, supervisão e monitoramento do Projeto pela Unidade Técnica Nacional.

5. ORÇAMENTO E RECURSOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS

	PROJETO DE CRÉDITO FUNDARIO					PROPRIOS (Reservas e Comunidades)					PRODUTOS E TERCEIROS					TOTAL					TOTAL GERAL
	DE	NE	SE	S	NAC	TOTAL	NE	SE	S	TOTAL	NE	SE	S	TOTAL	NE	SE	S	TOTAL			
2001	ACQUISICAO DE TERRAS	58.502	10.502	13.002		80.000									58.502	10.500	13.000		80.000	80.000	
	INVESTIMENTO COMUNITARIO	27.500	4.000	4.900		60.000	6.300	511	500	7.311					63.773	5.111	5.300		74.271	74.271	
	OUTROS (I)	7.376	1.000	1.076	3.700	13.152	8.000	1.013	1.013	8.103	2.800	500		3.300	15.428	2.074	2.900	5.700	27.283	27.283	
	PROVAR - A + C										2.800	500		3.300	2.800	500	500		3.800	3.800	
2002	ACQUISICAO DE TERRAS	113.000	21.000	26.000		159.000									113.000	21.000	26.000		159.000	159.000	
	INVESTIMENTO COMUNITARIO	52.000	9.000	4.000		65.000	13.333	1.000	442	14.776					133.333	10.000	4.444		147.776	147.776	
	OUTROS (I)	11.331	1.800	1.800	4.300	19.231	9.728	1.000	1.000	11.728	38.000	10.000		48.000	58.000	10.000	10.000		78.000	78.000	
	PROVAR - A + C										38.000	10.000		48.000	38.000	10.000	10.000		58.000	58.000	
2003	ACQUISICAO DE TERRAS	84.000	15.700	18.500		118.200									84.000	15.700	18.500		118.200	118.200	
	INVESTIMENTO COMUNITARIO	50.000	8.700	3.000		61.700	13.000	700	333	14.033					100.000	7.500	3.333		110.833	110.833	
	OUTROS (I)	8.400	1.416	1.416	4.300	15.532	7.204	1.316	1.316	9.728	13.700	2.800		16.500	13.700	2.800	2.800		19.300	19.300	
	PROVAR - A + C										13.700	2.800		16.500	13.700	2.800	2.800		19.300	19.300	
2004	ACQUISICAO DE TERRAS	26.000	5.200	6.300		37.500									26.000	5.200	6.300		37.500	37.500	
	INVESTIMENTO COMUNITARIO	30.000	2.700	1.000		33.700	3.000	200	111	3.600					35.300	2.500	1.111		38.911	38.911	
	OUTROS (I)	1.400	200	200	2.100	4.000	1.316	200	200	1.816	25.000	4.500		29.500	25.000	4.500	4.500		34.000	34.000	
	PROVAR - A + C										25.000	4.500		29.500	25.000	4.500	4.500		34.000	34.000	
TOTAL 2001 - 2004	ACQUISICAO DE TERRAS	290.000	52.500	63.000		399.000									290.000	52.500	63.000		399.000	399.000	
	INVESTIMENTO COMUNITARIO	207.300	22.600	12.800		242.700	25.000	2.511	1.423	28.934					305.400	25.111	11.276		344.787	344.787	
	OUTROS (I)	28.600	4.500	4.500	14.800	52.400	24.200	4.000	4.000	36.400	138.000	28.000		166.000	138.000	28.000	28.000		194.000	194.000	
	PROVAR - A + C										138.000	28.000		166.000	138.000	28.000	28.000		194.000	194.000	

(1) OBRIGADO, CAPACITACAO, ASSISTENCIA TECNICA, AVALIACAO, ESTUDOS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

**CONTAG****CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES NA AGRICULTURA****FILIADA À CLT**

OFÍCIO N.º SEG/0488/01

Brasília – DF, 11 de abril de 2001.

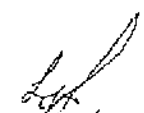

Excelentíssimo Senhor Senador,

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG vem manifestar a Vossa Excelência o seu apoio à imediata aprovação da Mensagem nº 281/2001, que trata de empréstimo junto ao Banco Mundial no valor de E\$ 218.190.000 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural-1.

Informamos que a implantação de um Projeto de Crédito Fundiário é uma reivindicação histórica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e fez parte da pauta de negociação da CONTAG no Grito da Terra Brasil/2000. O atendimento dessa reivindicação se constituiu numa das conquistas da categoria no período. Os termos do Projeto e sua implantação já foram minuciosamente negociados entre a CONTAG e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Esperamos contar, assim, com o máximo empenho de Vossa Excelência para a aprovação da referida mensagem com o máximo de urgência, satisfazendo, assim, os interesses de milhares de agricultores e agricultoras familiares brasileiros.

Atenciosamente,


MANOEL JOSÉ DOS SANTOS
Presidente
AGNALDO DOS SANTOS MEIRA
Secretário-Geral

O atendimento do requerimento de informações pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, anexo, complementa o presente processo de pedido de contratação de crédito externo, permitindo uma visão bem mais transparente sobre seu mérito.

Diante disso, reúno condições de votar favoravelmente a mensagem, acompanhando o parecer do Exmo. Relator, inclusive concordando com os argumentos de prioridade manifestados também pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e sobre o alto benefício social deste novo modelo de reforma agrária.

Ressalvo, porém, que várias outras regiões carentes do País, como por exemplo todo o Sul de Mato Grosso, e várias outras do vizinho Estado de Mato Grosso do Sul, poderiam ter sido incluídas nesta primeira fase do projeto, tendo em vista reunirem todas as necessidades de combate a pobreza rural mediante a aquisição de áreas para os assentados da reforma agrária.

Como o presente projeto decorre de demoradas negociações bilaterais externas, qualquer reformulação na atual fase não seria recomendável e provocaria atrasos indesejáveis à sua execução, somos pela sua aprovação imediata, recomendando ainda a esta Comissão que aprove tramitação em regime de urgência.

Sala das Comissões, 02 de maio de 2001.



SENADOR CARLOS BEZERRA
PMDB/MT

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Projeto de Resolução nº 18, de 2001 (MSF 281/2000), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até EUR218.190.000,00 (duzentos e dezoito milhões e cento e noventa mil euros), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos dos art. 235, II, “f”, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte

OF. Nº 186/01 – BP

Brasília, 9 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Exª os Deputados José Egydio (PL/RJ), como titular, e Marcos de Jesus (PL/PE), como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista referente à Medida Provisória nº 2.144, de 27 de abril de 2001, que “Abre crédito extraordinário ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no valor global de R\$96.000.000,00, para os fins que especifica.”

Na oportunidade, reitero a V. Exª meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2001

Denomina “Aeroporto Omar Fontana” o Aeroporto Internacional de São Paulo – Aeroporto de Congonhas -, localizado na cidade de São Paulo – SP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aeroporto internacional de São Paulo, atualmente conhecido como aeroporto de Congo-

nhas, localizado na cidade de São Paulo – SP, passa a denominar-se “Aeroporto Omar Fontana”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Personalidade nacionalmente reconhecida por seu trabalho no setor da aviação comercial brasileira, advogado e piloto, com mais de 22 mil horas de voo, o Comandante Omar Fontana foi um apaixonado pela aviação. Sentiu o despertar de sua vocação na infância, quando, no pátio do Liceu Coração de Jesus, onde estudava em São Paulo, viu um avião sobrevoando a escola. Sua história contempla inúmeras ações de pioneirismos e lutas que sempre resultaram em favor do setor da aviação no Brasil. De um simples DC-3, Omar Fontana chegou aos modernos Boeing 767, conquistando, ao longo de sua trajetória empresarial, reconhecimento e destaque em todo o setor da aviação no Brasil.

Sua obstinada paixão pela aviação resultou na fundação, em 1955, da empresa Sadia S.A. Transportes Aéreos, inicialmente voltada ao transporte de carga. O constante dinamismo de Omar Fontana determinou o crescimento da empresa e, em menos de um ano, foram criadas as rotas para passageiros. Na década de 70, a empresa mudou o nome, passando a chamar-se Transbrasil.

Não ter integrado a Força Aérea Brasileira talvez tenha sido a maior frustração de Omar Fontana. Quando tentou se inscrever, descobriu que um dos cursos de pilotagem que fizera não estava legalizado. A opção foi trabalhar com aviação na extinta Panair. Opai, Atilio – a quem Omar Fontana tinha como um herói -, contava que o filho gastava toda sua mesada no Campo de Marte, em cursos de pilotagem e no aluguel de aviões. Omar Fontana gostava de ser chamado de piloto. Há poucos anos, era comum encontrá-lo pilotando os aviões da companhia que fundou. Falecido no dia 8 de dezembro de 2000, aos 73 anos, Omar Fontana ocupava a Presidência do Conselho de Administração e Controle da Transbrasil.

A nosso ver, a indicação do nome do Comandante Omar Fontana para o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, representa uma feliz e oportuna associação.

Sala das sessões, 9 de maio de 2001. – **Romeu Tuma.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2001

Permite às agências de viagem a adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de agenciamento de viagens.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, tem recusado a adesão das agências de viagem ao SIMPLES, embora na lei de regência não conste qualquer vedação explícita para esse tipo de negócio.

A única justificativa plausível para tal recusa reside em considerar as agências de viagem como assemelhadas a pessoas jurídicas que prestem os seguintes serviços profissionais, estas, sim, mencionadas no inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

...corretor, representante comercial, despachante ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados...

Todavia, a assemelhação é incabível. Embora não vendam um produto físico, as agências de viagem necessitam, para funcionar, de uma grande e custosa estrutura, de tal sorte que seria impensável a existência de agentes de viagem autônomos, assim como há os representantes comerciais, despachantes e outros profissionais que, como pessoas físicas podem vender seus serviços.

Como se sabe, o motivo da vedação legal está em impedir que determinados tipos de profissional possam elidir a tributação inerente à pessoa física registrando-se como pessoa jurídica e aderindo ao Sim-

ples, unicamente para pagar menos impostos. Não é o caso, certamente, das agências de viagem.

Além disso, os critérios da Secretaria da Receita Federal não são consistentes, variando do rigor extremo para com algumas atividades à concordância com a adesão de outras, tipicamente de prestação de serviços.

Apenas para ilustrar, pode ser mencionado o Ato Declaratório (Normativo) Cosit nº 7, de 23 de maio de 2000, que permitiu “a opção pelo Simples às pessoas jurídicas que prestem serviço de cobranças, desde que essas cobranças sejam extrajudiciais”.

Todos têm de convir que, com muito mais razão, o mesmo deve ser permitido às agências de viagem.

Sala das Sessões, 9 de Maio de 2001. – **Moreira Mendes**, Senador.

**Presidência da República
Subchefia Para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES – e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

.....

**CAPÍTULO V
Das Vedações à Opção**

Art. 9º Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica:

I – na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior receita bruta superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II – na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III – constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV – cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos valores imobiliários, empresa

de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V – que se dedique à compra e à venda de loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI – que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII – constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X – de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI – cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII – que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachantes, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida; (Vide Lei nº 10.034, de 24-10-2000)

.....
Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.034, DE 24 DE OUTUBRO DE 2000

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Inte-

grado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

MENSAGEM DE VETO Nº 1502

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam executadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, a pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.

Art. 2º Ficam acrescidos de cinquenta por cento os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no **caput** será destinado integralmente às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Amaury Guilherme Bier**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 25-10-2000

(À Comissão de Assuntos Econômicos – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2001

Dispõe sobre notação identificadora em braile nos documentos de pessoas portadoras de deficiência visual.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º A requerimento do interessado, constará da carteira de identidade, do título de eleitor, do cartão de pessoa física do Ministério da Fazenda, do certificado de reservista, de diplomas e outros documentos pessoais dos portadores de deficiência visual, notação, em braile, que permita ao portador reconhecê-los como seus.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal assegura a todos os brasileiros igualdade de tratamento, mas para as pessoas com deficiência visual, que não contam com as habilidades comuns aos demais seres humanos, é difícil superar obstáculos quotidianos, e essa condição, na prática, acaba por invalidar o preceito constitucional.

No que tange à deficiência visual, é mais acentuada a desigualdade porque o seu portador sequer sabe se, efetivamente, o documento que está portando lhe pertence, ou a outrem. E como sabê-lo, se os símbolos e notações lançados nos documentos são, sem exceção, concebidos para atender às pessoas não portadoras de deficiência, que com eles têm interação visual, e não tátil?

A proposta que ora se submete à apreciação dos nossos pares tem o objetivo de diminuir a diferença de tratamento dispensado aos cidadãos portadores de visão satisfatória e os que são privados desse privilégio. Para fazê-lo, a proposta faculta, às pessoas que necessitem, o direito de requerer conste dos seus documentos pessoais a identificação em braile.

Por fim, a medida beneficiará toda a sociedade que, ao adotá-la, mostrar-se-á efetivamente compreensiva dos vários segmentos que a integram, sem alijar qualquer deles apenas porque não conta com a plenitude das habilidades sensoriais. Da perspectiva individual, a nova norma beneficiará as pessoas portadoras de deficiência visual, sem estabelecer imposição, em respeito à gradação dessas deficiências e à vontade de cada indivíduo de requerer, ou não, o benefício. Ao aprová-la, os ilustres Parlamentares estarão contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2001. – **Valmir Amaral**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2001

Requeiro, nos termos do disposto no art. 50, **caput**, e 2º do mesmo artigo, ambos da Constituição Fe-

deral, combinados com o § 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em conformidade com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que o Ministério da Fazenda através da Secretaria da Receita Federal, preste as seguintes informações:

– se, na auditoria fiscal realizada em relação ao Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público em Goiás ou naquela realizada a pedido do Ministério Público no Distrito Federal, em 2000, foi encontrada qualquer evidência de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados.

Justificação

Esta Comissão recebeu a incumbência de prosseguir nas investigações relativas às acusações publicadas na imprensa e endossadas pelo Ministério Público no Distrito Federal, contra o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Tratando-se de matéria que, a pedido do Ministério Público Federal vem sendo levantada através de auditoria pela Receita Federal, torna-se necessário, para aprofundamento das investigações, saber o resultado desta Auditoria.

Sala das Comissões, 28 de março de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente, – **Antero Paes de Barros**, Autor – **Tasso Rosado** – **Freitas Neto** – **Moreira Mendes** – **José Eduardo Dutra** – **Juvêncio da Fonseca** – **Francelino Pereira** – **Ricardo Santos** – **Valmir Amaral**.

OF./CFC/Nº 24/2001

Brasília, 24 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião de 28 de março do corrente, aprovou o requerimento nº 4/2001-CFC, solicitando ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, informações sobre auditoria fiscal realizada em relação ao Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público em Goiás ou naquela realizada a pedido do Ministério Público no Distrito Federal, em 2000, foi encontrada qualquer evidência de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria. – **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 235, DE 2000

Requeiro, nos termos do disposto no art. 50, **caput**, e 2º do mesmo artigo, ambos da Constituição Federal, combinados com o § 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, como o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em conformidade com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que o Ministério da Fazenda determine que o Banco Central remeta ao Senado Federal a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos dos recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado pelo mesmo Banco Central, nas contas de:

- Ex-Secretário-Geral da Presidência da República, Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira, de sua esposa, a Srª Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; de Fernando Jorge Caldas Pereira, Sócio da MCI – Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Ltda.; de Marcos Jorge Caldas Pereira e Ruy Jorge Caldas Pereira, ambos sócios do Escritório Caldas Pereira Advogados e Consultores Associados; de Ivan Carlos Machado Aragão, Presidente da Meta Participações e de Cláudio Albuquerque Haidamus e Eduardo São Clemente, ambos sócios da Meta Participações; de Cláudio de Araújo Faria, ex-Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República e sócio da LCFaria Consultoria; de Edson Soares Ferreira, sócio da DTC – Direct To Company S/A; de José Caetano de Figueiredo, sócio da Metacor Administração e Corretagem de Seguros; de Hélio Rosas, ex-Deputado Federal pelo PMDB; de Jair Bilachi, ex-Presidente da Previ; de Manoel Pinto, Presidente da Aliança do Brasil; de Maria Delith Balaban, Diretora do Sebrae; de José Maria Monteiro, ex-Presidente da Cosesp; de Júlio César Figueiredo e Sérgio Castro, ambos diretores da Cosesp; de Pedro Pereira de Freitas e Vicente de Paula Alves da Cunha, respectivamente, Presidente e Diretor Técnico da SASSE Cia. Nacional de Seguros Gerais e de Nelson Luiz de Andrade Coréia, proprietário da ECAL.

Justificação

Esta Comissão recebeu a incumbência de prosseguir nas investigações relativas às acusações publicadas na imprensa e endossadas pelo Ministério

Público no Distrito Federal, contra o Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Tratando-se de matéria que já vem, há pelo menos oito meses sendo investigada pelo Ministério Público, que afirmou perante a Sub-Comissão da CCJ dispor de indícios veementes da prática de crimes, é necessário que esta Comissão conheça na íntegra estes indícios, bem como as provas respectivas.

Além disso, não há sentido – a não ser o de um possível proveito político – em que esta Comissão repita procedimentos já realizados no Órgão próprio.

Sala das Comissões, 28 de março de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Autor – **Tasso Rosado** – **Freitas Neto** – **Moreira Mendes** – **José Eduardo Dutra** – **Juvêncio da Fonseca** – **Francelino Pereira** – **Ricardo Santos** – **Valmir Amaral**.

OF./CFC/Nº 23/2001

Brasília, 24 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião de 28 de março do corrente, aprovou o requerimento nº 3/2001-CFC, solicitando ao Banco Central a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos dos recursos destinados à construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes do rastreamento já realizado por aquela Instituição, nas contas das pessoas relacionadas no requerimento em anexo.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria. – **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo máximo de duas reuniões ordinárias para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, tudo nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 01, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 120, de 2001 (nº 411/2001, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondentes ao 1º trimestre de 2001, as razões delas determinan-

tes e a posição das reservas internacionais elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares*; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2001 (nº 57/99, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto de Uberlândia – Tenente Coronel Aviador César Bombonato" o aeroporto da cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais*.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Foram lidos, na sessão do dia 7 último, pareceres da Comissão de Fiscalização e Controle concluídos pelo arquivamento das seguintes matérias:

– Aviso nº 25, de 2000 (nº 485/2000, na origem), da Presidência da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 47, de 2000, aprovado por aquela Corte na Sessão Ordinária da 2ª Câmara, de 24-2-2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Contagem – MG;

– Aviso nº 59, de 2000 (nº 1.683/2000, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 218, de 2000, aprovada por aquela Corte na Sessão Ordinária do Plenário, de 5-4-2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima, na área de pessoal, abrangendo o período de 1-1-94 a 9-8-96; e

– Aviso nº 88, de 2000 (nº 2.835/2000, na origem), da Presidência da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 243, de 2000, aprovado por aquela Corte na Sessão Ordinária da 1ª Câmara, de 16-5-2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Fundação Estadual de Cultura do Amapá (Fundecap), relativa a procedimentos adotados nas áreas de convênios, acordos, ajustes, licitações,

contratos, acompanhamento e execução, pela administração estadual, de programas federais.

De acordo com o disposto no § 1º do art. 133, combinado com o parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que as matérias continuem sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) –

O Senhor Presidente da República adotou em 4 de maio de 2001 e publicou no dia 7 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.146-1, que "Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2.2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
Renan Calheiros	Íris Rezende
José Alencar	Amir Lando
PFL	
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Bello Parga	Romeu Tuma
Bloco (PSDB/PPB)	
Sergio Machado	Leomar Quintanilha
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
José Eduardo Dutra	Paulo Hartung
PSB	
Ademir Andrade	Roberto Saturnino
*PTB	
Arlindo Porto	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Jutahy Junior	João Almeida

Roberto Jefferson	Ricardo Ferraço
Bloco (PFL/PST)	
Inocência Oliveira	Ariston Andrade
Abelardo Lupion	Exedito Júnior
PMDB	
Geddel Vieira Lima	Albérico Filho
PT	
José Pimnetel	Fernando Ferro
PPB	
Odelmo Leão	Gerson Peres
*PV	

Fernando Gabeira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 9-5-2001 – designação da Comissão Mista

Dia 10-5-2001 – instalação da Comissão Mista

Até 12-5-2001 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 21-5-2001 – prazo final da Comissão Mista

Até 5-6-2001 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos pela ordem.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, nos termos regimentais, a minha inscrição para uma comunicação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também solicito a minha inscrição para uma comunicação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição em terceiro lugar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} serão atendidos, de acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, estamos na iminência de um racionamento de energia elétrica, segundo admite o próprio Governo Federal, pela palavra de diversas autoridades do setor. A infeliz conjugação de longos anos de investimentos insuficientes no setor elétrico brasileiro com uma péssima estação de chuvas nos coloca na dura contingência de termos que racionalizar energia elétrica.

É forçoso admitir que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou uma série de medidas para tentar trazer os investimentos necessários ao setor, abrindo-o à participação privada. Nós, de Goiás, de uma forma especial, somos gratos ao Presidente da República pela inauguração, em nosso Estado, de duas usinas hidrelétricas: a de Serra da Mesa e a de Corumbá. No entanto, ainda que se reconheçam os méritos da tentativa, não podemos deixar de ver os equívocos que em seu nome foram praticados.

Em vez de se buscarem investimentos para novos empreendimentos de geração e de transmissão, tratou-se de vender os negócios já existentes, particularmente no setor de distribuição de energia elétrica. Assim é que 82% das distribuidoras estaduais já foram privatizadas, segundo dados atribuídos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não satisfeito, além de Furnas, o Governo Federal e os Governos Estaduais querem vender, ainda este ano, as Centrais Elétricas do Piauí (Cepisa), a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e as Centrais Elétricas de Goiás (Celg). Repete-se o erro,

portanto. Em vez de oferecer aos investidores privados, nacionais e estrangeiros, a oportunidade de participarem de novos negócios de geração e de transmissão no setor, onde efetivamente faltam investimentos, busca-se vender os ativos de empresas existentes, o que absolutamente não me parece prioritário.

Os motivos alegados para a venda das distribuidoras são muitos, como, por exemplo, inadimplência no pagamento da energia comprada às geradoras federais – as distribuidoras estaduais teriam prerrogativas políticas para dar o calote nas geradoras da União – e a situação financeira ruim das empresas. Mas não são, em absoluto, justificativas aceitáveis para decisões desse porte.

No caso de Goiás, por exemplo, nenhuma dessas razões é plausível. O uso de subterfúgios políticos para não pagar a energia comprada às geradoras federais representaria um péssimo exemplo, uma vez que o Governador do Estado pertence ao mesmo partido político do Presidente da República. Ademais, dentro do atual modelo de funcionamento do setor elétrico brasileiro, o espaço para inadimplências entre as empresas se torna a cada dia mais exíguo.

A dívida financeira da Celg, que inviabilizaria a continuação da empresa nas mãos do Estado, é argumento que definitivamente não convence a sociedade goiana. Prova disso é que o Conselho do Tribunal de Contas do Estado solicitou uma auditoria na empresa para verificar a sua real situação econômico-financeira.

Também o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás afirma que a Celg é viável e que tem a receber, nos próximos dois anos, cerca de R\$240 milhões, provenientes de investimentos realizados no irmão Estado de Tocantins e de prefeituras e órgãos públicos estaduais e federais. Esse valor é muito maior do que os R\$100 milhões de que a estatal necessita para o período. O restante das dívidas, de cerca de R\$900 milhões, é de longo prazo – até 2015 – e pode ser renegociado.

De acordo com dados disponíveis da própria Celg, não há dúvida de que a empresa é rentável e viável. Com 1 milhão e 670 mil consumidores, ela atende, hoje, 234 Municípios goianos. Ocupa o 12º lugar no **ranking** nacional das distribuidoras de energia elétrica e foi considerada a melhor distribui-

dora do Norte e do Centro-Oeste, em 2000, pela pesquisa da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

Sua receita operacional líquida, em 1999, segundo os últimos dados apresentados pela empresa, foi de R\$636,6 milhões. O consumo total de energia de seus clientes aumentou 5,84% de 1998 para 1999. O faturamento mensal da empresa chega a R\$80 milhões.

A Celg continua tendo capacidade de investimento. Em 1999, investiu R\$59 milhões, 91,6% nos segmentos de transmissão e distribuição de energia elétrica. Desse total, R\$29,7 milhões foram investidos em distribuição e R\$18,7 milhões em transmissão. Os restantes 8,4% foram aplicados em produção associada à distribuição e em investimentos diversos.

É inegável, portanto, que a condição financeira da empresa não é razão suficiente para justificar a sua venda. Por que, então, vender o patrimônio público, construído a tão duras penas? Que motivos podem impelir o atual Governo do Estado a tomar uma providência tão descabida? Por que esse mesmo Governo deseja, com tanta ânsia, ver posto fora o produto do sacrifício de seguidas gerações de goianos?

Essa mesma Celg, essa querida Celg foi a responsável direta pela alavancagem econômica do nosso Estado, pois o tirou do 21º lugar e o colocou entre os sete primeiros lugares na economia nacional.

Não dá para compreender isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Senador Álvaro Dias luta, nesta Casa, diuturnamente, contra esse mesmo furor privatizante que assola o País e os Governos estaduais. É que, no Paraná, querem vender a Copel, empresa modelo do setor elétrico brasileiro, mas que nem por isso escapa da onda de gastos ou de obtenção de recursos, de caixa para os Governos estaduais. O Senador Álvaro Dias propôs que se realize plebiscito para que a população possa opinar a respeito, sem o que não se poderiam alienar as empresas de energia elétrica. Tenho certeza absoluta de que o povo goiano, consultado sobre a venda da Companhia Energética de Goiás, diria um redondo não ao Governador do Estado.

É por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que lutaremos incansavelmente contra a privati-

zação das empresas de energia elétrica do nosso País e especialmente contra a venda da Celg, do meu querido Goiás.

Já no próximo dia 25 de maio, as Lideranças do PMDB de Goiás estarão promovendo um ato público com o objetivo de abrir ainda mais os olhos da sociedade para o problema. Esse evento será prestigiado por duas das maiores expressões do PMDB nacional: o Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco.

E a luta do PMDB contra a venda da Celg já está sendo abraçada por outros partidos políticos, como o PT e o PC do B, além de praticamente por todas as lideranças sindicais. Neste momento, as cores partidárias necessariamente são deixadas de lado em defesa de um patrimônio que faz parte da vida e da tradição de trabalho do nosso Estado há mais de 45 anos, e precisa continuar fazendo, cumprindo o seu papel inestimável em prol do desenvolvimento e do progresso de Goiás.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo prazer, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mauro Miranda, acompanhei com muito interesse o pronunciamento, ainda que breve, de V. Exª, em que tratou, inicialmente, do grave problema de racionamento a vista, e mencionou que, apesar dos esforços do Governo, estamos diante de um fato complicado. No meu entender, e aproveitando o discurso de V. Exª, o racionamento é uma necessidade indiscutível, senão chegaremos a um apagão definitivo, o que não convém. Senador Mauro Miranda, concordo plenamente com V. Exª no que se refere ao problema da venda das distribuidoras estatais e federais. Não há uma razão plausível para isso. Mas aproveito o discurso de V. Exª para lembrar que o Governo tem de tomar uma medida urgente com relação ao problema do racionamento, por uma razão: o nosso custo Brasil, que vai engarrafado nos portos, cresce lá, tirando a nossa competitividade. As estradas – sobre as quais vou falar em seguida, em meu pronunciamento – são o segundo fator de elevação do nosso custo Brasil. E V. Exª traz aqui, à nossa consideração, a análise do racionamento. Senador Mauro Miranda, V. Exª já imaginou o que acontecerá com a indústria brasileira, que está fazendo um esforço

enorme para ser competitiva neste mundo feroz, lá fora, em que se disputa palmo a palmo a competitividade dos produtos industrializados, em função desse racionamento? O Brasil precisa entrar nisso. Aonde vamos parar!? Aí, no custo Brasil, que já está subindo, entra a indústria, que não poderá produzir. Para que as nossas exportações sejam compatíveis com a necessidade que temos, sugiro que nós, desta Casa, homens experientados, ex-Governadores, homens de empresa, façamos alguma coisa. Apresentarei uma proposta com referência às estradas. Mas podíamos, desde já, fazer algo. Nos Estados Unidos e na Europa já há grupos geradores de potência menor, funcionando a gás ou a diesel. Sou engenheiro eletricitista e entendo disso. Em vez de se concentrarem as indústrias, pode-se colocar uma espécie de “ilha” de ajuda, para que as indústrias brasileiras não entrem em racionamento. Do contrário, o nosso custo Brasil subirá. Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento e aproveito a oportunidade para declarar que estamos dispostos a formar uma comissão com o objetivo de apresentar uma proposta ao Presidente da República, uma proposta que seja competente, oportuna e criativa. Como engenheiro, com a experiência que tenho nessa área – já eletrifiquei dois Estados, o Ceará e o Piauí –, posso dar algumas aulas a quem precisar. Desculpe-me, não há nenhuma falsa modéstia nisso, mas me coloco à disposição dos companheiros, para, aqui, formarmos uma comissão para ajudar o Brasil neste momento difícil em que estamos vivendo. Parabéns a V. Exª pelo seu discurso.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Alberto Silva, pelas sugestões e comentários sobre o discurso que acabo de fazer. Também sou engenheiro. Não tenho, é claro, o brilho e a história de V. Exª pelos serviços prestados ao Nordeste, pelo grande trabalho realizado naquela região, que é reconhecido por todo o Brasil. O meu Partido e eu nos orgulhamos de ter V. Exª em nosso quadro. Endosso plenamente a proposta de V. Exª. Estou, juntamente com V. Exª, pela experiência que também tenho como engenheiro – embora não seja tão experiente quanto V. Exª –, disposto a ajudar a propor uma saída mais honrosa, a fim de que esse racionamento não fragilize a nossa economia e a nossa balança de pagamento, trabalhando com muito entusiasmo nessa direção.

Agradeço a V. Exª pelo aparte, que enriquece o meu discurso e que dele fará parte. Acolho a proposta de V. Exª. Nós, que trabalhamos na Comissão de Infra-Estrutura, podemos formar uma comissão conjunta para levar essa proposta ao Presidente, para discutir com Sua Excelência o problema do racionamento.

Nós, de Goiás, temos pedido, insistentemente, para que se traga um ramal da Bolívia para o transporte do gás natural, para a instalação de duas indústrias termoeletricas – uma na cidade de Goiânia e outra aqui, no Distrito Federal. Essas duas usinas funcionariam mais como um reservatório de energia, dando suporte aos reservatórios hídricos existentes na região, que são muito importantes. Seriam uma válvula de escape numa hora tão difícil. Nós, dos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, precisamos alavancar o desenvolvimento das nossas regiões.

Agradeço a V. Exª, Senador Alberto Silva, que muito me honrou com o seu aparte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O próximo orador inscrito é o Senador Geraldo Melo, do PSDB do Rio Grande do Norte, a quem concedo a palavra, de acordo com o Regimento, por 20 minutos, por permuta com este Senador, que cede o tempo a V. Exª com o maior prazer.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a V. Exª a gentileza e a cortesia com que me permitiu permutar com V. Exª, que, pela ordem de inscrição, seria o orador que deveria ocupar a tribuna neste momento. Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tratar do assunto que me trouxe à tribuna, farei um breve registro. Antes da eleição da atual Mesa que dirige os trabalhos desta Casa, quando estavam turbulentas as relações entre o Brasil e o Canadá, apresentei um requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Defesa. Aquele requerimento foi despachado pela Mesa, com base em um parecer do Senador Carlos Patrocínio, que era o 2º Secretário da Mesa anterior. Infelizmente, até esta data, decorridos alguns meses, o requerimento de informa-

ções que elaborei não foi encaminhado pela Mesa do Senado ao Sr. Ministro da Defesa.

Acredito que não há o menor sentido que se faça um requerimento a um Ministro de Estado – e S. Exª dispunha de 30 dias para responder a uma indagação do Senado Federal – e a Mesa do Senado Federal leve quatro meses para encaminhá-lo ao destino. Faço este registro certo de que foi uma desatenção em meio a esses tempos conturbados. Apenas faço um apelo a V. Exª e aos demais integrantes da Mesa, para que o meu requerimento seja encaminhado e que os demais requerimentos tenham um curso menos lento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho de fato à tribuna, nesta tarde, como Senador e como brasileiro. Começo por narrar algo que nem deveria contar. Na semana passada, no sábado pela manhã, encontrava-me em Natal, em minha casa, em frente da qual passava um carro de som, um desses veículos com alto-falantes que integram o movimento que se faz em nome da moralização do País. E o que diziam? Qual era o alvo? O alvo era o Senado Federal, e o locutor, pago para isso, dizia: “Estou passando agora em frente à casa do Senador Geraldo Melo”. E misturava o Senador Geraldo Melo com toda essa temática que aí está, para terminar por apelar aos brasileiros que joguem para fora do Senado os Senadores que envergonham o País.

Não sei que tipo de vergonha eu pessoalmente posso ter causado ao País. Se é por conta dos problemas de violação de painel, não violei painel algum. Não estou aqui – como sei que V. Exªs também não estão, Senadores Bello Parga, Eduardo Siqueira Campos, Jefferson Péres, Alberto Silva, José Coelho – por caminhos tortuosos. E isso se aplica tanto ao Senador Antonio Carlos Magalhães quanto a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O que me preocupa não é o desconforto que possa causar a mim, pois a minha pessoa é suficientemente desimportante dentro da massa de 160 milhões de brasileiros. O que me preocupa é o que isso significa na atitude que cresce em nosso País em relação ao Congresso Nacional. Estamos vivendo um momento amargo desta Casa, do Congresso Nacional e, por causa disso, da democracia brasileira.

Agradeço a V. Exª pelo aparte, que enriquece o meu discurso e que dele fará parte. Acolho a proposta de V. Exª. Nós, que trabalhamos na Comissão de Infra-Estrutura, podemos formar uma comissão conjunta para levar essa proposta ao Presidente, para discutir com Sua Excelência o problema do racionamento.

Nós, de Goiás, temos pedido, insistentemente, para que se traga um ramal da Bolívia para o transporte do gás natural, para a instalação de duas indústrias termoeletricas – uma na cidade de Goiânia e outra aqui, no Distrito Federal. Essas duas usinas funcionariam mais como um reservatório de energia, dando suporte aos reservatórios hídricos existentes na região, que são muito importantes. Seriam uma válvula de escape numa hora tão difícil. Nós, dos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, precisamos alavancar o desenvolvimento das nossas regiões.

Agradeço a V. Exª, Senador Alberto Silva, que muito me honrou com o seu aparte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O próximo orador inscrito é o Senador Geraldo Melo, do PSDB do Rio Grande do Norte, a quem concedo a palavra, de acordo com o Regimento, por 20 minutos, por permuta com este Senador, que cede o tempo a V. Exª com o maior prazer.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, agradeço a V. Exª a gentileza e a cortesia com que me permitiu permutar com V. Exª, que, pela ordem de inscrição, seria o orador que deveria ocupar a tribuna neste momento. Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tratar do assunto que me trouxe à tribuna, farei um breve registro. Antes da eleição da atual Mesa que dirige os trabalhos desta Casa, quando estavam turbulentas as relações entre o Brasil e o Canadá, apresentei um requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Defesa. Aquele requerimento foi despachado pela Mesa, com base em um parecer do Senador Carlos Patrocínio, que era o 2º Secretário da Mesa anterior. Infelizmente, até esta data, decorridos alguns meses, o requerimento de informa-

ções que elaborei não foi encaminhado pela Mesa do Senado ao Sr. Ministro da Defesa.

Acredito que não há o menor sentido que se faça um requerimento a um Ministro de Estado – e S. Exª dispunha de 30 dias para responder a uma indagação do Senado Federal – e a Mesa do Senado Federal leve quatro meses para encaminhá-lo ao destino. Faço este registro certo de que foi uma desatenção em meio a esses tempos conturbados. Apenas faço um apelo a V. Exª e aos demais integrantes da Mesa, para que o meu requerimento seja encaminhado e que os demais requerimentos tenham um curso menos lento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho de fato à tribuna, nesta tarde, como Senador e como brasileiro. Começo por narrar algo que nem deveria contar. Na semana passada, no sábado pela manhã, encontrava-me em Natal, em minha casa, em frente da qual passava um carro de som, um desses veículos com alto-falantes que integram o movimento que se faz em nome da moralização do País. E o que diziam? Qual era o alvo? O alvo era o Senado Federal, e o locutor, pago para isso, dizia: “Estou passando agora em frente à casa do Senador Geraldo Melo”. E misturava o Senador Geraldo Melo com toda essa temática que aí está, para terminar por apelar aos brasileiros que joguem para fora do Senado os Senadores que envergonham o País.

Não sei que tipo de vergonha eu pessoalmente posso ter causado ao País. Se é por conta dos problemas de violação de painel, não violei painel algum. Não estou aqui – como sei que V. Exªs também não estão, Senadores Bello Parga, Eduardo Siqueira Campos, Jefferson Péres, Alberto Silva, José Coelho – por caminhos tortuosos. E isso se aplica tanto ao Senador Antonio Carlos Magalhães quanto a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O que me preocupa não é o desconforto que possa causar a mim, pois a minha pessoa é suficientemente desimportante dentro da massa de 160 milhões de brasileiros. O que me preocupa é o que isso significa na atitude que cresce em nosso País em relação ao Congresso Nacional. Estamos vivendo um momento amargo desta Casa, do Congresso Nacional e, por causa disso, da democracia brasileira.

Não acredito em democracia sem Congresso. Por isso, trouxe – e penso que vale a pena requerer a V. Ex^a que mande transcrever como parte deste discurso – o artigo notável de Roberto Pompeu de Toledo, publicado na última edição da revista **Veja**, chamado “Razões para amar o Congresso”.

Vou-me permitir ler apenas um trecho:

Quando não há Parlamento para absorver os conflitos, que ocorre? Há duas hipóteses. A primeira é uma ditadura – e então não ocorre nada, embora desse nada possa advir silêncio tão aterrador quanto a maior das barulheiras. Os conflitos são abafados. As dissidências são resolvidas nas câmaras de tortura. A segunda hipótese consiste, quando não há força capaz de impor-se ditatorialmente às outras, no mútuo trucidamento. É o que ocorre nas guerras entre quadrilhas de traficantes. Como lhes falta Parlamento para negociar, votar ou buscar consensos, entra em ação a metralhadora.

Segundo magistralmente ensina Roberto Pompeu de Toledo, o Parlamento é a instituição que a sociedade, ao longo dos séculos, criou, para exatamente substituir o conflito da rua, o conflito armado, a guerra entre grupos de opiniões diferentes, que passa a travar-se num recinto fechado, entre representantes de correntes diferentes. Entretanto, a importância do Parlamento não dá a nenhum de nós o direito de desobedecer à norma que, afinal de contas, emana do próprio Parlamento. Isso não dá a nenhum de nós legitimidade e autoridade para ferir normal alguma. Isso não dá a nenhum de nós, pela posição privilegiada que o povo nos concedeu – sendo nós apenas 81 entre 160 milhões –, o direito a lidar com o bem comum, com a coisa pública, sem os escrúpulos necessários, sem os cuidados indispensáveis, porque devemos, além do mais, reconhecer que estamos trabalhando no palco, na vitrine, e que, se representamos o povo, precisamos ser parecidos com ele nas suas virtudes e nos seus defeitos.

Agora, vejam o que acontece? O que acontece, neste instante, é que, se quisermos ter franqueza, lealdade uns com os outros e com o País, have-

remos de reconhecer que o encadeamento de circunstâncias, de interpretações, de fatos, de desvios de comportamento, de erros mais graves ou menos graves, não importa, o encadeamento de tudo isso esvaziou, de repente, a autoridade desta Casa, dentro do Congresso Nacional e fora dele, ao ponto – é preciso confessarmos isso lealmente – de qualquer um de nós descobrir um olhar de soslaio, de desconfiança, de crítica silenciosa, no elevador, na rua, na esquina, no café, quando alguém se refere a nós como Senadores, um título que nos honra. A mim esse título honra. Eu me sinto honrado de ser Senador, mas é preciso que a sociedade também reconheça que isso é algo que merece ser honrado.

O que me preocupa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, hoje, se olharmos bem, este País não tem Senado. É triste reconhecermos isso. Mas o Senado que a sociedade brasileira precisa que exista, neste momento, não está disponível. Que culpa tem cada um de nós? Alguma teremos, alguma haveremos de ter. Mas há uma culpa que não podemos continuar a ter. O Senado brasileiro é uma instituição essencial ao nosso País e à nossa sociedade. É preciso que nós e vocês que estão em casa, que eventualmente me vêem e que me escutam neste momento, acreditemos nisso e saibamos por que esta Casa é essencial ao Brasil.

Senador Tião Viana, considero meio ridículo citar a si próprio, mas vou repetir um trecho de um discurso que tive a honra de proferir em um dos momentos mais altos do exercício do meu mandato, quando esta Casa me mandou a Paris, para representá-la em uma reunião de Presidentes de todos os Senados do mundo. E tive a oportunidade e a emoção de falar pelo Brasil na Tribuna do Senado da França.

Entre outras coisas, eu dizia ali que “o papel da instituição parlamentar no mundo que se está criando deve incorporar não apenas a força das reivindicações que expressam as tensões internas no seio da população e que chegam aos parlamentos com o vigor das suas urgências, mas também o equilíbrio de uma instância moderadora que impeça que se tornem imperativas e compulsórias soluções que às vezes se precipitam

em face de circunstâncias e de pressões momentâneas”.

É preciso haver, no Parlamento, a Casa que seja o eco dessas pressões e a Casa que seja capaz de compreendê-las, acalmá-las, acariciá-las e inseri-las na História.

Ainda dizia eu naquela oportunidade que “o Senado brasileiro foi um dos mais importantes instrumentos da grande obra política que conseguimos realizar ao longo desses quase duzentos anos de nossa vida como país independente: a obra política que assegurou a nossa unidade territorial, a nossa unidade lingüística, a nossa unidade como Nação. Somos um país de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados de terras contínuas, com uma população superior a 160 milhões de habitantes, de composição multirracial, que falam a mesma língua, sem problemas de fronteiras, definidas e aceitas por todos os países vizinhos desde o reconhecimento diplomático universal, sem movimentos separatistas, sem desafios à nossa integridade”.

Que papel desempenhou o Senado na construção dessa realidade que é um patrimônio do povo brasileiro? Se nós olharmos como funciona e como funcionou ao longo da história esta Casa, instalada dois anos depois da Proclamação da Independência do Brasil, verificaremos que ela teve o papel de equilibrar os desequilíbrios. Como funciona isso? O Estado de São Paulo, por exemplo, responde por aproximadamente 50% da renda nacional e concentra em seu território algo em torno de 40% da população do Brasil. O Estado de São Paulo tem, por isso mesmo, uma representação popular na Câmara dos Deputados de quase 80 Parlamentares. Onze Estados brasileiros, entretanto, têm, na Câmara Federal, apenas oito Deputados. Como poderíamos garantir não só o respeito aos interesses legítimos de São Paulo, mas também a defesa de mecanismos que sejam capazes de assegurar também o respeito e a defesa dos interesses de Estados que têm apenas oito Deputados? Será que isso se conseguiria se não existisse uma Casa como esta, na qual São Paulo, Rio Grande do Norte, Piauí, Acre, Amapá, Tocantins têm cada um três Senadores? É nesta Casa que o equilíbrio dessas diferenças se estabelece.

Pois bem, senhores, sou dos que acreditam que é essencial ao Brasil a preservação das conquistas que a História nos permitiu realizar, a preservação também do Senado Federal.

De uma coisa temos que estar conscientes: aqui já não estão Rui, Afonso Arinos, Valadares, Tancredo Neves; estamos nós. Certo ou errado, foi assim que o tempo ceifou as vidas de uns e o povo os substituiu por nós. Pois bem, essa instituição tão importante da sociedade brasileira está hoje entregue à guarda dos oitenta e um Senadores que nós somos.

Acredito, senhores, que é nosso dever, sangrando, sofrendo, enfrentando tensões amargas, é nosso dever, enfrentando incompreensões, injustiças, pressões, cabidas, descabidas, é nosso dever devolver um Senado ao Brasil.

O que vim fazer nesta tribuna foi um apelo apenas, um apelo que não sei se vai conseguir emocionar, comover, tocar a alma de ninguém, mas vim apenas deixar, Srs. Senadores, que explodisse nesta tribuna um grito que a minha consciência não consegue mais sufocar. Está na hora de agirmos à altura dos acontecimentos que estamos vivendo, com a serenidade que o nosso papel exige de nós, com a coragem necessária, com a altivez, com a independência, mas à altura das exigências da nossa História. Se vamos conseguir fazer isso, Deus há de nos ajudar que consigamos!

Se algo posso pedir, em nome daqueles que hoje vociferam nas ruas, num misto de decepção e de indignação, em nome daqueles que exageram, que generalizam, que jogam a todos no mesmo patamar, se alguma coisa posso pedir é que ponhamos mãos à obra. Vamos viver os dias difíceis – que já estamos vivendo – e vamos, por favor, dar-nos as mãos para devolver ao Brasil o Senado que o País precisa ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO MELO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

Razões para amar o Congresso

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Esta é uma hora em que pode ser oportuno lembrar certos singelos argumentos em seu favor

O nobre senador está mentindo. — Vossa Excelência me desculpe, mas eu o considero culpado.

Como é que alguém pode ser a um tempo “nobre” e “mentiroso”? Como pode merecer as pompas do tratamento de “excelência” seguidas do opróbrio de uma sentença de culpa? Nestes tempos em que, como poucas vezes, talvez nunca, o público tem acompanhado as sessões do Senado, alguns se chocam com uma etiqueta parlamen-

tar que combina rapapés de salão com desaforos de botequim. Então o Senado é isso? Para tais pessoas, se é isso, não passaria de templo da hipocrisia. O lugar onde a torpeza se traveste de cavalheirismo, e o xingamento se disfarça em galanteio.

Sim, na linguagem do Senado a “nobreza” pode vir junto com a “mentira”, a “excelência” com a “culpa”, mas vamos lá — isto não é defeito, mas virtude. Começemos do começo. Que é um Parlamento? É, em última análise, a alternativa civilizacional à guerra civil. Ou, para usar um conceito da psicanálise, a sublimação da guerra civil. Mais esmiuçadamente, é o artifício inventado pelas sociedades, ao atingir certo grau de aprimoramento, para resolver seus conflitos sem recorrer à violência.

O Parlamento é uma casa de conflitos, eis algo que não se deve perder de vista. Não é como um ministério — onde, definidas as políticas a seguir, se impõe que todos os funcionários, organizados e submetidos a uma hierarquia, sigam num mesmo rumo. Ou como uma empresa, onde, igualmente definidas as metas e as estratégias, espera-se que todos se alinhem em sua perseguição. O Parlamento, como uma guerra civil, tem facções, neste caso chamadas partidos. Cada um tem seu objetivo. E ninguém tem o poder, ao contrário do que ocorre num ministério ou numa empresa, de forçá-los a uma ordem unida. Nenhuma facção tem o poder de calar outra, pois o Parlamento ostenta, como outra de suas características, o fato de, nele, não existir hierarquia. Os parlamentares são todos iguais. Ninguém é chefe de ninguém. As decisões são tomadas ao jogo do voto, das negociações e da formação de maiorias, não por obediência a ordens.

Do exposto decorre que nada mais apropriado do que chamar o colega de “nobre”, antes de qualificá-lo como mentiroso, ou de “excelência”, antes de sentenciar-lhe a culpa. A cortesia, como entre os cavaleiros da Idade Média,

precede o golpe. Com a vantagem de, ao contrário dos torneios medievais, disso não resultarem mortes, a não ser em raras ocasiões. Se o Parlamento foi feito para parlamentar, a disputa tem de ser com a arma da palavra. E, ao se confrontar com palavras, se se trata de pessoas iguais, todas merecem tratamento de distinção, diferentemente do que ocorre na sociedade em geral, onde alguns são tratados por “senhor” ou “senhora” e merecem as honrarias do “por favor” e do “obrigado” enquanto para outros basta um “ô Zé, vai no banco pagar isto”, ou “ô Maria, traz um café”. O Parlamento é o lugar onde pessoas diferentes se tratam compulsoriamente como iguais e onde pessoas que não se respeitam batem-se compulsoriamente com respeito.

• • •

Quando não há Parlamento para absorver os conflitos que ocorre? Há duas hipóteses. A primeira é uma ditadura — e então não ocorre nada, embora desse nada possa advir silêncio tão aterrador quanto a maior das barulheiras. Os conflitos são abafados. As dissidências são resolvidas nas câmaras de tortura. A segunda hipótese consiste, quando não há força capaz de impor-se ditatorialmente às ou tras, no mútuo trucidamento. É o que ocorre nas guerras entre quadrilhas de traficantes. Como lhes falta Parlamento para negociar, votar ou buscar consensos, entra em ação a metralhadora.

Não há dúvida de que os parlamentos têm vícios horríveis, que vão da morosidade nas decisões à acolhida de facínoras em seu meio. O brasileiro tem vícios talvez maiores do que o normal. Na condição de casa de recepção, encaminhamento e solução de conflitos, no entanto, não se tem saído do mal. Tome-se o período que vai da agonia do regime militar até hoje. O Congresso reprovou, é verdade, a eleição direta para presidente, em 1984. No ano seguinte, porém encontrou meio de corrigir-se, ao propiciar a eleição de Tancredo Neves. De lá para cá, nos momentos de mais alta tensão na política nacional, como na crise de Fernando Collor, soube encontrar saídas satisfatórias. De tão aberta e tolerante, a Casa já abrigou até um deputado que costumava fazer picadinho dos adversários. Mas, nesse caso como nos anos do Orçamento e em outros, tem sabido limpar as próprias fileiras, cassando mandatos.

Em momentos como o atual, não é raro que os mais nervosos, ou mais mal informados, de cambulhada com o mal-intencionados, estendam seu desânimo, ou sua raiva, própria instituição parlamentar. É um ponto de vista. Mas que tenham consciência de seu alcance, e cravem desde o que querem no lugar — se os tanques das ditaduras ou metralhadoras das guerras civis.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Alberto Silva, do Estado do Piauí.

S. Ex^a terá 20 minutos para nos brindar com o seu pronunciamento.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, meus caros colegas Senadores aqui presentes, meus caros Senadores Geraldo Melo e Mauro Miranda, que me antecederam. Eu gostaria de fazer referência ao final do pronunciamento do Senador Geraldo Melo, que, com tamanha precisão, colocou à nossa consideração um acontecimento, do qual ele foi talvez um espectador, que atingia o Senado inteiro por meio da sua pessoa: um carro com alto-falantes, lá no Rio Grande do Norte, dizia, se não me engano, que todos os Senadores deviam ser colocados na rua. E nesse caso o quê? Fechar o Senado? Seria mais ou menos isso o que disse o Senador Geraldo Melo, e fez um apelo a nós todos para nos darmos as mãos.

Caro Presidente, que coincidência! Estão aqui três ex-governadores que estiveram juntos à época em que eu o Governador do Piauí era. V. Ex^a era o Governador de Sergipe e o Senador Geraldo Melo era o Governador do Rio Grande do Norte. Estivemos nos Estados Unidos, visitamos aqueles Estados secos, o Arizona, a Califórnia, e trouxemos de lá informações para os nossos Estados. Trabalhamos em cada um dos nossos Estados e depois viemos para cá, onde estamos juntos outra vez, substituindo Tancredo e outros grandes Senadores que estiveram aqui nesta Casa.

Neste instante, o que poderíamos fazer? O Senador Geraldo Melo nos indaga: se não fosse o Congresso, o que seria da democracia? Ele recolhe as aspirações populares e as traz para cá, onde são discutidas antes de serem transformadas em leis ou em recomendações.

Quero parabenizar o Senador Geraldo Melo pela oportunidade do seu discurso: ele o faz no momento exato em que acontecem coisas no mundo inteiro e no nosso Congresso também. No entanto, daí à generalização há uma diferença muito grande. Esta Casa tem 81 Senadores – eu já estive aqui quando éramos aproximadamente 40, entre os quais o atual Presidente da República, que também era Senador. Neste instante, temos aqui todas as emissoras de televisão com os seus focos voltados para um acontecimento que parou o País. A nossa emissora de televisão passou, de repente, a ser a vedete de todo o Bra-

sil. Ibope máximo, vinte e quatro horas no ar, trazendo notícias dolorosas para nós e para uma grande parte do povo brasileiro.

E, afinal, Senador Geraldo Melo, V. Ex^a terminou pedindo que nos dês as mãos. Nesta Casa não existe nenhum parlamentar que já não tenha exercido um cargo executivo – governador, prefeito etc. – e não tenha sentido, no exercício de suas respectivas funções, os dramas do povo, como o de sem prego e a desesperança. Cada um de nós, no exercício da função de governador, por exemplo, procurou resolver, dentro do que podia, os problemas de nossos Estados. Mas agora não somos Executivo, não temos uma caneta para decidir. Podemos fazer leis, podemos discutir providências, podemos recomendar, mas não podemos fazer. V. Ex^a foi muito feliz quando disse: “Vamos nos dar as mãos para mostrar que esta Casa é uma Casa de homens sérios”. Temos que fazer isso sem nenhum receio. Somos homens sérios, já prestamos inúmeros serviços ao Brasil.

Mas aqui eu gostaria de trazer uma informação e fazer uma proposição. Debrucei-me sobre o problema do custo Brasil. Os nossos portos engarrafados dificultam a exportação e, naturalmente, acrescentam um custo extra aos nossos produtos destinados ao exterior, o que nos torna não competitivos neste mundo feroz em que se disputa palmo a palmo o mercado. Nós, uma Nação de 160 milhões de brasileiros, precisamos crescer, gerar empregos, gerar saldos positivos na nossa balança de pagamentos e reduzir o custo Brasil, que é elevado.

Essa faceta do problema começa nos portos e depois é agravada pela opção que fizemos pelo transporte rodoviário como forma de levar nossas mercadorias aos portos. Temos 55 mil quilômetros de estradas federais por onde circulam – pasmem! – 1,75 milhão de veículos de carga, que, transportando um volume de mercadorias que tem muitos zeros para ser dito aqui, consomem 34 milhões de metros cúbicos de combustível. E essas carretas e outros veículos rodoviários trafegam – eu tive o cuidado de levantar, Estado por Estado, a situação das rodovias – por estradas danificadas ou, em alguns casos, consideradas regulares, mas, de qualquer forma, em estado que prejudica a circulação do nosso bem maior, que é o trabalho dos brasileiros transformado em riquezas de toda natureza a serem exportadas ou para circular dentro do País. Por essas estradas circula o produto do trabalho dos brasileiros.

Essas carretas, circulando em estradas danificadas, acrescentam ao custo Brasil algo ao redor de

25%. Para competirmos lá fora, já enfrentamos o gravame dos portos, que acrescentam 20% ao custo Brasil. Com a situação dos transportes, somam-se a esse custo mais de 20%. Como podemos competir? Para piorar a situação, paira sobre nós agora a sombradoração de energia elétrica. Se esse racionamento chegar à indústria, que precisa competir, que precisa se atualizar, estaremos diante de uma situação realmente grave.

Como competir com o racionamento de energia elétrica, que é um fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo? Não vamos discutir também esse problema – sou um profissional dessa área e poderia trazer aqui algumas recomendações –, deixemos essa discussão, porque o Presidente faz o alerta de que o meu tempo está se esgotando. De qualquer forma, é importante que os nossos Senadores saibam algo sobre o problema.

Há pouco, eu conversava com o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos e S. Ex^a perguntou-me: “Como é que estão as estradas no meu Estado?” Olho aqui: Tocantins. Tocantins é um Estado novo e lá, naturalmente, o número, em quilômetros, de estradas é menor. Tocantins tem 178 quilômetros de estradas em bom estado; tem 272 quilômetros em estado regular – regular significa que tem buraco, que tem problemas, e ruim é porque não passa mesmo. No seu Estado, são 522 quilômetros de estradas ruins. V. Ex^a disse: “É a Belém-Brasília”. É possível!

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – São rodovias federais.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sim, rodovias federais.

As estradas federais são os eixos aos quais podemos nos ater neste instante, porque elas pertencem a todos nós.

Vejamos o caso do Maranhão, que é grande – está ali o nosso bom amigo Bello Parga: tem 1.819 quilômetros de estradas em bom estado; tem 831 quilômetros em estado regular; e tem 472 quilômetros de estradas ruins. Creio que a Governadora Roseana deva estar vivendo um drama, porque, às vezes, esses 472 quilômetros estão em eixos fundamentais, e a carreta que vai circular com a nossa riqueza chega naquele lugar e leva horas para atravessar, quebra os eixos, rebenta a carroceria, força o motor, enfim, um drama.

Eu poderia especificar números para cada um dos Estados, mas eu preferi somá-los: são 12.359 quilômetros de estradas federais destruídas, necessitando ser reparadas. Nada de operação de remendar,

pois remendar não resolve nada e gasta o dinheiro da Nação. Quando você tem uma doença grave, é melhor consertar de uma vez. Se é cirurgia, vamos para a cirurgia; remédios e pílulas não resolvem um problema desse porte. Isso é calamidade nacional, porque é uma desgraça embutida que não se vê no custo Brasil.

Como executivo que fui tantas vezes – duas vezes prefeito, duas vezes governador – já tenho uma certa bagagem para propor ação ao invés de recomendação. O que precisamos fazer para consertar, ou melhor, fazer de novo, nada de tapa-buracos, nada de remendos, 12 mil quilômetros em um ano? O que temos que fazer? É possível? Absolutamente possível! Temos 300 empresas de engenharia capazes de executar estradas, barragens, seja o que for. Temos uma engenharia nacional que não tínhamos antes. Para se fazer uma barragem no Brasil era preciso pedir aos ingleses, aos canadenses da Light.

Já fizemos Itaipu, uma das maiores barragens do mundo, e com projeto brasileiro. Portanto, temos engenharia. E quando um povo tem engenharia, tem uma arma de progresso. Portanto, esses engenheiros, essas empresas farão 12,5 mil quilômetros em um ano, sim. Temos asfalto? Procurei saber, aqui é o resumo do que temos e do que podemos. Temos, sim. A Petrobras pode não entregar de uma vez, mas em 12 meses poderia entregar asfalto para os 12,5 mil quilômetros de estradas.

E como se faz uma estrada? Se ela já está feita, tira-se o asfalto velho, faz-se uma nova base e se põe uma nova estrada. Quanto custa isso? Também levantei os custos: R\$1,8 bilhão, a preços razoáveis, aproveitando a engenharia do DNER. E aqui vai uma observação, principalmente a alguém que foi nosso companheiro nesta Casa, o Presidente Fernando Henrique: “Senhor Presidente, não feche o DNER agora. Aquilo que aconteceu lá pode ser perfeitamente apurado, corrigido, mas o DNER tem engenharia, tem 50 anos de serviços prestados. Vamos aproveitar o DNER com um diretor que seja nomeado para executar este programa”.

Mas uma obra de tamanha envergadura, ou seja, a construção de 12,5 mil quilômetros de estrada em um ano com R\$1,8 bilhão precisa de projetos. Ninguém executa uma estrada sem projeto. E isso também não é fácil dada a escassez de tempo. Existem 50 empresas de consultoria que poderiam fazer os projetos, mas levariam um ano. No entanto, o avanço tecnológico do mundo de hoje é tão grande que permite que isso seja feito em um tempo menor. Para tan-

to, fiz uma consulta à USP, que ensina vários assuntos, principalmente sobre engenharia, e descobri que através de um sistema inédito neste País, baseado em uma simulação feita com satélite, poderemos ter os projetos dos 12,5 mil quilômetros de estrada em mãos em cerca de dois meses.

E se tomarmos a decisão de executá-los, o Brasil vai ganhar imediatamente a redução desses 25% de aumento do custo Brasil em termos rodoviários. E o patrimônio nacional? Sabem V. Ex^{as} quanto é que vale a malha rodoviária brasileira? US\$150 bilhões. Temos mais de 100 mil quilômetros de estradas asfaltadas.

Para encerrar, a minha proposta é de que se nomeie uma minicomissão nesta Casa – comprometo-me a fazer parte dela, já que levei um mês fazendo este estudo – para irmos ao Presidente da República e fazermos uma proposição: como se trata de calamidade, da mesma maneira como se vencem as calamidades das chuvas e inundações com a defesa civil, vamos fazer uma espécie de defesa civil para as estradas, nas quais alguns engenheiros de reconhecida capacidade técnica e representantes das duas Casas do Congresso, do nosso Ministério dos Transportes, sob o comando do Presidente da República, levariam essa obra a cabo. Ou seja, Sua Excelência decretaria calamidade pública para as estradas; as licitações, por sua vez, naturalmente sofreriam uma certa aceleração. Mas tudo deve ser feito de maneira transparente, sem nada escondido, com as empresas trabalhando em favor deste País.

Os nossos companheiros podem perguntar: e o dinheiro? Onde obteríamos os R\$1,8 bilhão? Se a malha rodoviária é percorrida por veículos que queimam combustível, é lá no combustível que vamos buscar o remédio.

Tive o cuidado de perguntar ao Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores de Carga, responsável por 1,7 milhão de carretas no País, se iriam fazer greve caso houvesse um pequeno aumento no custo óleo diesel ou aceitariam? E eles me perguntaram: “Senador, por quanto tempo?” Respondi: “Um ano.” Eles então disseram: “Pode contar conosco se o Presidente mandar aumentar. Quanto é isso, Senador?” Eu disse: “R\$0,06 por litro.” Não precisa mais do que isso. Com esse aumento obteríamos R\$1,8 bilhão em um ano. E consertaríamos as estradas em um ano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Faz soar a campainha)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Encerro já, Sr. Presidente. Mas creio que o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pelo Tocantins, deseja dizer alguma coisa.

Ouçõ V. Ex^a com prazer, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Sr. Presidente, serei breve. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Alberto Silva, já que, sem dúvida nenhuma, uma das principais preocupações da população do Estado do Tocantins é exatamente a questão das rodovias federais. O principal esteio da nossa economia, haja vista que ainda estamos lutando pela implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins e da ferrovia Norte-Sul, tem sido, infelizmente, como apontou bem V. Ex^a, as rodovias, ou melhor, a rodovia Belém-Brasília. E V. Ex^a foi preciso nos dizer: são esses 400 e poucos quilômetros que estão inviabilizando a economia do nosso Estado. Portanto, parabéns a V. Ex^a por esse estudo. Seis centavos a mais no óleo diesel, conversado com os setores diretamente interessados, nada representará em termos do prejuízo que eles estão tendo, nós estamos tendo, enfim, que o País está tendo com a carretas quebradas, com o custo maior do próprio combustível em função das paralisações, dos buracos, sem falar em outros custos, outros danos advindos da questão das rodovias. Portanto, o estudo é muito competente, já que V. Ex^a é engenheiro experiente, duas vezes governador do seu Estado, Senador pela segunda vez, duas vezes prefeito da capital do seu Estado. Nesse sentido, gostaria que V. Ex^a enviasse essa proposta para a Comissão de Infra-Estrutura, que a Mesa também a recebesse, e que todos tenhamos prestado atenção, principalmente o Presidente da República, porque seis centavos a mais no preço do óleo diesel por um ano, para quem está tendo esse grande prejuízo, não há de ser nada, mas permitiria a este País a reconstrução da nossa malha rodoviária. V. Ex^a, inclusive, lembrou quando o Governador Mário Covas rejeitou, em São Paulo, uma operação tapa-buracos, dizendo que o Brasil não pode tapar buracos, mas consertar, reconstruir as suas estradas. A proposta, portanto, é muito boa, pois vem de um técnico experiente. V. Ex^a está de parabéns!

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo apenas o seguinte: não se faz um trabalho dessa natureza buro-

craticamente, como acontecem as coisas no Brasil. Esse dinheiro é uma espécie de empréstimo em que todos colaboram, mas essa comissão tem que ter um comando. Ou seja, esse dinheiro arrecadado nas refinarias, na saída do combustível, deve ir para uma conta especial, movimentada diretamente por essa comissão, sob o comando do Presidente da República. É claro que vamos procurar saber se isso é juridicamente possível. Aí, Sua Excelência dará uma ordem de marcha: que a comissão monte todo o esquema, com relação aos projetos prontos, para que, em um determinado dia, no dia D, todos os Estados e todas as empresas estejam apostos para começar uma guerra, uma guerra santa, com o objetivo de tornar o Brasil competitivo, em virtude de sua malha rodoviária consertada.

Obrigado pelo aparte, Senador Eduardo Siqueira Campos. Vamos discutir o assunto na nossa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas não fiquemos apenas em recomendações. Vamos propor a execução do projeto. Assim, estaremos prestando uma contribuição ao País, pegando o fio da meada do discurso do Senador Geraldo Melo, que se sentiu um tanto constrangido em seu Estado. Entretanto, a realidade não é como estão pensando os que andam de carro com alto-falante falando mal desta Casa. Aqui há 81 homens experientes, ex-governadores, empresários capazes e competentes.

Portanto, proponho que comecemos esse projeto dentro de dois meses. Assim, em um ano, o Brasil conhecerá o Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A fim de que possamos ouvir os oradores inscritos para uma comunicação inadiável, prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, o primeiro orador inscrito, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dia 9 de maio, está completando um ano que o Ministro Carlos Melles foi conduzido ao Ministério do Esporte e Turismo, depois de ter realizado um grande trabalho como relator do orçamento, também representando o PFL naquela Comissão.

Sr. Presidente, também, hoje, em Palmas, no Estado do Tocantins, está sendo realizado um seminário sobre o esporte. Esse seminário vai contar com a presença e a contribuição importante, mediante

uma palestra, de Lars Graell, Secretário Nacional do Esporte. Não preciso lembrar, principalmente para o povo brasileiro, admirador e amante dos esportes, todos os feitos do consagrado atleta Lars Graell. Ele tem vários títulos nacionais, internacionais e trouxe duas medalhas olímpicas para o Brasil. Agora, na condição de Secretário Nacional do Esporte, ele vem implantando, em todos os Estados brasileiros, dois importantes projetos, o Projeto Pintando a Liberdade e o Projeto Navegar.

Sr. Presidente, a maior expectativa que temos em relação à ida do eminente Secretário Nacional do Esporte ao Tocantins é a possibilidade de inclusão do nosso Estado nos referidos projetos. Esperamos que o Projeto Pintando a Liberdade seja assinado com a Secretaria de Segurança Pública. Atualmente, quatro mil detentos, em vinte Estados brasileiros, estão participando do projeto. Além de terem o benefício do emprego, eles têm a redução da pena: para cada três dias trabalhados, um dia de pena reduzida. Portanto, trata-se de um projeto importante, Sr. Presidente. O Estado do Tocantins deseja participar desse projeto e coloca à disposição do Ministério e do Secretário Nacional toda a nossa infra-estrutura nessa área, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública.

Há ainda o Projeto Navegar, voltado para jovens carentes, com idade entre 12 e 15 anos, que tem por objetivo incentivar a prática de esportes náuticos. Palmas, que já está se preparando para receber ainda este ano o grande lago que está sendo formado a partir da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, é banhada pelo Tocantins, e tem neste rio e no Araguaia uma das suas maiores fontes de lazer. Estamos ansiosos para que seja firmado um convênio durante a visita importante de Lars Graell ao nosso Estado e à nossa capital, a fim de que o Tocantins também possa integrar o Projeto Navegar.

Portanto, o Projeto Pintando a Liberdade e o Projeto Navegar são duas vitórias que o nosso Secretário de Esporte, Jaime Lourenço, pretende conquistar hoje com essa visita de Lars Graell ao nosso seminário de esportes.

Parabenizo o Ministro Carlos Melles e saúdo o povo mineiro, que o elegeu como Deputado Federal, e o nosso Partido, que referendou a escolha do Presidente da República, na sua indicação para este importante Ministério. Parabenizo-o ainda por ter Lars Graell em sua equipe de trabalho.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a CPI criada para apurar a atuação das organizações não-governamentais no País realizou hoje a sua segunda reunião. Após a eleição do presidente, do vice-presidente e a designação da relatora, decidimos e aprovamos o seu roteiro de trabalho.

Essa CPI vem atender aos anseios de inúmeros segmentos da sociedade, que sucessivamente vêm denunciando a atuação dessas entidades e, o que é pior, lançando uma suspeição sobre todas elas. Assim, aquelas ONGs sérias, aquelas que realmente exercem um trabalho benéfico ao País, ficam, de alguma forma, atingidas pela ação nefasta de outras instituições que praticam atos lesivos ao País, como já foi comprovado, por exemplo, em relação à Associação Amazônia, no Estado de Roraima, que adquiriu 172 mil hectares no sul do Estado. Eram terras devolutas, adquiridas de posseiros de boa-fé, que as registrou no Estado do Amazonas, e a entidade Cooperíndio, cujo vice-presidente foi preso recentemente pela Polícia Federal, transportando 300 quilos de tatalita e 3 toneladas de ametista no Estado do Amazonas.

A CPI aprovou um roteiro de trabalho sereno, equilibrado, com vistas a realizar um trabalho bastante judicioso, buscando separar o joio do trigo, e, ao final, produzir os efeitos que esperamos: ao detectar atos irregulares ou criminosos praticados por algumas dessas instituições, denunciá-las e pedir a providência do Ministério Público e do Poder Judiciário. Por outro lado, tão importante quanto à primeira providência, é produzir uma legislação que, de uma vez por todas, possa normatizar, de maneira clara, transparente, a ação dessas organizações não-governamentais no País, sejam elas estrangeiras ou nacionais. No que se refere às estrangeiras, maior ainda é a importância da normatização, de sabermos como elas vêm para o País, de onde recebemos recursos, como os aplicam, e o que é mais importante, se levam do País apenas informações – o que já é muito – para outros países, sem que passe pelo crivo das autoridades brasileiras, isso já é muita coisa.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando, hoje, à Mesa um requerimento de sobrestamento de um projeto de lei de minha autoria, apresentado em

fevereiro deste ano, em que, justamente, proponho o estabelecimento de condições para o funcionamento das organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras.

O objetivo do meu pedido é que esse projeto fique sobrestado até a conclusão dos trabalhos da Comissão, para que possamos ter subsídios maiores para embasar ainda mais e, com certeza, aperfeiçoar esse meu projeto, que visa criar normas precisas, claras, que dêem condições ao Estado brasileiro de fiscalizar a atuação dessas instituições e, portanto, poder fazer com que elas efetivamente trabalhem em benefício do País e não prestem um desserviço ao Brasil, em benefício de outros países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, na prorrogação da Hora do Expediente, Senador Sebastião Rocha, por cinco minutos.

Senador Sebastião Rocha, sugiro que V. Ex^a ocupe o microfone do lado esquerdo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os partidos de Oposição e as Lideranças políticas que apoiam a CPI da Corrupção fizeram, hoje, no começo da tarde, a entrega do requerimento contendo as assinaturas para a instalação da CPI. Esse requerimento está regimentalmente respaldado pelas assinaturas tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Ao receber o documento, o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Jader Barbalho, manifestou a sua isenção quanto ao aspecto político e o seu compromisso em atuar de acordo com o que está previsto nos Regimentos Internos das duas Casas e no Regimento Comum, assim como na Constituição Federal.

A nossa expectativa, portanto, é de que a CPI possa ser instalada e que o requerimento possa ser lido, se possível, ainda nesta sessão de hoje aqui no Senado Federal, haja vista que já há respaldo para isso tendo em vista antecedentes no Congresso Nacional. E, caso isso não aconteça, esperamos que o requerimento possa ser lido em uma sessão conjunta do Congresso Nacional a ser convocada.

Em nome do PDT, manifesto o nosso pensamento de que a CPI não seja interpretada como um instrumento que possa provocar danos à economia ou riscos à estabilidade econômica do País. Aceitar essa tese seria o mesmo que concordar com o princípio de que um dos sustentáculos do desenvolvimento

seria a corrupção. E nós sabemos o quanto a corrupção é nefasta para o País, contribuindo para o aumento da pobreza e das diferenças existentes do ponto de vista regional e social.

Por isso é importante que se tenha esta convicção de que a CPI é benéfica e salutar para o País e somente aperfeiçoa as instâncias políticas e administrativas do nosso Brasil.

Quanto ao episódio do painel do Senado, Sr. Presidente, manifesto a posição do PDT no sentido de que a apuração seja rigorosa. Constatado o comprometimento de Parlamentares, a pena deve ser aplicada com o rigor necessário. É claro que o Conselho de Ética está examinando a questão e, caso sejam indicadas penalidades, a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A nossa convicção é de que se trata de um episódio de muita gravidade e, no caso de constatação do envolvimento de Parlamentares – os funcionários já confessaram suas participações –, a punição deve ser rigorosa e exemplar. Temos que ter como princípio e entendimento que a essência do Direito não é necessariamente o perdão. A essência do Direito é a Justiça, o perdão é apenas um dos braços da Justiça. A condenação, lamentavelmente, é necessária em muitas ocasiões e faz parte também dessa máxima maior do Direito. Faz-se justiça aplicando o perdão e faz-se justiça condenando aqueles que comprovadamente cometeram delitos.

E não há dúvida nenhuma de que violar o painel do Senado foi uma falta grave e que merece, portanto, punição exemplar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 236, DE 2001

Sr. Presidente,

Como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa e no exercício das atribuições que a esta Comissão competem, requeiro, nos termos do art. 216 combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado das Minas e Energia cópia de toda a documentação que compõe o processo de licitação, que atribuiu direito de construção da Barragem de Corumbá IV, incluídos os estudos prévios, projeto básico, editais, propostas, documentos relativos às

indenizações, estudos das propostas, atos decisórios e demais informações pertinentes ao processo.

Brasília, 4 de abril de 2002. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Valmir Amaral**, Autor – **Tasso Rosado** – **Freitas Neto** – **Morreira Mendes** – **José Eduardo Dutra** – **Juvêncio da Fonseca** – **Francelino Pereira** – **Ricardo Santos**.

OF/CFC/Nº 25/2001

Brasília, 24 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião de 4 de abril do corrente, aprovou o requerimento nº 7/2001-CFC, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia cópia de toda a documentação que compõem o processo de licitação, que atribuiu direito de construção da Barragem de Corumbá IV, incluídos os estudos prévios, projeto básico, editais, propostas, documentos relativos às indenizações, estudos de propostas, atos decisórios e demais informações pertinentes ao processo.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria. – **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 237, DE 2001

Sr. Presidente,

Como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa e no exercício das atribuições que a esta Comissão competem, requeiro, nos termos do art. 216 combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Secretário de Obras do Distrito Federal, cópia de toda a documentação que compõe o estudo técnico para a confecção do projeto básico que antecede o edital de licitação, conforme consta na mensagem nº 151/2001, do Governo do Distrito Federal encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 27 de março do corrente, que trata da privatização da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, e demais informações pertinentes ao processo.

Brasília, 18 de abril de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Wellington Roberto**, Autor – **Tasso Rosado** – **Valmir Amaral** – **Freitas Neto** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **Ricardo Santos**.

OF/CFC/Nº 27/2001

Brasília, 30 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião de 18 de abril do corrente, aprovou o requerimento nº 11/2001-CFC, solicitando ao Secretário de Obras do Distrito Federal, cópia de toda a documentação que compõe o estudo técnico para a confecção do projeto básico que antecede o edital de licitação, conforme consta na mensagem nº 151/2001, do Governo do Distrito Federal, encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 27 de março do corrente, que trata da privatização da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ – DF, e demais informações pertinentes ao processo.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria. – **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 238, DE 2001

Sr. Presidente,

Como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa e no exercício das atribuições que a esta Comissão competem, requero, nos termos do art. 216 combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado à Petrobras, toda documentação relativa aos contratos de locação de aeronaves, e ou helicópteros utilizados para transporte de funcionários entre suas bases terrestres e respectivas plataformas.

Justificação

Nos últimos tempos as constantes notícias de acidentes com as plataformas de Petróleo da Petrobras, têm sido objeto de apuração por parte desta Casa.

O presente requerimento se dá em razão da necessidade de se aprofundar nas investigações de segurança dos funcionários daquela empresa, também em terra.

Brasília, 25 de abril de 2001. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Tasso Rosado**, Autor – **Wellington Roberto** – **Valmir Amaral** – **Freitas Neto** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Suplicy** – **Bello Parga** – **Fernando Matusalém** – **Ricardo Santos** – **Luis Otávio**.

OF/CFC/Nº 28/2001

Brasília, 30 de abril de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião de 25 de abril do corrente, apro-

vou o requerimento nº 14/2001-CFC, solicitando à Petrobras, toda a documentação relativa aos contratos de locação de aeronaves, e ou helicópteros utilizados para transporte de funcionários entre suas bases terrestres e respectivas plataformas.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria. – **Ney Suassuna**, Presidente.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Apelo às Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário, porque, dentro em breve, haverá quatro votações nominais com efeito administrativo, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2001

Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13

XI – comprovação de que o pleiteante cumpre o disposto na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000. (NR)

.....”

Art. 2º O artigo 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguintes parágrafos 3ºA e 3ºB.

“Art. 13.

.....

§ 3ºA A comprovação de que trata o inciso XI será atestada em certidões expedi-

das pelos respectivos Tribunais de Contas a que estão jurisdicionados os pleiteantes, referentes ao último exercício analisado e relativas às apurações bimestrais e quadrimestrais exigidas e observadas nos termos dispostos nos § 2º do art. 12, § 3º do art. 23, inciso I do § 1º do art. 31, art. 37, § 2º do art. 51, § 2º do art. 52 e § 3º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (AC)

§ 3ºB Na ausência das certidões de que trata o parágrafo anterior, comprovada mediante atestado de impossibilidade de certificação, emitida pelos referidos Tribunais de Contas, a comprovação de que trata o inciso XI será efetuada mediante declaração emitida pelo respectivo Chefe do Poder Executivo." (AC)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É inegável que a Resolução nº 78, de 1998, aprimorou, de forma substantiva, o mecanismo de controle do processo de endividamento dos estados e dos municípios, instrumentalizando, com eficácia, o exercício de atribuição privativa conferida ao Senado Federal pela Constituição de 1988.

É igualmente verdadeiro que a promulgação da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal ensejou novos condicionantes e nova sistemática de controle e de fiscalização das contas públicas, em particular às operações de crédito, trazendo, em consequência, a necessidade de se proceder à compatibilização de suas disposições com as expressas na referida resolução.

Por outro lado, sabe-se que a Resolução nº 62, do Senado Federal, representa o procedimento inicialmente intentado com esse objetivo. Para tanto, determinou que os entes interessados na contratação de operações de crédito, interno ou externo, instruem seus pleitos, inclusive, com certidão emitida pelo respectivo Tribunal de Contas de que o pleiteante cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Visando atender essa exigência, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm requerido, aos Tribunais de Contas, certidões que comprovem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não têm obtido sucesso nesse procedimento, sendo, em decorrência, impedidas, ou restringidas, suas possi-

bilidades de acesso a linhas de crédito, ainda que disponíveis e estratégicas.

Alegam, pertinentemente, os Tribunais de Contas que, em razão de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Constituições estaduais, não podem fornecer as certidões de que trata a Resolução 62, de 2000, do Senado Federal, porque o Parecer Prévio relativo ao exercício anterior, ano de 2000, por exemplo, é emitido no prazo de até 180 dias da data do recebimento das contas anuais. O recebimento dessas contas, por sua vez, se dá no período que vai de 15 de maio até 15 de junho de 2001. Após o recebimento, as contas do exercício de 2000 serão apreciadas, relatadas e colocadas em pauta para julgamento, cujo Parecer Prévio sai até 15 de dezembro de 2001.

Note-se, assim, que, com base nessa sistemática e nesse procedimento, os Tribunais de Contas manifestam-se, no ano de 2001, sobre as contas do exercício de 1999. Ademais, entendem que toda e qualquer manifestação externa sobre a documentação apresentada para exame só é possível no âmbito do Parecer Prévio.

Por seu turno, o Banco Central do Brasil tem entendido diferentemente o que preceitua a Resolução 62, de 2000, do Senado Federal, o que tem implicado restrições aos pleitos de empréstimos e de financiamentos de interesse dos estados e dos municípios.

Acreditamos que a natureza genérica da determinação contida na referida resolução é o fator que tem ensejado o atual impasse.

Nada mais oportuno, portanto, que sua alteração, com vistas a incorporar os procedimentos de controle e de fiscalização de contas públicas definidos e estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses procedimentos, em verdade, enformam novos mecanismos de transparência, controle e fiscalização que adquirem conteúdo na verificação do cumprimento de exigências e condições por intermédio dos relatórios bimestrais de execução orçamentária, de gestão fiscal, de âmbito quadrimestral, e da prestação de contas anual, sujeitas ao denominado Parecer Prévio. E o que se objetiva com a alteração que se pretende para a Resolução nº 78, de 1998.

Nesse sentido, a solução a ser dada, sem ferir o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e sem configurar um incentivo à contratação irresponsável de operações de crédito, incorpora a pertinente qualificação das certidões a serem emitidas pelos Tribunais de Contas.

Assim, há que entender que a certidão referente às contas julgadas ou tomadas refere-se ao último exercício analisado, o que permite que se compatibilize a exigência da Resolução 62, de 2000, do Senado Federal, com as disposições das Constituições Federal e Estaduais.

Essa primeira instância de alteração é importante, pois os Tribunais de Contas têm entendido de forma uniforme de que certificações eventuais, fora dos Pareceres Prévios, são precárias e expressam análise de momento, devendo ser emitidas em casos especiais, remetendo para o Parecer Prévio as conclusões do exame da execução orçamentária, sob pena dos Tribunais de Contas incorrerem em Crimes de Responsabilidade Fiscal e Penal.

Por fim, há que se atestar que os estados e os municípios vêm cumprindo todo o conjunto de restrições e condições que a referida Lei de Responsabilidade Fiscal impõe para a contratação de novas operações de crédito. Daí a necessidade de que também seja comprovado o cumprimento desses condicionantes, passíveis de verificação por conta dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, o que implica novas certificações por parte dos respectivos Tribunais de Contas, nos termos explicitados e especificados na proposta de projeto de resolução.

Viabilizada a alteração que ora propomos, os estados e os municípios passam a ter acesso a linhas de crédito estratégicas e hoje disponíveis, em especial a do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT/BNDES, a modalidades de arrendamento mercantil financeiro para máquinas, veículos e equipamentos e a financiamentos externo, dentre outras, atualmente inacessíveis por conta da não efetividade da disposição contida na Resolução nº 62, de 2000, do Senado Federal.

Por essas razões, proponho e encaminho o presente Projeto de Resolução, para que atendido os preceitos constitucionais, dê conforto e segurança aos Tribunais de Contas no exercício das suas competências e viabilize para os entes da Federação linhas de crédito de grande interesse econômico e social.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2001. – **Paulo Souto.**

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1998

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de

suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações encaminharão ao Banco Central do Brasil os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, instruídos com:

.....
XI – certidão, emitida pelo respectivo Tribunal de Contas, de que o pleiteante cumpre o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
.....

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 2000

Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

.....
“XI – certidão, emitida pelo respectivo Tribunal de Contas, de que o pleiteante cumpre o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”(AC)*

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de outubro de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes à que se refere

rirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sempre que as medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I – receber transferências voluntárias;
- II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III – contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

- I – estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

- I – captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;
- II – recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III – assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite a aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV – assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a **posteriori** de bens e serviços.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 55. O relatório conterá:

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2001

Democratiza o processo legislativo por meio de alteração nos artigos 14, 60, 65, 66 e 150, modificando a sistemática de promulgação de projetos de lei e de emendas à Constituição e criando o insti-

tuto do referendo de ofício a partir de requerimento de grupo de Deputados Federais ou de Senadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 14, 60, 65, 66 e 150 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo de ofício;
- III – iniciativa popular

§ 12. Os projetos de emendas constitucionais e de leis, inclusive os resultantes de medidas provisórias, quando objeto do requerimento ao que refere o art. 65, § 2º somente serão promulgados se aprovados em referendo de ofício, que ocorrerá no último domingo do primeiro mês seguinte ao término de cada semestre.

Art. 60.....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem, entrando em vigor na data de sua publicação salvo requerimento para realização de referendo de ofício, nos termos do art. 65, § 2º.

Art. 65.....

§ 1º Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

§ 2º Na tramitação em qualquer das Casas, poderá ser incluído o projeto na listagem de referendo de ofício, por meio da apresentação de requerimento assinado por, no mínimo, um terço de seus membros, somente podendo ser rejeitado por voto da maioria absoluta e dentro de 30 dias após a apresentação..

Art. 66.....

§ 5º Havendo qualquer veto, somente após o exame deste pelo Congresso, seja mantendo-o ou rejeitando-o, será o projeto

enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, para ser submetido a referendo de ofício, na hipótese do § 7º, ou ao Presidente da República, para promulgação.

§ 7º Em caso de ter sido apresentado sem rejeição o requerimento a que se refere o artigo 65, § 2º, o projeto será incluído na listagem do próximo referendo de ofício a ser realizado, somente sendo enviado, para promulgação, ao Presidente da República, se aprovado por no mínimo metade dos eleitores que votarem.

§ 8º A votação da listagem semestral de proposta submetidas a referendos de ofício, incluídas as de emendas à Constituição, será conduzida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que dará conhecimento do resultado ao Presidente do Congresso, para arquivamento, se rejeitado, ou para encaminhamento à promulgação, em caso contrário.

§ 9º Não havendo veto ou requerimento de referendo de ofício válido, ou nos casos dos §§ 5º e 8º, o Presidente da República terá quarenta e oito horas para promulgar a lei; em não o fazendo, caberá ao Presidente do Senado a promulgá-la, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao vice-presidente do Senado Fazê-lo.

Art. 150.....

III –

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou, bem como nos seis meses seguintes à aprovação pelo Poder Legislativo;

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A democracia, em sua essência, significa o governo exercido por meio do próprio povo. Seus criadores visualizaram nas reuniões das antigas **Polis** gregas a forma de pôr nas mãos dos cidadãos as decisões legislativas que interferissem na vida da comunidade.

A configuração de cidades-estados verificada naquela época permitia tecnicamente a adoção de

um sistema de discussão e decisão sobre as ações de governo envolvendo todos os detentores dos direitos à cidadania.

Excetuada a experiência da Grécia antiga, observou-se na sociedade a organização na forma de Estado, sob o modelo imperialista, nas suas mais variadas formas, caracterizadas sempre pela desigualdade entre cidadãos verificada nas rígidas estratificações sociais, e subtração dos direitos às das classes economicamente menos favorecidas.

Quase dois milênios depois, o mundo veio re-encontrar vislumbres de democracia, quando da formação dos primeiros parlamentos europeus, como forma de representação da vontade dos considerados cidadãos.

A evolução política da sociedade redundou na formação da nação norte-americana e na Revolução Francesa, quando se firmou a idéia de que o poder seria não uma mera abstração obtida e mantida à força, mas o resultado de um pacto da sociedade pela união dos cidadãos para fortalecimento do conjunto.

A Revolução Francesa inspirou a forma atual de República, que se espalhou por grande parte do mundo e veio a inspirar, inclusive, as diversas constituições brasileiras, desde a de 1891.

Constituição brasileira de 1988, em seu art. 1º enaltece o Estado de direito e a cidadania, **in verbis**:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se com Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

O movimento que tomou lugar na França teve como mote a revolta social contra os desmandos e desigualdades promovidas pelo antigo regime. Foi, porém, promovido pelo setor burguês da sociedade, que instalou-se no poder atribuindo a si próprio o direito de representar a sociedade.

Em nome do povo, a burguesia tomou o poder e dele se apoderou por meio da chamada democracia representativa como único pressuposto de legitimidade da autoridade por ela exercida.

Desde a Revolução Francesa aos nossos dias, em quase nada a política evoluiu no caminho dos pretensos ideais democráticos defendidos pelos pensadores do século XVIII; até hoje, o que se verifica no ordenamento jurídico é a preponderância da representatividade sobre o exercido direto da democracia, com ser observa no parágrafo único do mesmo artigo 1º da Constituição:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A presente PEC visa a avançar no sentido da verdadeira transferência do poder legislativo para o povo.

Procura-se, ainda, ampliar os direitos dos contribuintes, proibindo a cobrança de qualquer tributo (ressalvadas as contribuições previdenciárias) nos seis meses seguintes à aprovação pelo Legislativo. Com isso, oferece-se condições para que os contribuintes conheçam, como o mínimo de seis meses de antecedência, as alterações onerosas da legislação tributária.

Pretende-se, com ela, dar ao povo o direito de se manifestar sobre as leis que são aprovadas no âmbito do Congresso Nacional, que, em nome daquele, age muitas vezes em sentido contrário à vontade dos mandatários, ficando eles impotentes para agir contra a lei antidemocrática.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2001. – **Heloísa Helena**, 1ª Signatária.

Nome	CONTINUAÇÃO DAS	Assinaturas
1.	Albino	
2.	Albino	MESTRINHO
3.	Albino	ASMAR
4.	Albino	WALDELE
5.	Albino	JEFFERSON
6.	Albino	Geraldo Cândido
7.	Albino	LAURO CAMPOS
8.	Albino	Saturino
9.	Albino	DUTRA
10.	Albino	PATROCÍNIO
11.	Albino	Edmundo Siqueira Cury
12.	Albino	PLAMER TEBEI
13.	Albino Siqueira	MARINA
14.	João	JOÃO ALBERTO S.
15.	João	
16.	Albino	Antônio Soares de Barros
17.	Albino	SEARAS DOCHA
18.	Albino	
19.	Albino	
20.	Albino	Admiral Anselmo
21.	Albino	João da Silva
22.	Albino	
23.	Albino	Paulo Henrique
24.	Albino	TUMA
25.	Albino	Carlos Waldemar
26.	Albino	Claro
27.	Albino	Remondino Platão
28.	Albino	ALDENICE
29.	Albino	
30.	Albino	Tozé Alencar
31.	Albino	

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****CAPÍTULO IV
Dos Direitos Políticos**

Art. 14.* A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

SUBSEÇÃO II**Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia

da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

SEÇÃO II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150.* Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo

poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, **a**, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas **b** e **c**, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, **g**.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2001

Concede imunidade tributária, pelo prazo de 15 (quinze) anos, às lâmpadas fluorescentes, às lâmpadas de sódio e aos insumos destinados a sua fabricação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 84 com a seguinte redação:

“Art. 84. Pelo prazo de 15 (quinze) anos, não incidirão impostos sobre a circulação, o consumo, a produção e a importação de lâmpadas de sódio e de lâmpadas fluorescentes.

Parágrafo único. A imunidade prevista no **caput** é extensiva aos insumos destinados à fabricação dos produtos”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos meses, os meios de comunicação vêm alertando a população para a grave crise do setor energético brasileiro. O próprio Governo, que por anos negligenciou o problema, já fala abertamente em racionamento de energia.

A crise previamente anunciada é fruto da falta de planejamento e de uma política para o setor energético. Neste momento, salta aos olhos o descompasso entre a crescente demanda e a geração de energia, estagnada pela falta de investimentos, como ilustra o quadro abaixo.

Evolução do consumo e da geração de energia nos últimos anos

<i>Evolução do consumo e da geração de energia nos últimos anos</i>						
Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Aumento do consumo	5.7%	4.4%	6.2%	4.1%	1.5%	4.9%
Aumento da geração	2.3%	3.3%	3.4%	3.7%	4.3%	5.8%

O problema, portanto, não é recente e possui raízes profundas. O retorno à normalidade não se dará do dia para a noite, considerando o volume de investimentos necessários para aumentar no curto prazo, a produção de energia. Desta forma, o País deverá optar, obrigatoriamente, pela redução da demanda, como solução mais imediata para o problema.

Com o objetivo de amenizar os efeitos nefastos da crise energética e ao lado de outras medidas que o governo já vem adotando, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, que concede, pelo prazo de quinze anos, imunidade tributária às lâmpadas de sódio e fluorescentes, bem como aos insumos necessários à sua produção.

A grande vantagem da utilização das lâmpadas fluorescente e de sódio, sobre as denominadas lâ-

padas incandescentes (lâmpadas comuns), está no menor consumo de energia.

Dados do fabricante, inclusive expresso na embalagem do produto, informam que as lâmpadas fluorescentes podem gerar economia de até 80% de energia, se comparadas às incandescentes, com a vantagem de durarem até 10 vezes mais.

O fator inibitório para o emprego das lâmpadas fluorescente e de sódio é o seu preço, significativamente mais elevado do que o das lâmpadas incandescentes. O preço, aliás, justifica a conduta dos consumidores, que permanecem dando preferência à aquisição das lâmpadas comuns.

O preço de compra, todavia, não pode ser o fator determinante para a escolha das lâmpadas, sobretudo quando se pretende otimizar o uso da energia elétrica. Assim, com o fim de disseminar o uso das lâmpadas fluorescentes e de sódio e de tornar os seus preços mais acessíveis, julgamos oportuno desonerá-las da carga tributária.



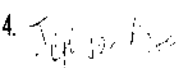

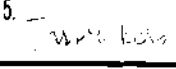

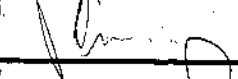


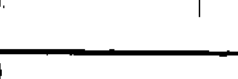

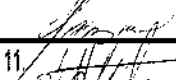
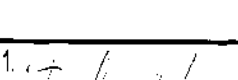
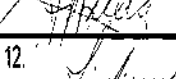
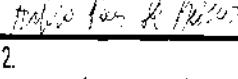
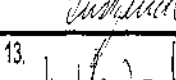
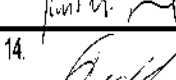
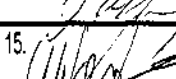
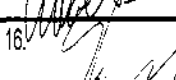
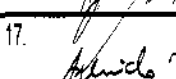
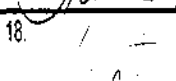





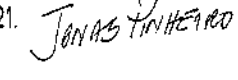

Esta proposta representa tão-somente uma contribuição para estimular a população a investir na redução do consumo de energia elétrica. Várias outras iniciativas poderiam ser adotadas pelo Executivo. Vale destacar a ação do governo mexicano para otimizar o aproveitamento da energia, como um bom exemplo a seguir. O México fez um investimento de 23 milhões de dólares em programas que incentivou a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes. Como resultado, teve uma redução em 80 megawatts na demanda por energia elétrica, representando uma economia de 140 milhões de dólares, que seriam necessários para a geração desses megawatts.

O fato é que: para gerar 1 (um) megawatt de energia são necessários investimentos entre: 1,5 a 4 milhões de dólares; para economizar este mesmo megawatt de energia, com a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes, os investimentos seriam de 500 mil dólares.

Importante ressaltar, também, que a proposição que submetemos à apreciação dos Senhores Senadores, não se limita a atacar os efeitos imediatos da presente crise energética. Os objetivos alvejados são muito mais amplos: visam a disseminar o hábito do uso racional dos recursos energéticos.

Por todo o exposto, conclamamos o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para o fim de aprovar a presente Proposta de Emenda à Constituição, que dispõe sobre matéria de inquestionável interesse público.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2001. –

1. Ademir Andrade	1. 
2. Emílio Fernandes	2. 
3. TIA VIANA	3. TIA VIANA
4. 	4. 
5. 	5. 
6. C. Patrício	6. 
7. 	7. Eduardo AP
8. 	8. 
9. 	9. LEONAR QUINTANILHA
10. 	10. 
11. 	11. 
12. 	12. LAIS REZENDE
13. 	13. Paulo Henrique
14. 	14. Pedro Lima
15. 	15. AC VALADARES
16. 	16. JUVENILDO
17. 	17. Aécio Porto
18. 	18. 
19. 	19. 
20. 	20. 
21. 	21. JONAS PINHEIRO

22.	22.
23.	23.
24.	24.
25.	25.
26.	26.
27.*	27.
28.	28.
29.	29.
30.	30.
31.	31.
32.	32.
33.	33.
34.	34.
35.	35.
36.	36.
37.	37.
38.	38.

(À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

SGM-P 559/01

Brasília, 8 de maio de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificado erro manifesto no texto dos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 4.751, de 1994, da Câmara dos Deputados, que “Cria o Parque Nacional de Sa-

int-Hilaire/Lange e dá outras providências”, encaminhado à consideração dessa Casa em 8 de setembro de 1997, por meio do Ofício PS-GSE/132/97.

ONDE SE LÊ:

“U.T.M.733.000mN” (página 2, linha 16)

LEIA-SE:

“U.T.M. 733.000mE” (página 2, linha 16)

ONDE SE LÊ:

“Colônia Taúna” (página 3, linha 11)

LEIA-SE:

“Colônia Taunay” (página 3, linha 11)

Dando conhecimento do fato a Vossa Excelência, encaminho autógrafos corrigidos, em anexo, solicitando determinar as providências necessárias a fim de que seja feita a devida retificação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência manifestações de estima e apreço. – Deputado **Aécio Neves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência, nos termos do art. 325, Inciso III, do Regimento Interno, submeterá a retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 38/97, à deliberação do Plenário.

Cópia do expediente encontra-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em suas bancadas.

Em votação a retificação proposta pela Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 295, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências, consolidando a retificação proposta pela Câmara dos Deputados, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Car-**

Ios Valadares, Relator – Mozarildo Cavalcanti – Antero Paes de Barros.

ANEXO AO PARECER Nº 295 DE 2001

Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná, nos termos e limites previstos nesta lei, a fim de proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas.

Art. 2º Os limites definitivos do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange serão fixados pelo Poder Executivo, no prazo máximo de dois anos a partir da vigência desta lei, respeitado o perímetro compreendido dentro das seguintes orientações previstas na cartada Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército, folhas SG.22-X-D-V-2 e SG. 22-X-D-V-4, de 1980:

"Inicia no ponto de confluência das coordenadas UTM 7.139.000 mN e 746.000 mE, localizado a 50 metros ao norte da estrada de contorno, fundos do Balneário Caiobá, ao pé das elevações que compõem o Morro do Itaquá, partindo deste ponto pela cota 20,00 metros s.n.m. em direção ao Porto Passagem, margeando a Rodovia de acesso, observando sempre esta cota ou a cota superior subsequente se houver necessidade de desviar eventuais áreas já urbanizadas, na localidade determinada Porto Passagem, seguindo daí pela mesma cota de 20,00 metros s.n.m. margeando as elevações do Morro Itaguá, próximo à estrada de acesso à localidade de Cabaraquara, seguindo daí, ainda pela cota de 20,00 metros, acompanhando a base do Morro de Cabaraquara e do Morro Pedra Branca, seguindo ainda pela cota de 20,00 metros contornando o Morro Jesus, cruzando o Rio Pinheiro em direção ao Mono Laranjeiras, contornando este Morro e seus adjacentes até o encontro da cota 20,00 metros s.n.m. com as coordenadas U.T.M. 7.144.350 mN e 733.000 mE, seguindo em divisa seca pela coordenada U.T.M. 733.000 mE em direção norte até o encontro desta com a coordena-

da U.T.M. 7.147.000 mN, seguindo por esta coordenada em direção leste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 734.000 mE, seguindo então por esta coordenada em direção norte até o encontro com a coordenada U.T.M. 7.154.000 mN, seguindo por esta em direção oeste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 732.650 mE que coincide com a cota 40,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota em direção ao Morro Limeira, ainda pela cota de 40 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 730.000 mE e 7.154.500 mN, seguindo então pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção norte cruzando o Rio de Henrique em direção à localidade denominada Ferradura, continuando pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção ao Morro Alto, até o ponto de confluência desta coordenada com a coordenada U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo por esta em direção leste até a confluência das coordenadas U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo então por esta última coordenada em direção norte até a confluência com as coordenadas U.T.M. 7.170.500 mN e 732.000 mE que coincide com a cota de 60,00 metros s.n.m., contornando o Morro Grande pela cota de 60,00 metros em direção a Colônia Taunay, ainda pela cota de 60,00 metros em direção sul até a Colônia Quintilha, continuando pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio do Salto, seguindo pela mesma cota cruzando o Rio Corisco, ainda pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio das Pombas, continuando pela cota de 60,00 metros em direção à Colônia Pereira, cruzando o Rio da Colônia Pereira, pela cota de 60,00 metros em direção sul, cruzando o Rio Cambará, seguindo em direção ao Morro do Batatal, contornando a base do Morro, continuando pela cota de 60,00 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 7.148.000 mN e 741.350 mE, que coincide com a cota de 20,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota e contornando o Morro Jesus pela sua face leste e o Morro Pedra Branca em direção à localidade de Sertãozinho, seguindo pela cota de 20,00 metros em direção ao Município de Matinhos, seguindo por esta mesma cota contornando o Morro do Cabaraquara pela cota de 20,00 metros e o Morro do Itaguá até a confluência das

coordenadas U.T.M. 7.139.000 mN e 746.000 mE, sempre excluindo as áreas já ocupadas por comunidades ou povoados e aquelas já urbanizadas.”

Parágrafo único. Na fixação dos limites definitivos, o Poder Executivo excluirá as áreas de uso para subsistência ou produção intensiva, aquelas eventualmente urbanizadas, bem como as edificações já existentes e de lazer, e poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público

Art. 3º O Poder Executivo disporá sobre as medidas necessárias à implantação e administração do Parque.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência encaminhará os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 38/97, devidamente retificados, à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 239, de 2001

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 18, DE 2001, advindo da aprovação da Mensagem Senado Federal nº 281, DE 2000 que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 218,190,000.00 (duzentos e dezoito milhões, cento e noventa mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1, a ser executado pelo Ministério do Desenvol-

vimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA”.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara – Jonas Pinheiro – Gilberto Mestrinho – Bello Parga – Romero Jucá – José Alencar – Eduardo Suplicy – Paulo Hartung – Paulo Souto – João Alberto Souza – Geraldo Melo – Carlos Bezerra – Wellington Roberto – Freitas Neto.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador José Eduardo Dutra, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de informar à Casa que, há cerca de uma hora, diversas lideranças de Partidos representados no Congresso Nacional entregaram formalmente ao Presidente do Congresso, Senador Jader Barbalho, um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a fim de apurar irregularidades no âmbito da Administração Pública Federal. Esse requerimento, como exige a Constituição, foi acompanhado da assinatura de 29 Srs. Senadores e de 183 Srs. Deputados.

Como já dizíamos há algum tempo, a instalação dessa CPI não é um ato de oposição ao Governo, não é um ato para transformar o Congresso Nacional em um palanque eleitoral, mas um procedimento absolutamente constitucional desta Casa Legislativa, que, dentre as suas prerrogativas, está a defiscalizar o Poder Executivo e de se autofiscalizar.

Existem alguns fatos muito bem determinados que serão apurados por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao fazer a entrega, ponderamos ao Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado, Senador Jader Barbalho, que, à luz do Regimento Interno do Congresso Nacional, seria possível a leitura desse requerimento de CPI em uma sessão do Senado.

Embora o Regimento Comum diga que a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

deve ser realizada em uma sessão conjunta do Congresso Nacional, o Regimento Comum também diz que a leitura de vetos é feita em uma sessão conjunta do Congresso Nacional, assim como as leituras da LDO e das medidas provisórias. Mas já há “n” casos dessa natureza em que a leitura dessas iniciativas é feita em sessão do Senado.

O Senador Jader Barbalho nos respondeu que analisaria o nosso pleito à luz do Regimento Interno. Fizemos, então, um segundo pleito: na hipótese de, no entendimento da Presidência e da Mesa do Congresso Nacional, o nosso pedido, a leitura numa sessão do Senado, não encontrar acolhida no Regimento, solicitaríamos, então, que fosse convocada uma sessão conjunta do Congresso Nacional. Essa sessão já havia sido convocada para hoje, às 19h, mas foi desmarcada sem nenhum motivo relevante. Portanto, poder-se-ia convocar uma sessão conjunta para hoje, às 19h, ou para amanhã de manhã, já que essa sessão não exigiria quorum qualificado. Seria apenas para leitura de expedientes, como já aconteceu diversas vezes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de registrar aqui a manifestação de preocupação com relação à voz que temos ouvido nos corredores. Os corredores do Senado e do Congresso têm falado na possibilidade de um grande acordo, de um acordo feito pelos maiores partidos desta Casa no sentido de inviabilizar a CPI e, em contrapartida, arquivar-se ou abafar-se os processos de investigação que estão sendo feitos no âmbito do Conselho de Ética do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos alertar esta Casa para o fato de que, se o Congresso Nacional, se as lideranças desta Casa, mas, principalmente, se os membros, se os Senadores, ocupando ou não cargos de liderança, viabilizarem algo dessa natureza, isso poderá ser uma profunda desmoralização para a instituição Senado Federal, o que não interessa a ninguém: nem ao Governo, nem à Oposição e muito menos à Nação brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazemos esse alerta a V. Ex^{as} no sentido de que é fundamental que o Congresso Nacional utilize de suas prerrogativas constitucionais para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito, viabilizando essa investigação.

Sr. Presidente, farei o registro do nome dos 29 Senadores que assinaram o requerimento para a instalação da CPI. Temos a certeza de que, independentemente de quaisquer circunstâncias políticas, ou de

quaisquer conveniências pessoais ou partidárias, S. Ex^{as} manterão as suas assinaturas.

Sr. Presidente, para o requerimento de instalação da CPI, apuseram suas assinaturas os Senadores Ademir Andrade, Álvaro Dias, Amir Lando, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Magalhães, Carlos Wilson, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Emilia Fernandes, Geraldo Cândido, Heloísa Helena, Jader Barbalho, Jefferson Péres, José Alencar, José Eduardo Dutra, José Fogaça, Lauro Campos, Maguito Vilela, Marina Silva, Osmar Dias, Paulo Hartung, Paulo Souto, Pedro Simon, Roberto Freire, Roberto Requião, Roberto Saturnino, Sebastião Rocha, Tião Viana e Waldeck Ornélas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são esses os 29 Senadores que viabilizaram do ponto de vista constitucional a instalação da CPI. Sei que esta Casa não se apeguará e não será considerada um mero cartório, uma mera correia de transmissão dos interesses do Poder Executivo

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Calvacanti.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 296, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 3, de 2001 (nº 2.028/2000, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2001.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 3, de 2001 (Mensagem nº 2.028, de 27 de dezembro de 2000, na origem), e em atendimento ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências”, encaminha à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2001.

2. O § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, prevê que a referida programação, uma vez aprovada

pelo Conselho Monetário Nacional, deverá ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O § 2º do mesmo artigo, por sua vez, especifica que o Congresso Nacional poderá, com base em parecer daquela Comissão, rejeitar a programação monetária, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento. O § 3º, de outra parte, estabelece que o decreto legislativo limitar-se-á à aprovação ou rejeição **in totum** da matéria, vedada a introdução de qualquer alteração.

3. A Mensagem, cujo processado contém 22 (vinte e duas) folhas, compõe-se de:

a) documento Programação Monetária – 2001, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, que especifica a programação monetária para o primeiro trimestre de 2001, às folhas 02 a 19;

b) Aviso nº 718/ME, de 22 de dezembro de 2000, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha a programação monetária, após sua aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, à folha 20;

c) Aviso nº 2.390 – C. Civil, de 27 de dezembro de 2000, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha a Mensagem Presidencial à Primeira Secretaria do Senado Federal, à folha 21;

d) declaração do recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal, à folha 22.

4. O documento Programação Monetária – 2001 compreende os seguintes tópicos:

a) a economia no quarto trimestre de 2000, que apresenta dados para o País, referentes ao ano de 2000, e relativos ao produto interno bruto, à produção industrial, ao faturamento real do comércio, aos índices de preços ao consumidor e índices gerais de preços, à taxa de desemprego, ao superávit primário do Governo Central, à dívida líquida do setor público, às necessidades de financiamento do setor público, ao resultado da balança comercial, ao déficit em transações correntes, ao ingresso líquido de investimentos estrangeiros e às reservas internacionais;

b) Política Monetária no terceiro trimestre de 2000, que se reporta à evolução dos meios de pagamento, nos conceitos M1 e M4, e da base monetária, restrita e ampliada, no terceiro trimestre de 2000, em termos de comparações previsto/realizado;

c) Política Monetária no bimestre outubro/novembro de 2000, nos mesmos moldes do texto a que se refere a alínea anterior;

d) perspectivas para o ano 2001, que analisa o comportamento provável da demanda agregada, das taxas de juros, do balanço de pagamentos, da utilização da capacidade instalada do setor industrial e da variação dos principais índices de preços;

e) metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o primeiro trimestre para o ano de 2001, formuladas em consistência com o regime de metas para a inflação, considerando-se, ainda, o comportamento provável de outros indicadores, como renda nacional, operações de crédito e taxas de juros.

II – Análise

5. O documento Programação Monetária 2001 contém, além das metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários, um sumário da evolução dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros, e especifica a política monetária para o primeiro trimestre de 2001, com previsões tanto para o trimestre quanto para o ano todo. Dele constam, às folhas 14 e 16 do processado, respectivamente, os Quadros 3, Programação Monetária para 2001, e 4, Evolução dos Agregados Monetários, transcritos a seguir, que detalham a programação dos principais agregados monetários para o primeiro trimestre de 2001.

Quadro 3: Programação monetária para 2001

(1)

Quadro 3: Programação monetária para 2001⁽¹⁾

Discriminação	Primeiro Trimestre		Ano	
	R\$ (bilhões)	Var. % em 12 meses (2)	R\$ (bilhões)	Var. % em 12 meses (2)
M1 (3)	65,7 – 77,1	33,5	79,2 – 93,0	16,7
Base restrita (3)	41,5 – 48,8	10,4	52,3 – 61,4	17,7
Base ampliada (4)	510,0 – 598,7	18,1	550,9 – 646,7	10,9
M4 (4)	606,4 – 711,9	14,7	665,6 – 781,4	13,4

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

Quadro 4: Evolução dos agregados monetários ⁽¹⁾

Designação	2000			2001		
	Outubro	Novembro	Primeiro Trimestre	Outubro	Novembro	Primeiro Trimestre
M1 ⁽⁴⁾	61,0	21,9	71,4	33,5	86,1	16,7
Base restrita ⁽⁴⁾	40,0	5,4	45,2	10,4	56,8	17,7
Base Ampliada ⁽⁵⁾	534,8	24,9	554,4	18,1	598,8	10,9
M4 ⁽⁶⁾	631,6	16,9	659,1	14,7	723,5	13,4

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS: ⁽¹⁾ Refere-se ao último mês do período.⁽²⁾ Projeção.⁽³⁾ Ponto médio das previsões.⁽⁴⁾ Média dos saldos nos dias úteis do mês.⁽⁵⁾ Saldos em fins de período.

6. Observa-se, no Quadro 3, que os meios de pagamentos, no conceito mais simples, M1 (correspondente ao somatório do papel moeda em poder do público com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais), deverão sofrer, no primeiro trimestre de 2001, uma expansão nominal de 33,5% (trinta e três inteiros e cinco décimos por cento) em termos anuais, devendo situar-se entre 65,7 e 77,1 bilhões de reais. Relativamente ao conceito mais amplo, M4 (que inclui, além do próprio M1, as aplicações do setor privado em fundos financeiros, os títulos, tanto públicos quanto privados, em poder do mercado, e os depósitos de poupança), a variação deverá ser de 14,7% (quatorze inteiros e sete décimos por cento) em termos anuais, no mesmo período, com o valor situando-se entre 606,4 e 711,9 bilhões de reais.

7. As estimativas referentes à base monetária restrita (que corresponde à soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias) indicam expansão de 10,4% (dez inteiros e quatro décimos por cento), com valor entre 41,5 e 48,8 bilhões de reais, enquanto que, quanto à base monetária ampliada (que inclui, além da base monetária restrita, os depósitos compulsórios, em espécie, do sistema financeiro no Banco Central e os títulos públicos federais), a variação prevista é de 18,1% (dezoito inteiros e um décimo por cento), com valor entre 510,0 e 598,7 bilhões de reais.

8. Apresenta, também, especial interesse o Quadro 5, Multiplicador Monetário, que se transcreve abaixo:

Quadro 5: Multiplicador monetário ⁽¹⁾

Designação	2000			2001		
	Outubro	Novembro	Primeiro Trimestre	Outubro	Novembro	Primeiro Trimestre
M1/Base restrita ⁽³⁾	1,526	15,6	1,581	21,0	1,515	-0,9
Res. Banc./Dep. à vista ⁽³⁾	0,369	-28,7	0,350	-33,1	0,350	0,0
Papel moeda/M1 ⁽³⁾	0,359	-4,5	0,361	-5,5	0,393	4,8
M4/Base ampliada ⁽⁴⁾	1,181	-6,5	1,189	-2,9	1,208	2,2

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS: ⁽¹⁾ Refere-se ao último mês do período.⁽²⁾ Projeção.⁽³⁾ Média dos saldos nos dias úteis do mês.⁽⁴⁾ Saldos em fins de período.

9. Verifica-se, do Quadro 5, que o multiplicador da base monetária restrita, dado o cenário de incremento da alavancagem de crédito, previsto para o primeiro trimestre de 2001, deverá situar-se em patamar superior ao ocorrido no ano precedente, conforme demonstram os dados referentes à variação percentual em doze meses relativa aos períodos outubro/novembro de 2000 e primeiro trimestre de 2001. Observa-se, porém, da leitura do mesmo dado relativamente ao ano de 2001 como um todo, que esse multiplicador tenderá a se reduzir sensivelmente no correr do ano.

10. O Quadro 5 mostra, ainda, que o multiplicador da base ampliada sofrerá acentuada elevação, com a variação em doze meses passando de -6,5%, no período outubro/novembro de 2000, para -2,9%, no primeiro trimestre de 2001, e, ainda, para +2,2%, no curso do ano de 2001. O documento Programação Monetária 2001) explica tal elevação alegando que a mesma "... decorre do fato de que superávits primários do governo federal e menores encargos financeiros sobre a dívida mobiliária têm impacto mais intenso sobre a base ampliada do que sobre o M4, em função do crescimento que se espera das captações das instituições financeiras".

11. Consta, também, do texto da programação monetária em exame, o quadro não numerado, transcrito abaixo, que descreve a evolução da taxa de juros Selic resultante das decisões tomadas nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Essa taxa vem sofrendo significativa redução desde março de 1999, passando de 45,0% a.a., naquele mês, para 16,5% a.a. em novembro de 2000.

Reunião do COPOM	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa SELIC [% a.a.] (1)
04.03.1999	-	45,0
-	24.03.1999	42,0
-	05.04.1999	39,5
14.04.1999	-	34,0
-	28.04.1999	32,0
-	07.05.1999	29,5
-	12.05.1999	27,5
19.05.1999	-	23,5
-	08.06.1999	22,0
23.06.1999	-	21,0
28.07.1999	-	19,5
01.08.1999	-	19,5
22.09.1999	-	19,0
06.10.1999	-	19,0
10.11.1999	-	19,0
15.12.1999	-	19,0
19.01.2000	-	19,0
16.02.2000	-	19,0
22.03.2000	-	19,0
-	29.03.2000	18,5
19.04.2000	-	18,5
24.05.2000	-	18,5
20.06.2000	-	17,5
-	10.07.2000	17,0
19.07.2000	-	16,5
23.08.2000	-	16,5
20.09.2000	-	16,5
18.10.2000	-	16,5
22.11.2000	-	16,5

(1) Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

12. As informações constantes do documento Programação Monetária 2001 permitem concluir pela adequação dos termos da programação monetária para o primeiro trimestre de 2001, que guardam inteira compatibilidade com os objetivos governamentais de contenção da inflação e de desenvolvimento econômico, o que recomendaria sua aprovação.

13. Cumpre observar, porém, em conformidade com o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, que a programação em pauta encontra-se aprovada por decurso de prazo. O § 2º do art. 6º prevê que "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento. O § 4º, por sua vez, especifica que "Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional a programação monetária será considerada aprovada".

III – Voto

Tendo em vista o exposto, propomos o arquivamento da Mensagem nº 3, de 2001.

Sala da Comissão. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Lauro Campos** – **Freitas Neto** – **Jefferson Peres** – **José Agripino** – **Waldeck Ornelas** – **Roberto Saturnino** (Abstensão) – **Francelino Pereira** – **Gilberto Mestrinho** – **Wellington Roberto** – **Ney Suassuna** – **José Fogaça** – **Romero Jucá**.

PARECER Nº 297, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 106, de 2001 (nº 312/2001, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2001.

Relator: Senador **Bello Parga**.

I – Relatório

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 106, de 2001, (Mensagem nº 312, de 4-4-2001, na origem), e em atendimento ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências, encaminha à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2001.

2. O § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, prevê que a referida programação, uma vez aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, deverá ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O § 2º do mesmo artigo, por sua vez, especifica que o Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão, rejeitar a programação monetária, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento. O § 3º, de outra parte, estabelece que o decreto legislativo limitar-se-á à aprovação ou rejeição *in totum* da matéria, vedada a introdução de qualquer alteração.

3. A Mensagem, cujo processado contém 24 (vinte e quatro) folhas, compõe-se de:

a) Documento Programação Monetária 2001 Março – 2001, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, que especifica a programação monetária para o segundo trimestre de 2001.

b) Aviso nº 103/MF, de 30 de março de 2001, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha a programação monetária, após sua aprovação pelo Con-

selho Monetário Nacional, ao Ministro de Estado do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

c) Aviso nº 342 – C. Civil, de 4 de abril de 2001, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha a Mensagem Presidencial à Primeira Secretaria do Senado Federal.

d) Legislação citada, anexada pela Secretaria Geral da Mesa; e

e) Declaração do recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal.

4. O documento Programação Monetária – 2001 compreende os seguintes tópicos:

a) A economia no primeiro trimestre de 2001, que apresenta dados macroeconômicos brasileiros referentes ao ano de 2000, incluindo informações relativas ao Produto Interno Bruto, à produção industrial, ao faturamento real do comércio, aos índices de preços ao consumidor e índice gerais de preços, à taxa de desemprego, aos superávits primário do Governo central, à dívida líquida do setor público, às necessidades de financiamento do setor público, ao resultado da balança comercial, ao déficit em transações correntes, ao ingresso líquido de investimentos estrangeiros e às reservas internacionais.

b) Política Monetária no quarto trimestre de 2000, que se reporta à evolução dos meios de pagamento nos conceitos M1, base monetária restrita, base ampliada e M4, no quarto trimestre de 2000, sendo feitas comparações entre as metas previstas e os resultados obtidos.

c) Política Monetária no bimestre janeiro-fevereiro de 2001, onde se analisa a evolução dos meios de pagamento em moldes semelhantes à análise desenvolvida no tópico anterior. Os dados mostram que a expansão verificada naquele bimestre esteve dentro dos limites programados para o trimestre.

d) Perspectivas para o segundo trimestre e para o ano 2001, que analisa o comportamento provável da demanda agregada, das taxas de juros, do balanço de pagamentos, da utilização da capacidade instalada do setor industrial e da variação dos principais índices de preços.

e) Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2001, formuladas em consistência com o regime de metas para a inflação, considerando-se, ainda, o comportamento provável de outros indicadores, como renda nacional, operações de crédito e taxas de juros.

II – Análise

5. O documento Programação Monetária 2001 – Março – 2001 contempla, além das metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários, um sumário sobre a evolução dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros, e especifica a política monetária para o segundo trimestre de 2001, com previsões tanto para o trimestre quanto para o ano todo. Dele destacamos os Quadros 3, Programação monetária para 2001, e 4, Evolução dos agregados monetários, transcritos a seguir, que detalham a programação dos principais agregados monetários para o segundo trimestre de 2001.

Quadro 3: Programação monetária para 2001⁽¹⁾

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ (bilhões)	Var. % em 12 meses (2)	R\$ (bilhões)	Var. % em 12 meses (2)
M1 (3)	62,9 – 73,8	25,0	75,4 – 88,5	16,5
Base restrita (3)	40,6 – 47,6	16,2	45,9 – 58,6	17,2
Base ampliada (4)	525,7 – 617,1	13,8	552,1 – 648,2	11,4
M4 (4)	629,4 – 738,9	14,7	668,1 – 794,3	13,4

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS (1): Refere-se ao último mês do período.

(2) Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldo em fim de período.

Quadro 4: Evolução dos agregados monetários⁽¹⁾

Discriminação	2000		2001		Ano ⁽²⁾	
	Ano		Primeiro bimestre		Segundo trimestre	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses
M1 ⁽⁴⁾	70,4	19,2	67,5	23,9	68,4	25,0
Base restrita ⁽⁴⁾	46,3	2,0	44,3	5,0	44,1	16,2
Base Ampliada ⁽⁵⁾	538,7	20,5	555,8	19,3	571,4	13,8
M4 ⁽⁵⁾	640,2	16,3	657,0	14,8	684,1	14,7

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS: (1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Ponto médio das previsões.

(4) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(5) Saldo em fim de período.

6. Observa-se, do Quadro 3, que os meios de pagamentos, no conceito mais simples, M1 (correspondente ao somatório do papel moeda em poder do público com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais), deverão sofrer, no segundo trimestre de 2001, uma expansão nominal de 25,0% (vinte e cinco por cento) em termos anuais, devendo situar-se entre 62,9 e 73,8 bilhões de reais. Relativamente ao conceito mais amplo, M4 (que inclui, além do próprio M1, as aplicações do setor privado em fundos financeiros, os títulos, tanto públicos quanto privados, em poder do mercado, e os depósitos de poupança), a variação deverá ser de 14,7% (quatorze inteiros e sete décimos por cento) em termos anuais, no mesmo período, com o valor situando-se entre 629,4 e 738,9 bilhões de reais.

7. As estimativas referentes à base monetária restrita (que corresponde à soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias) indicam expansão de 16,2% (dezesseis inteiros e dois décimos por cento), com valor entre 40,6 e 47,6 bilhões de reais, enquanto que, quanto à base monetária ampliada (que inclui, além da base monetária restrita, os depósitos compulsórios, em espécie, do sistema financeiro no Banco Central e os títulos públicos federais), a variação prevista é de 13,8% (treze inteiros e oito décimo por cento), com valor entre 525,7 e 617,1 bilhões de reais.

8. Apresenta, também, especial interesse o Quadro 5, Multiplicador monetário, que se transcreve abaixo:

Quadro 5: Multiplicador monetário (1)

Discriminação	2000		2001					
	Ano		Primeiro bimestre		Segundo Trimestre (2)		Ano (1)	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1/Base restrita (3)	1,519	16,9	1,523	18,0	1,551	7,6	1,511	-0,5
Res. Banc./Dep. à vista (3)	0,355	-30,5	0,368	-31,5	0,365	-11,4	0,355	0,1
Papel moeda/M1 (3)	0,379	-5,1	0,366	-5,7	0,334	-6,0	0,383	1,0
M4/Base ampliada (4)	1,188	-3,5	1,182	-3,7	1,197	0,8	1,210	1,8

FONTE: Banco Central do Brasil

NOTAS: (1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldo em fim de período.

9. Verifica-se, do Quadro 5, que o multiplicador da base monetária restrita não deverá apresentar tendência pronunciada, em qualquer direção, ao longo de 2001.

10. A elevação do multiplicador da base ampliada projetada para 2001 decorre do fato de que superávits primários do governo federal e menores encargos financeiros sobre a dívida mobiliária têm impacto contracionista mais intenso sobre a base ampliada do que sobre o M4, em função do crescimento que se espera das captações das instituições financeiras.

11. Consta, também, do texto da programação monetária em exame, o quadro não numerado, transcrito abaixo, que descreve a evolução da taxa de juros Selic resultante das decisões tomadas nas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM). Essa taxa vem sofrendo significativa redução desde março de 1999, passando de 45,0% a.a., naquele mês, para 15,256% a.a. em fevereiro de 2001.

Reunião do COPOM	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa SELIC [% a.a.] (1)
04.03.1999	-	45,0
-	24.03.1999	42,0
-	05.04.1999	39,5
14.04.1999	-	34,0
-	28.04.1999	32,0
-	07.05.1999	29,5
-	12.05.1999	27,5
19.05.1999	-	23,5
-	08.06.1999	22,0
23.06.1999	-	21,0
28.07.1999	-	19,5
01.09.1999	-	19,5
22.09.1999	-	19,0
06.10.1999	-	19,0
10.11.1999	-	19,0
15.12.1999	-	19,0
19.01.2000	-	19,0
16.02.2000	-	19,0
22.03.2000	-	19,0
-	29.03.2000	18,5
19.04.2000	-	18,5
24.05.2000	-	18,5
20.06.2000	-	17,5
-	10.07.2000	17,0
19.07.2000	-	16,5

23.08.2000	-	16,5
20.09.2000	-	16,5
18.10.2000	-	16,5
22.11.2000	-	16,5
20.12.2000	-	15,75
17.01.2001	-	15,25
14.02.2001	-	15,25

(1) Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

12. As informações constantes do documento Programação Monetária 2001 permitem concluir pela adequação dos termos da programação monetária para o segundo trimestre de 2001, que guardam inteira compatibilidade com os objetivos governamentais de contenção da inflação e de desenvolvimento econômico, o que recomendaria sua aprovação.

13. Cumpre observar, porém, em conformidade com o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, que a programação em pauta encontra-se aprovada por curso de prazo. O § 2º do art. 6º prevê que “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento”. O § 4º, por sua vez, especifica que “Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada.

III – Voto

14. Tendo em vista o exposto, propomos o arquivamento da Mensagem nº 106, de 2001.

Sala da Comissão. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Romero Jucá** – **Roberto Saturnino** (abstenção) – **Eduardo Siqueira Campos** – **Lauro Campos** – **Waldeck Ornelas** – **Jefferson Peres** – **Freitas Neto** – **Wellington Roberto** – **Francelino Pereira** – **José Agripino** – **Gilberto Mestrinho** – **José Fogaça**.

PARECER Nº 298, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999 – Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que “Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato, de parentes deste até o segundo grau”.

Relator **ad hoc**: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999 – Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, para exame de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto acrescenta alínea **c** ao inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato, do cônjuge e dos parentes consanguíneos, ou afins, até o segundo grau, ou por adoção.

Tal vedação se faz necessária, segundo a autora, para impedir prática corrente, evidenciada nas mais recentes eleições, de candidatos ao Senado registram como seus suplentes os parentes mais próximos, como filho, cônjuge, pai, genro e outros, em flagrante afronta a um dos mais importantes princípios norteadores da administração pública, o da impessoalidade, mediante o qual se assegura a unidade de visão entre o público e o privado, característica da forma de governo republicana, em que o agente político não se confunde com o Estado.

Ressalta, finalmente, ser plenamente favorável a que parentes sejam companheiros de legislatura, desde que tenham obtido o mandato por aprovação direta das urnas, não por via da suplência, que constitui, no seu entendimento, uma burla à vontade do eleitor.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório

II – Voto

Quanto aos requisitos formais, o PLS – C nº 190, de 1999, está adequado às normas contidas na Constituição Federal, em especial, ao art. 61 (com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 18/98), que permite ao Congresso Nacional a iniciativa das leis complementares e ordinárias. Também não é matéria constante de projeto de lei rejeitado na atual sessão legislativa (art. 67, CF), além de atender às exigências formais de juridicidade e de boa técnica legislativa.

O mérito da proposição ressalta, inicialmente, por sua adequação ao princípio que consagra a elegibilidade, assim como o direito de alistar-se eleitor, como um princípio universal. Isso significa que a imposição de limites legais ao direito de ser votado se justifica pela intenção de garantir o princípio democrático de possibilitar a todos a igualdade de condições, para escolher e ser escolhido livremente. É disso que se trata neste projeto. Com efeito, ao impedir a candidatura de parentes a suplente de senador, a proposição está impondo a abertura desse processo a outros membros da comunidade, tornando-o, assim, mais

afinado com os interesses democráticos de uma sociedade moderna.

Como bem demonstra a autora, a proposta está adequada aos reclamos de uma sociedade brasileira mais desenvolvida, mais urbanizada e mais informada sobre sua cidadania, que vem emitindo sinais de intolerância em relação ao nepotismo, ao clientelismo e a outras práticas de apadrinhamento político que remontam aos tempos coloniais e que ainda constituem um anacronismo da política nacional.

Assim, pela relevância da proposição e por sua adequação aos requisitos formais de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, já destacada, voto favoravelmente à aprovação, nos termos em que foi apresentado, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999 – Complementar.

É o voto.

Sala da Comissão, 2 de maio de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator **ad hoc** – **Maria do Carmo Alves** – **Sebastião Rocha** – **Bello Parga (vencido)** – **Álvaro Dias** – **Francelino Pereira** – **José Eduardo Outra** – **Maguito Vilela** – **Amir Lando** – **Paulo Hartung** – **Osmar Dias** – **Romeu Tuma**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Subseção III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*) c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

"c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;"

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

"f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 67. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

**EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 18, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

PARECER Nº 299, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000; tendo como 1º signatário o Senador Álvaro

ro Dias, que “altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público”.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Tendo como primeiro signatário o ilustre Senador Álvaro Dias, vem a esta Comissão a proposta de emenda à Constituição referenciada à epígrafe, objetivando alterar o **caput** do art. 75 da Lei Fundamental, a fim de facultar a adoção de critérios diversos para investidura dos membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante concurso público.

Nos termos da proposta em referência, o citado preceito constitucional passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“Art. 75. Excetuados os requisitos de nomeação e a forma de escolha estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 73, as normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.”

Justificando a proposição, iniciam os seus ilustres subscritores enfatizando que o concurso público, “instrumento democrático concretizador dos princípios da impessoalidade e moralidade da administração pública”, além de ter passado a constituir, a partir da Constituição de 1988, “mecanismo imprescindível à nomeação de servidores públicos para ocupar cargos efetivos na administração dos poderes nas três esferas de governo”, também figura como “pressuposto do ingresso nas carreiras da Magistratura e do Ministério Público”.

Em seguida, consignam que, “por razões de ordem histórica, foram mantidos à parte desse critério impessoal de engajamento de agentes públicos os membros dos Tribunais e Conselhos de Contas, inclusive nas esferas estadual e municipal, condicionados que estão à simetria ao modelo do Tribunal de Contas da União, por força do art. 75 da Constituição Federal”.

Adiante, destacam que, por considerar que o modelo baseado no concurso público já se mostrou exitoso como mecanismo de seleção de agentes públicos de todos os níveis e se acha consolidado nas esferas da Magistratura e do Ministério Público, o

constituente derivado de alguns entes da Federação tem-se defrontado com a exigência de incorporar tal experiência institucional à composição das Cortes de Contas, que passariam a ser dotadas de maior independência, em razão da escolha de seus membros por exclusivo critério de mérito. Iniciativas nesse sentido, no entanto, têm esbarrado, à luz do citado art. 75, na observância compulsória de todos os aspectos institucionais do modelo da União, inclusive a forma de composição baseada em critérios de escolha política”.

E, concluindo, registam que daí decorre a proposta sob análise, cujo objetivo fundamental é “livrar parcialmente o constituente das amarras do atual art. 75, permitindo-lhe substituir o atual critério político de escolha dos membros das Cortes de Contas, por simetria ao § 2º do art. 73 da Constituição Federal, pelo critério de nomeação com base em concurso público”, no seu entender uma “importante medida político-legislativa para alargar o campo de auto-organização e autogoverno dos entes políticos subnacionais, em consonância com os avanços democráticos que vêm imprimindo novo perfil institucional ao Estado brasileiro.

É o relatório.

II – Voto

A proposta encontra-se subscrita por 27 (vinte e sete) ilustres Senadores, com o que fica atendido o requisito do art. 60, inciso I, da Lei Fundamental.

Ademais, não atinge qualquer dos núcleos constitucionais imodificáveis do § 4º do mesmo art. 60, nem tampouco princípios fundamentais estruturantes do Estado brasileiro.

Sob o prisma constitucional, portanto, não vislumbramos quaisquer óbices à sua tramitação.

No mérito, tampouco vemos quaisquer inconvenientes na preconizada inovação, por quanto, a par de fortalecer o princípio federativo, também vem ao encontro de necessidade há muito sentida nos vários níveis de governo do Estado brasileiro, qual seja, a urgente reestruturação dos Tribunais de Contas!

Com efeito, como é fácil verificar, no epicentro da plethora de desafios com que se tem defrontado o Estado brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, está o sempre recorrente problema do desequilíbrio das contas públicas ou, em outras palavras, a chamada “questão fiscal”.

Por injunções de variada ordem, o Governo Federal, na prática de suas sucessivas e infrutíferas tentativas de enfrentar o referenciado problema, tem insistido, ao implementar políticas de ajuste, em percor-

rer trilha inteiramente equivocada, impondo cada vez maiores cotas de sacrifício ao conjunto da sociedade brasileira, com grave retração inclusive sobre a maioria das atividades produtivas, cujo bom desempenho, segundo consenso generalizado, tem correlação direta com os níveis de arrecadação essenciais à manutenção do próprio Estado e, portanto, é fator preponderante na obtenção do sempre almejado equilíbrio fiscal.

E por que as sucessivas tentativas de ajuste têm-se revelado tão infrutíferas? A nosso ver, porque tais tentativas, como já afirmamos, insistem em palmarilhar caminho inteiramente equivocado, freqüentemente restrito ao mero corte de gastos, incidente quase sempre sobre setores essenciais.

Ora, diante do triste cotidiano de grande parte das instituições nacionais, cada vez mais nos convençamos de que a corrupção é mãe e parteira da maioria dos males do Estado brasileiro! E, no que se refere à sempre recorrente questão fiscal, ela atua, a nosso ver, segundo duas já bem conhecidas vertentes.

De um lado, temos o velho problema da evasão fiscal, próxima, entre nós, a alarmantes 50% (cinquenta por cento), cujo componente mais corrupto, deixando de lado as renúncias e elisões fiscais, é a sonegação de tributos e de contribuições sociais.

Na outra vertente, temos as variadas formas de corrupção no trato da coisa pública, infelizmente tida entre nós como **res nullius**, fácil e impunemente apropriável por velhos e novos “comensais do erário”, segundo consagrada expressão de Ruy Barbosa.

Parece-nos óbvio que, ao lado da alarmante evasão fiscal acima apenas referenciada, uma das causas fundamentais do enorme e até hoje insolúvel problema fiscal que sufoca o País está no imenso rol de ilicitudes e desvios que tem historicamente malbaratado a coisa pública em variados níveis de governo.

Em outras palavras, reputamos elementar a constatação de que se não pusermos termo ou, na pior das hipóteses, não reduzirmos a níveis suportáveis, em todo o Brasil, a má gestão dos bens e dinheiros públicos, jamais veremos equacionado entre nós o crônico problema do desequilíbrio fiscal.

No combate a esse cotidiano de desmandos e impunidade que há muito vivenciamos, no qual o escândalo do dia faz cair no esquecimento os escândalos de semanas e até de poucos dias precedentes, avulta de especial importância, em nosso entender, o papel reservado pela Constituição Federal às Cortes de Contas.

Infelizmente, tais instituições há muito vêm sendo tão seriamente questionadas em sua atuação, que não poucos têm inclusive indagado sobre a real utilidade de sua própria existência e manutenção. Apenas a título de exemplo, convém lembrar o ainda recente caso do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, objeto de detalhada reportagem veiculada por conhecida rede de televisão a propósito dos escândalos das administrações Maluf e Pitta, na qual eram questionadas não apenas algumas apontadas omissões, mas também as altas remunerações pagas aos seus Conselheiros e servidores, para muitos um verdadeiro desperdício do dinheiro público, dada a inação da qual a Corte na queles e em outros episódios. Mais recentemente, cite-se também o triste episódio das suplementações de verbas orçamentárias que viabilizaram o vultoso desvio verificado na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, em que tem sido seriamente posta em dúvida a atuação do próprio Tribunal de Contas da União – TCU.

Nesse contexto, não há negar que a proposta sob análise mostra-se de todo conveniente e oportuna, pois permite pelo menos a parcial reestruturação das Cortes de Contas estaduais e municipais, especialmente com a adoção de critérios de provimento que assegurem maior isenção e independência a seus membros, para muitos uma das causas preponderantes da ineficiência do sistema de controle externo que adotamos.

Apart disso, propicia, como já salientado, o fortalecimento do princípio federativo, na medida em que faculta aos vários entes subnacionais a estruturação de modelos próprios de Cortes de Contas.

Diante de todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000.

Sala da Comissão, 2 de maio de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Sebastião Rocha** – **Francelino Pereira** – **Bello Parga** – **Pedro Simon** – **Amir Lando** – **Lúcio Alcântara** – **Ramez Tebet** – **Osmar Dias** – **Paulo Hartung** – **Romeu Tuma** – **Álvaro Dias** (autor).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

.....
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

.....
Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- II – idoneidade moral e reputação ilibada;
- III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- IV – mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II – dois terços pelo Congresso Nacional.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98:

“§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.”

§ 4º O auditor, quando em substituição a ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

.....
Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do

Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

PARECER Nº 300, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178/97 na Casa de Origem), que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000, de autoria do Deputado Padre Roque, tem por finalidade incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio.

O Autor justifica sua proposta argumentando que os conteúdos dessas matérias não serão ensinados de forma adequada caso sejam trabalhados no desenvolvimento de outras disciplinas e por professores sem a formação necessária para o cumprimento dessa tarefa.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto manifestou-se favoravelmente à proposta. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, por sua vez, emitiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa com substitutivo.

O substitutivo apresentado pretendeu apenas ajustar a técnica legislativa e a redação do projeto.

É o relatório.

II – Análise

Em seu art. 35, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que:

“Art. 35 O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação

ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico – tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

Com essa direção, os especialistas esperam que o ensino médio assegure “aos alunos a compreensão da relação existente entre o saber, historicamente construído e criticamente apreendido, e o processo produtivo, entre o conhecimento e a produção”.

Na terminologia atual dos educadores, tal perfil provirá de uma “sólida formação cultural geral” vinculada ao contexto social onde ela se desenvolve.

Em face desses pressupostos, toma-se completamente injustificável a ausência de matérias como a Filosofia e a Sociologia no currículo do ensino médio. É assim que pensa o professor da Universidade de São Paulo (USP), Milton Meira do Nascimento, ao discorrer sobre a importância da filosofia para esse nível de ensino. Para ele, o contato do aluno com a pluralidade do saber filosófico poderá assegurar-lhe uma visão mais rica do seu próprio mundo e dos problemas que enfrentará no seu cotidiano.

Da mesma forma, os conhecimentos de sociologia são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia, na medida em que constituem chaves para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e para o estabelecimento de relações responsáveis do indivíduo com a coletividade a que pertence.

III – Voto

Em face do exposto, julgamos pertinente e oportuna a iniciativa do Deputado Padre Roque, razão pela qual opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000.

Sala da Comissão, 2 de maio de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Juvêncio da Fonseca** – **Emília Fernandes** – **Arlindo Porto** – **Mauro Miranda** – **Hugão Napoleão** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romeu Tuma** – **Gilvam Borges** – **Pedro Piva** – **Moreira Mendes** – **Marluce Pinto** – **Lúcio Alcântara** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

PARECER Nº 301, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429 de 2000, na origem) que institui o “Dia da Televisão”.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429, de 2000, na origem), de autoria do nobre Deputado Duílio Pisaneschi, institui o Dia da Televisão, que deverá ser comemorado no dia 18 de setembro.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o ato em epígrafe encontra-se em exame na Comissão de Educação do Senado Federal. Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A televisão brasileira completou seu cinquentenário no mês de setembro de 2000. Aproveitando o significativo marco, é oportuna a iniciativa de se abrir no calendário brasileiro de efemérides uma ocasião especialmente reservada às homenagens para os profissionais do setor e a revisão das conquistas, das possibilidades e do papel exercido por esse importante veículo de comunicação.

No dia 18 de setembro de 1950, foi inaugurada a primeira emissora de televisão brasileira, a extinta TV Tupi, de São Paulo, pertencente aos Diários e Emissoras Associadas, sob o comando de Assis Chateaubriand.

Das primeiras transmissões ao vivo na década de 50 – com recepção praticamente limitada ao eixo Rio–São Paulo –, aos atuais avanços tecnológicos, a televisão cobre, hoje, praticamente todo o território brasileiro, sendo um dos veículos de entretenimento e informação mais consumidos no País.

O extraordinário alcance da TV fez com que ela ocupasse um papel de referência na tarefa de levar informação aos lugares mais remotos do Brasil, o que tem suscitado um amplo debate sobre o seu desempenho e sua responsabilidade social. São cada vez mais contundentes e procedentes os argumentos que têm apontado para o imperativo de uma reformulação da postura das emissoras de TV – concedidas pelo Poder Público à exploração de terceiros –, especialmente no que diz respeito ao seu papel privilegiado de disseminadoras de valores e de idéias que deveriam responder ao interesse coletivo e aos anseios da população. Recentes e bem sucedidas experiências no campo educativo, propiciadoras da democratização do acesso à educação, reforçam essa postura crítica e dão razão aos que propugnam por tais mudanças.

É, portanto, bastante oportuna a eleição de uma data especialmente dedicada às homenagens merecidas pela televisão brasileira, reconhecida como uma das mais competentes e criativas da mídia mundial, que venha servir de oportunidade para a reflexão sobre as tarefas que ela está por realizar em benefício da população brasileira.

III – Voto

Nesse sentido, por considerarmos a iniciativa em tela oportuna e meritória e por não encontrarmos óbices de natureza constitucional, jurídica, ou de técnica legislativa, pronunciamos-nos pela aprovação do

Projeto da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429, de 2000, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 2 de maio de 2001. – Senador **Ricardo Santos**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Juvêncio Fonseca** – **Emília Fernandes** – **Arlindo Porto** – **Mauro Miranda** – **Hugo Napoleão** – **Romeu Tuma** – **Gilvam Borges** – **Pedro Piva** – **Álvaro Dias** – **Moreira Mendes** – **Marluce Pinto** – **Lúcio Alcântara** – **Jonas Pinheiro** – **Casildo Maldaner**.

PARECER Nº 302, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Francelino Pereira**

I – Relatório

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2000 (nº 420, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República informa que a solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Observa-se pela leitura da exposição de motivos do Ministro das Comunicações, que o pleito foi originalmente formulado pela entidade Rádio Cultura de Divinópolis S.A., razão por que se propõe o registro da mudança de seu nome, por meio de emenda de redação ao art. 1º do PDS em análise.

É o seguinte o Quadro Diretivo da emissora:

Diretor-Presidente Mayrink Pinto de Aguiar

Diretor-Gerente Reny Rabello

Diretor-Gerente-Adjunto Helena Villela Pinto de Aguiar

II – Voto

Localizado no centro-oeste de Minas, a apenas 115 quilômetros de Belo Horizonte, em plena bacia do

rio São Francisco, Divinópolis é um dos principais municípios mineiros, com uma população de quase 200 mil habitantes e uma intensa atividade econômica, especialmente na agricultura e na pecuária.

A população de Divinópolis se orgulha, e com razão, do seu elevado nível educacional e cultural, dos inúmeros cursos técnicos e superiores, especialmente administração de empresas, processamento de dados, química e ciências sociais.

Divinópolis possui seis emissoras de rádio e sete jornais. Uma dessas emissoras é a Rádio Cultura, cuja programação privilegia a cultura, os assuntos comunitários, o jornalismo, entrevistas com personalidades e utilidade pública.

Trata-se de um município de alta cultura política. Com seus líderes, com sua gente, venho mantendo, ao longo dos anos, uma relação de amor. Nas inúmeras visitas feitas à cidade, sempre recebi de suas lideranças e de seu povo as melhores manifestações de carinho, as quais sempre procurei retribuir, quer quando no exercício do governo do Estado, quer no Congresso Nacional.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 189, de 2000, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Rádio Cultura de Divinópolis Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados com a seguinte

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 189, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Cultura de Divinópolis Ltda., outorgada originariamente à Rádio Cultura de Divinópolis S.A., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Francelino Pereira**, Relator – **Hugo Napoleão** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Carlos Patrocínio** – **Freitas Neto** – **Gerson Camata** – **Arlindo Porto** – **Marluce Pinto** – **Nilo Teixeira Campos** – **Lúcio Alcântara** – **Marina Silva** (absten-

ção) – **Gilvam Borges** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Osmar Dias** – **Juvêncio da Fonseca**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999 - Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato, de parentes deste até o segundo grau, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2000 (nº 3.178/97, na Casa de origem), que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429/2000, na Casa de origem), que institui o “Dia da Televisão”, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2001

Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior aplicarão pelo menos quinze por cento de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação de seu pessoal docente e técnico-científico.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe este artigo, considera-se faturamento líquido o total da receita operacional deduzidas as despesas administra-

tivas e pedagógicas, os gastos com pessoal, as reduções, descontos e bolsas de estudo concedidas, o pagamento dos tributos devidos e os encargos e benefícios sociais dos hospitais universitários.

Art. 2º A renovação periódica do credenciamento das instituições de ensino superior privadas, de que trata o art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dependerá do cumprimento do que dispõe esta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação.

Justificação

A garantia de padrão de qualidade, prevista na Constituição Federal como um dos princípios do ensino (art. 206, inciso VII), somente pode ser cumprida mediante ações que promovam uma ruptura com determinados procedimentos tradicionais da educação. No ensino superior, essa nova postura significa incentivar, cada vez mais, o aperfeiçoamento profissional do corpo docente e técnico-científico. Além disso, nunca como hoje se revelou tão importante aproximar ao máximo as atividades de docência da pesquisa científica, pois apenas essa é capaz de estimular a busca contínua de novos saberes e, por conseguinte, a superação do caráter puramente reprodutivo do processo educacional.

Lamentavelmente, considerável parcela do ensino superior privado ainda conserva a velha concepção da educação como uma simples atividade comercial. Muitas instituições quase nada aplicam na qualificação de seu corpo de profissionais. Ao mesmo tempo, a pesquisa científica constitui atividade que ignoram. Os efeitos nocivos desse comportamento transparecem, por exemplo, nos resultados dos exames nacionais de avaliação, que mostram estreita relação entre essa visão arcaica do ensino e o baixo rendimento dos alunos.

Como meio de combater essa postura retrógrada, este projeto de lei determina que quinze por cento do faturamento líquido das mantenedoras das instituições privadas de ensino superior devem ser aplicados na qualificação de seus professores e de seus profissionais da área técnico-científica, bem como na realização de pesquisas.

O cumprimento dessa exigência deverá ser observado quando da realização das avaliações para o credenciamento das instituições de ensino, conforme prevê a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou a cada

ano, de acordo com as necessidades de supervisão do poder público competente.

Cumpre enfatizar que a liberdade de ensino, conferida pela Constituição Federal à iniciativa privada, está submetida ao "cumprimento das normas gerais da educação nacional" e à "autorização e avaliação de qualidade pelo poder público" (art. 209, incisos I e II). Tais mecanismos de controle de qualidade implicam uma série de ações de natureza tanto pedagógica quanto administrativa, entre as quais se deve encontrar a criação de um comprometimento institucional com a aplicação de excedentes financeiros na qualificação docente e em projetos de pesquisa, medida que este projeto de lei procura instituir.

Em vista das razões expostas, solicito o apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2001. – Senador **Antero Paes de Barros**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

.....

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

1º) Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em credenciamento.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO I Da Educação

.....

Art. 206. (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

(*) EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 19, DE 1998

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2000
(Tramitando em conjunto com a
Proposta de Emenda à Constituição
nº 45, de 2000)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador

Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos), tendo

Parecer sob nº 148, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 2, oportunidade em que teve sua discussão encerrada e a sua votação, em 1º turno, fixada para esta data.

Passa-se à votação da matéria que, de acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta de emenda constitucional que hora figura na Ordem do Dia para ser votada pelo Plenário, objetiva a modificação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal, o qual está hoje assim redigido:

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

A presente Proposta, de minha autoria, propõe uma nova redação para esse dispositivo, nos seguintes termos:

Para concorrerem a quaisquer cargos eletivos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Proponho essa modificação porque, pelo atual Texto Constitucional, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, se quiserem disputar a reeleição, não preci-

sam se desincompatibilizar; eles concorrem no pleno exercício do cargo, contrariando, assim, Sr. Presidente, o que estabelece um dos preceitos constitucionais mais fortes, o art. 5º da Carta Magna, quando proclama que “todos são iguais perante a lei”.

No momento presente, o Governador de Estado e o do Distrito Federal, o Prefeito ou o Presidente da República, quando pretendem concorrer a qualquer outro cargo eletivo, terão que se desincompatibilizar – mas, se quiserem permanecer no mesmo cargo, isso não será exigido, o que lhe propicia o uso da máquina administrativa em benefício da própria reeleição. O que, entre outros males, contraria o princípio da equidade de todos ante as exigências legais, inclusive as eleitorais.

Essa circunstância justifica, da maneira mais ampla e decisiva, a proposição ora sob exame do Plenário, quando visa a assegurar a todos os candidatos as mesmas condições para concorrerem ao pleito executivo.

Trago ao conhecimento da Casa alguns dados que levantei a respeito das eleições para Governador no ano de 1998. (V. Ex^{as} poderão fazer a devida avaliação).

Em 1998, 19 Governadores concorreram à reeleição, conseqüentemente, no exercício do cargo; 8 não concorreram. Daqueles 19 candidatos, 13 conseguiram se reeleger, e apenas 6 não se reelegeram. Assim, o percentual dos que se elegeram foi de 68%, e o dos que concorreram e não se reelegeram foi de 32%.

Com relação às eleições para as Prefeituras das capitais no ano passado, 18 prefeitos concorreram à reeleição para Prefeito e 8 abriram mão dessa possibilidade. Dos 18 que concorreram, 14 conseguiram se reeleger, e apenas 4 foram derrotados.

Isso demonstra que, realmente, em muitos casos houve a utilização da máquina administrativa na vitória desses Prefeitos e Governadores que conseguiram se reeleger.

Cito outros dados, para demonstrar que, realmente, quem está no exercício do cargo tem muito mais condições de se eleger do que quem está concorrendo na oposição. Com relação às eleições do ano passado no meu Estado, o Acre, que tem 22 Municípios, dezessete Prefeitos concorreram à reeleição; cinco não concorreram. Dos dezessete que concorreram, dez conseguiram se reeleger, e apenas sete não se reelegeram.

Então, a minha emenda objetiva acabar com essa desigualdade, estabelecer as mesmas condi-

ções para todos os que se dispuserem a concorrer a um cargo eletivo neste País.

Sabemos que, infelizmente, não temos um regime democrático totalmente consolidado, em que se possa evitar a influência do poder econômico e da máquina administrativa nas eleições. Há países por aí fora em que o presidente e o governador também concorrem no exercício do cargo. Mas no Brasil, infelizmente, ainda há muita influência do poder econômico nas eleições, e, sobretudo, da máquina administrativa, porque o Prefeito, o Governador, o Presidente da República, quando candidatos à reeleição, inquestionavelmente usam a máquina administrativa.

A Justiça Eleitoral não está aparelhada para coibir o uso da máquina administrativa nas eleições!

Então, por um princípio de equidade, penso que essa emenda merece ser aprovada pelos Srs. Senadores presentes à Sessão de hoje, e a quem faço um apelo para votarem favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, para encaminhar a votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no debate propriamente dito, não poderia deixar de saudar o pronunciamento feito pelo Senador José Eduardo Dutra e também a todas as personalidades políticas que vêm cumprindo a sua obrigação constitucional, sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo e assinaram a Comissão Parlamentar de Inquérito.

No auge da crise, e ainda mais no escuro, Senador Gilberto Mestrinho, espero que tenhamos algumas lanternas para confundir o vôo dos morcegos do Palácio, que se mexem melhor no escuro.

Sr. Presidente, estamos votando, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição do Senador Nabor Júnior. Tivemos a oportunidade também de analisar uma proposta de emenda constitucional do Senador Jefferson Péres, que trata do mesmo tema, embora o Senador Nabor Júnior amplie para os mandatos de Presidente da República.

Ambas as proposições visam a estabelecer o princípio de desincompatibilização de chefes de Executivo nos planos Federal, Estadual e Municipal, para que se recandidatem aos cargos que ocupem.

Nós da Oposição, à época da tramitação da PEC nº 4, de 1997, que acabou se convertendo na Emenda Constitucional nº 16, já havíamos nos manifestado contra a regra da reeleição.

Infelizmente, como esse debate já não cabe mais, resta-nos ao menos, neste momento, por meio da aprovação da PEC proposta pelo Senador, possibilitar a reversão de uma situação de extrema desigualdade que existe hoje.

Há vários pareceres, mas um chama realmente a atenção: é o do Jurista Sérgio Sérulo da Cunha*, na condição de membro do Conselho Federal da OAB, que enfatizou o que todos sabemos. Aliás, qualquer pessoa de bom senso, independentemente da sua filiação partidária ou das suas convicções ideológicas, sabe que a mera detenção de alto cargo na Administração Pública é suficiente para favorecer o candidato, em detrimento dos concorrentes e da lisura do processo eleitoral. Todo mundo sabe exatamente disso.

A introdução da regra da reeleição acabou subvertendo a efetividade do regime democrático, a partir do momento em que instaurou uma profunda desordem na eficácia de regras infraconstitucionais. Ou seja, se o Presidente da República, ou um Governador ou um Prefeito pode ser candidato, sem a desincompatibilização, a mais quatro anos de mandato, por que um simples servidor, por exemplo, da Agência de Correios e Telégrafos não pode ser candidato sem se afastar do cargo? Ou seja, um carteiro não pode ser candidato a nada sem se afastar do cargo, porque se parte do pressuposto de que o carteiro, conversando todos os dias com as pessoas, ao entregar a carta, vai estar se utilizando de seu posto na Administração Pública para conseguir voto.

O gari também tem que se afastar antes de concorrer a um cargo, porque se supõe que, ao fazer a sua tarefa de coletar o lixo, ele estaria utilizando o seu cargo para usufruir de algum prestígio e, portanto, tem que se afastar. Um Prefeito do Município mais pobre do Nordeste, por exemplo, se quiser ser candidato a Presidente da República, a Governador ou a Vereador, tem que se afastar do cargo, porque, senão, vai estar contrariando um princípio da moralidade pública, ou seja, estar utilizando do alto posto conferido pela Administração Pública para seduzir os eleitores, para montar verdadeiros balcões de negócios sujos, assim, por meio do cargo, conquistar qualquer outro. Não se pode fazer nada disso em nome de quê? Da moralidade administrativa. A moralidade administrativa estabelece que o gari, o carteiro e o radialista têm que deixar o cargo para ser candidato; que o Prefeito, se quiser se candidatar a Vereador, tem que deixar o cargo para ser candidato; que o Governador, se quiser se candidatar a um outro cargo, precisa deixar

o cargo. Tudo isso em nome da moralidade administrativa! Só que o Presidente da República, ou o Governador, ou o Prefeito para se reeleger ao mesmo cargo não precisam se afastar. Em nome de quê? Da continuidade administrativa.

Existe maior hipocrisia na legislação do que isso?

Ora a moralidade administrativa é o sustentáculo jurídico fundamental para obrigar o afastamento; ora é a continuidade administrativa o elemento fundamental para que se permaneça no cargo, montando um balcão de negócios sujos, se utilizando da máquina pública, muitas vezes para intermediar interesses privados, para exploração de prestígio, enfim, tudo aquilo que, contando com a impunidade no País, muitos efetivamente conseguem fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) (Fazendo soar a campainha) – Senadora Heloísa Helena, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, fica claro que o princípio da Constituição era pela descompatibilização, só não menciona “no mesmo cargo”, porque na época a alteração não podia fazê-lo para o art. 6º, porque não existia reeleição, exatamente por isso que as alterações constitucionais não foram feitas. Espero que, neste momento, esta Casa, em nome efetivamente da moralidade administrativa, possa possibilitar a aprovação da PEC do Senador Nabor Júnior para, ao menos, minimizar os riscos estrondosos e gigantescos que administradores, com a máquina pública na mão, façam desta um verdadeiro e vergonhoso balcão de negócios sujos para se perpetuarem no poder.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito embora a tradição republicana não recomendasse a aprovação de uma PEC permitindo a reeleição, no entanto, o Congresso Nacional, pressionado pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, a “toque de caixa” e a “repique de sino”, sem maiores aprofundamentos, resolveu aprovar a PEC da reeleição, permitindo que não só o Presidente como Governadores e Prefeitos municipais pudessem pleitear o seu retorno ao Governo sem se afastarem da administração.

Sr. Presidente, uma grande distorção foi aprovada pelo Congresso Nacional, conforme acentuaram o

Senador Nabor Júnior e a Senadora Heloísa Helena, os quais também demonstraram, com dados e informações precisas, que a reeleição é uma verdadeira excrescência no meio constitucional brasileiro.

Entretanto, pior é a disputa no cargo. O afastamento já minora a situação e reduz um pouco a possível influência do poder econômico-administrativo durante o processo eleitoral. É verdade que corremos o risco agora de que os futuros Governadores e Prefeitos possam escolher, como seus substitutos imediatos, amigos do peito, pessoas da mais absoluta confiança, como se estivessem no próprio poder, porque já antecipam o fato de que poderão candidatar-se novamente ao cargo de Governador ou de Prefeito.

Por outro lado, acredito que esta Casa cumpra o papel melhor, até de acordo com a nossa história, se aprovasse, para os futuros mandatários e não para os atuais, um mandato de cinco anos sem reeleição, conforme consta de uma emenda constitucional. Quisemos anexá-la a essa emenda do Senador Nabor Júnior, mas, em face dos pedidos que nos foram feitos, inclusive pelo próprio autor da emenda que votaremos em alguns instantes, retiramos o requerimento de anexação e, então, a emenda em questão – a de cinco anos – está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Mas acredito que a Câmara dos Deputados, recebendo a emenda do Senador Nabor Júnior e outras tantas que lá existem – como outras que ainda deverão ser objeto de apreciação pelo Senado Federal –, haverá de nos oferecer novas sugestões a fim de que possa haver, nas eleições, a transparência exigida pelo povo brasileiro, além da igualdade na concorrência e na disputa.

Espero que os futuros Presidentes da República, Governadores e Prefeitos possam ser eleitos sem a mínima influência do poder público. Aliás, hoje, os controles já são muito maiores do que os que existiam no passado, haja vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional, a atuação marcante do Ministério Público, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do próprio Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais de Contas não só dos Estados como os da própria União.

Com esse controle efetivo e, ainda mais, a obrigatoriedade do afastamento dos referidos candidatos pelo menos seis meses antes da realização da eleição, estaremos dando um passo adiante. Por isso, votarei favoravelmente à matéria, na certeza de que haverá uma legislação que venha amparar os candidatos mais fracos – aqueles que não dispõem de nenhuma

influência no poder central e nos poderes dos Estados ou dos Municípios.

Meu voto, Sr. Presidente, é favorável, porque esse é um grande passo que está sendo realizado pelo Congresso Nacional para acabar, de uma vez por todas, com a fraude eleitoral, representada por tantos pecados cometidos por este Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que a reeleição com a permanência no cargo é uma das principais aberrações da legislação eleitoral brasileira, sobretudo porque desvirtua um dos princípios mais espetaculares previstos na Constituição Federal: o do tratamento desigual para os desiguais. Só que o objetivo do mencionado dispositivo é exatamente proteger os menos favorecidos, no sentido de que o tratamento desigual seja exatamente para combater as desigualdades, sobretudo sociais, e possa, algumas vezes, por meio de medidas compensatórias e outras vezes de medidas estruturais, reverter esse caos que é a desigualdade social no nosso País.

Digo que o princípio está desvirtuado na nossa legislação eleitoral, em função de que o tratamento desigual serve exatamente para proteger os mais fortes. O tratamento desigual – mencionado pela Senadora Heloísa Helena, que faz com que o gari, carteiro e até secretários, ocupantes de qualquer cargo público, de qualquer função pública tenham que se afastar do exercício de suas funções para disputar uma eleição – permite que Governadores, Presidentes da República e Prefeitos disputem a reeleição com toda a benevolência e a proteção da máquina administrativa.

É claro que a emenda constitucional tinha endereço e nome certos: Palácio do Planalto e Presidente Fernando Henrique Cardoso; e, na tentativa de dissimular um casuísmo, ampliou-se a emenda para Prefeitos e Governadores.

Não sou daqueles que acreditam que vá reduzir o impacto da máquina administrativa nas eleições o fato de os mandatários de cargos executivos se afastarem, renunciarem para disputar a sua própria reeleição. Entendo que grave é exatamente o interesse próprio, o benefício pessoal, o alto benefício privilegiando aqueles que estão de posse de mandato de cargo executivo. Portanto, a proposta do Senador Nabor Júnior vem sanar essa injustiça e corrigir essa aberração em nossa legislação.

Por isso, Sr. Presidente, meu voto é favorável à proposta do Senador Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, na verdade, há dois tópicos em relação a esta Emenda Constitucional.

Os que estão no poder, quer como Presidente, Governador ou Prefeito, se não se afastarem para uma possível reeleição, não poderão participar de inauguração alguma.

Lá no meu Estado, Santa Catarina, conheci prefeitos que, numa reeleição, não se haviam afastado, participavam da inauguração de qualquer bueiro, ou campo de bocha, ou qualquer coisa. Viviam sendo incomodados pela Justiça Eleitoral, porque eram fotografados e os seus adversários iam ao Ministério Público. Não podiam nem fazer a campanha, só depondo, porque estavam no exercício da função, inaugurando, participando de casas populares, disso e daquilo. E os adversários diziam, é lógico: “Não pode!”

Na outra vertente, a questão da igualdade. A proposta objetiva o afastamento do cargo ou função. Quer participar da reeleição? Pode, mas se afaste da função, quer a exerça como Presidente da República, Governador ou Prefeito. Afaste-se, e aí vamos conceder aos eleitores condições de igualdade. Por sua vez, ao deixar o cargo, ele vai enfrentar a disputa nas mesmas condições. Não haverá tráfico de influência. Dessa forma, os eleitores poderão analisar com isenção, sem utilizar o daqui ou o dali, ainda mais numa Prefeitura. Em Prefeituras menores, os tráficos são fortes, se se permanecer na função. Afastando-se, daremos isenção em todos os padrões – vale, aliás, também para Governador e Presidente da República – e melhores condições aos eleitores.

Creio que a proposta vem sanar o problema. Se alguém desejar concorrer à reeleição, quando chegar a época da desincompatibilização, ou melhor, para renunciar às funções que estiver exercendo, terá condições de avaliar se poderá arriscar a mais um mandato ou não. Terá condições, nesses anos todos, de haver pensado, aqui lado com seus companheiros e com a comunidade se pode disputar mais um pleito, se é interessante ou não. Poderá tentar, a partir do exercício seguinte, continuar seu projeto. Vai levar em consideração a igualdade de condições com os demais candidatos e se a proposta que até então vinha trazendo, em âmbito municipal, estadual ou nacional, é boa ou

não. A população é que vai avaliar se deve continuar ou não, sem usar o tráfico de influência.

Por essa razão, Sr. Presidente, nobres Colegas, estou a favor e esposo a tese porque me parece que trará isenção e igualdade em todos os sentidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador Roberto Freire, para discutir, pelo tempo de cinco minutos.

(Falha no sistema de som)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência suspende a sessão, enquanto se restabelece o sistema de energia para o plenário.

Suspensa às 16 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 43 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Está reiniciada a sessão. Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu voto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, juntamente com o Senador Lúcio Alcântara, não foi entendido nem mesmo pelos meus Companheiros de Partido. Cobraram-me uma explicação, até por que saí o voto contrário, mas não saí a justificativa. É mais um momento agora para justificar à Casa e espero que também aos Companheiros do PPS.

Votamos contra a reeleição, embora pessoalmente eu fosse favorável. Tínhamos consciência de que, se o instituto da reeleição existe, ele deve ser e conter tudo aquilo que o puro instituto da reeleição nos países que o adotam tem. Não temos que estar inventando aqui nem muleta, nem criando obstáculo, empecilho, atropelo. Vamos experimentar – e essa era a nossa posição – o princípio da reeleição tal como ele acontece nos países que o adotam. Não temos que fazer nenhuma experiência, salvo aplicar que, se o titular tem direito à reeleição, temos inclusive que acabar com todas as inelegibilidades. Aqui não. Deu-se o direito de reeleição para o titular e se continuou mantendo inelegíveis parentes. Pior: não admitia a eleição de determinadas pessoas que, pelo grau de parentesco, não poderiam ser candidatas a coisíssima alguma na circunscrição onde o titular teria direito à reeleição, mas impedia os seus parentes para qualquer outro cargo público eletivo.

Esses absurdos aconteceram e mantiveram-se. Hoje, se quisermos aprimorar o processo democrático brasileiro, não podemos fazer o que pretendem as

forças dominantes, a base de sustentação do Governo, os Partidos majoritários, ou seja, criar reserva de mercado, congelar a estrutura partidária, evitar o novonapolítica, inventar casuísmo, como se estivéssemos na ditadura militar. A questão da reeleição vem também, numa visão casuista, para ajudar os que pretendem ser candidatos a Governador e não querem ter um Governador, que pode ser candidato à reeleição, exercendo plenamente o direito que o instituto lhe garante em qualquer regime democrático. Inventar-se, então, a renúncia, a desincompatibilização, quando o princípio da reeleição é permitir que o titular possa ter mais outro mandato.

Vem aí a idéia da renúncia, como antes havia a idéia da desincompatibilização. Continuamos não querendo enfrentar o que deveria ser a disjuntiva nesta Casa. Queremos o princípio da reeleição ou não? Se o queremos, temos que admitir que seja pleno, que seja exercido de acordo com os princípios que norteiam a reeleição em qualquer país democrático.

A experiência da reeleição entre nós não foi algo – embora o sistema possa ser discutido – pernicioso. Por quê? Na eleição para Governador, tivemos quase meio a meio, dos que se candidataram à reeleição, a metade se reelegeu e a outra não. Alguns nem tiveram condições de ser candidatos à reeleição. A mesma coisa ocorreu na reeleição municipal. Tínhamos até medo de que tivéssemos um percentual muito alto dos Prefeitos candidatos à reeleição sendo vitoriosos no pleito. Não foi o que ocorreu. Essa idéia de que precisamos criar, como se tutores fôssemos da sociedade brasileira, é algo que não diz, por ter medo, mas é uma posição tão cínica quanto a de Pelé, que, na sua característica simplória, admitiu que o povo não sabia votar.

Estamos com medo do povo, que remostutela-lo como se ele não tivesse a capacidade de saber que um Governador, um Prefeito, tentando a reeleição, não merece o seu voto; como se o uso de uma máquina administrativa fosse algo de estranho na política brasileira, quando sempre se fez isso, até da forma pior, porque por interposta pessoa. Não pelo titular, mas este se afastando, sendo candidato e um terceiro assumindo, fazendo por ele aquilo que, se ele mesmo fizesse, provavelmente teria resposta de imediato da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Fazendo soar a campanha.) – Senador Roberto Freire, a Presidência alerta V. Ex^a que o tempo está esgotado.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Se eu tivesse falado lá de baixo, muito provavelmente

eu não teria me entusiasmado tanto e nem demorado, até porque era uma pequena comunicação. Mas como me foi dada a tribuna, eu pensei que poderia abordar algumas questões a mais, que é o que está faltando.

Em vez de se criar empecilhos para o pleno exercício do instituto da reeleição, em nome de um aprimoramento ou não uso de máquina administrativa, que evidentemente não é verdadeiro, porque o pior de tudo é o afastamento do titular e o que se substitui fazer sem precisar prestar contas à sociedade. Se o titular utilizar de forma abusiva, ou contra a lei, terá a resposta do voto.

Vamos deixar de hipocrisia! Vamos acreditar na sociedade brasileira, na sua cidadania, no seu discernimento, que o tem, vem demonstrando e o irá demonstrar muito mais ainda. Se querem acabar com a reeleição, que se vote o fim da reeleição; se querem a manutenção da reeleição, que seja um instituto puro da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Francelino Pereira, para discutir, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, as eleições se aproximam e, naturalmente, os colegas e as lideranças políticas brasileiras se preocupam com a reeleição.

Quero informar, desde logo, que não estou aqui falando em nome do meu Partido, mas em meu nome pessoal, para dizer que a minha posição não é pequena. Ela se ajusta à história republicana do País.

Este é um dia significativo para o Congresso Nacional. A decisão que vamos tomar tem uma alma pequena, porque não está voltada para a direção mais alta da instituição política nacional.

Eu fui o Relator da Emenda Constitucional nº 4, de 1997. De início, Sr. Presidente, tive preocupações com a reeleição estendida a governadores e prefeitos. Conversei, debati, ouvi constitucionalistas, cientistas políticos, e de todos recebi a argumentação de que o Brasil é hoje uma instituição e, mais do que isso, uma confederação. A confederação se constituía, antes da Constituição de 1988, da União e dos Estados. Somente depois da Constituição vigente é que os Municípios brasileiros passaram a ter a condição de entes da Federação. Então, o prefeito de uma cidade pequenina do Pará ou do meu Estado, Minas Gerais, é também um ente da Federação e, para que a Federação não perca o equilíbrio – e esse argumento é irrespondível – o que se desatina a um ente da Fe-

deração tem que se destinar também a outro ente da Federação. Não estou argumentando aqui que parente não pode ser candidato, que auxiliar não pode ser candidato, estamos argumentando que esta é uma solução institucional, histórica e que tem como princípio que a reeleição permitirá sempre que o titular permaneça no cargo até a última hora.

Por isso mesmo, o Senador Roberto Freire sempre declarou que o titular que se desincompatibiliza tem a oportunidade de indicar o seu candidato, e torna-se muito mais difícil lutar contra dois do que contra um, porque aquele que é escolhido para sucedê-lo – e geralmente o vice-prefeito, o vice-governador ou o vice-presidente da República é um homem ligado ao prefeito, ao governador e ao presidente – vai fazer a sua campanha eleitoral, e temos de combater duas pessoas.

Mas o que importa é que o princípio é constitucional, institucional, é próprio das instituições republicanas, e Senado, que é a Casa mais alta do Congresso Nacional, não pode decidir de forma pequenina. Aqui se tem de esquecer o Estado, os interesses eleitorais locais e decidir em favor da Nação brasileira.

Por isso estou aqui, representando um grande Estado da Federação, não tendo qualquer relacionamento político com o Governador do Estado, não tendo outra preocupação que não a de manifestar o sentimento e a vontade de Minas, que é um Estado que constitui a linha vertical da instituição política brasileira.

Daí por que, Sr. Presidente, o meu voto pessoal é contrário à emenda do Senador Nabor Júnior, exatamente porque ela não traduz o sentido da história republicana do País, e sim uma decisão voltada para os Municípios e para os Estados, segundo os interesses locais, com vista às eleições do próximo ano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, não há muito a acrescentar às palavras do Senador Roberto Freire.

Como se pode ver no avulso da sessão, S. Ex.^a e eu fomos votos divergentes na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e basicamente pelas mesmas razões.

Creio que, nesta matéria, ou se adota o princípio da reeleição, ou não se aceita esta proposta. Não há

como conciliar, não há como ter meio termo nesta matéria, por várias razões.

Até acredito que, se tivéssemos de fazer mudanças na emenda constitucional que instituiu a reeleição, seria na direção liberalizante e não restritiva, porque é evidente que, se o próprio titular do cargo pode se candidatar a um novo mandato sem precisar dele se afastar, não haveria razão para impedir que familiares o fizessem.

Portanto, creio que uma mudança que poderia ser adotada seria tirar esse impedimento.

A reeleição surpreendeu, porque o que se imaginava era que tivesse a possibilidade de se candidatar novamente, o que, na prática, equivaleria a ganhar um novo mandato.

Os números não mostram isso. Mesmo nos Estados mais pobres, mesmo nos Municípios menores, onde, em tese, a influência do poder local é maior, verifica-se que houve percentual elevado de prefeitos que tentaram a reeleição e não foram reeleitos, fora os que sequer tiveram condição de disputar um novo mandato.

Para o Governo do Estado, aconteceu coisa semelhante. Foram vários os governadores que ou não se candidataram porque não viram muita chance de vitória ou se candidataram e não lograram a reeleição.

Portanto, o princípio da reeleição foi incorporado nos costumes políticos eleitorais brasileiros, e o fato de que um percentual elevado de postulantes não obteve a reeleição mostrou que não há nesta matéria a tranquilidade que se imaginava inicialmente.

Penso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, que a participação cada vez maior da sociedade e a fiscalização cada vez mais intensa da própria população, da imprensa e dos órgãos da Justiça Eleitoral estabelecerão esse contrapeso que se pretende com a adoção do princípio da desincompatibilização.

Além do mais, considero que a adoção desse princípio vai gerar uma grande instabilidade administrativa ou, até mesmo, fazer com que detentores desses postos terminem por se candidatar. Digo o seguinte: é possível que o vice-governador também queira disputar a reeleição, ou o vice-prefeito. Afasta-se, então, o vice-governador, afasta-se o vice-prefeito, vai ao Presidente da Câmara, vai ao Presidente da Assembléia, que, às vezes, também quer disputar a eleição, e vai terminar no Presidente do Tribunal de Justiça. E isso, em poucos meses. Então, creio que esse princípio não é saudável. Vamos en-

contrar outros mecanismos para inibir excessos desses ocupantes nesses cargos.

Todos nós, em matéria eleitoral, temos uma história para contar, e temos de quem nos queixar de uma eventual derrota. Por isso mesmo, Sr. Presidente, considero essa minha experiência de relatar aqui a lei eleitoral uma das experiências mais dolorosas que tive, porque não conseguia encontrar três Senadores pensando a mesma coisa sobre matéria eleitoral. E terminei vencido pela maioria, em vários dispositivos, que tentaram estabelecer condições de tal rigidez que praticamente confinavam o candidato ao seu gabinete.

Ora, todos sabemos que, se o governante tem poder para influir – poder político e até econômico, nós também – até porque muitos de nós já tivemos experiência no Poder Executivo -, sabemos que o poder desgasta. A quantidade de demandas a serem atendidas é infinitamente maior do que aquelas que podemos solucionar. Conseqüentemente, o desgaste que o governante passa já é um fator de equilíbrio nessa disputa.

Na Lei Eleitoral, há um dispositivo que impede o governante de comparecer a inaugurações. Mesmo que permitíssemos, no período eleitoral, alguns candidatos não poderiam ir a inaugurações, porque seriam alvo de seus adversários e de tais manifestações de hostilidade que tornariam inviáveis as presenças deles nas inaugurações.

Então, com toda a imperfeição do nosso sistema administrativo e jurídico e com todas as carências da Justiça Eleitoral, acredito muito mais num contrapeso natural, pelas próprias condições que se estabelecem numa disputa eleitoral.

Por isso, com todo o respeito que tenho pela iniciativa do Senador Nabor Júnior e pelos argumentos em contrário, mantenho a minha convicção contrária à modificação. Penso que ou adotamos o princípio da reeleição ou simplesmente suprimimos o dispositivo da nossa Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, já tive oportunidade de abordar esta matéria em outra sessão, nesta Casa, mas quero voltar ao assunto.

Em primeiro lugar, é importante entendermos o sentido do instituto da reeleição. Quando há reelei-

ção, ou seja, quando alguém é candidato ao mesmo cargo que detém, ao mesmo cargo que está no exercício, evidentemente que é uma situação completamente distinta daquela em que alguém é candidato a um cargo diferente daquele que exerce. Porque, se exerço determinado cargo e o submeto à apreciação da população, ao juízo da população, permanecer no cargo não é um impropério, porque estou assumindo as responsabilidades do exercício e, transparentemente, expondo-me à população sobre o que estou fazendo. E isso também está sendo julgado. Portanto, não é absolutamente em nada antiético a permanência no cargo. Aliás, é isso que justifica nós, Senadores, podermos permanecer no cargo e nos submeter à reeleição.

Alguém pode dizer: “Ah, mas Senador é Parlamentar”. Não, mas Senador também tem máquina; Senador também pode usar recursos, também tem emendas e também pode usar instrumentos no exercício do cargo para facilitar a sua eleição. E por que ele não é obrigado a renunciar? Porque ele está, transparentemente, fazendo a população julgar o pleito no exercício do cargo no qual ele terá continuidade, no qual ele pleiteia continuidade.

E aí vem um outro fator importante: ao pleitear continuidade, ele está dizendo: “Eu estou assumindo a responsabilidade pelo futuro deste cargo. Logo, preciso zelar para que as finanças estejam equilibradas. Não posso cometer desatinos. Quero continuar no Governo, e, portanto, tenho de zelar também pela continuidade da boa estrutura, das boas condições de governabilidade”. É o contrário. É exatamente o contrário.

É por isso que, no mundo inteiro, onde há o instituto da reeleição, no regime presidencialista, não há essa renúncia quando a reeleição se dá para o mesmo cargo. Quando se dá para cargo diferente, é evidente que, aí, há a necessidade de ele renunciar, porque ele não tem de honrar a sua continuidade, ele não tem que preservar o futuro, ele não tem que preservar o equilíbrio de hoje, para que o equilíbrio de hoje seja o equilíbrio que ele terá de responder amanhã. As conseqüências do erro que eu cometer agora, se eu sou candidato à reeleição, quem paga sou eu, se for reeleito. E estou pedindo para ser reeleito. Logo, tenho de cuidar bem das condições do cargo que estou exercendo neste momento.

É por isso que o princípio da reeleição não tem renúncia. E é por isso que, quando há eleição para um cargo diferente, tem de haver renúncia, porque não há o compromisso de honrar a continuidade, de pre-

servar as conseqüências. Saindo do cargo, o candidato pode fazer desmandos, gastar irresponsavelmente, jogar dinheiro pelo ladrão, porque quem vai pagar será outro, e não ele. Se ele fizer isso no exercício do cargo, se ele cometer abuso no exercício do cargo, quem pagará pelas conseqüências, imediatamente, será ele próprio.

Então, a reeleição não é uma quebra de qualquer princípio ético em política. Senão, teríamos que dizer que a democracia norte-americana, de 200 anos – que consagrou, ao longo do tempo, o princípio da reeleição sem renúncia ao cargo –, seria uma democracia débil; e ela não é; é uma democracia vigorosa.

Entretanto, o mais importante, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite dizer, antes de concluir meu raciocínio, é que isso acaba criando outro modelo de eleição.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Chamo a atenção do Plenário. Há um orador na tribuna.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos imaginar uma reeleição para o governo do Estado: aprovada essa emenda, torna-se obrigatória a renúncia após três anos de governo. Então, se essa emenda entrar em vigor, o que acontecerá é que não se elegerá um governador, mas dois. Serão eleitos dois governadores: um, com mandato de três anos e três meses; e outro, com mandato de nove meses. O governador é o governador “a”, e o vice passa a ser o governador “b”. Passamos a eleger dois governadores: um, para três anos; e outro, para um ano quase. O mandato, na verdade, fica reduzido para três anos, porque ele tem que renunciar no terceiro ano, e entregar para o vice. Portanto, o exercício é só de três anos. Essa é que é a verdade.

Ora, essa é uma condição para o exercício de um direito democrático. Ele não é obrigado a disputar. Mas, digamos que ele não dispute, digamos que ele não saia do cargo, e que o vice o faça, que o vice seja candidato; evidentemente, aí, não haveria problema. Agora, é bom saber que uma vocação política de um potencial candidato a um outro cargo estaria sendo sepultada. Isso é que é preciso saber. Ao eleger alguém, estaríamos implicitamente suprimindo seu futuro, suas possibilidades futuras.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) (fazendo soar a campainha) – Senador José Fogaça, o tempo de V. Ex.^a está esgotado. Eu poderia que V. Ex.^a concluisse.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sei disso e concluirei, Sr. Presidente.

Por outro lado, diante dessa obrigatoriedade da renúncia, a questão das coligações mudará de cor. Hoje concede-se a vice a outro partido, porque o que se deseja com isso é alavancar votos, é incorporar votos. A partir de agora, o vice terá que ser de extrema confiança, profundamente vinculado e profundamente comprometido com a preservação do governo do titular. Então, muda-se a cor das formas de coligação. Por outro lado, se o titular e o vice forem candidatos, quem terá que assumir o governo por um ano é o Presidente da Assembléia Legislativa, que é um Deputado Estadual, mas que quer ser candidato a Deputado Estadual, portanto, deverá estar fora. Se o Presidente da Assembléia não puder, por um ano, o Estado terá que ser governado pelo Presidente do Poder Judiciário, que é o Presidente do Tribunal do Estado. Conseqüentemente, estamos criando um novo modelo, não conhecido e não desenvolvido em nenhuma parte do mundo. Ficará como modelo exclusivamente brasileiro. Agora, talvez fosse melhor suprimirmos a reeleição, o mandato de quatro anos e passarmos para cinco anos, como é no Uruguai, sem reeleição, ou então mantermos a reeleição com os mesmos institutos, os mesmos padrões que são usados em todas as grandes democracias do mundo.

Essa é a observação que tenho a fazer a respeito dessa emenda, sem deixar de reconhecer que o Senador Nabor Júnior faz aqui um esforço no sentido de garantir transparência e moralidade na administração pública, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, gostaria de colocar a minha posição pessoal, contrária à emenda.

Queremos quebrar o termômetro para dizer que o paciente não tem febre. Há alguns Estados, para darmos exemplos concretos, como o Estado de São Paulo, em que tivemos o Senador Mário Covas que não disputou a eleição no cargo; ele se licenciou. Assumiu o Vice-Governador Geraldo Alckmin; agora, o Governador Alckmin não tem vice, pelos acontecimentos que o Brasil inteiro conhece. Assim, pode assumir o Presidente da Assembléia que fica impedido de disputar a eleição, ou assume o Desembargador

Presidente do Tribunal de Justiça. Essa é a democracia que queremos?

Creio que não. Se é esse o entendimento do Congresso brasileiro, acabemos com a reeleição. Essa é a questão que entendo se deva deliberar neste Senado da República. Se esse é o entendimento da desincompatibilização, acabemos com a reeleição, porque, automaticamente, o governador vai estar licenciado para tentar um outro mandato, e, se permanecer no cargo, ele não pode mais ser candidato a um cargo de governador. Agora, estabelecer que vamos exigir a desincompatibilização, criando problemas no Brasil inteiro, isso não é possível!

Lá em Cuiabá, o prefeito que foi candidato à reeleição e ganhou no 1º turno, com mais de 50% dos votos, não tinha vice. Se essa lei estivesse em vigor, como é que ficaria? O Presidente da Câmara assumiria? É essa a vontade do povo? O povo de São Paulo quer que o Presidente do Tribunal de Justiça comande o seu Estado, durante 6 meses? É essa a vontade democrática da população? Não é.

Creio que não estejamos discutindo a essência, que é dizer se somos a favor ou não da reeleição. Essa proposta quebra o termômetro para perceber que ninguém tem febre.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Álvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, sem dúvida, em qualquer lugar do mundo em que se estabeleceu o debate a respeito de legislação eleitoral, não se encontrará unanimidade. O contraditório é inevitável, uma vez que os interesses se chocam sempre.

Este projeto, se aprovado, poderá estar comprometido com a aprovação de outras propostas que tramitam nesta Casa. Sou Relator de várias emendas à Constituição Federal propondo o fim da reeleição. E confesso, desde já, que o meu parecer será favorável ao fim da reeleição em todos os níveis. Tivemos experiências suficientes, a meu ver – evidentemente respeito opiniões contrárias –, para compreendermos que a reeleição no País é, sem dúvida, prejudicial aos interesses, sobretudo, da probidade administrativa.

É evidente que chegaremos a um estágio mais avançado em que será possível instituir a reeleição em nosso País. Não chegamos lá ainda, porque não adotamos os mecanismos eficientes para impedir abusos que são praticados impunemente durante o processo eleitoral. Não apenas a utilização da máquina administrativa de forma abusiva, não apenas o exercício da pressão sobre órgãos de imprensa nos Estados e nos Municípios, mas também a utilização do expediente da corrupção no processo licitatório no período que antecede as eleições.

Na última eleição municipal, pudemos assistir a desmandos incríveis, como o superfaturamento de obras com compromissos de retorno para a campanha eleitoral. É óbvio que isso acontece quando o administrador é desonesto, mas é óbvio, também, que é uma realidade em nosso País. E se a Nação está exigindo gestos, atitudes, procedimentos, decisões que impliquem bater de frente com a corrupção, devemos contribuir elaborando uma legislação eleitoral que iniba o processo de corrupção, que começa na campanha eleitoral, sim, mas prossegue depois.

Aliás, é preciso repetir sempre esta tese de que a improbidade na administração pública quase sempre tem começo no período eleitoral: é o financiamento do setor privado, é a licitação com superfaturamento para a obtenção de retorno em favor da campanha eleitoral... enfim, há uma conexão estreita entre o processo eleitoral e o processo administrativo que envolve corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto será favorável à proposta do Senador Nabor Júnior, mas eu preferiria estar votando o fim da reeleição. Evidentemente sou insuspeito, pois político apanha quando é a favor e também quando é contra. Sempre buscam um pretexto para justificar o gesto, a atitude, a decisão de quem ocupa função pública hoje, no Brasil, pelo descrédito generalizado. Ressalto que no Paraná não há reeleição no ano que vem. O Governador já foi reeleito. Então, estou decidindo, de forma insuspeita, em função da avaliação que tive a oportunidade de fazer durante o pleito para a Presidência da República e durante as eleições municipais.

Creio que realmente essa não é a solução ideal para o atual estágio da vida pública brasileira. A solução ideal seria e pode ser ainda – por que estamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, preparando nosso parecer – favorável aos projetos que propõem o fim da reeleição no País.

E, futuramente, quando avançarmos, quando adotarmos um modelo político moderno, compatível

com a realidade e as aspirações, poderemos rediscutir a tese da reeleição. É preciso ter a humildade de reconhecer que este País não avançou suficientemente para alcançar os países mais evoluídos em matéria de legislação. É evidente que a nossa prática, a nossa experiência, é que deve inspirar-nos no momento de decidirmos sobre a legislação mais conveniente para a realidade. Buscar em outras nações exemplos é bom, quando há compatibilidade com o nosso estágio de desenvolvimento sociopolítico e cultural. Essa humildade é necessária no momento de definirmos a organização política e social de nosso País.

Sr. Presidente, para não extrapolar os limites do tempo que me foi conferido regimentalmente, encerro votando favoravelmente à proposta. Antecipo minha posição favorável aos projetos que determinam o fim da reeleição em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me muito à vontade para falar sobre a questão. Quando da votação do instituto da reeleição, convenci-me de que deveria ser contra, pois inicialmente era a favor. Entendia que o fato de exercer uma função executiva não deveria ser impedimento para alguém colocar seu nome à disposição da sociedade para que fosse avaliado, aprovado ou reprovado. Durante o processo de discussão, tomei conhecimento do livro de Alexis de Tocqueville que me foi fornecido pelo Senador Eduardo Suplicy. Neste livro, na parte em que trata da reeleição, foram rolados argumentos muito convincentes sobre o instituto. Muito embora possa parecer à sociedade que se trata de um instrumento democrático, onde quem está no poder, no exercício de sua função executiva, vai novamente ser avaliado com um outro, que está pleiteando a mesma vaga. Parece democrático, a pessoa tem esse direito. O problema é o que está subjacente a essa aparente democracia.

Geralmente quem está na estrutura de poder, sabendo que futuramente irá submeter-se a uma reeleição, em vez de fazer as ações de governo, pensando no que é estruturalmente importante para o governo, estrategicamente bom para o País, Estado ou Município, subordina todas as suas ações para aquilo que é o bem para sua reeleição. Esses são os argumentos de Alexis de Tocqueville, e foram esses argu-

mentos que me convenceram a ser contra a reeleição.

Não sou daquelas que acreditam que isso deva ser generalizado porque o limite do ser humano, para mim, nunca são as oportunidades que lhe aparecem; o limite do ser humano é a sua ética, e acredito que existam pessoas que não usam todo o seu programa de governo como apenas um instrumento para o mecanismo da reeleição. Existem até alguns que são acusados de nem saber usar a máquina. Isso ouvi de várias pessoas quando perdemos a eleição, na época em que Jorge Viana era prefeito, e, recentemente, quando perdemos a eleição para a prefeitura de Rio Branco. Várias pessoas nos diziam que nós, do PT, da Frente, não sabíamos nem usar a máquina. Graças a Deus que não sabemos usá-la, também não quero aprender. Mas não posso aqui estar pensando apenas no caso do Acre, porque sei que o administrador tem ética, tenho que pensar no País, sendo assim defendendo, tanto quanto os Senadores Roberto Freire e Antero Paes de Barros, que se deva acabar mesmo com a reeleição. Enquanto isso não ocorre, devemos criar instrumentos para evitar que, naqueles lugares, aquelas pessoas que possam cometer abusos não venham fazê-lo e que possam se afastar tranquilamente do cargo para concorrer, assumindo o seu vice.

Não vejo por que isso não possa ocorrer no Brasil, pelo fato de não acontecer em nenhuma parte do mundo, porque se não vamos mostrar que acabar como boi de Parintins, porque ele só existe em Parintins. Ele não existe na África, na França, sei lá onde. Temos que aprender que a nossa realidade fala por si mesma, e não podemos implementar os modelos à nossa realidade, porque o conceito é elaborado a partir da realidade, e não esta deva enquadrar-se àquele, por mais que ele já tenha sido testado em outros lugares, em outras regiões.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou favorável, porque não sou daquelas que fazem o discurso, de acordo com a situação que está vivendo. Tenho que pensar em princípios.

Se no Acre não tenho medo algum, por que já fui acusada, por várias vezes, de não sabermos usar a máquina – por duas vezes, recebi essa crítica, que, para mim não é uma crítica, mas um elogio, em várias lugares deste País, as pessoas usam de forma afrontosa, de forma a desrespeitar as instituições públicas.

É quase impossível concorrer, quando temos um na máquina a todo o vapor, inclusive fazendo obras eleitoreiras, e um cidadão está colocando seu nome à disposição para a sociedade. Vamos trabalhar para acabar com a reeleição. Se o Senador Lauro Campos me permitir, em presta-reio que me havia dito, que a reeleição só acaba no Brasil no dia em que a Oposição ganhar o Governo. No outro dia muita gente vai fazer uma boa análise e dizer: "Pensando bem, testamos a reeleição duas vezes" – pois espero que o Lula ou o Suplicy ganhe na próxima – "e chegamos à conclusão de que essa reeleição não é uma coisa boa para o País." Mas vamos ter que esperar daqui a mais alguns dois ou três anos. Enquanto isso, vamos criar mecanismos para frear aquelas formas de abuso que são praticadas. Além do mais, sou mesmo pelo fim da reeleição pelas razões que elenquei anteriormente, concordando plenamente com Alexis de Tocqueville em que o governante, ao ter a oportunidade da reeleição, poderá lançar mão de meios que não sejam necessariamente aqueles que usaria se não tivesse sob seu pescoço a força da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Ademir Andrade, por 5 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi aqui hoje argumentos minimamente interessantes. O Senador Antero Paes de Barros colocou que esse seria um modelo exclusivamente brasileiro. Eu pergunto: já não é modelo exclusivamente brasileiro o fato de o único cidadão que não tem que deixar o cargo ser um integrante do Executivo? Em nenhuma legislação do mundo existe uma excrescência como essa. Em nenhuma legislação do mundo existe o fato de o Prefeito, o Governador ou o Presidente poder ser candidato à reeleição no exercício do cargo e o seu Ministro ter de deixar o cargo para a sua mulher poder ser candidata a algum cargo. Portanto, essa é uma verdadeira excrescência.

Essa emenda está procurando, pelo menos, igualar esse direito. Não existe apenas o caminho de se acabar com a reeleição – instituto do qual fui contrário aqui –, mas existe também o caminho de acabar com toda desincompatibilização. Ou seja, ninguém mais precisa se desincompatibilizar – ministro, secretário, parente, filho, o que for. Essa é uma outra alternativa.

Desafio os que argumentam contra essa emenda, com raras exceções, talvez uma ou duas, a vota-

rem contra a reeleição. Não votarão. No momento de votarem contra a reeleição, jamais o farão. E no momento de dizer que vamos dar direitos iguais a todos, acabando com a desincompatibilização, que todos poderão ser candidatos no exercício do cargo – ministro, secretário, dirigente de estatal, gari, todos –, que vamos acabar com a desincompatibilização para todos, eu desafio: quem vai votar a favor disso? Quero saber se o Senador Antero Paes de Barros vota; quero saber se aqueles que defenderam aqui a rejeição desta emenda votam pelo direito de todos disputarem um pleito eleitoral no exercício do cargo.

Quero saber, Senador Antero Paes de Barros, se V. Ex^a vota para que todos, sem exceção, possam disputar a eleição no exercício do cargo – secretário etc. É isso que quero saber, porque só existem duas formas de resolver.

Essa emenda do Senador Nabor Júnior, pelo menos, iguala todos. Pode ser uma excrescência, pode ser algo do Brasil, mas pior do que está hoje não pode ser. E o que ela faz é justiça, é igualar o direito de todos, é igualar o direito do governador ao direito do secretário, ao direito do ministro, ao direito do deputado, ao direito de todo mundo.

Essa emenda é corretíssima e precisa ser aprovada.

Ademais, quero acrescentar: com relação à eleição do ano de 1998, os dados fornecidos pelo Senador Roberto Freire não são corretos. Dos 27 Governadores, 15 se reelegeram. E observem um dado interessante: a maior parte deles, no Nordeste e no Norte, que são as regiões mais pobres do nosso País. Dos 27 Governadores, 6 não foram candidatos. Dos 21 que disputaram a eleição, apenas 6 perderam. Quinze se reelegeram, e a maioria como uso de scarado, indiscriminado, desavergonhado, da máquina pública, do Poder Público, da utilização e do oportunismo de quem está no poder.

Sonhamos com um país onde o povo tenha todas as condições de decidir. Queremos isso para o futuro. Mas essa não é a realidade. Não é realidade, porque, infelizmente, a pobreza e a miséria deste País levam grande parte de sua população a não se decidir por uma análise consciente, por uma análise crítica, mas a se decidir pelo assistencialismo, a se decidir pela pressão, a se decidir pelo emprego.

Os meios de comunicação estão nas mãos dos Governos, estaduais e federal. Todos sabem que os jornais e as emissoras de rádio e televisão deste País vivem à custa dos recursos públicos. No Brasil, quem mais gasta com jornal, rádio e televisão é o Poder Pú-

blico, que está entregue, evidentemente, a quem está no poder. Quando se vê a **TV Globo**, por exemplo, falar mal do Governo, pode-se ter a certeza de que a fatura está atrasada, porque, quando ela é posta em dia, a pauta do noticiário é diferente. Veiculam-se apenas aspectos positivos, como o crescimento econômico. Entretanto, quando a fatura atrasa, salientam-se aspectos negativos, como a crise na saúde e na segurança. Assim funciona a mídia do nosso Brasil. Então, imaginar que estamos num país perfeito, onde as pessoas sejam capazes de decidir pelo melhor sem serem influenciadas pela mídia ou pelo poder econômico, é uma grande ilusão.

Portanto, pelo menos para fazer justiça, para que todos tenham o mesmo direito, é preciso aprovar a emenda do Senador Nabor Júnior. O contrário disso seria acabar com a reeleição, o que, aqui no Congresso, não passa de jeito nenhum. A outra alternativa seria acabar com a desincompatibilização. Ninguém mais precisaria desincompatibilizar-se. E tenho certeza de que a maioria dos congressistas, movidos, muitas vezes, por interesses próprios, também não aprovariam essa proposta. Logo, a alternativa que nos resta é aprovar esta emenda, para igualar o direito de todos.

O Partido Socialista Brasileiro, por seus três Senadores, vota favoravelmente à emenda do Senador Nabor Júnior.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Hugo Napoleão, para encaminhar a votação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem isso será necessário, porque eu serei extremamente sucinto e farei um resumo do meu pensamento.

Quero, antes de mais nada, dizer, como Líder e já para efeito de encaminhamento da votação, que a Bancada está liberada para que cada um dos Senadores do Partido da Frente Liberal vote de acordo com suas consciências. Mas eu me permito dizer, por uma questão extremamente íntima, que votarei contra. E votarei contra pelo simples fato de que fui vítima do processo e reconhecimento que, sem dúvida nenhuma, não tivessem as regras sido estabelecidas como es-

ta, não teria havido, no meu Estado, a seqüência de abusos eleitorais que houve e, portanto, eu mesmo subscreveria aqui muitos dos argumentos utilizados pelos meus Pares.

Mas não quero parecer que estou advogando em causa própria, sobretudo diante do eleitorado do meu Estado, ao qual eu devo, em primeiro lugar, satisfações. Não quero dar a entender que estou com sentimentos pessoais de revanche ou que, por estas razões, desejo expressar aquilo que quero, única e exclusivamente, sob o ponto de vista egoístico.

Pelas mesmas razões, embora com motivações diferentes, votei contra a emenda do Senador Antero Paes de Barros que propunha que, no meio do mandato, o Senador não pudesse ser reeleito. É só por uma questão de princípio. Vi que S. Ex^a, recentemente, disse que votará com a emenda.

No caso, tanto na emenda a que me referi como na que hoje estamos votando, estou oferecendo meu voto por motivos personalíssimos. Evidentemente, já declarei, de início, que os Senadores votam de acordo com suas consciências e eu os respeitarei profundamente por isso. Não quero dar a entender ao eleitorado do Piauí que, porque o resultado das eleições de 1998 foi diverso daquele que eu previa e que deveria ter sido se os abusos não tivessem sido cometidos, estou com sentimentos de revanche. Em absoluto. É uma posição extremamente pessoal, mas respeitarei não apenas os correligionários como os Pares de outros Partidos que desejem manifestar-se de forma diversa.

Era só o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, para encaminhar a votação, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo declarar, preliminarmente, que minha postura é contrária à reeleição. Se eu buscasse apenas o discursológico, até poderia encaminhar-me na direção daqueles que entendem que reeleição é a eleição com a manutenção no cargo.

Todavia, Sr. Presidente, já propus, nesta Casa, um projeto de emenda constitucional prevendo a extinção da reeleição e a ampliação do mandato de Governador, de Prefeito e de Presidente da República para cinco anos. Esse seria o caminho lógico, o caminho reclamado hoje pela sociedade brasileira, ou seja, o fim da reeleição. Mas, como isso não foi possível até agora, tenho que me engajar ao movimento

que coloca uma dificuldade à reeleição. Essa dificuldade é a renúncia, é essa posição de deixar o cargo para o qual o representante, a autoridade administrativa concorre. E ponto final!

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível continuar com essa figura da reeleição, que necessariamente acaba colocando fim à isonomia da corrida eleitoral! Não há dúvidas de que, apesar de a legislação ser contrária, apesar da estrutura judiciária só funcionar sob impulso, não há hoje controle do processo eleitoral. Dependendo da consciência da autoridade que busca a reeleição. Não há mecanismo capaz de coibir os abusos de poder ou os abusos do poder econômico! Já fui vítima disso. Já perdi uma eleição exatamente por abuso do poder econômico! Lutei com todos os meios jurídicos disponíveis, de maneira pronta e eficaz. Todavia, a solução dessa questão decaiu do meu interesse, porque me reelegi para o cargo de Senador quando ainda tramitava a lide. E, evidentemente, manifestei o meu absoluto desinteresse por essa matéria.

Em vista disso, Sr. Presidente, entendo que temos de cuidar em manter a isonomia, o equilíbrio eleitoral. E, nessa circunstância, a reeleição deve ser, sim, precedida da renúncia, a fim de que as partes concorrentes tenham o mínimo de igualdade, a possibilidade de buscar o voto de maneira genuína, verdadeira e segura, e não usando do poder para extrair vantagem ilícita.

Portanto, encaminho favoravelmente a votação, porque se trata de um passo para se moralizar o processo eleitoral. Acabaremos, no momento oportuno, com aquilo que já havíamos extinguido no Brasil, de maneira duvidosa e suspeita, implantando o instituto da reeleição. Sr. Presidente, faremos o possível – e a política é a arte do possível. Conclamo esta Casa a votar favoravelmente ao projeto do Senador Nabor Júnior, porque daremos um passo importante para fornecer um mínimo ético ao processo eleitoral, acabando com os abusos de poder.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Souto, por cinco minutos.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive oportunidade de, no primeiro dia em que este assunto veio a plenário, externar a minha opinião. E hoje acolhi, com muito entusiasmo, as razões expostas pelos Senadores Lúcio Alcântara, José Fogaça, Roberto Freire e tantos outros.

A reeleição foi a possibilidade criada para que, numa democracia, o povo pudesse dizer que estava satisfeito com determinado governante, pretendendo que ele continuasse mais algum tempo no poder. Portanto, como resultado disso, foi aprovada a reeleição.

Com isso, o que diremos ao candidato à reeleição? “Se o povo quiser e você for reeleito, pode ficar mais quatro anos no poder, mas terá que sair quase um ano antes, porque lhe estamos dando a oportunidade de disputar uma reeleição”. Isso, efetivamente, não me parece lógico. Se a reeleição é um princípio que busca a continuidade de uma administração de sucesso, por que impingir uma descontinuidade a essa administração?

Os instrumentos para evitar o abuso nas eleições existem e foram estabelecidos pelo Congresso Nacional. A Lei de Responsabilidade Fiscal é particularmente rigorosa, tem um capítulo especial para o último ano de mandato daqueles que participam e que vão participar da reeleição. Além disso, o Congresso Nacional aprovou a lei que acabou sendo conhecida como “a lei que coíbe a compra de votos”. Então, podemos ficar tranquilos, porque tomamos as medidas preliminares que garantem a lisura no processo de reeleição.

Quanto aos que esgrimem aqui alguns números, como se a reeleição de alguns governadores e alguns prefeitos fosse prova de que houve utilização do poder econômico, da máquina administrativa, quero saber deles quem foi o prefeito que tinha 10% de aprovação na opinião pública e foi eleito simplesmente porque foi candidato à reeleição. Onde é que aconteceu isso? De forma geral, onde houve um governante desaprovado pela população que foi reeleito simplesmente porque utilizou a máquina por meio do instituto da reeleição? Definitivamente, isso não tem lógica e não aconteceu, tanto assim que registro aqui alguns números oriundos de uma pesquisa feita pela Universidade do Rio de Janeiro, pelo cientista político Jairo Marconi Nicolau: ao final do primeiro turno, apenas 37% dos prefeitos foram reeleitos na última eleição.

Portanto, não há por que temer isso. E o que eventualmente se utiliza hoje não é diferente do que utilizavam alguns desses governantes para fazer o seu sucessor. Hoje, ao contrário, quando é o próprio governante que se submete à reeleição, ele é o alvo maior da fiscalização dos adversários, da imprensa, enfim, do próprio poder político que participa dessas eleições.

Além disso, se aprovado este projeto, há que se pensar na descontinuidade e na instabilidade que se pode provocar: o prefeito não pode continuar exercendo seu mandato porque será candidato; o vice-prefeito, eventualmente, não pode substituí-lo, porque deseja ser candidato a alguma coisa; enfim, acaba havendo grande instabilidade no processo político eleitoral.

Por último, creio que as próprias eleições demonstraram que definitivamente essa influência não existiu, que a maioria dos prefeitos que se candidatou não foi reeleita. Portanto, voto contra o projeto porque não acredito que alcançará o objetivo que se pretende ter.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação à Presidência, em virtude de algo importante que ocorrerá na próxima semana e que talvez, inadvertidamente, foi marcado para o mesmo horário de outro evento muito importante. Refiro-me à homenagem póstuma que o Congresso Nacional fará ao Governador Mário Covas, marcada para o dia 16, às 11 horas, sendo que também foi marcada para o mesmo dia 16, às 10 horas, a reunião do Conselho de Ética em que se examinará o relatório do Senador Roberto Saturnino, que, como todos sabemos, demandará extraordinária atenção de todos os Senadores, dos Deputados e da opinião pública.

Eu gostaria de sugerir à Mesa, à Presidência do Congresso Nacional, Senador Jader Barbalho, sobre a possibilidade de compatibilizar um horário de tal maneira que um evento não prejudique o outro.

É a sugestão que deixo à Mesa, à Presidência do Congresso Nacional, porque os correligionários do Senador Mário Covas e todos nós que queremos homenageá-lo gostaríamos de fazê-lo sem que houvesse um contratempo, um evento de tamanha importância como a reunião também já marcada para o dia 16, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência levará em conta as preocupações de V. Ex^a e manterá entendimento com a Presidência do Conselho de Ética e com as lideranças a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende, por cinco minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, designado Relator desta emenda constitucional, procurei posicionar-me levando em conta a realidade brasileira. Muitas vezes, determinados institutos em certos países são importantes, mas no Brasil são inconvenientes, tendo em vista a diferença de índole do povo.

Ouvimos com muita atenção os Senadores e as Senadoras que nos antecederam na tribuna. Temos por princípio respeitar o pensamento e a posição de cada pessoa, aqui ou fora do Parlamento. A beleza da democracia é a pluralidade de posições e idéias, sobretudo o respeito a elas. Mas integro uma Casa de políticos experientes. Não são marinheiros de primeira viagem na vida pública. São pessoas que vêm acompanhando os acontecimentos eleitorais há muitos anos. E sabemos que a preocupação permanente do legislador brasileiro é o aperfeiçoamento da legislação, fechando brechas a fim de evitar abusos. Quando vota uma lei estabelecendo penas severas, o legislador não está pensando em um universo de contraventores ou de pessoas que praticam o ilícito permanentemente, mas pretende evitar que, nesse universo, um, dois ou mais pratiquem abuso, ferindo os interesses da comunidade, da sociedade. É isso.

Sr. Presidente, temos neste País políticos com as mais diversas reações. Temos políticos que praticam a política com compostura, de maneira exemplar, mas temos políticos que aproveitam as ocasiões para praticar abusos de toda ordem. Esta Casa sabe disso.

Sr. Presidente, sabemos que, em época de eleição, o ambiente muda, tudo parece selvagem. Mesmo assim, temos os políticos que disputam eleições com compostura, com decência, mas temos aqueles que são capazes de vender a alma para não perder uma eleição. Foi pensando nesses, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que apresentamos o parecer favorável à Emenda Nabor Júnior, que determina o afastamento antecipado por renúncia daqueles que, ocupando chefia de governo nas áreas federal, estadual ou municipal, pretendam a reeleição.

Não entendo que, no instituto da reeleição, já esteja implícita a permanência no cargo do titular que concorre à reeleição. Estamos, com este projeto, mantendo o instituto da reeleição com restrições: o titular poderá disputar a reeleição, mas deverá deixar o cargo antes.

Sr. Presidente, não quero dizer que seja hipocrisia. Não! Não entendo que haja um hipócrita nesta Casa e jamais pronunciaria uma expressão desta contra quem quer que seja. Mas existe uma incoerência, e isso eu devo acentuar. Disseram bem o Senador Ademir Andrade e outros Senadores sobre o porquê de o legislador, o constituinte, haver determinado que o Ministro de Estado e o Secretário de Estado se afastem do cargo para disputar a reeleição. Se permanecessem os Secretários de Estado nas Secretarias e os Ministros de Estado no cargo, não haveria um Deputado Federal ou um Senador que concorresse com eles a uma eleição, porque eles estariam com o poder na mão. Se o Ministro, o Secretário, o Presidente da República, o Governador de Estado e o Prefeito utilizam o poder e com o poder se elegem, eles derrotam aqueles que estão no cargo. Ora, Sr. Presidente, conhecemos nossa realidade!

A força e a complexidade do poder nos impõem assumir posições de segurança. As eleições passadas transcorreram bem. Não sei se ocorreram abusos. Mas, nas próximas eleições, não saberemos quantos, buscando a reeleição, na ânsia da vitória, desesperados, utilizarão o poder que têm nas mãos, o poder de polícia, o cofre, para se reeleger. É contra isso, Sr. Presidente, que nos posicionamos. Não contra um ou outro candidato.

Disputei duas eleições para Governador. Contra mim, nas duas vezes, estava o Presidente da República e os Governadores do meu Estado. Ganhei com mais de dois terços. Na terceira vez, disputei com um Governador do meu Estado e perdi a eleição. Não é por isso que vou entender que, para quem disputa uma reeleição, o poder não seja importante. Temos de ser realistas. Temos experiência política.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Fazendo soar a campanha.) – Senador Iris Rezende, a Presidência apela para que V. Ex^a conclua. Seu tempo já está esgotado.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – É por isso, Sr. Presidente, que sou favorável à aprovação da emenda que tive a honra de relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, para encaminhamento de votação, chamo a atenção dos Srs. Senadores no sentido de que teremos votação nominal e **quorum** qualificado, porque trata-se de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, para encami-

nhar a votação, ao Senador Tião Viana. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que se trata de matéria polêmica, e a discussão travada hoje no plenário do Senado expressa toda essa polêmica e controvérsia em relação à matéria, mas eu gostaria de externar a minha opinião, com absoluta segurança.

Entendo que essa proposta de emenda constitucional tem como finalidade maior a redução do mandato dos atuais Governadores, e não posso entender essa atitude como saudável, com o conteúdo democrático que deve mostrar no dia-a-dia deste País.

Se tivéssemos, há poucos anos, uma proposta de emenda à Constituição impedindo a reeleição, gostaria de ouvir quantas vozes se levantariam dentro do plenário desta Casa para se opor ao Presidente da República, sabendo que ele seria o próximo eleito e mandaria neste País por mais quatro anos. Gostaria de ver isso exposto dentro do plenário do Senado Federal.

O Senador Roberto Freire lembra, com muita sabedoria, que na eleição para prefeitos, apenas 37% deles conseguiram a reeleição, comprovando que a materialização da máquina, no uso de uma campanha, não ocorre bem assim.

Penso que temos que romper com essa fragilidade de estruturas que compõem este País e sustentam o Poder deste País. Não é possível imaginar que o que fortalece um país é o impedimento. A reeleição é um processo histórico estabelecido em todos países. Em todos os países democráticos, a reeleição é assegurada. Não há afastamento do cargo do titular. E não se vê fragilidade nenhuma; não se vê abuso de poder econômico; não se vê o uso da máquina de maneira voraz, como se comenta que no Brasil deve ter.

Se tivéssemos uma estrutura jurídica forte neste País, não teríamos nem uma ameaça de um processo eleitoral ser corrompido, passar pela fragilidade que, em alguns lugares, chegamos a ver. Não posso entender isso.

No meu Estado do Acre, dos últimos cinco Governadores, três não disputaram eleição a cargo nenhum, sequer para Deputado Federal ou Senador da República, como normalmente ocorre, como acontece em alguns lugares.

Então, o que determina a credibilidade para uma disputa eleitoral é o processo de construção de governo que se dá nos quatro anos de sua administração.

A minha posição é inteiramente favorável e claramente elogiosa ao conteúdo apresentado na defesa dos Senadores Roberto Freire e José Fogaça, que, de maneira clara e profunda, com todo o conceito jurídico que têm, externaram a compreensão de que é legal; não é casuísmo; casuísmo é querer reduzir mandato dos atuais Governadores.

Quem é bom se estabelece, vai para um debate e tenta fortalecer o Poder Judiciário deste País, para que as eleições não sejam fruto, em alguns lugares, de manipulações e excessos.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também me sinto muito à vontade para tratar deste assunto, até porque fui Governador de Goiás, tinha um bom índice de popularidade, mas me coloquei contra o instituto da reeleição por uma questão de coerência.

Não quis e não me candidatei à reeleição, embora todo o Partido pedisse, o próprio ex-Governador, Senador Iris Rezende, também já havia lançado meu nome como candidato à reeleição, mas como minha palavra é uma só, durante toda minha vida pública, desafio, no Brasil, qualquer um a dizer que eu disse isso e fiz aquilo. Não! Não fui candidato à reeleição, unicamente por uma questão de princípio e por uma questão de coerência. Lembro-me que de todos os ex-Governadores, apenas Covas e eu nos manifestamos contra a reeleição. E o Covas ainda disse, como eu, que não se candidataria; e não me candidatei realmente. E, desculpem-me a modéstia, todos os institutos do Brasil, incluindo o DataFolha e o Brasmarket, davam para mim os maiores índices de popularidade entre todos os Governadores do Brasil, e não me candidatei por uma questão de coerência.

Sou contra a reeleição e votarei a favor desta emenda, porque não adianta, como diz o Senador Iris Rezende, em outras palavras, tapar o sol com a peneira. A influência é muito grande, infelizmente, em todos os municípios brasileiros. Já pude ouvir muitos eleitores dizerem: “Não, o prefeito manda nas urnas eletrônicas. Ele vai saber qual é o meu voto. O prefeito já mandou anotar o meu Título de Eleitor”.

Então, é o poder. O poder é intenso. Ele exerce uma influência astronômica. E não vejo também motivo algum para um bom governante, um bom e ético político se desincompatibilizar durante seis anos. Não se trata de reduzir mandato, Senador Tião Viana.

Isso é possibilitar que ele tenha um novo mandato de mais quatro anos. Portanto, não é reduzir.

Outro ponto, dizer que o vice não pode assumir?! Ora, o vice está pronto para assumir. O Geraldo Alckmin assumiu, em São Paulo, e fez um Governo extraordinário, durante os seis meses em que o Governador Mário Covas, eticamente, afastou-se. E hoje, por uma questão de destino, o Sr. Geraldo Alckmin governa São Paulo tão bem quanto governava Mário Covas.

Então, dizer que a desincompatibilização prejudica o Estado ou o Município, porque o vice, por vezes, não está preparado ou tem um outro projeto político, é problema entre o vice e o titular do cargo. Não é um problema do Congresso Nacional, não é um problema do Brasil.

Portanto, quero registrar aqui o meu voto favorável. Entendo que eticamente é importante a desincompatibilização, até porque não adianta, pois a influência do poder é muito grande. E não vejo também motivo algum para a desincompatibilização quebrar a continuidade de qualquer governo, seja federal, estadual ou municipal.

Quanto ao período de seis meses, entendo ser, inclusive, salutar que o titular se desincompatibilize, até para não prejudicar a comunidade que ele administra, porque, se ele está governando e fazendo campanha ao mesmo tempo, ou a campanha dele vai ficar prejudicada, ou o povo vai ficar prejudicado pela descontinuidade na administração municipal. Então, acho que, eticamente, o correto é: se o indivíduo está em campanha, ele faz campanha; ou, se ele estiver no Governo, governa.

No interior, usa-se uma expressão muito inteligente do roceiro: “é impossível assoviar e chupar cana ao mesmo tempo”. Então, acho que administrar bem e fazer uma boa campanha ao mesmo tempo também é impossível.

Portanto, sou favorável à emenda do ilustre Senador Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jader Barbalho, Sr^{as} e Srs. Senadores, como diversos Senadores aqui expuseram, hoje, o tema principal é o da reeleição.

É claro que, se pessoas estão abusando do poder para a sua própria reeleição, então, será melhor não haver a reeleição. Sou favorável a que se coloque

impedimentos para aqueles que estão no Poder. E sou favorável, portanto, à emenda do Senador Nabor Júnior. Mas a que sou favorável mesmo é que terminemos com o princípio da reeleição, que não tem se mostrado adequado.

A Senadora Marina Silva lembrou as ponderações de

... Senadora Marina Silva aqui lembrou as ponderações de Alexis de Tocqueville, em **A Democracia na América**, as quais, infelizmente, não foram devidamente ouvidas por um dos maiores admiradores de Tocqueville, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tanto asseverou gostar das reflexões do filósofo na obra citada. Sua Excelência, simplesmente, fechou os olhos àquela importante recomendação de Tocqueville de que não deveria haver o direito de reeleição.

Também o Presidente da República preferiu não ouvir, não seguir o exemplo daquele que efetivamente é hoje reconhecido como um dos maiores estadistas contemporâneos. Refiro-me ao ex-Presidente da África do Sul Nelson Mandela. Aqui, novamente, relembro o diálogo que tive com o Senador Mc Kway, do Congresso Nacional africano, na cidade do Cabo, quando, em janeiro de 1997, perguntei-lhe como estava o direito de reeleição naquele país. S. Ex.^a me respondeu: "Aqui, a Constituição permite que haja uma reeleição apenas para o Presidente". Com base nisso, o Senador, amigo de Nelson Mandela, fez a seguinte ponderação: "Presidente, por que não escolhe um vice de sua inteira confiança, para que, assim, V. Ex.^a, tão querido pelo povo, possa ser reeleito?" "Por que não ficar um ano na Presidência e, então, passar o bastão para o vice?". E eis que, passadas algumas semanas, Nelson Mandela convidou o Senador para com S. Ex.^a dialogar na capital de Pretória. Mandela disse o seguinte: "Senador Mc Kway, pensei muito sobre a sua recomendação e a dos amigos, relativamente a me candidatar outra vez. Entretanto, tenho observado, sobretudo aqui na África, que todos aqueles chefes de estado que tanto insistem em permanecer no poder acabam se desgastando muito. Eu prefiro concluir o meu mandato como povo querendo muito que eu continue. E, por esta razão, não se recandidato à reeleição".

Ora, que bom teria sido se o Presidente Fernando Henrique tivesse seguido aquele exemplo. O que podemos notar é que, desde quando pas sou o bastão para o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) (Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, a

Presidência pede a V. Ex.^a que conclua, pois o seu tempo está esgotado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Concluo, Sr. Presidente.

Nelson Mandela, desde quando concluiu o seu mandato, tem sido uma extraordinária voz de grande influência em seu país, em toda a África e no mundo.

Portanto, esse poderia ter sido um bom caminho do Presidente Fernando Henrique, mas Sua Excelência preferiu não seguir as minhas recomendações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Solicito aos Sr.^s Senadores que se encontram em outras dependências do Senado que compareçam ao plenário. Já iniciamos o processo de votação, com o painel liberado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de já iniciado o processo de votação, em nome da Liderança do PMDB no Senado Federal, eu gostaria de recomendar o voto favorável à emenda do Senador Nabor Júnior, uma vez que, sem dúvida nenhuma, ela aprimora o próprio instituto da reeleição, garantindo, na prática, mais democracia e igualdade de oportunidades, aprimorando um instituto que o povo brasileiro entende como certo.

Portanto, a recomendação do PMDB é favorável à aprovação da emenda.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Senadores, ambição mais corrupção é igual à reeleição. O Brasil infelizmente copiou, talvez dos Estados Unidos, o instituto da reeleição. Os federalistas, aqueles que debateram os problemas fundamentais da sociedade norte-americana, tinham como modelo a Inglaterra. De modo que, entre muitas discussões, ali não apenas a questão da reeleição, mas, por exemplo, se o Presidente da República deveria ser tratado por Vossa Majestade, se o cargo de Presidente da República não

seria vitalício, etc., esses assuntos foram debatidos lá. Assim, é natural que, nos Estados Unidos, a reeleição sem limite de número — Roosevelt foi reeleito três vezes — ali tivesse se estabelecido como a praxe de apenas uma reeleição. Com exceção do Presidente Roosevelt que, aproveitando o calor da guerra, foi ficando até a terceira reeleição.

Alexis de Tocqueville, que já foi citado pela Senadora Marina Silva e pelo Senador Eduardo Suplicy, foi enviado da França aos Estados Unidos para examinar o sistema penitenciário. Com a sua inteligência e capacidade de observação, escreveu um livro que é fundamental neste e noutros assuntos. O que ele dizia é que não apenas nos 6 meses que antecederam, mas, diante da reeleição, o Presidente da República se esquece de tudo, esquece-se da administração, e o seu principal objetivo fica sendo, obviamente, a sua reeleição.

Não temos dúvida da existência dessa máquina fantástica que é o Poder Executivo no Brasil, com toda a sua base administrativa, com o seu poder de admitir e de demitir, de criar dinheiro e de aumentar as receitas e desviá-las para os fins eleitorais. Tudo isso e algo mais fazem com que se torne realmente um atentado à democracia o instituto da reeleição sem desincompatibilização.

Não há dúvida de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso usou desta instituição — a reeleição —, pela primeira vez no Brasil, para a própria criação. Sua Excelência usou a própria máquina, comprou votos e praticou crimes de responsabilidade. Sabemos que até R\$200 mil foram pagos naquela ocasião! Desse modo, já se inicia o instituto da reeleição, com a sua utilização, alimentado e sustentado pela corrupção.

Paul Valéry observou que o uso de poder torna o poder muito apetecedor.

Tenho em mão um livro excelente, intitulado *Sua Majestade o Presidente do Brasil*. Quem o escreveu não foi petista nem socialista, mas o Cônsul da Inglaterra, que permaneceu nessa função por 25 anos no Rio de Janeiro, até ser expulso do Brasil. Um dia, ele encontrou-se no cais do porto com o Embaixador da Suíça, que o alertou para o fato de estar correndo perigo e que esse risco viria da Itália. Mussolini estava mandando dinheiro para fazer campanha contra o referido Embaixador, que dizia algumas verdades incômodas. Ernest Hambloch afirmou ao Embaixador da Suíça: “Mas tudo o que estou falando é verdade.” Respondeu o segundo: “Aí mesmo é que está o perigo — falar a verdade.”

Desse modo, parece-me que o assunto que estamos debatendo hoje já se vem arrastando em discussões há séculos. A cada dia, fica mais perigoso o instituto da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Senador Lauro Campos, a Presidência solicita que V. Ex^a conclua.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido — DF) — Destarte, não podendo ficar livre dessa excrescência introduzida na vida pública brasileira pela primeira vez para favorecer Sua Majestade o Presidente da República, devemos contentar-nos em aprovar o projeto do Senador Nabor Júnior, a fim de coibir, de tentar melhorar um pouco, colocar um pouco de perfumaria nesta grande excrescência. O ideal, obviamente, seria a eliminação total, completa, cabal desse instituto. Tanto esse quanto dezenas de outras atitudes tomadas por este Governo neoliberal, na realidade são institutos que retornam aos séculos XIX e XVIII. Essa modernidade é retrógrada, reacionária, inclusive no que diz respeito ao instituto da reeleição. Por enquanto, não estamos discutindo ainda se o cargo será vitalício, se será hereditário, como foi discutido nos Estados Unidos, e se o Presidente da República não deverá ser chamado de Sua Majestade. Por enquanto, não estamos discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO MACHADO (Bloco/PSDB — CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, a Bancada do PSDB está liberada para votar de acordo com a consciência de cada um. A minha posição pessoal é contrária a essa medida, porque entendo que reeleição tem que ser plena, porque pressupõe continuidade administrativa, e na continuidade não pode haver interrupção.

Em função disso, sou contrário à votação desse dispositivo. Meu voto é “não”, e a bancada do PSDB está liberada.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB — RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente registrar que falo não como Líder do Governo, mas como Senador por Roraima. Gostaria de encaminhar contrariamente à emenda e teria motivos pessoais, eleitorais no meu Estado para votar favorável

Senador Eduardo Siqueira Campos e Senador Romero Jucá, o painel registrava a presença de 77 Srs. Senadores. Então, estou sendo tolerante, porque espero o comparecimento dos seis restantes Senadores que registraram a presença em plenário.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Encerra a votação.

Votaram SIM 49 Srs. Senadores; mais o voto favorável do Presidente Jader Barbalho.

Votaram NÃO 22 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Aprovada a proposta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2000

Altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 14.

§ 6º Para concorrerem a quaisquer cargos eletivos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 17, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

Fica prejudicada a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, que tramita em conjunto, constante do item 2 da pauta.

É a seguinte a matéria aprovada:

É o seguinte o item prejudicado, que tramitava em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição n.º 44, de 2000.

Item 2:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2000**

**(Tramitando em conjunto com a Proposta de
Emenda à Constituição nº 44, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Jefferson Peres, que modifica o § 6 do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos).

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência transfere para a próxima 3ª feira, dia 15, os itens 3, 4 e 5 da pauta.

São os seguintes os itens:

Item 3:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2000
(Votação nominal)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera a alínea **d** do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.313, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador José Fogaça.

Item 4:

**PARECER Nº 292, DE 2001
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 232, de 2001)**

**art. 281 do Regimento Interno)
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 292, de 2001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Arlindo Porto, sobre a Mensagem nº 114, de 2001 (nº 345/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Item 5:

**PARECER Nº 293, DE 2001
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 233, de 2001
art. 281 do Regimento Interno)
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 293, de 2001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Tasso Rosado, sobre a Mensagem nº 115, de 2001 (nº 346/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Eduardo Henrique Ellery Filho*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 6:**

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 1999 –
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1999-Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (casos em que ocorre inelegibilidade), tendo

Parecer sob nº 133, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação do vencido.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o Substitutivo, em turno suplementar. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem a apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO
DE LEI DO SENADO
Nº 213, DE 1999-Complementar**

**Altera o inciso V do art 1º da Lei
Complementar nº 64, de 18 de maio de
1990.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art., 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 maio de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c:

"Art. 1º
....."

"V –
....."

"c) os Senadores que estiverem no meio do mandato, salvo se renunciarem ao mesmo até a data da convenção partidária;"

(AC) *
"....."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 7:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2000** (nº 299/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pioneira Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 865, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2000 (nº 299, de 1999, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 303, DE 2001
(Da Comissão Diretora)**

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 113, de 2000 (nº 299, de
1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2000 (nº 299, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pioneira Stéreo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 303, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Pioneira Stéreo Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº , de 6 de abril de 1999, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Pioneira Stéreo Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, e serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000** (nº 303/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sul Fluminense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 983, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000 (nº 303, de 1999, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 304, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000 (nº 303, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2000 (nº 303, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio

Sul Fluminense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Carlos Wilson**

ANEXO AO PARECER Nº 304, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a “Rádio Sul Fluminense Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de novembro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 10 de novembro de 1993, a concessão outorgada a “Rádio Sul Fluminense Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para um esclarecimento. Houve inversão da pauta? Porque o Item 3 seria, na sequência votada, uma emenda constitucional também, com votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Sebastião Rocha, face à evidência da dificuldade de **quorum**, a Presidência resolveu transferir para a próxima terça-feira a emenda de autoria de V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000** (nº 484/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo

Parecer sob nº 20, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 305, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000 (nº 484, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2000 (nº 484, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, consolidando a Emenda nº 1-CE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº, DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Tupi Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de janeiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 10 de novembro de 1993, a concessão de Rádio Tupi Ltda., outorgada originariamente a Sociedade Rádio Emissora Paranaense Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2000** (nº 489/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.145, de 2000, da Comissão de Educação, Relator:

Senador Jonas Pinheiro, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 228, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 306, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2000 (nº 489, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2000 (nº 489, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Luzes da

Ribalta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio 2001.
– **Jader Barbalho**, Presidente – **Antonio Carlos Valadares**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Carlos Wilson**.

ANEXO AO PARECER Nº 306, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que concessão de “Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda.,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de maio de 1999, que renova por dez anos, a partir de 22 de junho de 1997, a concessão de “Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda.,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 198, de 2001**, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, de 1999, que tramitam em conjunto, seja ouvida além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, a de Assuntos Sociais.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Os Projetos de Lei nºs 149 e 320, de 1999, vão à Comissão de Assuntos Sociais, retornando posteriormente à de Educação, para exame dos projetos e das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento n.º 239, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 18, de 2001, mediante o qual esta Casa autoriza a contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, BIRD, destinado a financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural – I, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Incra.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os Srs. Senadores Pedro Simon e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para registrar, com profunda satisfação, o resultado do processo eleitoral interno ocorrido no âmbito do Ministério Público Federal para a escolha do novo Procurador-Geral da República, que virá substituir o ilustre Dr. Geraldo Brindeiro, que vem ocupando esta função há três mandatos consecutivos.

É importante ressaltar que esta consulta foi realizada no dia 2 do corrente e a apuração, que foi ontem, 8 de maio, registrou a participação de 68% dos Procuradores da República. Ou seja, contou com amplo respaldo da categoria. Resultou do sufrágio a constituição de uma lista tripartite que será encaminhada ao Presidente da República.

A lista apurada contempla a eleição de três dos mais ilustres membros do Ministério Público Federal, a saber: em 1º lugar, com 57% dos votos, o Dr. Antônio Fernando Barros Silva e Souza; em 2º, com 38%, o Dr. Cláudio Fonteles e finalmente em 3º, com 31% dos votos, a Dr^a Ela Wiecko Volkmer Castilho. Todos Subprocuradores-Gerais da República. E, sob tais, não nos faltam palavras para elogiar a retidão e a dignidade com que exercem a função pública que lhes é destinada.

De fato, a lista tripartite já é o critério estabelecido para a escolha de chefe de demais ramos do Ministério Público da União e nos Estados, que, infelizmente, ainda não foi adotado para o Ministério Público Federal. Por coincidência, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 74/99, que introduz alterações no Texto Magno, com o mesmo propósito. Hoje a PEC aguarda o pronunciamento da CCJ. Na época, assim argumentei sobre a necessidade de instrumentalizar o Ministério Público Federal com um processo mais claro na escolha de seu chefe:

O Ministério Público é, nos termos da Constituição Federal, instituição permanente, incumbindo-lhe, com autonomia funcional e administrativa plenas, a

defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Até 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Federal, a Procuradoria-Geral da República, não raro, fez as vezes da Advocacia-Geral da União. A instituição desse último órgão pela nova Carta, estruturada pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, decorreu do forte argumento de que os assuntos judiciais e extrajudiciais da União não deveriam comprometer a independência funcional erga omnes da Procuradoria-Geral no zelo da coisa pública, contra quaisquer entes ou pessoas.

O Ministério Público não é integrante do Poder Judiciário, como alguns equivocadamente supõem. Tampouco é parte dos Poderes Executivo ou Legislativo. Esse organismo interpoderes, verdadeiramente suscitado pela Constituição Federal de 1988, vem, desde então, assumindo, para a Nação brasileira, a função de zelar pelos interesses públicos, entre esses, os dos próprios Poderes constituídos. Para desempenhar suas funções constitucionais, o Ministério Público jamais poderia integrar o complexo de órgãos dos três Poderes da União, sob pena de negar a sua independência e autonomia assentadas na Constituição Federal.

Dessa forma, não há porque o Procurador-Geral, que desempenha o cargo de Chefe do Ministério Público da União, ser, além de nomeado, também indicado pelo Presidente da República, eis que essa indicação compromete a autonomia da qual haure as forças que explicam sua existência. Sem independência e autonomia, não há Ministério Público.

Essa é a razão para não se atrelar aquele cargo aos interesses de gestão do Chefe de Governo. Assuntos presidenciais, razões de Estado e políticas partidárias devem ter tratamento tão isento que não dependam da personalidade do ocupante do cargo de Procurador-Geral. A ausência de interseção entre os três Poderes e o Ministério Público, preconizada nesta Emenda, garantirá nova sistemática, em que a indicação se dará por lista tripartite, originária do próprio corpo de procuradores.

Por fim, a proposta de Emenda prescreve uma única recondução ao cargo de Procurador-Geral. São escopos da medida operar a renovação e afastar o personalismo que naturalmente se desenvolve com a continuada aproximação entre os ocupantes de postos de comando e o Chefe da Procuradoria. Essa proximidade agrega prejuízo a matérias de interesse público, entre as quais a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e

individuais indisponíveis que, por sua natureza, devem receber tratamento exclusivamente técnico.

Hoje, vejo que minha iniciativa é oportunamente coerente com a manifestação da maioria dos Procuradores e que este registro sirva como alerta dos ecos da sociedade às iniciativas que temos o direito e o dever de tomar na atividade legislativa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) –

Discurso Encaminhado

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, acabo de receber publicações relativas ao seminário internacional "Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia", realizado em Belém, no período de 16 a 20 de outubro do ano passado. Além do resumo de todas as palestras e dos debates que se travaram sobre as perspectivas da dendeicultura, as referidas publicações incluem moção dirigida aos agentes financeiros e a *Carta de Belém*, contendo as diretrizes pelas quais se devem pautar todos os segmentos envolvidos com a produção nacional do óleo de palma.

Reunindo especialistas de todo o mundo, além de produtores e dirigentes de órgãos relacionados com a dendeicultura, o Seminário foi aberto pelo Governador Almir Gabriel, que abordou o tema "*O Agronegócio do dendê: uma das opções para a mudança da base produtiva no Estado do Pará*".

A simples realização desse evento, Senhor Presidente, já mereceria nosso caloroso aplauso, uma vez que, procurando identificar os fatores que restringem o desenvolvimento de atividade tão importante para as economias regional e nacional, identifica possíveis soluções para toda cadeia produtiva e procura integrar as diversas instituições e empresas de alguma forma vinculadas à dendeicultura.

Entretanto, o tema merece ainda ser abordado por uma outra perspectiva: a do quanto a natureza tem sido pródiga para com nosso País e do quanto temos sido dissipadores em relação às oportunidades de geração de emprego e renda, enfim, de desenvolvimento econômico e social.

Temos agido, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao longo de nossa história. Assim ocorreu com a borracha, quando fomos suplantados pelos produtores asiáticos; com o café, que ainda produzimos em larga escala, mas cuja qualida-

de já não atende satisfatoriamente o mercado internacional; com o cacau, cronicamente flagelado pela praga conhecida como vassoura-de-bruxa; com a cana-de-açúcar, cuja produção poderia manter-se incrementada em função do Proálcool – programa pioneiro no mundo e que, no entanto morre por inanição exatamente quando País domina a tecnologia nessa área.

Com o dendê, estamos igualmente perdendo uma excelente oportunidade de promover o desenvolvimento regional e de ampliar a pauta de exportações. O dendezeiro é uma planta que se desenvolve bem no clima tropical úmido, quase não suportando déficits hídricos. No Brasil, sua produção se restringe aos Estados do Pará, Amazonas, Amapá e Bahia, e a região Amazônica revelou-se um ambiente ecologicamente propício ao desenvolvimento dessa planta. No entanto, temos apenas 50 mil hectares de plantio do dendê, com uma produção de 100 mil toneladas anuais, inexpressiva no mercado mundial. Tendo todas as condições favoráveis para fazer do dendê um produto de exportação, ocupamos o 13º lugar entre os produtores mundiais.

Entre nós, Senhor Presidente, o dendê é pouco mais que um folclore: o consumo é ínfimo, mas ainda assim, para satisfazer a demanda interna, fomos obrigados a importar 150 mil toneladas do produto no ano passado. No mercado internacional, porém, é uma *commodity* valorizada, conhecida como *ou palm*, que gera renda e emprego, além de contribuir para o equilíbrio da balança comercial dos países exportadores.

Na verdade, os dendeicultores brasileiros receberam estímulos financeiros em nosso País, mas esses incentivos não têm sido suficientes para alavancar uma produção condizente com nossas condições climáticas. Assim, o seminário internacional "Agronegócio do Dendê", promovido pela Embrapa, pelo Instituto Interamericano Cooperação para a Agricultura e pelo Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para o Trópico, procurou analisar as causas dessa baixa produção e orientar o crescimento sustentado da dendeicultura.

Para buscar um consenso, foram analisados, durante o evento, temas como a situação do mercado de óleo de palma no mercado mundial; o desenvolvimento do cultivo nas diversas regiões produtoras, como a Malásia, no continente asiático, e a Costa do

Marfim, na África; a situação dos produtores latino-americanos, como Brasil, Costa Rica, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e México; as limitações do cultivo, os avanços tecnológicos e as medidas a serem implementadas; e a dendeicultura como sistema sustentável, capaz de gerar renda e emprego, integrada às políticas públicas e às demais atividades econômicas.

Os participantes do conclave, após cinco dias de exposições e debates, concluíram pela necessidade de se implementar um programa de cooperação técnica internacional dirigido para a pesquisa e transferência de tecnologia no agronegócio do dendê. Ao mesmo tempo, consideraram que a dendeicultura pode ser uma atividade promissora na Amazônia, por ser um sistema de produção sustentado sob todos os aspectos.

Os especialistas consideraram, também, que a experiência empresarial, malgrado alguns resultados inexpressivos na região, apresenta potencial animador, se conduzida com observância das normas técnicas e dos avanços tecnológicos. Finalmente, ressaltando que a região e o Brasil não têm los resultados expressivos na produtividade e na ampliação da área de plantio, concluíram que boa parte dos empecilhos enfrentados pelos dendeicultores tem origem política.

A *Carta de Belém*, aprovada pelos participantes ao final do encontro, propõe uma série de medidas para nortear a *Agenda Única da Dendeicultura no Brasil*. Essas medidas, Senhoras e Senhores Senadores, são basicamente as seguintes:

1 – criar no âmbito do Governo Federal um programa específico de incentivo ao desenvolvimento da dendeicultura;

2 – estabelecer linhas de crédito compatíveis com os riscos e a capacidade de pagamento inerentes ao ciclo da cultura;

3 – considerar a dendeicultura como atividade de reflorestamento;

4 – elaborar o zoneamento agroecológico para esse tipo de cultivo nas principais regiões produtoras do País;

5 – estimular a participação dos agricultores familiares no processo produtivo do óleo de palma;

6 – incluir o cultivo do dendezeiro como atividade de compensação ecológica nas relações negociais que tratam do seqüestro de carbono;

7 – ampliar os recursos para a dendeicultura, com especial atenção ao combate da doença conhecida “amarelecimento fatal”;

8 – criar um agressivo programa de capacitação técnica em todos os níveis de ensino.

No plano internacional, os signatários da *Carta de Belém* decidiram apoiar a elaboração, o financiamento e a execução de um projeto para prevenção e controle do “amarelecimento fatal”; e apoiar a criação de uma rede latino-americana para o desenvolvimento da dendeicultura.

As medidas elencadas no documento não são, em absoluto, inexequíveis, motivo por que encareço aos órgãos competentes, e especialmente ao Banco Central, no que tange à política creditícia, uma especial atenção para o setor. Na verdade, as reivindicações listadas na *Carta de Belém* representam para o nosso País uma oportunidade ímpar de aproveitamento de nossas condições de solo e climáticas, que seguramente resultará em benefícios sociais e econômicos para a Amazônia e para o Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, no gabinete de V. Ex^a, diversas Lideranças de partidos com assento no Congresso, ao formalizarem a entrega de um requerimento com número de assinaturas constitucional para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitaram a V. Ex^a que analisasse a possibilidade da leitura do requerimento de instalação da CPI em uma sessão do Senado, pois, de acordo com a nossa interpretação, o Regimento possibilitaria esse tipo de leitura.

Mas, na hipótese de a Mesa entender que o Regimento não ampara essa possibilidade, que V. Ex^a

convoque uma sessão do Congresso Nacional, para hoje à noite ou amanhã, para a leitura do requerimento de instalação da CPI. V. Ex^a disse que faria uma análise sobre o assunto e que responderia às Lideranças dos Partidos a respeito dessas duas solicitações. Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que informasse se já há alguma posição da Presidência do Congresso a respeito dessas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador José Eduardo Dutra, em primeiro lugar, devo informar a V. Ex^a que em relação à possibilidade da leitura ser feita pela Mesa do Senado Federal implica numa impossibilidade regimental. O Regimento do Senado não abriga a hipótese e, consultando a Secretaria-Geral da Mesa, fui informado de que não há sequer um precedente em relação a essa questão.

Em relação à convocação para a leitura, há uma preliminar que necessita ser atendida, que é a conferência a ser feita pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. Não há a menor possibilidade de a Presidência convocar uma sessão para essa leitura sem que essa preliminar seja cumprida. Desde que cumprida a preliminar, a Presidência poderá fazer a convocação, sob pena de tornar a sessão prejudicada pelo não-cumprimento da preliminar.

Lembrei-me de que, no encontro em que tive a honra de receber V. Ex^a e outras Lideranças, particularmente da Câmara dos Deputados, a possibilidade ou não da retirada de assinaturas dependeria – no mesmo dia da sessão a ser realizada – da publicação no **Diário Oficial** no dia seguinte. Portanto, qualquer modificação ou alteração teria de ser feita no mesmo dia da sessão. Então, há que se levar em conta que existe no momento uma preliminar a ser atendida que motive a convocação da sessão do Congresso Nacional.

Consultei há pouco o Secretário da Mesa, o Dr. Carreiro, e ele já encaminhou o pedido de informação à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e estamos aguardando o retorno da informação para, aí sim, a Presidência do Senado Federal e, por consequência, do Congresso Nacional, poder convocar uma sessão específica para a leitura.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, sem querer dialogar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com o maior prazer, Senador, ouço V. Ex^a sem nenhuma dificuldade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, quero insistir em uma outra

questão. A questão regimental, essa eu não vou discutir: é a interpretação da Mesa. Consideramos que a jurisprudência é gerada a partir do momento em que acontece o primeiro fato; da mesma forma em que a partir do momento em que, pela primeira vez, foram lidos vetos na sessão do Senado ou foi lida a LDO na sessão do Senado, estabeleceu-se a jurisprudência.

Mas essa é uma questão que cabe à Mesa decidir.

Com relação à sessão do Congresso, considerando que a conferência das assinaturas do Senado já foi feita, até porque é muito mais fácil de ser feita, porque são 28 Senadores; considerando que havia sido feita uma conferência prévia pela Câmara dos Deputados, quero insistir em que, chegando a resposta da Câmara dos Deputados relativa à existência do número constitucional de assinaturas de Deputados e, portanto, atendida a preliminar que V. Ex^a está colocando – e considerando que essa preliminar seja atendida ainda no dia de hoje – seja convocada uma sessão do Congresso Nacional, amanhã, para que, atendida a preliminar, possa ser feita a leitura do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Agradeço que V. Ex^a reconheça a necessidade do cumprimento da preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às dez horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1996 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Waldeck Ornelas, que *dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS*, tendo

Parecer sob nº 92, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, oferecendo a redação para o segundo turno.

A discussão da matéria encerrou-se na sessão deliberativa ordinária de 18 de abril último, ficando sua votação adiada para hoje.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 1995
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 11, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, de autoria do Senador João França, que *dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores*, tendo

Parecer sob nº 62, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Leomar Quintanilha, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários da Senadora Emília Fernandes e, em separado, do Senador Sebastião Rocha.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 29 de março último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2000 (nº 305/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio AM Show Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 867, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2000 (nº 318/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Empresa de Radiodifusão Cidade Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 869, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Osmar Dias.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 230, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2000 (nº 199/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga per-

missão ao Sistema de Comunicação AM Produções e Eventos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coari, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 21, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 231, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2000 (nº 205/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação AM Produções e Eventos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alvarães, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 22, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 232, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2000 (nº 433/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Belo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 214, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvan Borges.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2000 (nº 503/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Assistencial, Educacional e Cultural Áudio para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.240, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvan Borges.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 254, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2000 (nº 508/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Batataense Cultural – ABC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 265, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Gerson Camata.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 201, de 2001, do Senador Romeu Tuma, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 131, de 1999, e 18, de 2000, dos Projetos de Lei do Senado nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999, 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 11 –

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 2001, da Senadora Marina, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1996, com o de nº 303, de 1999, e os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 12 –

REQUERIMENTO Nº 206, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2001, do Senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2000, com o de nº 303, de 1999, e os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Está encerrada a sessão.

(Levanta a sessão às 18 horas e 44 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JADER BARBALHO

09/05/2001
quarta-feira

-
- 11:00 - Deputado Estadual Hélio Leite (PA) acompanhado do Prefeito Digomes (Salinas), Prefeito Beto Bandeira (Irituia), Prefeito Aloísio Pinto (Terra Alta) e Prefeito Joseval Reis (Conceição do Araguaia)**
- 12:00 - Senadora Emília Fernandes acompanhada do Deputado Belaid Abdelaziz (Argélia) e membros do comitê preparatório do XV Festival Mundial da Juventude e Estudantes**



**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

PMDB

Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Amir Lando
Marluce Pinto

PFL

Francelino Pereira
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Carlos Patrocínio
Bello Parga

BLOCO – PSDB/PPB

Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)

Heloísa Helena
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR

Romeu Tuma



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11ª REUNIÃO DE 2001

Em 08 de maio de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESEÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Casildo Maldaner		Marluza Pinto	
Ramez Tebet		Gerson Camata	
Nabor Junior		Jader Barbalho	
Ney Suassuna		Renan Calheiros	
Amir Lando		Carlos Bezerra	
PFL			
Geraldo Althoff		José Agripino	
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio	
Paulo Seato		Bello Parga	
Waldemar Ornelas		Freitas Neto	
BLOCO - PSDB/PPB			
Lucio Alcântara		Antero Paes de Barros	
Osmar Dias		Ricardo Santos	
José Roberto Arruda		Romero Jucá	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
Lauro Campos		José Eduardo Dutra	
Helôisa Helena		Marina Silva	
Jefferson Páres		Roberto Saturnino (PSB)	
Senador Romão Tuma (Corregedor)		(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	

Visto:

Brasília, 08 de maio de 2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número legal, declaro aberta a 11ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo tratar de assuntos referentes à Denúncia n.º 1, de 2001, quais sejam, os seguintes requerimentos de diligências, ainda pendentes:

Requerimento (RED) n.º 1, de 2001, apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros, em 21 de março, de convocação do Sr. Fernando César Mesquita, jornalista e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado;

Requerimento (RED) n.º 4, de 2001, apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na reunião de 4 de abril, de convocação dos peritos da Unicamp;

Requerimento (RED) n.º 5, de 2001, apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na mesma reunião, de convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do Plenário;

Requerimento do Senador Antero Paes de Barros, encaminhado por esta Presidência ao Reitor da Unicamp, no sentido do esclarecimento de indagações feitas relativamente ao painel de votação eletrônica do Senado;

Requerimento (RED) n.º 8, de 2001, apresentado pela ilustre Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos, como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais de tronco comum da Casa, no período de 27 a 30 de junho de 2000.

Quanto ao ofício do Senador Roberto Freire, recebido no último dia 2 de maio, informo que o mesmo foi retirado pelo autor e deferido pela Presidência na reunião do dia 3 de maio.

Quero esclarecer ao Plenário que os autores de todos esses requerimentos requereram a desistência dos mesmos – todos formalizaram por escrito o pedido de retirada.

Estão sobre a mesa os requerimentos do Senador Relator, que é autor de dois requerimentos, bem como os do Senador Antero Paes de Barros e o da Senadora Heloísa Helena.

Consulta, pois, se podemos votar todos os requerimentos em conjunto ou se devemos votar cada um individualmente.

O SR. JEFERSON PÉRES – Sr. Presidente, creio que em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Vamos votá-los em conjunto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Sobre a mesa, requerimentos de autoria do Senador Waldeck Ornêlas, que passo a ler:

“Requeiro, na forma do art. 4º e do art. 17 da Resolução n.º 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a requisição ao Ministério Público Federal de cópia do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.”

O segundo requerimento, que passo a ler, está vazado nos seguintes termos:

“Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a juntada aos autos da investigação preliminar feita por esse Conselho da Perícia oficial realizada na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco de Souza da reunião sigilosa ocorrida entre os Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Requeiro, ainda, a audiência prévia do Senhor Corregedor sobre o cotejo da gravação feita pelo Departamento de Polícia Federal e o efetuado pelo perito particular Ricardo Molina.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.”

Há ainda um terceiro requerimento, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que passo a ler:

“Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, seja requisitada perícia oficial no computador onde teria sido gravado disquete com arquivo contendo a suposta relação de votos proferidos na sessão que resultou na perda de mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.”

Srs. Senadores, estes requerimentos foram recebidos agora pela Presidência. O eminente Senador Waldeck Ornélas me informou de um requerimento que faria no sentido de requisitar cópia do inquérito administrativo realizado no Ministério Público.

De ofício, Senador Waldeck Ornélas, solicitarei cópia do inquérito administrativo, sem prejuízo de considerar encerradas as averiguações. Isso já é demais. Se chegar ainda a tempo, tudo bem; mas acho que estes requerimentos poderiam ter sido formulados há muito tempo. Sinto que o Conselho de Ética entende que as averiguações devam ser consideradas encerradas.

Assim, na qualidade de Presidente, declaro realmente encerradas as averiguações da Denúncia objeto de nossos trabalhos. Portanto, repito, declaro-as encerradas.

Tendo sido retirados todos os requerimentos de diligências constantes da Ordem do Dia de hoje, declaro encerrada a fase de averiguações da Denúncia nº 01, de 2001, não obstante vá requisitar os pedidos. Entretanto, fica a critério do eminente Relator receber, se chegarem a tempo, as respostas às diligências requeridas. A fase de averiguações, positivamente, está encerrada.

O SR. PEDRO SIMON – Requeiro pedindo urgência, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro que se tem que pedir urgência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª me permite um esclarecimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, Excelência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Na verdade, tanto a perícia na gravação quanto a perícia no computador já foram solicitadas pela Corregedoria, não

tendo, contudo, sido ainda apresentadas a este Plenário. Dessa maneira, estou pedindo a juntada desses documentos, que reputo elementos essenciais de prova, bem como a juntada da cópia do inquérito administrativo instaurado no Ministério Público. Não estou pedindo novas audiências; estou pedindo porque é fundamental – e agradeço a V. Exª o deferimento dos requerimentos – que esses documentos sejam juntados aos autos, para que o Sr. Relator possa considerá-los na formação do seu juízo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei vista dos autos, pelo prazo regimental, ao eminente Sr. Relator, independentemente da chegada ou não dos citados documentos. S. Exª apreciará esses requerimentos ou não, mas as averiguações estão encerradas.

Segundo penso, os requerimentos podem ter procedência no momento processual, ou seja, no momento da defesa propriamente dita, lá na frente, se chegarmos até lá, o que não sei.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – É critério do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei o parecer do eminente Relator.

Assim, com o meu despacho, declaro encerrada a fase das averiguações da Denúncia nº 01, de 2001, e abro vista regimental para que o eminente Relator se pronuncie.

O Senador Romeu Tuma pede a palavra para dar alguns esclarecimentos sobre os laudos, tendo em vista que houve referência a isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já conversei sobre isso com o Relator, Senador Roberto Saturnino. Recebi um telefonema de sua secretária tratando do laudo sobre os disquetes e o computador utilizados para alterar o programa e sobre a possibilidade de extração da lista.

Esclareço que a Polícia Federal está concluindo os dois laudos, comprometendo-se a nos enviá-los até quinta-feira. Como disse, já avisei o Relator sobre isso. Enviarei, hoje, cópia do laudo da Unicamp para ser examinado pela Polícia Federal e para que se faça alguma complementação, se houver necessidade, a fim de que, futuramente, não se alegue que se tratou de um laudo contratado e não oficial. Foi apenas um cuidado especial, Senador Roberto Saturnino, ao qual peço a anuência de V. Exª, porque temos de ter zelo, em todas as fases, a fim de não ensejar qualquer tipo de nulidade.

Comunico ainda ao Conselho que a Corregedoria já está com a documentação toda catalogada – um pré-relatório –, que encaminharei a V. Ex^a. Apesar de já ter se encerrado a fase de averiguações, acredito que será de bastante utilidade ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, não quero deixar qualquer dúvida a respeito da decisão da Mesa. Veja bem V. Ex^a: tenho em mãos requerimentos de perícia oficial, o que, positivamente, a fase de averiguações não comporta. Vou juntá-los aos autos, porém informando que a fase atual não comporta uma perícia oficial. Esses requerimentos seriam peça de defesa por ocasião do processo. Não podemos protelar mais. A perícia oficial na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco podia ter sido requerida há muito tempo, e não o foi. Assim, será peça de defesa, dependendo do andamento do processo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas foi, Sr. Presidente. V. Ex^a não entendeu. Deixe-me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Essa perícia.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Não quero que a explicação de V. Ex^a dê margem a que amanhã a imprensa venha dizer, como disse quando requeri corretamente verificação de **quorum** na reunião anterior, que se trata de prática protelatória. De modo algum. Trata-se de medidas, como o Corregedor acaba de informar, já providenciadas por S. Ex^a. Como sabia que V. Ex^a queria encerrar hoje...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas não dá para procrastinar, porque a perícia oficial da gravação foi feita aqui e aprovada por todos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Procurador-Geral esteve conosco, pessoalmente. Fui lá pedir a fita, que foi encaminhada à Polícia Federal com a autorização da Presidência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas, neste caso, Sr. Presidente, estamos com o carro adiante dos bois. Embora se trate de uma denúncia, as investigações deixaram de ser preliminares e passaram a ser investigações amplas, com elementos de perícia. Por essa razão, é indispensável e fundamental que o Relator considere esses elementos em seu parecer, pois não voltará a considerá-los depois. Então, por isso, tomei o cuidado de requerer a junta da desesla-

udos aos autos, para que o Relator possa trabalhar também com esses elementos.

Essas são providências já solicitadas pelo Corregedor e que ainda não foram concluídas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, já proferi o meu despacho e, realmente, como afirmei no início, vou juntá-los aos autos, pois declarei encerrado o processo de averiguações e determinei a concessão de vista dos autos ao eminente Relator.

Ilustres membros, não posso deixar de ler outro requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, nos seguintes termos:

“Requeiro que a votação do parecer do Relator Roberto Saturnino neste Conselho de Ética, destinada a apurar a violação do painel de votação do Senado Federal, na sessão que cassou o mandato do então Senador Luiz Estevão, seja aberta, com os membros anunciando ostensivamente os seus votos.

Justificação

A gravidade dos episódios investigados por este Conselho recomenda a adoção de procedimentos excepcionais, com vistas a conferir o indispensável grau de transparência durante o processo de votação, de maneira a preservar, incondicionalmente, a credibilidade da instituição Senado Federal.”

Lido o requerimento, valho-me do ditado: “Cada dia com a sua agonia”. Quando o Relator apresentar o seu parecer, por que nem este Presidente nem o Conselho podem decidir sobre hipótese, essa matéria será decidida.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento acerca do significado da expressão que V. Ex^a utilizou: “conceder vista ao Relator pelo prazo regimental”. Que prazo regimental é esse? São os cinco dias de vista do processo normal? São as cinco sessões utilizadas quando da representação?

Pretendo saber exatamente o prazo que se tem, para conhecer realmente a data em que o Relator apresentará o seu parecer ao Conselho. É um esclarecimento que eu gostaria que V. Ex^a prestasse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, o nosso Regimento reza que o Relator tem o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar o seu relatório. Se S. Ex^a entender que cinco sessões não são suficientes, naturalmente, deverá apresentar aqui qualquer requerimento. Não posso fugir do Regimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, é importante precisar a data, porque essa questão das cinco sessões ordinárias está prevista no Regimento não para esta fase em que estamos agora. Esse prazo de cinco sessões ordinárias consta do inciso IV do art. 15, que trata da relação de representação, que não é o caso agora. O Regimento é omissivo em relação à situação atual. Como temos outros prazos relativos a vista, como aquele que se aplica quando do pedido de vista normal de Senador, eu gostaria que se precisasse exatamente o prazo que está sendo dado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Ex^a não considera que o prazo regimental deve ser esse a que me referi? Se o Regimento é omissivo, tenho de apresentar algo por analogia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Concordo com V. Ex^a. Solicitei apenas que V. Ex^a precisasse exatamente o prazo, porque V. Ex^a afirmou “*pelo prazo regimental*”, e isso dá margens a... Nas Comissões, fala-se em prazo regimental para a relatoria, que é um prazo maior que esse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas acredito que ficou esclarecido o prazo a que me referi. Ou não? (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Senadores, não há mais nenhuma questão de ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, apenas peço ao Relator que tenha mais cuidado daqui em diante. S. Ex^a deve se preservar mais. Não deve morder qualquer fruta que colocam na sua frente. (Risos.) S. Ex^a precisa ter um pouquinho mais de cuidado. Seria recomendável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, agradeço a presença...

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, antes do encerramento desta reunião – pois V. Ex^a já está prati-

camente se encaminhando para fazê-lo –, eu gostaria de ter a oportunidade da palavra para levantar algumas questões a respeito do procedimento que está ocorrendo no Senado.

Na verdade, esse procedimento de averiguação preliminar, no meu entender, caberia à Corregedoria. É ela que realmente opera questões dessa natureza. Mas, aqui, inverte-se o processo. Há uma investigação prévia, sem processo, porque a instauração de instância começa com uma denúncia formalmente feita, através de representação, de quem tem titularidade, que é o partido político, a Mesa ou o próprio Conselho, em determinadas circunstâncias. A partir daí, é notificado, ou citado, para ser mais correto – de via ser uma citação, mas aqui fala-se em notificação, e aceito porque o termo, tecnicamente, não é uma coisa nem outra –, e, então, nesse momento, é que se instaura a instância e começa o processo propriamente para a punição de quem quer que seja.

Mas, agora, o que aconteceu? Com essas investigações preliminares, com esse trabalho sério, arduo e, tenho absoluta certeza, difícil para o próprio Relator, que está conduzindo essa investigação como um juiz de instrução, estamos diante de um vazio. Digo isso porque, daqui, este Conselho não pode emitir, neste momento, segundo meu entendimento, qualquer juízo de mérito sobre o parecer.

Ao se pronunciar, num sentido ou noutro, sobre o mérito, estará antecipando julgamento, prejudgando, antes do processo. Entendo que a apreciação do Conselho, neste momento, o máximo que pode ser, é de procedimento. Mas isso não é o que a sociedade espera. Gerou-se uma expectativa na sociedade brasileira, por intermédio da mídia, no sentido de que agora propriamente se julguem as condutas das partes envolvidas. Espero que isso seja devidamente esclarecido, para que a população não se frustre de qualquer decisão que venha a ser tomada agora.

No momento, a decisão não pode ser de mérito; é meramente de procedimento. E, como é de procedimento, devo dizer que, nessas circunstâncias, não vejo inclusive que qualquer decisão favorável ou desfavorável, agora, impeça ou determine qualquer procedimento posterior.

A adoção de uma representação pelas partes legitimadas poderá acontecer diante do relatório favorável ou desfavorável; como ele vier.

Na verdade, os fatos estão aí, e eles poderão ser apropriados por qualquer partido político, pela Mesa ou pelo próprio Conselho e, nessas circunstâncias, o que teremos propriamente é a instauração do

processo, antecipando-nos. Há aqui, diante da sociedade, uma idéia de que já estivéssemos julgando. Mas as averiguações são preliminares, meras averiguações, que poderiam ter sido procedidas pela Corregedoria, que, no meu entender, seria a instância mais apropriada. Porém, o que aconteceu aconteceu. Só quero deixar gravadas essas colocações preliminares, porque entendo que temos que nos pronunciar adequadamente e oportunamente sobre os temas que se desenvolvem aqui, no Conselho de Ética.

Eram essas as observações preliminares que eu gostaria também de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Amir Lando, não entendo que V. Ex^a fez uma questão de ordem, mas entendo que V. Ex^a fez ponderações que se ajustam perfeitamente à realidade.

O SR. AMIR LANDO – É uma questão de ordem, Sr. Presidente. Claro que tenho que fazer algumas ponderações também. Estilo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro; não tenho que decidir sobre o que V. Ex^a está falando; estou até elogiando, porque V. Ex^a está ajudando no esclarecimento dos fatos, no esclarecimento processual da matéria que estamos examinando.

Também entendo – e aproveito só para acrescentar às palavras de V. Ex^a – que o que temos é uma denúncia, instaurada inicialmente pelo Senador José Eduardo Dutra e pelo Deputado Walter Pinheiro, da Bahia, aditada, posteriormente, não só pelos dois Parlamentares já citados como também pelo Senador Paulo Hartung, solicitando averiguações sobre a reportagem publicada pela revista *Isto É* e pedindo que ouvíssemos os jornalistas dessa revista, os Procuradores, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães. Tanto V. Ex^a tem razão que é um processo de investigação no momento, que um dos protagonistas surgiu em meio à denúncia, que é o Senador José Roberto Arruda.

Então, V. Ex^a tem plena razão. Trata-se de uma investigação. E, aí, o Relator se pronunciará sobre essa investigação, examinando os fatos, naturalmente, e propondo uma das alternativas previstas no Regimento.

V. Ex^a tem inteira razão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Corregedoria vai encaminhar toda a documentação pertinente também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que a Corregedoria, dentro do possível, arrecadou as investigações dos órgãos da Casa sobre os funcionários. Está tudo condensado numa apuração, e, ao receber os relatórios e as perícias, encaminharei imediatamente ao Conselho, que as encaminhará ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, apenas por uma questão de informação e planejamento de atividades. Dado o enorme interesse que há com respeito à reunião em que ouviremos o relatório do Senador Roberto Saturnino Braga, desejaria saber se, porventura, o Senador Roberto Saturnino Braga já tem idéia de quando o apresentará – se na terça-feira, na quarta-feira ou na quinta-feira –, para que possamos todos, membros e não-membros, planejar o horário das nossas atividades. Se for possível a informação sobre qual o dia e horário da reunião em que ouviremos o parecer do Relator, eu agradeceria.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador, pela decisão do Presidente, acatada por todos, esse prazo foi fixado em cinco sessões ordinárias, o que coincidiria com o dia de quarta-feira da próxima semana. Estarei pronto a apresentar o relatório nessa data.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Será quarta-feira, então?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Pelo amor de Deus, é o prazo máximo que foi dado, se ele quiser uma data anterior, ele a tem.

O SR. CASILDO MALDANER – É sessão ordinária; não precisa ser deliberativa.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É, não precisa ser deliberativa; é sessão ordinária.

O SR. CASILDO MALDANER – Se quiser apresentar antes, pode.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelas minhas contas é terça-feira; todavia, o Sr. Relator falou quarta-feira. Vamos designar para quarta-feira então.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Será pela manhã ou à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou marcar a hora agora.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas, se o Relator quiser apresentar antes, pode; não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em que pese haver reuniões importantes das Comissões na

quarta-feira, trata-se de uma questão relevante. Então, fica marcado para quarta-feira, às 10h da manhã. Se o Sr. Relator entender que...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, não é possível ficar para quinta-feira?


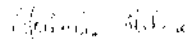
O SR. CASILDO MALDANER – Quinta é melhor.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, poderia ficar para quinta-feira, que é um dia mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, por gentileza, a Presidência designa que seja realizada a reunião na quarta-feira, às 10h, porque o Relator nos disse que tem condições de apresentar o seu relatório nesse dia.

Assim sendo, vou encerrar a presente reunião, agradecendo mais uma vez a compreensão de todos os Srs. Senadores e agradecendo a Deus pela proteção aos nossos trabalhos.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 11ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

<p style="text-align: center;"> SENADO FEDERAL CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</p> <p style="text-align: center;">REQUERIMENTO (RED) Nº 1, DE 2001</p> <p>Sr. Presidente,</p> <p>Tendo em vista que os envolvidos nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, em reunião do último dia 03 de maio, confirmaram telefonemas mútuos, solicito a Vossa Excelência seja retirado de pauta o Requerimento nº 08, de 2001, de minha autoria</p> <p style="text-align: right;">Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.</p> <p style="text-align: center;"> Senadora Heloisa Helena</p> <p style="text-align: right;">SEM ASSINATURA Fechado Original Em 08 de maio de 2001 Por: [Assinatura]</p>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

*Atestado em
08/05/01
[assinatura]*

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 102, DE 2001 (RCD)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Pánel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Ex.^a seja retirado de pauta o Requerimentos nº 4 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

[Assinatura]
Senador Roberto Saturnino
Relator

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

*Apresentado em
08/5/01*

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2001 (RFB)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Pánel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Exª. seja retirado de pauta o Requerimento nº 5 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

Roberto Saturnino
Senador **Roberto Saturnino**
Relator



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 13, DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Ex^a seja retirado de pauta o Requerimento RED nº 01, de 2001.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.


Senador Antero Paes de Barros



SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR


REQUERIMENTO (RED) Nº 12, DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Exª seja retirado de pauta meu requerimento de esclarecimentos dirigido ao Magnífico Reitor da Unicamp, relativamente ao referido episódio.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.


Senador **Antero Paes de Barros**

 **SENADO FEDERAL**
Câmara de Senadores, NEX SUASSUNA

*Requerimento nº 19
de 1991
5/5/2001*

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2001 (RETO)

Requeiro que a votação do Parecer do Relator Saturnino Braga nesta Comissão de Ética, destinada a apurar a violação do painel de votação do Senado Federal, na sessão que cassou o mandato do então Senador Luiz Estevão, seja aberta, com os membros anunciando ostensivamente os seus votos.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade dos episódios investigados por essa Comissão recomenda a adoção de procedimentos excepcionais, com vistas a conferir o indispensável grau de transparência durante o processo de votação, de maneira a preservar incondicionalmente a credibilidade da instituição Senado Federal.

Sala das Comissões, em

[Assinatura]
Senador Ney Suassuna

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
em 5/5/2001



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALDECK ORNELAS

REQUERIMENTO N.º 15

DE 2001 (PED)

Handwritten notes and signature:
F. C. S. 08/05/2001
[Signature]

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a requisição ao Ministério Público Federal de cópia do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Handwritten signature of Waldeck Ornelas
Senador Waldeck Ornelas



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALDECK ORNELAS

REQUERIMENTO N.º 16 (RQD) DE 2001

Waldeck Ornelas
08/5/2001

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

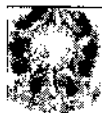
Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a juntada ao autos da investigação preliminar feita por esse Conselho da perícia oficial realizada na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco de Sousa da reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Requeiro, ainda, a audiência prévia do Senhor Corregedor sobre o cotejo da gravação feita pelo Departamento de Polícia Federal e o efetuado pelo perito particular Ricardo Molina.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho

Brasília-DF, de maio de 2001

Waldeck Ornelas
Senador Waldeck Ornelas

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **WALDECK ORNELAS****REQUERIMENTO N.º 17 (RED) DE 2001***Paulo Sérgio
10/05/2001*

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, seja requisitada perícia oficial no computador onde teria sido gravado disquete com arquivo contendo a suposta relação de votos proferidos na sessão que resultou na perda de mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001**Despacho**

Vistos etc.

Em data de 1º de março do corrente ano, o Sr. Senador José Eduardo Dutra, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, e o Sr. Deputado Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, entregaram na Secretaria deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Denúncia instando, "nos termos do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993", o Conselho a promover apurações preliminares e sumárias dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura" publicada na Revista **IstoÉ** em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, às páginas 24/30.

Esta Presidência proferiu o seguinte despacho (fl. 01, Vol. I):

"Determino à Secretaria que proceda à autuação da presente. Informado de que está em andamento um pedido de aditamento, que deverá ser entregue até amanhã, determino que, com ou sem o aditamento, venha-me a presente à conclusão amanhã, decorrido o prazo de 24 horas.

Em 05/3/2001 "

Na mesma data, os requerentes apresentaram aditamento à Denúncia (fls. 09, Vol. I), desta feita assinada também pelo Senador Paulo Hartung, Líder do Partido Popular Socialista no Senado Federal, para melhor esclarecerem o seu petítório.

Requereram ainda, **in verbis**, que:

"seja convidado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em caráter de urgência, o Senador Antonio Carlos Magalhães para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos fatos mencionados".

Juntaram cópia das matérias citadas (fls. 11/19, Vol. I).

A Presidência, em 5 de março, proferiu o seguinte despacho de fls. 09:

"1) Recebido hoje às 17h30min.

2) Junte-se à Representação. Oficie-se à digna Procuradora da República a fim de solicitar cópia da fita gravada pelo Procurador Luiz Francisco de Souza e outros Procuradores e o Senador Antonio Carlos Magalhães. No mesmo sentido, oficie-se à Revista IstoÉ.

3) Feito isso, venham-me os autos à conclusão para que seja nomeado Relator e designada audiência para o convite ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 05/3/2001"

Em cumprimento a esse despacho, a Secretaria enviou ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, o Ofício CEDP nº 1, de 2001 (fls. 20, Vol. I), e ao Dr. Domingo Alzugaray, Editor e Diretor Responsável pela revista *IstoÉ*, o Ofício CEDP nº 2, de 2001 (fls. 40, Vol. I).

Cumprido o despacho, foram-me conclusos os autos às fls. 61 onde proferi o seguinte despacho (fls. 61, Vol. I):

*1) Designo audiência para o dia 14 do corrente, quarta-feira, às 10h, a fim de serem ouvidos os Srs. **Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas***

Filho, autores das reportagens da revista *ÍstoÉ* mencionadas na Denúncia e anexadas ao presente feito;

- 2) Oficie-se aos Digníssimos Procuradores da República mencionados nas reportagens, Drs. Luiz Francisco de Souza, Eliana Forelly e Guilherme Scheib, a fim de serem ouvidos na referida audiência. Caso não seja possível na quarta-feira, informem à Secretaria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com sugestão urgente de nova data.
- 3) Quanto ao item anterior, oficie-se ao Digníssimo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, no sentido de viabilizar a presença dos referidos Procuradores na audiência, e encaminhe-se a S. Ex.^a cópia do inteiro teor da Denúncia e do seu Aditamento;
- 4) Estarei pessoalmente, me dirigindo ao Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, para que seja ouvido no mesmo dia, caso queira, ou de comum acordo, se fixe data para os seus esclarecimentos;
- 5) Do inteiro teor do presente despacho comunica-se o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como os membros titulares e suplentes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;
- 6) Dada a circunstância de a Corregedora já estar procedendo às diligências, dá-se ciência deste despacho ao eminente Senador Romeu Tuma, titular da Corregedoria;
- 7) Outras providências serão tomadas oportunamente.

Brasília, 12 de março de 2001

Em cumprimento a esse despacho, em 12 de março de 2001 esta Presidência enviou o Ofício CEDP nº 8-A, de 12.3.2001 (anexado às fls. 70 do Volume I), ao Senador Antonio Carlos Magalhães: 1) informando-lhe que os Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e o Deputado



Walter Pinheiro protocolaram a presente Denúncia e seu Aditamento perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; 2) comunicando-lhe que proferiu despacho no sentido de ouvi-lo, caso queira, em reunião do Conselho marcada para 14.3.2001, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho; 3) solicitando-lhe informar caso não seja possível o seu comparecimento nesse dia e sugerir imediatamente nova data; e 4) encaminhando-lhe cópia do inteiro teor desta Denúncia e de seu Aditamento, para conhecimento.

Em 13 de março de 2001, o Sr. Domingo Alzugaray, em resposta ao Ofício CEDP nº 2/2001, enviou ao Conselho cópia da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza (fls. 324, Vol. I).

Também em cumprimento ao despacho do dia 12 de março, após as formalidades legais e regimentais, foi realizada, em 14 de março, a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde foram ouvidos os Srs. Jornalistas Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*, bem como os Srs. Procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb (fls. 123/241, Vol. I).


Em 14 de março de 2001, o Sr. Senador Antero Paes de Barros apresentou Requerimento (RED) nº 2, de 2001, solicitando fossem convidados a prestar depoimento em reunião secreta deste Conselho os Srs. Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho (fls. 285 e 328, Vol. I).

Em 15 de março de 2001, esta Presidência recebeu do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Romero Jucá, ofício encaminhando cópia do laudo pericial elaborado pelo perito Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, referente à transcrição da fita em que foi gravada conversa entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e três Srs. Procuradores da República (fls. 376/449 – Vol. II). No mesmo expediente, S. Ex^a encaminhou ofício do citado perito onde este registra algumas alterações no conteúdo da transcrição.

No dia 19 de março, proferi despacho (fls. 330, Vol. II), convocando reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para aitiva dos Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho, marcada para o dia 21 de março, quarta-feira.

Em atendimento a requerimento do Senador Paulo Souto (fls. 453, Vol. II), no dia 20 de março, esta Presidência proferiu o despacho de fls. 454, transferindo a 2^a reunião para o dia 27 de março.

Em 27 de março, foi realizada a 2^a reunião, na qual foi designado Relator o Senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), nos termos do disposto no art. 84, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Na mesma reunião, foi aprovado o Requerimento (RED) nº 2, de 2001 (fls. 478, Vol. II), de realização de reunião secreta, para, finalmente, serem ouvidos os referidos Procuradores, a qual foi convocada para o dia 28 de março, às 17h, e efetivamente realizada nessa data (3^a Reunião).



Em 27 de março, esta Presidência recebeu do Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário do Senado Federal, o Ofício PRSECR nº 076, de 2001 (fls. 495, Vol. II), encaminhando exemplar do Sumário Executivo elaborado pelos Peritos da Unicamp relativo à Análise do Sistema de Votação Eletrônico do Senado Federal (fls. 496/505, Vol. II).

Em 28 de março, reiterei, por meio de Ofício ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, a remessa da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza, contendo conversas entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e os Srs. Procuradores Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Scheib (fls. 506, Vol. II).

Na mesma data, enderecei ofício ao Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor do Departamento de Polícia Federal (fls. 507, Vol. II), solicitando a degravação da fita encaminhada a este Conselho pela revista *IstoÉ*. É de salientar que a mesma foi recebida pelo Sr. Delegado Reinaldo de Almeida César Sobrinho, conforme consta do Termo de Entrega de fls. 587 (Vol. III), lavrado em 5 de abril de 2001.

Em 4 de abril, quando da realização da 4ª Reunião (convocada para a oitiva do Senador Luiz Otávio nos autos da Denúncia nº 1, de 2000), esta Presidência recebeu o Requerimento (RED) nº 3, de autoria do Senador Roberto Saturnino (fls. 571, Vol. III), solicitando fosse formalizado convite ao foneticista Ricardo Molina de Figueiredo para que apresentasse ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o resultado do seu trabalho de aperfeiçoamento da degravação da referida fita.

Em atendimento a esse requerimento, em 4 de março, convoquei a 5ª Reunião do Conselho, marcada para o dia 18 de abril de 2001, às 17h (fls. 571, Vol. III).

Na mesma data, deferi também os seguintes requerimentos, de autoria do Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, de convites para prestar depoimento perante o Conselho: o de nº 4, aos técnicos da Unicamp que examinaram o sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado (fls. 572, Vol. III); e o de nº 5, aos responsáveis pela empresa Kopp (fls. 573, Vol. III).

Por meio do Ofício PRSECR nº 107/01, datado de 18 de abril, o Sr. Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário, encaminhou a esta Presidência cópia do Relatório Final da Comissão de Inquérito criada por Ato do Presidente e designada pela Portaria do Primeiro Secretário nº 7, de 2001, bem como cópia do Relatório Final da perícia técnica da Unicamp, os quais foram juntados aos autos da Denúncia às fls. 659/978 do Volume V.

Em 18 de abril, às 17h, realizou-se a 5ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, acompanhado do perito Dr. Donato Pasqual Júnior (fls. 612/629 do Volume III).

Nessa 5ª reunião, foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento (RED) nº 6 (fls. 647 do Volume III), de autoria do Senador Roberto Saturnino, de convite à Srª Regina Célia Peres Borges; e o Requerimento (RED) nº 7, também de autoria do nobre Relator, de convite aos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur,

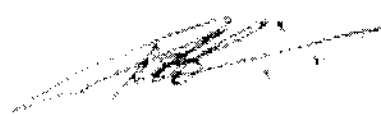
Hermílio Gomes da Nóbrega e Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como ao programador Sebastião Gazolla Costa Júnior, para serem ouvidos neste Conselho.

Na 5ª reunião, convocou-se a 6ª reunião, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, marcada para as 14h30min do dia 19 de abril.

Em 19 de abril de 2001, esta Presidência determinou à Secretaria do Conselho que juntasse aos autos os Ofícios CEDP nºs 32 e 33, de 18.4.2001, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (fls. 1595/1596 do Volume VIII), comunicando aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, respectivamente, a convocação de reunião do Conselho, marcada para o dia 19.4.2001, às 14h30, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, nos autos da presente Denúncia.

Na data aprazada, a servidora foi ouvida por este Conselho, oportunidade em que se comprometeu a, junto à Telebrasil, requerer configuração de sua conta telefônica e, posteriormente, remetê-la a este Conselho. Nesta reunião, foi convocada a 7ª reunião do Conselho, destinada a ouvir os Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermílio Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior.

A partir do depoimento da Drª Regina Célia Peres Borges, esta Presidência passou a comunicar ao Sr. Senador José Roberto Arruda



todas as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como todos os atos referentes à Denúncia nº 01, de 2001.

Em 23 de abril, esta Presidência recebeu do nobre Senador José Roberto Arruda cópia de seu pronunciamento feito perante o Plenário do Senado Federal, o qual foi juntado às fls. 1692/1727 do Volume VIII.

Em 24 de abril, às 17h, realizou-se a 7ª Reunião, na qual foi tomado o depoimento dos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermillo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior (fls. 1739/1889 do Volume VIII).

As fls. 1890/1956 do Volume VIII, foram anexados os depoimentos dos Srs. Nilson da Silva Rebello e Domingos Lamoglia de Sales Dias perante a Corregedoria Parlamentar do Senado Federal nos autos da Sindicância nº 1, de 2001.

Na mesma reunião, foi convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, marcada para o dia 26 de abril, às 14h30min, destinada a ouvir o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. A mesma foi realizada na data prefixada, e S. Exª foi ouvido, encaminhando os seguintes documentos à Mesa: "Afirmações do Procurador Luiz Francisco de Souza perante o Conselho de Ética", "Contradições do Procurador Luiz Francisco de Souza na Imprensa", "Mentiras do Procurador Luiz Francisco de Souza", os quais foram juntados aos autos da Denúncia. S. Exª encaminhou ainda publicação sob o título "Parlamentares Homenageiam

Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal" (fls. 2031, Vol. IX).

Na mesma reunião, foi marcada a 9ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Sr. Senador José Roberto Arruda.

Registro que, em 27 de abril, esta Presidência recebeu da Drª Regina Célia Peres Borges correspondência pela qual encaminha extrato de ligações telefônicas originadas de aparelho celular por ela utilizado, de propriedade do Prodasen, e que as informações referentes a ligações originadas do seu telefone residencial referentes ao mesmo período (dias 26 a 28 de junho de 2000) seriam enviadas tão logo as tivesse (fls. 2136/2137 do Volume IX).

Conforme convocada, realizou-se em 27 de abril, às 9h, a 9ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que se destinou à oitiva do Sr. Senador José Roberto Arruda, que prestou seu depoimento, tendo, nessa ocasião, disponibilizado o seu sigilo telefônico.

Nessa reunião, decidiu-se convocar nova reunião (10ª Reunião), marcada para o dia 03 de maio de 2001, às 14h30min, destinada à acareação entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, os quais foram devidamente convidados naquela oportunidade.

Na data previamente definida, realizou-se a acareação simultânea entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.



Antes de encerrar a reunião, esta Presidência solicitou o parecer do Relator sobre a dispensa de diligências ainda pendentes de atendimento, que eram as seguintes:

1. Requerimento (RED) nº 1, de 2001, apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros em 21 de março e anexado ao processado da Denúncia nº 1, de 2001, de convocação do Sr. FERNANDO CESAR MESQUITA, jornalista e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado;
2. Requerimento (RED) nº 4, de 2001, apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na reunião de 4 de abril, de convocação dos peritos da Unicamp;
3. Requerimento (RED) nº 5, de 2001, apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino na mesma reunião, de convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do Plenário;
4. Requerimento do Senador Antero Paes de Barros, encaminhado por esta Presidência ao Reitor da Unicamp, no sentido do esclarecimento de indagações feitas relativamente ao painel de votação eletrônica do Senado Federal; e
5. Requerimento (RED) nº 8 de 2001, apresentado pela ilustre Senadora Helbisa Helena, solicitando "ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000".

Antes do parecer do Relator, o Senador Roberto Freire retirou o seu requerimento, e esta Presidência deferiu a retirada. Em seguida, o Relator manifestou-se favoravelmente à proposta de dispensa das diligências pendentes. Submetida a voto, foi a mesma aprovada, tendo

contudo, o Senador Waldeck Ornelas pediu verificação de votação. Constatada a falta de *quorum*, a votação da matéria ficou adiada.

Esta Presidência convocou, de ofício, a 11ª Reunião, com a finalidade de concluir os trabalhos pendentes na reunião anterior. Realizou-se a referida reunião nesta data, quando foram retirados pelos respectivos autores, com a aprovação do Plenário do Conselho, os requerimentos de diligências ainda pendentes de atendimento. O Senador Waldeck Ornelas apresentou três novos requerimentos de diligências, que determinei fossem juntados aos autos.

Dessa maneira, esta Presidência considerou encerrada a fase de averiguações da Denúncia nº 1, de 2001, e determinou o encaminhamento do processado ao Relator para, no prazo de cinco sessões ordinárias, apresentar o seu relatório (art. 15, IV, da Resolução nº 20, de 1993), ficando convocada a 12ª Reunião, a realizar-se às 10h do dia 16 de maio.

Junte-se o presente aos autos.

Senado Federal, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar,
em 8 de maio de 2001, às 19h05min.


Senador RAMEZ TEBET
Presidente

Declaração de Encerramento da 11ª Reunião

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a reunião de hoje.

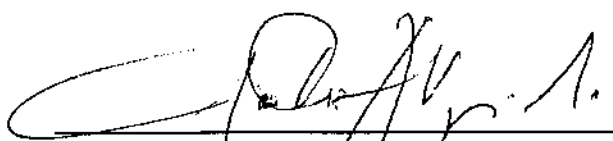
(Levanta-se a reunião às 17h50min.)

ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

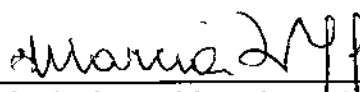
TERMO DE REUNIÃO

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e um, quarta-feira, às dezessete horas e quarenta e dois minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, presentes o Sr. Senador Jefferson Péres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, e o Sr. Deputado Hélio Costa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, bem como o Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, não havendo **quorum** regimental para a abertura dos trabalhos, a reunião não foi realizada, ficando acordado entre os parlamentares presentes que a data e o local da próxima reunião seriam definidos posteriormente.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Cláudio Augusto Vizioli (mat. 5061), Secretário em exercício do Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência, e pela Srª Márcia Lyra Nascimento Egg (mat. 4737), Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento – SACOP.



Cláudio Augusto Vizioli
Secretário em exercício
(mat. 5061)



Márcia Lyra Nascimento Egg
Chefe da SACOP
(mat. 4737)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.143-32, DE 2 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 3 DO MESMO MÊ E ANO QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO CESAR BANDEIRA E OUTRO	068.
DEPUTADO FERNANDO FERRO	069, 070, 071, 072.

SACM.

Emendas Convalidadas: 67

Emendas Adicionadas: 05

TOTAL DE EMENDAS: 72

RELATOR:

MP 2143-32

000068

DATA 8/5/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2143-32			
AUTOR Deputado César Bandeira			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA -	ARTIGO 30	PARÁGRAFO -	INCISO -	ALÍNEA -

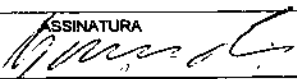
TEXTO

Suprima-se o art. 30 da Medida Provisória nº 2143-32, de 2 de maio de 2001.

Justificação

O art. 30 da referida Medida Provisória pretende alterar a redação da Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, com o intuito de criar uma licença de funcionamento em caráter provisório para o serviço de radiodifusão comunitária. A medida, a nosso ver, fere o princípio constitucional enunciado no art. 223, que estabelece em seu § 3º que o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. A tentativa do Poder Executivo de eliminar uma determinação constitucional por meio de uma medida provisória deve ser rechaçada pelo Congresso Nacional.

ASSINATURA



CESAR BANDEIRA DEPUTADO

Documento2

FIM DO TEXTO DE JUSTIFICAÇÃO

MP 2143-32**000069****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32, DE 2 DE MAIO DE 2001.**

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32.

JUSTIFICAÇÃO

O grande debate havido durante a Constituinte de 1987/88 não permitiu, infelizmente, que no Capítulo referente à Comunicação, o serviço de radiodifusão passasse a ser outorgado por critérios públicos e transparentes. As concessões para radiodifusão continuaram sendo outorgadas pelo Executivo de acordo com interesses político-partidários e como moeda de troca.

Não obstante, a Constituição Federal passou a estabelecer no § 3º do art. 222, que o ato de outorga ou renovação para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

Agora, ao introduzir este artigo, o Executivo, através de Medida Provisória, tenta suprimir a prerrogativa do Legislativo, ferindo frontalmente a Constituição Federal.

A legislação que contempla as rádios comunitárias resultou de uma mobilização nacional visando à regulamentação de uma atividade que era fato no país. Em 1998, quando foi sancionada a Lei 9.612 que regulamenta as rádios comunitárias, estimava-se a existência de 10 mil emissoras de baixa potência em atividade no país – aí se incluindo várias de caráter comunitário. Foram essas emissoras e, principalmente, a mobilização dos mais diversos segmentos da sociedade visando a obtenção de um meio de comunicação popular, que fez com que esta Casa debatesse e aprovasse a regulamentação das rádios comunitárias.

Sancionada a Lei 9.612, neste mesmo ano o Executivo publicou o Decreto 2.615 e as Normas Operacionais 02/98, estas alteradas em 1999. Desta maneira se concretizou um ideal dos que fazem este movimento, têm uma legislação que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

No entanto, o ideal não foi assegurado em seu todo. A verdade é que a legislação não atende aos interesses da população brasileira. Não basta se organizar e montar uma rádio, a legislação contém uma série de erros e empecilhos de ordem técnica e de redação que precisam ser corrigidos. É preciso reconhecer que, muitas vezes, as falhas decorreram em função da urgência, precipitação até, de se ter uma lei. Afinal, estávamos atrasados. O Brasil teve a sua lei depois de vários países da América Latina, Europa e Estados Unidos. O problema é que a nossa lei é das mais restritivas.

Assim, apresentamos o Projeto de Lei nº 2.949, de 2000, subscrito por mais de 70 Deputados da Casa, visando corrigir os erros cometidos quando da elaboração da Lei 9.612/98.

Nossa proposta de melhoramento da redação foi resultado de solicitações de entidades que atuam na área, em especial da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO. Não se tratou, portanto, de uma proposição isolada cunhada em nossos gabinetes, mas de manifestação de base popular em defesa de regras mínimas de viabilidade das emissoras comunitárias.

A proposta apresentada visa limitar, por exemplo, a potência irradiante a um máximo de 250 watts. Isto porque em regiões de pouca densidade demográfica, a Amazônia legal, por exemplo, há necessidade de maior potência para atingir a comunidade. O limite de 25 Watts como diz a lei 9.612/98, restringe esta possibilidade. Ainda mais que o Decreto 2.615/98, que regulamenta a Lei, estabelece um raio de cobertura de 1 Km, o que não faz parte na Lei aprovada nesta Casa e soterra as possibilidades de se fazer rádio comunitária praticamente em todas as comunidades, e não apenas as amazônicas. Ora, nossa proposição não apenas não concorda com este Decreto que desqualifica a Lei, como estabelece que as emissoras comunitárias devem atingir todo município. Isto é possível e viável desde que o Estado disponibilize 30% dos canais na faixa de 88 a 108 MHz.

Já o parágrafo 1º do Artigo 4º da Lei 9.612/98 veda o proselitismo. Isto é, proíbe que partidos políticos e religiões utilizem-se as rádios comunitárias para fazer suas pregações. Foi uma proposta do movimento acatada pelo relator na época. Agora o movimento propõe a cristalização do que está escrito nesta proposta, que se estabeleça em definitivo que religiões e partidos não sejam proprietários, nem administradores de rádios comunitárias. O objetivo de uma emissora é claro: fomentar a pluralidade e a democracia. Se a sociedade é plural, não podemos aceitar que um partido seja a última palavra numa emissora. O mesmo se pode afirmar de uma religião. Uma comunidade é constituída por vários interesses e fervores religiosos. Uma rádio que se diz comunitária não pode ter o pensamento único religioso. É um direito do cidadão escolher sua religião, e não ser criticado na sua rádio comunitária por ter religião diferente, ou ser obrigado a escutar uma pregação religiosa de uma fé que ele não professa, ou ser discriminado por ter religião diferente. A emissora deve promover o debate entre todos os partidos, e todas as religiões. Este é o seu papel. Não pode, todavia, pertencer a partido ou religião. O que não impede, e nossa proposta também clareia isto, que associações religiosas integrem o Conselho Comunitário, com direito a voz e voto em suas deliberações. Com relação aos partidos, entendemos que eles não podem nem

mesmo integrar o Conselho Comunitário. Se isto acontece, haverá naturalmente uma disputa ideológica no interior do Conselho que colocará a rádio numa permanente e batalha.

Estamos sugerindo uma forma mais democrática no processo de outorga. A criação de Conselhos Comunitários Estaduais que atuarão junto com o Poder Concedente, como grupo conselheiro, na seleção de pedidos de instalação de rádios comunitárias. Corrigimos a falha de redação da Lei, em seu Art. 16, quando afirma que "é vedada a formação de redes, excetuadas as situações de guerra...". Na verdade o relator se referia a formação de "cadeias" de rádios. Mantemos a proibição de se "formar redes" de rádios comunitárias, que é a expressão correta.

Uma outra grande falha na Lei 9.612/98 é que o Estado não garante proteção às rádios comunitárias contra interferências de emissoras comerciais, mas garante, no caso contrário, que serão punidas as comunitárias que atingirem as comerciais. Este absurdo contido na lei, este desprezo do Estado para com as rádios comunitárias, é motivo de piada nos outros países. Corrigimos a falha propondo que haja tratamento similar para as comerciais e as comunitárias.

Finalmente, estamos suprimindo o *caput* do Art. 2º da Lei 9.612/98 onde afirma que obedecerá aos mandamentos da lei 4.117/62 e do Decreto 236/67. Ora, a legislação citada, por sua antiguidade redacional, não cabe instalar-se na nova. A Lei 4.117/62, o antigo Código Brasileiro de Telecomunicações, desconhece rádios comunitárias porque à época não havia distinção entre "telecomunicação" e "radiodifusão". Diz o texto:

"Art. 4º. Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético".

"Art. 6º. Quando aos fins a que se destinam, as telecomunicações assim se classificam: d) serviço de radiodifusão, destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão."

Diz o professor Celso Bastos, emérito jurista, sobre o assunto:


"A atividade de que ora se cuida, não está tipificada em nenhuma destas categorias porque: a) embora se trate de um serviço transmitido pela utilização do espectro eletromagnético, não se pode considerá-lo como abrangido pela espécie "radiodifusão", em sentido estrito, porque não se destina ao "público geral", na qualificação que lhe empresta a Lei. Esta tem em vista a transmissão radiofônica de maior alcance, aqui compreendidas todas as emissoras de rádio e televisão, sujeitas à concessão ou permissão e cujo público é muito maior. Não é este o caso das rádios comunitárias. Por sua própria natureza, destinam-se a um público diminuto em relação às demais. b) não cabe aqui, portanto, a classificação de "radiodifusão", no sentido que a lei lhe confere.

O Código, o único instrumento com maior amplitude a tratar do assunto, em nenhum momento proíbe a existência das rádios comunitárias, simplesmente porque não foi preocupação do legislador definir a potência mínima das rádios."

Mais recentemente, ao deflagrar o processo de privatização das estatais, o atual Governo achou por bem dar um novo aspecto à legislação existente, adequando-a, inclusive, às inovações tecnológicas. Daí a necessidade de separar **radiodifusão** de **telecomunicação**. Uma Emenda Constitucional deu a largada neste processo. A Emenda nº 8, de 15/8/1995, alterou o Art. 21 da Carta Magna, categorizando de forma diversa os serviços de telecomunicações e os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em 16 de julho 1997 foi sancionada a Lei Geral de **Telecomunicações** (nº 9.472). E agora se inicia o debate para uma Lei Geral de **Radiodifusão**. Isto é, a Lei 4.117/62 está plenamente desqualificada, não sua referência.

Por estes motivos, somos contrários ao presente artigo desta Medida Provisória.

Sala das Sessões, 08/05/2001



DEP. FERNANDO FERDO
PT/PE

MP 2143-32**000070****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32, DE 2 DE MAIO DE 2001.**

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32 a seguinte redação:


"Art. 30 O caput do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente, ouvidas as entidades da sociedade civil representativas do setor, outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço."

JUSTIFICAÇÃO

É nosso objetivo, na proposta ora apresentada, estabelecer condições para que a sociedade civil organizada possa participar do processo de apreciação dos pedidos de radiodifusão comunitária, garantindo-se, assim, maior transparência dos atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 08/05/2001



DEP. FERNANDO FERRO
PT/PE

MP 2143-32**000071****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32, DE 2 DE MAIO DE 2001.**

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32, pelos seguintes artigos, renumerando-se os demais:

"Art. 30 O § 1º do Art. 1º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Entende-se por baixa potência o Serviço de Radiodifusão prestado à comunidade com potência máxima de 250 Watts ERP."

Art. 31 O § 2º do Art. 1º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada à comunidade do município."

Art. 32 Os §§ 1º, 2º e 3º do Art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 4º

§ 1º É vedada às instituições político-partidárias e religiosas assim como aqueles organismos a elas vinculadas, a exploração exclusiva do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§ 2º Às instituições religiosas é permitido participar do Conselho Comunitário.

§ 3º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 4º Entende-se por proselitismo a manutenção de grade de programação cujo conteúdo atenda a interesses exclusivos de instituições religiosas ou político-partidárias.

Parágrafo Único: A rádio que incorrer no disposto no parágrafo 4º do Artigo 4º sofrerá punição disposta em lei complementar."

Art. 33 O Art. 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Poder Concedente designará no mínimo 30% dos canais disponíveis na faixa de 88 a 108 MHz, por região federativa, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

Art. 34 O Art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Compete ao Poder Concedente, ouvida a Comissão Estadual de Radiodifusão Comunitária, outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observando os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço."

Art. 35 O Art. 8º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A entidade autorizada a explorar o serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, criado e organizado pela comunidade, composto por representantes de entidades dessa comunidade."

Art. 36 Os §§ 4º e 5º do Art. 9º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada à prestação do serviço, o Poder Concedente, com a mediação da Comissão Estadual de Radiodifusão Comunitária, promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente, ouvida a Comissão Estadual de Radiodifusão Comunitária, procederá à escolha da entidade, levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade e/ou por entidades que a representem, observando-se o critério da pluralidade."

Art. 37 O Art. 16º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16º É vedada a formação de redes.

Parágrafo único - As emissoras de Radiodifusão Comunitária entrarão em cadeia sempre que houver programação de interesse da comunicação comunitária, para transmitir noticiário oficial e atender aos interesses da comunidade diante de situações de calamidade pública."

Art. 38 O Art. 18º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 As prestadoras do serviço de radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob forma de apoio cultural ou inserção publicitária para os programas transmitidos, priorizando os estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Parágrafo único - Os recursos advindos de patrocínios deverão ser obrigatoriamente revertidos para a própria emissora para o seu funcionamento, manutenção e aperfeiçoamento, conforme seus objetivos, administrados pela entidade responsável."

Art. 39 Acrescente-se à Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, onde couber:

"Art. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão com área de proteção similar às comerciais.

Art. Deverá ser criada Comissão Estadual de Radiodifusão Comunitária constituída por entidades de comunicação comunitária e 01 (um) representante da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, com a finalidade de prestar assessoramento técnico e acompanhar o processo de implantação e implementação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como arbitrar litígios e conflitos de interesses, em prol de preservar os objetivos e princípios democráticos da radiodifusão Comunitária."

Art. 40 Suprimam-se o caput do artigo 2º, e na sua integralidade, os artigos 22º e 23º, da Lei 9.612, renumerando-se os demais."

JUSTIFICAÇÃO

A legislação que contempla as rádios comunitárias resultou de uma mobilização nacional visando a regulamentação de uma atividade que era fato no país. Em 1998, quando foi sancionada a Lei 9.612 que regulamenta as rádios comunitárias, estimava-se a existência de 10 mil emissoras de baixa potência em atividade no país – aí se incluindo várias de caráter comunitário. Foram estas emissoras e, principalmente, a mobilização dos mais diversos segmentos da sociedade visando a obtenção de um meio de comunicação popular, que fez com que esta Casa debatesse e aprovasse a regulamentação das rádios comunitárias.

Sancionada a Lei 9.612, neste mesmo ano o Executivo publicou o Decreto 2.615 e as Normas Operacionais 02/98, estas alteradas em 1999. Desta maneira se concretizou um ideal dos que fazem este movimento, têm uma legislação que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

No entanto, o ideal não foi assegurado em seu todo. A verdade é que a legislação não atende aos interesses da população brasileira. Não basta se organizar e montar uma rádio, a legislação contém uma série de erros e empecilhos de ordem técnica e de redação que precisam ser corrigidos. É preciso reconhecer que, muitas vezes, as falhas decorreram em função da urgência, precipitação até, de se ter uma lei. Afinal, estávamos atrasados. O Brasil teve a sua lei depois de vários países da América Latina, Europa e Estados Unidos. O problema é que a nossa lei é das mais restritivas.

A razão deste projeto é exatamente corrigir os erros cometidos quando da elaboração da Lei 9.612/98.

Nossa proposta de melhoramento da redação resulta de solicitações de entidades que atuam na área, em especial da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ABRAÇO. Não se trata, portanto, de uma proposição isolada cunhada em nossos gabinetes, mas de manifestação de base popular em defesa de regras mínimas de viabilidade das emissoras comunitárias.

O que propõe o povo? Que a potência seja limitada a um máximo de 250 watts. Isto porque em regiões de pouca densidade demográfica, a Amazônia legal, por exemplo, há necessidade de maior potência para atingir a comunidade. O limite de 25 Watts como diz a lei 9.612/98, restringe esta possibilidade. Ainda mais que o Decreto 2.615/98, que regulamenta a Lei, estabelece um raio de cobertura de 1 Km, o que não faz parte na Lei aprovada nesta Casa e soterra as possibilidades de se fazer rádio comunitária praticamente em todas as comunidades, e não apenas as amazônicas. Ora, nossa proposição não apenas não concorda com este Decreto que desqualifica a Lei, como estabelece que as emissoras comunitárias deve atingir todo município. Isto é possível e viável desde que o Estado disponibilize 30% dos canais na faixa de 88 a 108 MHz.

O parágrafo 1º do Artigo 4º da Lei 9.612/98 veda o proselitismo. Isto é, proíbe que partidos políticos e religiões se utilizem das rádios comunitárias para fazer suas pregações. Foi uma proposta do movimento acatada pelo relator na época. Agora o movimento propõe a cristalização do que está escrito nesta proposta, que se estabeleça em definitivo que religiões e partidos não sejam proprietários, nem administradores de rádios comunitárias. O objetivo de uma emissora é claro: fomentar a pluralidade e a democracia. Se a sociedade é plural, não podemos aceitar que um partido seja a última palavra numa emissora. O mesmo se pode afirmar de uma religião. Uma comunidade é constituída por vários interesses e fervores religiosos. Uma rádio que se diz comunitária não pode ter o pensamento único religioso. É um direito do cidadão escolher sua religião, e não ser criticado na sua rádio comunitária por ter religião diferente, ou ser obrigado a escutar uma pregação religiosa de uma fé que ele não professa, ou ser discriminado por ter religião diferente. A emissora deve promover o debate entre todos os partidos, e todas as religiões. Este é o seu papel. Não pode, todavia, pertencer a partido ou religião. O que não impede, e nossa proposta também clareia isto, que associações

religiosas integrem o Conselho Comunitário, com direito a voz e voto em suas deliberações. Com relação aos partidos, entendemos que eles não podem nem mesmo integrar o Conselho Comunitário. Se isto acontece, haverá naturalmente uma disputa ideológica no interior do Conselho que colocará a rádio numa permanente e batalha.

Estamos sugerindo uma forma mais democrática no processo de outorga. A criação de Conselhos Comunitários Estaduais que atuarão junto com o Poder Concedente, como grupo conselheiro, na seleção de pedidos de instalação de rádios comunitárias. Corrigimos a falha de redação da Lei, em seu Art. 16, quando afirma que "é vedada a formação de redes, excetuadas as situações de guerra...". Na verdade o relator se referia a formação de "cadeias" de rádios. Mantemos a proibição de se "formar redes" de rádios comunitárias, que é a expressão correta.

Uma outra grande falha na Lei 9.612/98 é que o Estado não garante proteção às rádios comunitárias contra interferências de emissoras comerciais, mas garante, no caso contrário, que serão punidas as comunitárias que atingirem as comerciais. Este absurdo contido na lei, este desprezo do Estado para com as rádios comunitárias, é motivo de piada nos outros países. Corrigimos a falha propondo que haja tratamento similar para as comerciais e as comunitárias.

Finalmente, estamos suprimindo o *caput* do Art. 2º da Lei 9.612/98 onde afirma que obedecerá aos mandamentos da lei 4.117/62 e do Decreto 236/67. Ora, a legislação citada, por sua antiguidade redacional, não cabe instalar-se na nova. A Lei 4.117/62, o antigo Código Brasileiro de Telecomunicações, desconhece rádios comunitárias porque à época não havia distinção entre "telecomunicação" e "radiodifusão". Diz o texto:

"Art. 4º. Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético."

"Art. 6º. Quando aos fins a que se destinam, as telecomunicações assim se classificam: ... d) serviço de radiodifusão, destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo radiodifusão sonora e televisão."

Diz o professor Celso Bastos, emérito jurista, sobre o assunto:

"A atividade de que ora se cuida, não está tipificada em nenhuma destas categorias porque: a) embora se trate de um serviço transmitido pela utilização do espectro eletromagnético, não se pode considerá-lo como abrangido pela espécie "radiodifusão", em sentido estrito, porque não se destina ao "público geral", na qualificação que lhe empresta a Lei. Esta tem em vista a transmissão radiofônica de maior alcance, aqui compreendidas todas as emissoras de rádio e televisão, sujeitas a concessão ou permissão e cujo público é muito maior. Não é este o caso das rádios comunitárias. Por sua própria natureza, destinam-se a um público diminuto em relação às demais. b) não cabe aqui, portanto, a classificação de "radiodifusão", no sentido que a lei lhe confere.

O Código, o único instrumento com maior amplitude a tratar do assunto, em nenhum momento, proíbe a existência das rádios comunitárias, simplesmente porque não foi preocupação do legislador definir a potência mínima das rádios."

Mais recentemente, ao deflagrar o processo de privatização das estatais, o atual Governo achou por bem dar um novo aspecto à legislação existente, adequando-a, inclusive, às inovações tecnológicas. Daí a necessidade de separar **radiodifusão** de **telecomunicação**. Uma Emenda Constitucional deu a largada neste processo. A Emenda nº 8, de 15/8/1995, alterou o Art. 21 da Carta Magna, categorizando de forma diversa os serviços de telecomunicações e os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em 16 de julho 1997 foi sancionada a Lei Geral de **Telecomunicações** (nº 9.472). E agora se inicia o debate para uma Lei Geral de **Radiodifusão**. Isto é, a Lei 4.117/62 está plenamente desqualificada, não sua referência.

Sala das Sessões, em 08/05/2001



DEP. FERNANDO FERDO
PT/PE

MP 2143-32**000072****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.143-32, DE 2 DE MAIO DE 2001.**

Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32 pelos seguintes artigos, renumerando-se os demais:

"Art. 30 É concedida anistia aos que cometeram infração à Lei nº 4.117/62, alterada pelo Decreto Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, por meio da organização, manutenção, operação ou utilização de rádios comunitárias.

Art. 31 É concedida anistia a todos quantos tenham cometido infração, inclusive penal, por terem organizado, mantido, operado ou utilizado, por qualquer forma, rádio comunitária em desacordo com a legislação que regula as telecomunicações, especialmente a Lei nº 4.117/62, alterada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.


§1º A anistia do presente artigo aplica-se, nos seus limites, aos que tenham infringido o artigo 70 da Lei nº 4.117/62, de 27 de agosto de 1962, alterada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

§2º São extintos os inquéritos, procedimentos e processos administrativos e penais instaurados pelo Poder Público decorrentes da infração a que se refere este artigo. "

JUSTIFICAÇÃO

A legislação atual é completa mas, exatamente as pessoas que atuaram pelo movimento nacional e fizeram com que o debate chegasse a esta Casa, tirando-lhe o caráter de marginalidade, sofrem inquéritos. Cabe, portanto, a esta Casa, que cumpriu o seu papel legislativo, que acolheu a todos e fez o confronto de idéias até chegar à Lei nº 9.612, fazer a correção histórica, eximindo tais pessoas da pecha de criminosas. Anistiá-las é nossa obrigação histórica.

Sala das Sessões, 08/05/2001


DEP. FERNANDO PERES
PT/PE

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 155, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

exonerar, a pedido, o servidor **PAULO ROBERTO ALMEIDA CAMPOS** do cargo, em comissão, de Diretor da Coordenação de Treinamento, do Instituto Legislativo Brasileiro, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 09 de maio de 2001.



JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

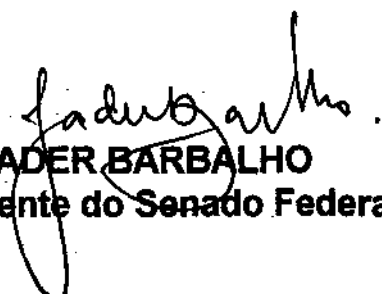
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 156, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear a servidora **SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**, para exercer o cargo, em comissão, de Diretora da Coordenação de Treinamento, do Instituto Legislativo Brasileiro, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 09 de maio de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

**PORTARIA
Nº 027, DE 2001**

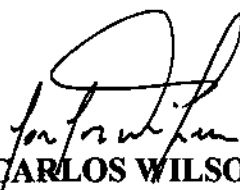
O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL,
no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista
do que consta do Processo nº 006963/01-3,

R E S O L V E :

I - autorizar, nos termos da Lei nº 8.112/90, o prosseguimento das investigações destinadas a apurar os fatos envolvendo a administração da Cooperativa dos Trabalhadores em Comunicação do Congresso Nacional – COOPERCON, conforme deliberação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, proferida na Seção Plenário de 07 de março de 2001, e a Portaria do Primeiro-Secretário nº 12, de 2001;

II – redesignar os servidores do Senado Federal ALBERTO MACHADO CASCAIS MELEIRO, matr. 5327, JOSÉ PEDRO DE CASTRO BARRETO, matr. 1036, e CÉSAR MENDES PEREIRA, matr. 5453, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito incumbida de concluir, no prazo de 60 (sessenta) dias, a investigação referida.

Senado Federal, 9 de maio de 2001.



Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário

**PORTARIA
Nº 028, DE 2001**

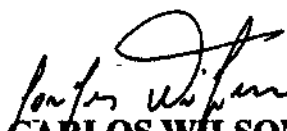
O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL,
no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que
consta do Processo nº 007429/00-2 e apensos,

RESOLVE:

I - autorizar, nos termos da Lei nº 8.112/90, a instauração de processo administrativo disciplinar destinado a apurar as responsabilidades do servidor RUBENS DE ARAUJO LIMA, Técnico Legislativo, matrícula nº 4273, nos fatos que lhe são atribuídos nas conclusões do relatório da Comissão de Sindicância designada pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 51, de 2000, constantes do processo nº 007429/00-2 e apensos;

II - designar, nos termos do mesmo diploma legal, os servidores do Senado Federal JOSÉ MARCOS DE FREITAS, Analista Legislativo, matr. 1365, DORACY CARVALHO REIS, Analista Legislativo, matr. 1343, e LUIZ GOMES DOS SANTOS, Analista Legislativo, matr. 1718, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida de conduzir o processo administrativo disciplinar referido.

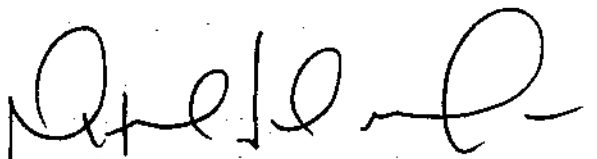
Senado Federal, 9 de maio de 2001.


Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 874, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000526/93-2, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **IRAÍDE FREITAS CAMPOS SOARES**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro) dos proventos que percebia o ex-servidor RUY FRANCISCO SOARES, a partir da data do óbito, 12/07/1991.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.

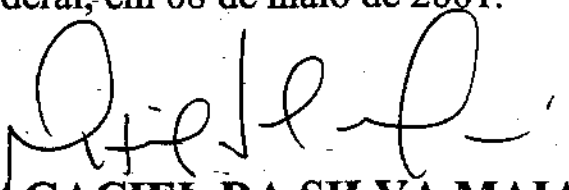


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 875, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000074/98-5, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA DE LOURDES BARROS MARTINS**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro) dos proventos que percebia o ex-servidor **JOAQUIM PEDRO MARTINS**, a partir da data do óbito, 05/01/1998.

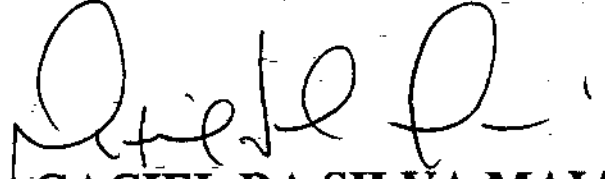
Senado Federal, em 08 de maio de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 876, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000140/97-0, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a” da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **JOÃO SALVAGÉ DAMASCENO**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a **CELESTE RIBEIRO DAMASCENO**, na condição de filha inválida, na proporção de 1/2 (um meio) dos proventos que percebia a ex-servidora **MARIA DO CARMO RIBEIRO DAMASCENO**, a partir da data do óbito, 15/02/1997.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



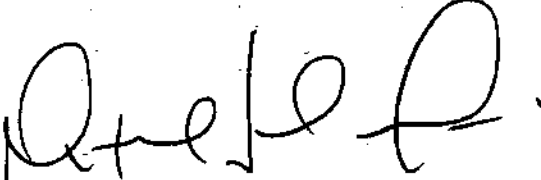
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 877, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000107/98-0, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA IGNEZ DE MELLO CAVALCANTE**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a **EDGAR DE MELLO CAVALCANTE**, na condição de filho menor, na proporção de 1/2 (um meio) dos proventos que percebia o ex-servidor **EDMAR FERNANDES CAVALCANTE**, a partir da data do óbito, 25/01/1998.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.

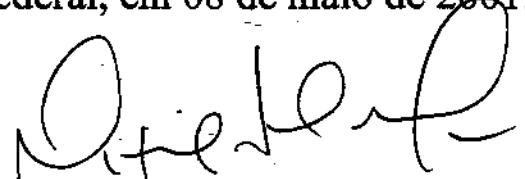


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 878, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000184/96-9, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **CONCEIÇÃO DE MARIA WANDERLEY DE AZEVEDO**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a **ALEXANDRE SOARES DE AZEVEDO**, na condição de filho menor, na proporção de 1/2 (um meio) dos proventos que percebia o ex-servidor **DANILO SOARES DE AZEVEDO**, a partir da data do óbito, 20/04/1996.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



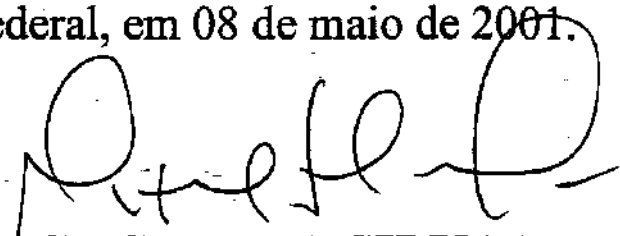
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 879, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000137/97-9, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA DO CARMO VASCONCELOS BORGES NETTO**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a **ALEXANDRE VASCONCELOS BORGES NETTO**, na condição de filho menor, na proporção de 1/2 (um meio) dos proventos que percebia o ex-servidor **FRANCISCO ARTHUR BORGES NETTO**, a partir da data do óbito, 06/02/1997.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 880, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000272/96-5, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a” da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARY CANFORA CASTRO**, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a **EMERSON CANFORA CASTRO**, na condição de filho menor, na proporção de 1/2 (um meio) dos proventos que percebia o ex-servidor **ROIZ CASTRO HILBERT**, a partir da data do óbito, 14/06/1996.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.

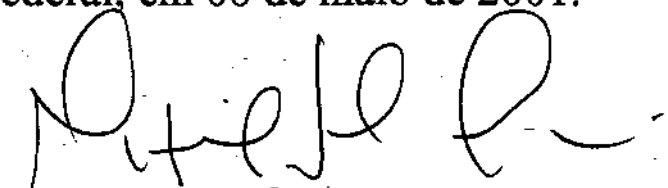


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 881, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000085/97-9, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “c” da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **ORLANDINA LOURENÇO TEIXEIRA**, na condição de companheira, na proporção de 1/1 (um inteiro) dos proventos que percebia o ex-servidor **LUIZ GONZAGA TEMPORAL FILHO**, a partir da data do óbito, 25/01/1997.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



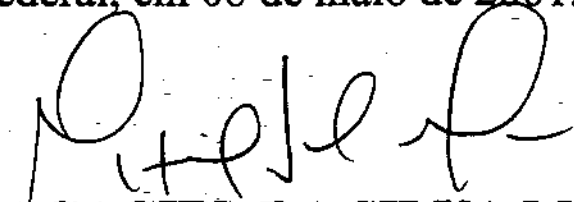
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 882, DE 2001

O **Diretor-Geral do Senado Federal**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000090/00-0, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão temporária a **RYAN LINHARES GOMES, MELINA LINHARES GOMES e BÁRBARA DE CARVALHO GOMES**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/3 (um terço) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **PAULO CÉSAR CARVALHO GOMES**, a partir da data do óbito, 05/01/2000.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.

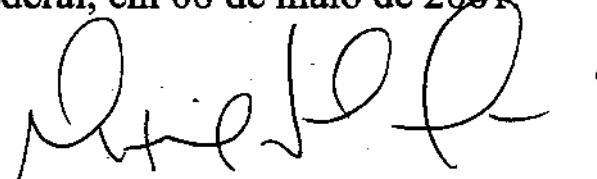


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 883, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000218/98-7, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA LACERDA SILVA DE OLIVEIRA**, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a **SHIRLEI CARVALHO OLIVEIRA** e **SHIRLIANE CARVALHO DE OLIVEIRA**, na condição de filhas menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA**, a partir da data do óbito, 14/03/1998.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001



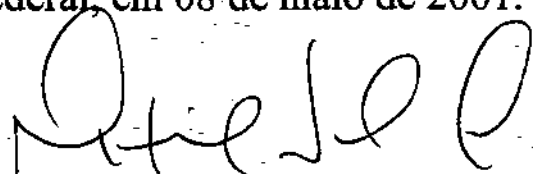
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 884, DE 2001

O **Diretor-Geral do Senado Federal**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000958/98-0, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **RINALDO TADEU PIEDADE DE FARIA**, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a **HENRIQUE BRAGA DE FARIA** e **RENATA BRAGA DE FARIA**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia a ex-servidora **MARIA BEATRIZ BRAGA DE FARIA**, a partir da data do óbito, 14/11/1998.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



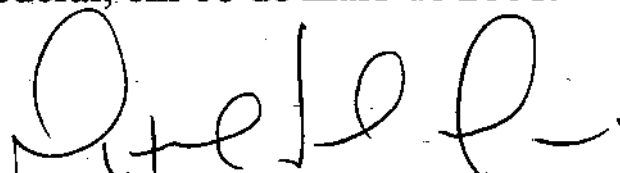
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 885, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000362/93-0, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARIA DAS GRAÇAS FIGUEIREDO DUPIN**, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária, na condição de filhos menores, a **RODRIGO FIGUEIREDO DUPIN** e **LUÍSA FIGUEIREDO DUPIN**, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **WILLIAM SÉRGIO MENDONÇA DUPIN**, a partir da data do óbito, 08/07/1993.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 886, DE 2001**

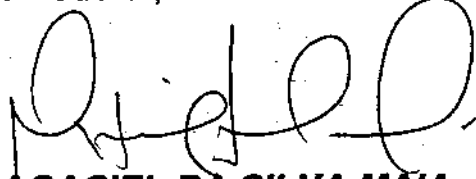
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 006587/01-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIZ ANTONIO ROCHA, matrícula nº 1131 e ANTONIO CARLOS ALBUQUERQUE COELHO, matrícula nº 3424, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Convênio nº 002/01, celebrado entre o Senado Federal e o BANCO PINE S/A.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Senado Federal, 8 de maio de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 887, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000129/98-4, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **FRANCISCA DE ASSIS LEITE PEREIRA**, na condição de companheira, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a **RENATA SOUTO VELLASCO** e **RODRIGO CASIMIRO SOUTO VELLASCO**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **DOMINGOS VELLASCO NETO**, a partir da data do óbito, 26/01/1998.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.



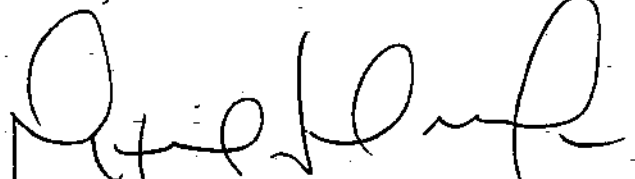
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 888, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000372/98-6, **RESOLVE**, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **NARA LÚCIA RODRIGUES CANALE**, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos) e pensão temporária a **GUSTAVO RODRIGUES CANALE** e **FÁBIO RODRIGUES CANALE**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **PAULO HUMBERTO XAVIER CANALE**, a partir da data do óbito, 24/04/1998.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.

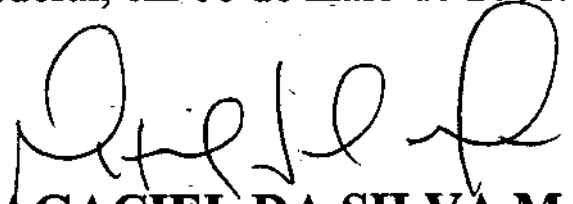


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 889, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000054/97-6, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “a” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **MARISTELA DE OLIVEIRA AZEVEDO**, na condição de cônjuge, na proporção de 3/6 (três sextos) e pensão temporária a **GUSTAVO LUÍS CHAVES DE AZEVEDO**, **GABRIEL HENRIQUE DE AZEVEDO** e **GUILHERME CHAVES DE AZEVEDO**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/6 (um sexto) para cada, dos proventos que percebia o ex-servidor **JOSÉ PAULO DE AZEVEDO**, a partir da data do óbito, 26/12/1996.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 890, DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000169/99-4, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 a 217, inciso I alínea “d” e inciso II alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, conceder pensão vitalícia a **TEREZINHA FERREIRA SUELY**, na condição de mãe, na proporção de 3/6 (três sextos) e pensão temporária a **FILIPPE SOBRAL DE FALCO MARINELLI, FERNANDO SOBRAL FALCO MARINELLI e ROBERTA SOBRAL DAISSON SANTOS**, na condição de filhos menores, na proporção de 1/6 (um sexto) para cada, dos proventos que percebia a ex-servidora **MARIA HELENA FERREIRA SOBRAL**, a partir da data do óbito, 22/02/1999.

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.




AGACHEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 891, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **004.920/01-5**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos *proporcionais*, O servidor **Antonio Mansur**, Técnico Legislativo, Área 3, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do *artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.*

Senado Federal, em 08 de maio de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Subsecretaria de Administração de Compras e Contratação de Serviços**EXTRATO DE CONVÊNIO****Espécie** CONVÊNIO CN20010002**Processo:** 006587/01-1**Modalidade:** Não Aplicável**Objeto:** Empréstimos a funcionários do Senado Federal, sob consignação em folha de pagamento.**Contratado(a):** BANCO PINE S/A**Contratante:** SENADO FEDERAL**Vigência** Início: 08/05/2001Final: 07/05/2002**PUBLIQUE-SE**

Em 08/05/01

assinado

Signatários: *Pelo Senado Federal:* Agaciel da Silva Maia*Pelo(a) Contratado(a):* HILÁRIO ROSSI

Em 08/05/2001


Marcos André de Melo**Chefe do SECOSE**